



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese

O DESENVOLVIMENTISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE
JUSCELINO KUBITSCHEK E ARTURO FRONDIZI.

Leonardo da Rocha Botega

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Leonardo da Rocha Botega

O DESENVOLVIMENTISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE
JUSCELINO KUBITSCHEK E ARTURO FRONDIZI.

Tese de Doutorado em História apresentada como
requisito para a obtenção do título de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Wassermann -
UFRGS.

Co-orientador: Prof. Dr. Leandro Morgenfeld -
UBA.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Botega, Leonardo da Rocha

O DESENVOLVIMENTISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE
JUSCELINO KUBITSCHKEK E ARTURO FRONDIZI / Leonardo da
Rocha Botega. -- 2019.

309 f.

Orientadora: Cláudia Wassermann.

Coorientador: Leandro Ariel Morgenfeld.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. História da América Latina. 2. Governo
Kubitschek. 3. Governo Frondizi. 4. Discursos
Políticos. 5. Desenvolvimentismo. I. Wassermann,
Cláudia, orient. II. Morgenfeld, Leandro Ariel,
coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LEONARDO DA ROCHA BOTEGA

O DESENVOLVIMENTISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE JUSCELINO
KUBITSCHKEK E ARTURO FRONDIZI

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Claudia Wassermann - UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Morgenfeld – UBA.

Profa. Dra. Carla Brandalise – UFRGS.

Profa. Dra. Maria Izabel Noll - UFRGS.

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins - FEEVALE

Para Eduardo Andrés De La Horz León (em memória).
Jovem colega que saiu de uma região de guerra civil em busca de um sonho e acabou sendo
brutalmente assassinado por quem deveria garantir a segurança pública.

Para Honorival dos Reis Pedroso (em memória).

Meu companheiro de vinho e de “causos”.

AGRADECIMENTOS

A ideia da presente pesquisa nasceu em 2009, após a banca de defesa de mestrado na UFSM que contou com a presença da professora Claudia Wasserman. Foi justamente uma de suas perguntas que despertou em mim o desejo de aprofundar os estudos sobre o desenvolvimentismo, que me levou aos discursos de Kubitschek e Frondizi. Por isso, e por todo o incentivo e o fundamental auxílio na condução dessa tese, que agradeço de coração a professora Claudia Wasserman, uma pessoa cuja trajetória intelectual merece todo o nosso apreço, uma historiadora com H maiúsculo.

Quero agradecer também ao professor Leandro Morgenfeld, que tive o prazer de conhecer num destes encontros inesperáveis da vida em um evento em Natal-RN. A proximidade de pensamentos superou as fronteiras e suas considerações foram de fundamental importância para o desenvolvimento da temática.

Agradeço aos professores do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, Carla Brandalise, Alexander Kerber, Fábio Kuhn e Luiz Alberto Grijó, que me faziam despertar na paixão pela história após as longas madrugadas de estrada. Agradeço ao secretário do PPGH, Gabriel Focking. Agradeço aos colegas do PPGH, Paula, Hildebrando, Arthur, Arturo, Eduardo, Clayton, Maria Inês, Débora, Erick, Guilherme, Anderson, André, Gabriela, Raquel, Henrique, Kaiene, Wellington, Paulo Sérgio, Josiane, Lurdes, Micaela, Rhenan, Cristiane, Edsiana e aos “Rafaeis”.

Agradeço a minha mãe, Valnez, pela constante aposta e incentivo na minha educação, pelo amor e pelo companheirismo. Agradeço aos meus sogros Leda e Honorival (em memória). Agradeço aos amigos Diorge Konrad, Glaúcia Konrad, Cátia Volpato, Anderson, Pandara, Adriano, Viviane, Suelen de Leal Rodrigues (minha eterna colega de sala), Maria Rita Py Dutra, Maria da Graça Py, Paula Marques, Fabricio, Louise, Tais, Henrique, a Angie (minha companhia dos momentos de escrita) e tantos outros que sempre estiveram em nosso convívio, tantas vezes restrito pelos tempos dedicados a pesquisa.

Por fim, agradeço a Márcia, a pessoa mais especial que poderia ter cruzado o meu caminho. A guerreira de todas as horas, minha companheira de amor, de militância e de paixão pela vida.

“As pátrias são aquilo mesmo que somos nós próprios. Cada geração dá o seu cunho particular à pátria, dá-lhe a sua medida, o seu espírito, o seu conteúdo”.
(Juscelino Kubitschek, 20/12/1960).

“Sin desarrollo nacional no hay bienestar ni progreso. Cuando hay miseria y atraso en un país, no solo sucumbe la libertad y la democracia, sino que corre peligro la propia soberanía nacional”
(Arturo Frondizi, 21/01/1959).

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada tem como tema o desenvolvimentismo nos discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi. Aqui o desenvolvimentismo é entendido como um conjunto de políticas econômicas e como formação discursiva. Sua maturação ocorreu ao longo da década de 1950, a partir do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Como formação discursiva, o desenvolvimentismo abrange tanto o “discurso teórico” ou o pensamento econômico, quanto os discursos políticos. E é nessa segunda categoria que se inserem os discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi.

Como discurso políticos, esses se constituem em uma das várias práticas que fazem parte do universo da política. Ao mesmo tempo, só possuem um sentido e só podem ser compreendidos a partir do contexto histórico em que são pronunciados, ou seja, a partir das condições históricas que permitem com que os seus objetos discursivos apareçam. Por fim, possui uma dupla função: promovem os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e interpelam os sujeitos visando a adesão desses ao projeto político do emissor.

A partir destas considerações é que são problematizados os objetos discursivos comuns e mais recorrentes nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas: a industrialização, o capital estrangeiro, a integração nacional, a estabilidade política, a estabilidade economia e a colaboração internacional. Todos interpretados a partir de um contexto histórico marcado por transformações no cenário internacional, pela polarização política e pela crise econômica.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimentismo; Governo Arturo Frondizi; Governo Juscelino Kubitschek.

ABSTRACT

The present study analyzes the developmentalism in the presidential speeches of Kubitschek and Frondizi. Developmentalism is understood as a Latin American discursive formation, whose maturation took place throughout the 1950s, especially from the ideas of the Economic Commission for Latin America, ECLAC. As a discursive formation, developmentalism covers both "theoretical discourse" or economic thought, as well as political discourses. In addition, it is in this second category that the presidential speeches of Kubitschek and Frondizi are inserted.

As political speeches, they are one of several practices which are part of the world of politics. At the same time, they only have a meaning and can be understood from the historical context in which they are given, that is, from the historical conditions that allow their discursive objects to appear. Finally, they have a dual function: promote the values that the issuer of the discourse intends to attribute to its practice and question the subjects aiming at their adhesion to the issuer's political project.

Taking in to account these considerations, the most problematized recurrent discursive objects in the presidential speeches are industrialization, foreign capital, national integration, political stability, economic stability and international collaboration. All interpreted from a historical context marked by transformations in the international scene, by political polarization and by the economic crisis.

KEYWORDS: Developmentalism; Government Arturo Frondizi; Government Juscelino Kubitschek.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.O DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA E A ESPECIFICIDADE DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA DE JUSCELINO KUBITSCHEK E ARTURO FRONDIZI | 16 |
| 1.1. O desenvolvimentismo na América Latina: uma formação discursiva. | 22 |
| 1.2. O contexto histórico dos discursos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi..... | 44 |
| 1.2.1. O cenário internacional..... | 44 |
| 1.2.2. O Governo Arturo Frondizi..... | 48 |
| 1.2.3. O governo Juscelino Kubitschek | 64 |
| 1.3. Os objetos discursivos de Kubitschek e Frondizi..... | 82 |
| 2.BASES DO DESENVOLVIMENTISMO: INDUSTRIALIZAÇÃO, CAPITAL ESTRANGEIRO E INTEGRAÇÃO NACIONAL..... | 90 |
| 2.1. Industrialização..... | 93 |
| 2.2. Capital Estrangeiro..... | 123 |
| 2.3. Integração Nacional..... | 153 |
| 3.CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTISMO: ESTABILIDADE POLÍTICA, ESTABILIDADE ECONÔMICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. | 180 |
| 3.1. Estabilidade Política | 184 |
| 3.2. Estabilidade Econômica | 226 |
| 3.3. Colaboração Internacional..... | 249 |
| CONCLUSÃO..... | 284 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 289 |
| FONTES:..... | 306 |

INTRODUÇÃO

A História do Desenvolvimentismo se confunde com a própria História da América Latina no século XX. Foi nessa região do globo onde o experimento desenvolvimentista teve maior significado e presença política. Elaborado inicialmente de forma espontânea e fragmentada em reação aos efeitos da crise de 1929 e a Segunda Grande Guerra nas décadas de 1930 e 1940, foi na década de 1950 que atingiu a sua maturação e sistematização tanto como política econômica, quanto como formação discursiva, abrangendo os “discursos teóricos” ou o pensamento econômico e os discursos políticos.

Em termos de pensamento econômico, o desenvolvimentismo se distribuiu em uma gama de elaborações de diferentes correntes de pensamento que se unificam em torno de ideias comuns para a superação da condição subdesenvolvida vivenciada pelos países da periferia do capitalismo. As principais elaborações foram feitas pela Comissão Econômica para a América Latina, a Cepal, fundada em 1948. Porém, o desenvolvimentismo não se restringiu esse importante órgão de produção de ideias e assessoramento, uma vez que abrangeram também uma série de outros autores anteriores e posteriores a sua fundação. Entre esses autores estão aqueles que foram agrupados como parte da Teoria do Desenvolvimento¹ como Joseph A. Schumpeter, Paul Rosenstein-Rodan, Emil Lederer, Colin Clark, John Kenneth Galbraith, Walt W. Rostow, Albert Hirschman, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Hans Singer, Bert Hoselitz, Simon Kuznets, William Arthur Lewis, Charles Kindleberger e Barbara Ward; e também aqueles da chamada Vertente Social-Cristã², Jacques Maritain, Louis Joseph Debret, François Perroux, Fernando Storni, Oreste Popescu e Dom Hélder Câmara (BOSSIO, 2014).

Como discurso político foi na segunda metade da década de 1950 quando, no Brasil e na Argentina, chegaram ao governo dois presidentes que reivindicavam um discurso propriamente desenvolvimentista: Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi. E é justamente os

¹ A Teoria do Desenvolvimento agrupa um conjunto de elaborações que, partindo da diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, procuravam estabelecer as bases necessárias para que os países, sobretudo, os mais pobres atingissem o desenvolvimento, entendido como o predomínio das atividades industriais em relação as atividades agrícolas.

² A Vertente Social-Cristã, assim nominadas por Bossio (2014), pode ser entendida como uma “via eclesiástica” que desde a abordagem do conceito de “humanismo integral” por Jacques Maritain e a reivindicação das Doutrina Social-Cristã definida pela Encíclica “Rerum Novarum”, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891, propõe uma concepção de Desenvolvimento dentro dos marcos estabelecidos pelos princípios cristãos.

discursos desses presidentes desenvolvimentistas que constituem a temática de pesquisa do presente trabalho, cujo principal objetivo é a comparação desses discursos com vista a definir os seus objetos discursivos comuns e suas diferenças. Sendo assim, tais discursos presidenciais são, ao mesmo tempo, o objeto e a principal fonte de pesquisa. Dito isso, é importante ressaltar que os referidos discursos foram em sua totalidade publicados. Os discursos do presidente Juscelino Kubitschek foram publicados entre 1958 e 1961 pelo Departamento de Imprensa Nacional. Os discursos do presidente Arturo Frondizi, por sua vez, foram publicados na sua totalidade em 1978, pelo Centro de Estudios Nacionales, e posteriormente republicados em 2012, pela Fundación Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi. Na presente pesquisa foi utilizada esta segunda publicação.

A comparação histórica é uma forma fundamental para o entendimento de como o desenvolvimentismo foi interpretado nos diferentes países latino-americanos. Sikkink (2009: 25-26) chama atenção para o fato de que as propostas de modernização da economia defendidas por Kubitschek e Frondizi constituíam um programa de compromisso elaborado dentro de uma matriz de restrições e oportunidades nacionais e internacionais que fornecia um conjunto de “metáforas sociais atrativas”. Algumas dessas metáforas já estavam presentes nos debates econômicos, políticos e sociais que ocorriam em relação aos rumos do Brasil e da Argentina antes mesmo daqueles governos, de forma hegemônica ou não. Tais metáforas encontraram terreno fértil em cada país, “según las condiciones ideológicas existentes, la forma en que se introdujeran esas nuevas ideas y el apoyo institucional que recibieron”. A comparação histórica é a forma mais adequada de buscar justamente a reconstrução desse terreno.

Neste sentido, apesar das críticas quem vem recebendo, sobretudo, a partir da “alternativa” apontada por Marcel Detienne (2004) na obra “Comparar o Incomparável”, o método proposto por Marc Bloch (1998) continua válido para as comparações históricas no âmbito da América Latina. Sua proposição de estudar sociedades vizinhas e contemporâneas, que se influenciam, “cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e do seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte a uma origem comum” (BLOCH, 1998: 122-123), é o mais adequado para não incorrer em anacronismos, generalizações excessivas ou naquilo que Barros (2014) chama de “ilusão sincrônica”. Essa ainda é uma forma válida para se atingir o objetivo da comparação que consiste em “procurar, para as explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de naturezas análogas, tiradas de meios sociais diferentes” (BLOCH,

1998: 114) ou, conforme Kocka (2003: 40), “esclarecer perfis de casos singulares, frequentemente de um único caso, ao contrastá-lo com outro”.

Ao mesmo tempo, é importante estarmos atentos às considerações de Magnus Möner (1994: 374-375), para quem o método comparativo “no tiene teoría propia, tampoco herramientas analíticas específicas”, sendo “más bien formas de acercamiento que nos permiten considerar un fenómeno histórico dentro de un contexto más amplio de donde emerge”. Dessa forma, o historiador deve ter a percepção de que a História Comparada exige esforços interdisciplinares e, acima de tudo, exige necessariamente conexões intradisciplinares, ou seja, um diálogo com outros campos historiográficos. Tal fato explica o porquê de os estudos de comparativismo histórico serem ainda poucos e superficiais em relação a determinados temas e períodos.

Com relação ao tema aqui proposto, a comparação requer o entendimento da natureza dos discursos políticos. Primeiramente, se constituem em uma das várias práticas que fazem parte do universo da política. Ao mesmo tempo, só possuem um sentido e só podem ser compreendidos a partir do contexto histórico em que são pronunciados, ou seja, a partir das condições históricas que permitem com que os seus objetos discursivos apareçam. Por fim, possui uma dupla função: promovem os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e interpelam os sujeitos visando a adesão desses ao projeto político do emissor.

A partir destas considerações é que são problematizados os objetos discursivos comuns e mais recorrentes, originários da formação discursiva desenvolvimentista, presentes nos discursos dos presidentes Kubitschek e Frondizi. Ao mesmo tempo em que se propõe o entendimento de como esses objetos dialogavam com as perspectivas dos diferentes grupos e classes sociais presentes na disputa política daquele contexto histórico, procurando definir os sentidos que lhes eram atribuídos e a coerência que tais sentidos mantinham com a formação discursiva desenvolvimentista.

A hipótese desse trabalho parte da natureza dos discursos políticos, sobretudo, as condições históricas que permitiram a emergência dos objetos discursivos e de seus sentidos. Três foram as características que marcaram os contextos dos governos Kubitschek e Frondizi: um cenário internacional em transformação, cenários internos de polarização política e um momento de crise econômica. A partir desses condicionamentos é que emergiram dois grupos de objetos discursivos: um grupo relacionado as bases do desenvolvimentismo, mais ligados

propriamente ao programa e ao pensamento econômico desenvolvimentista, composto pela industrialização, pelo capital estrangeiro e pela integração nacional; outro grupo ligado as condições para a implementação do desenvolvimentismo, composto pela estabilidade política, pela estabilidade econômica e pela colaboração internacional. Os sentidos dados a estes objetos discursivos é que permitiram reconhecer as semelhanças e diferenças entre os discursos de Kubitschek e Frondizi. Foi a partir desse reconhecimento do perfil singular de cada um dos discursos presidenciais, conforme o objeto discursivo em questão, que se verificou uma maior coerência por parte dos discursos³ do presidente brasileiro em relação ao presidente argentino. Tal coerência pode ser definida quando os sentidos discursivos são comparados com o conjunto de objetos discursivos comuns que compõem a formação discursiva desenvolvimentista, bem como, em relação aos posicionamentos das classes sociais e dos grupos sociais que apoiaram a chegada dos presidentes desenvolvimentistas ao governo.

Para desenvolver a problematização e a hipótese aqui proposta, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 1, “O desenvolvimentismo na América Latina e a especificidade do discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi”, apresenta inicialmente a maturação do desenvolvimentismo como uma formação discursiva latino-americana. Num segundo momento, apresenta o contexto históricos dos dois governos que resultaram nas condições de emergência dos discursos dos presidentes desenvolvimentistas. Num terceiro momento, são apresentadas de uma forma geral as especificidades de tais discursos e os objetos discursivos considerados mais significativos.

No Capítulo 2, “Bases do desenvolvimentismo: industrialização, capital estrangeiro e Integração Nacional”, são tratados os objetos discursivos mais ligados propriamente ao pensamento econômico desenvolvimentista, bem como, aos programas de governo. Ao mesmo tempo, os sentidos de tais objetos discursivos, tendo em vista a dupla função dos discursos políticos, são relacionados com os grupos políticos e as classes sociais a quem são direcionados. Assim, a industrialização é inserida nos debates entre os desenvolvimentistas e os liberais sobre a melhor forma de superação da condição de subdesenvolvimento. O capital estrangeiro é inserido nos debates entre os nacionalistas e os cosmopolitas ou entreguistas. Já a integração econômica é contextualizada com os debates sobre a necessidade de ocupação

³ Aqui o termo discurso é utilizado como a unidade que compõe o conjunto dos discursos presidenciais. Além deste sentido acima, ao longo do trabalho, o termo discurso também será utilizado como discurso específico pronunciado em um determinado momento.

territorial e ativação econômica das regiões do interior como forma de superação da concentração econômica e populacional nas faixas litorâneas do Brasil e da Argentina.

Por fim, no Capítulo 3, “Condições para o desenvolvimentismo: Estabilidade política, Estabilidade econômica e Política Externa”, são tratados os objetos discursivos que se relacionam mais diretamente com as características dos contextos históricos dos governos. A estabilidade política é relacionada com o clima de polarização que propiciou ao governo Kubitschek a constituição de um “equilíbrio estável” (BENEVIDES, 1976, 1991) e ao governo Frondizi a continuação da “anormalidade permanente” (HALPERIN DONGHI, 2006), destacando o direcionamento dos discursos em questão para dois grupos sociais: as Forças Armadas e os trabalhadores. A estabilidade econômica, por sua vez, é relacionada à crise econômica, sobretudo, a questão da inflação e os debates entre os estruturalistas-desenvolvimentistas e os monetaristas sobre a melhor forma de combatê-la e de proporcionar o desenvolvimento econômico. O último objeto discursivo, a colaboração internacional é relacionada com o contexto internacional em transformação e as políticas externas dos governos. Para estabelecer essa relação, os discursos foram selecionados entre aqueles direcionados aos países de capitalismo central e aqueles direcionados aos países de capitalismo periférico, mais especificamente, a América Latina, onde se destaca a diferença de temporalidade dos governos e dos discursos em relação à Revolução Cubana como um fator determinante no tratamento de tal objeto discursivo.

1. O DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA E A ESPECIFICIDADE DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK E ARTURO FRONDIZI

Na segunda metade da década de 1950, Brasil e Argentina passaram a construir uma aproximação desejada, mas também negada, por inúmeros intelectuais e políticos ao longo da história das relações entre os dois países⁴. A vitória de Arturo Frondizi nas eleições presidenciais de fevereiro de 1958, representou o encontro de uma perspectiva comum entre o novo governo argentino e o governo brasileiro, presidido desde 1956 por Juscelino Kubitschek. Para o presidente brasileiro, esta aproximação era a emergência de “um sentimento novo” que anunciava “uma hora inaugural do convívio dos dois povos, um sentimento mais vivo, um desejo de compreensão mais profundo”, afinal, havia entre os dois países “um elo a mais, um entendimento mais profundo, um fervor bem maior do que houve em qualquer outro tempo”. Este “novo sentimento”, um “novo tempo” que levava, conforme o presidente Frondizi, os argentinos a saberem que “do outro lado das nossas fronteiras não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958: 225-237). Era o encontro dos presidentes desenvolvimentistas. Para além dos objetos discursivos comuns aos presidentes, objeto do presente estudo, a aproximação entre os dois governos foi a busca de uma resposta comum para o enfrentamento das múltiplas dimensões da crise vivenciada pela América Latina.

Na metade dos anos 1950, as limitações da industrialização por intermédio de substituição de importações, experimentada por alguns países da região a partir das transformações ocorridas em resposta aos efeitos da crise de 1929 e as restrições impostas pela Segunda Grande Guerra, se tornaram mais evidentes. Ao promover a industrialização sem aprofundar as mudanças sociais, a guerra acentuava os aspectos negativos das estruturas socioeconômicas, sobretudo, a insuficiência de uma infraestrutura que se demonstrava cada vez menos adequada ao avanço do próprio processo de industrialização. Insuficientes sistemas de transporte, déficits de energia que levavam a constantes racionamentos, acentuado avanço

⁴ Um importante estudo sobre os diferentes contextos e as diferentes propostas de aproximação e reavaliação entre Brasil e Argentina é o livro “Argentina-Brasil: de rivales a aliados” de Mario Rapoport e Eduardo Madrid. Ver: RAPOPORT; MADRID (2011).

nas desigualdades regionais entre as zonas industrializadas e as zonas não atingidas pelas transformações industriais, déficits habitacionais e de políticas urbanas, eram sinais que demonstravam que apesar de uma estrutura produtiva profundamente transformada, os países latino-americanos continuavam aprofundando velhos e criando novos desequilíbrios sociais.

Halperín Donghi (2012: 259), chama atenção para o fato de que, em 1950, 5% da população de Buenos Aires e a metade da população do Rio de Janeiro viviam nos bairros de emergência, locais de moradias precárias, desenvolvidos inicialmente com caráter temporário, que se tornaram permanentes no em torno das grandes cidades. Desde a “Cidade do México até Santiago do Chile, passando por Caracas, Lima, Rio de Janeiro e Buenos Aires, os subúrbios de barracos sem água corrente, frequentemente sem eletricidade” eram cada vez mais frequentes. Estas consequências negativas que atingiam fortemente as classes populares também atingiam, obviamente de forma menos drástica, as camadas mais elevadas “através da alta dos preços dos alugueis e das casas, da escassez de serviços considerados essenciais (em Buenos Aires é preciso esperar a instalação de um telefone), das dificuldades nos transportes urbanos, etc.”

Apesar deste ser um processo que se iniciou antes da década de 1950 é naquele contexto que a consciência da situação irá despertar de forma mais efetiva. A dinamização das atividades econômicas na América Latina a partir de 1938, sobretudo, devido ao aumento das exportações se prolongou até 1950-1955, fomentando o crescimento industrial. Este aumento das exportações aliado a forçada diminuição das importações durante a guerra propiciou a alguns países latino-americanos, entre eles Brasil e Argentina, uma acumulação de reservas em ouro e divisas que permitiram aliviar a escassez dos investimentos externos na região. A América Latina do imediato pós-Segunda Guerra não era a prioridade dos Estados Unidos, que devido a Guerra Fria assumira o papel de liderança do bloco ocidental. Por ter sido deixada de fora do Plano Marshall, a região recebeu, entre 1945 e 1950, 400 milhões de dólares, enquanto a Europa no mesmo período recebeu o montante de 19.000 milhões de dólares (DABÈNE, 2003: 130).

Em decorrência da acumulação de reservas, na primeira década que se seguiu ao final do conflito mundial predominou a crença de que era possível encontrar soluções para os problemas agudos da região no âmbito da própria reconstrução econômica do pós-guerra. A principal esperança, conforme Halperín Donghi (2012: 260), era a de que as dificuldades da Europa durassem “o suficiente para assegurar uma longa prosperidade às exportações

primárias” que, apesar das transformações vivenciadas, ainda consistia na principal fonte dos recursos que garantiam a acumulação de capitais que eram investidos na industrialização. Diferentemente, apesar de prolongado pelo *boom* da guerra da Coreia, o pós-guerra “será mais breve do que havia sido esperado: e nele não serão resolvidas – com exceções que continuam a ser marginais – as descompensações estruturais acumuladas na etapa aberta pela crise”. A este processo se somava o crescimento das mobilizações políticas.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o fortalecimento de novos atores sociais, sobretudo, o fortalecimento da classe trabalhadora, produziu o fenômeno da massificação da política. Entre 1944 e 1946, sete países - Brasil, Argentina, Bolívia, Guatemala, Haiti, Peru e Venezuela - passaram de ditaduras a democracias. No mesmo período “os regimes democráticos ou próximos à democracia – Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Uruguai – se consolidaram.”. Cuba, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e El Salvador permaneceram como ditaduras, porém, pressionadas a dar respostas as novas configurações sociais e políticas que vivenciavam⁵ (DABÈNE, 2003: 118-120). Esta nova configuração latino-americana impulsionou significativamente variados projetos políticos que tinham como finalidade um desenvolvimento autônomo, levando a ressignificação do nacionalismo na região.

O nacionalismo ganha um impulso na América Latina nas primeiras décadas do século XX, quando gerações de políticos e intelectuais se consagraram como preocupadas com a nação e a nacionalidade. Naquele contexto era possível identificar duas vertentes do nacionalismo. Um primeiro grupo, formado a partir das elites conservadoras e antiliberais, era identificado com o fascismo europeu e estiveram presentes na Argentina, entre “os nacionalistas tradicionalistas” (ORBE, 2011), no Brasil, no integralismo de Plínio Salgado, e no México, na Rebelião de Cristeros. Esta vertente professava um nacionalismo xenófobo, ultramontano e autoritário. Um segundo grupo, por sua vez, era formado por movimentos nacionalistas não identificados com o nazi-fascismo, com a Igreja ou com ideias antiliberais. Eram compostos por grupos populares, classes médias urbanas e frações das classes dominantes. Este nacionalismo reivindicava não somente uma cultura própria, mas também,

⁵ As respostas a estas pressões foram variadas. Enquanto que na Nicarágua, no Paraguai e na República Dominicana houve a promessa (não cumprida ou quando cumpridas não chegaram a consolidar uma democracia) de eleições livres, em Honduras a repressão foi intensificada e acompanhada de reformas que não alteraram as estruturas do país; Cuba, por sua vez, passou uma breve experiência democrática que durou até 1952, quando um golpe comandado pelo general Fulgêncio Batista interrompeu o processo de preparação eleitoral.

uma condição de desenvolvimento autônomo com críticas ao imperialismo, bem como, modificações na estrutura social do modelo agroexportador. (WASSERMAN, 2013).

Para Devés Valdés (2000: 230), acima das posições de direita ou de esquerda, laicas ou católicas moderadas ou extremas, os diferentes nacionalismos coincidiam em alguns pressupostos comuns tais como:

- Insistencia en lo propio contra lo invasor, sobre todo anglosajón, germano o ruso. Lo propio, según os casos, es lo indígena autóctono y/o la tradición ibérica y/o lo campesino.
- Crítica al liberalismo como modelo político algunas veces, y en cuanto modelo económico casi siempre. En este caso “liberalismo económico” se asocia con librecambismo, al que se opone proteccionismo y antiimperialismo.
- La necesidad de planificar u organizar, de actuar coordinadamente, otorgando un papel más o menos explícito al Estado para defender lo propio: economía, autonomía, cultura, etcétera.
- El antiintervencionismo: la idea de que la nación y/o el continente, la cultura, la raza, la economía (dependiendo de las orientaciones) están en peligro debido a los esfuerzos avasalladores de un enemigo externo.
- La necesidad de reescribir la historia nacional o continental.

A crise de 1929 e a emergência da Segunda Grande Guerra propiciaram o contexto favorável para que movimentos de caráter nacionalistas assumissem o governo em alguns países latino-americanos. No Brasil, o Golpe de 1930 levou a presidência Getúlio Vargas. Na Argentina, o Golpe de 1943 pôs fim à “década infame” e abriu caminho para a constituição do Peronismo (WALDMANN, 2008; MURMIS; PORTANTIERO, 1973). Ambos, Peronismo e Trabalhismo Varguista, constituiriam um “nacionalismo-popular”.

Os governos “nacionalistas populares”, coerentes com as críticas ao modelo liberal, identificado como livre-cambista, interviram ativamente na economia visando fortalecer a formação de um empresário nacional. Conforme Roberto Vila de Prado (2007: 1):

A pesar de la violencia que se desencadenó en algunos países y de la fuerte resistencia de las elites tradicionales, los proyectos nacionalistas se inscribieron dentro de la perspectiva de un “capitalismo de Estado” que en ningún momento intentó abolir la propiedad privada. El Estado considerado como un planificador y un gestor, tenía como misión afrontar los altos costos que demandaban las obras de infraestructura, así como el desarrollo de las industrias básicas. Ninguna de estas tareas políticas podía ser encarada por las débiles burguesías nacionales.

Para poder enfrentar con éxito a la oposición, las nuevas elites dirigentes construyeron un sistema de alianzas con fuerte participación popular. De manera que cada proyecto político concreto podía ser considerado como más a la izquierda o más a la derecha, según se pusiera más énfasis en lo popular o en la formación de un empresariado nacional.

Assim, no Brasil e na Argentina, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, o Nacionalismo, ao mesmo tempo em que adquiria um caráter de movimento de massas, também demonstrava as diferenças entre os grupos que reivindicavam o símbolo “Nação”. Porém, com o fim da Segunda Grande Guerra e a derrota do nazi-fascismo, principalmente, a partir dos anos 1950, o nacionalismo latino-americano passou a assumir “um caráter cada vez mais à esquerda no contexto da Guerra Fria” (MONIZ BANDEIRA, 1994: 56). A Revolução Boliviana de 1952 e o governo de Jacobo Árbenz (1951-1954) na Guatemala, são exemplos deste novo contexto.

No Brasil, o nacionalismo mais identificado com a esquerda ganhou forte impulso no segundo governo Vargas com o movimento popular crescendo e se difundido país afora. A campanha “O petróleo é nosso”, em 1953, foi um marco deste processo (AZEVEDO E SILVA, 2007). Essa “mobilização popular calcada em um embrionário sentimento de nacionalidade – embora em muito associado com o nacionalismo econômico – desempenhava um importante papel na articulação do nacionalismo no início dos anos 50”. (DOMINGOS, 2009: 299-300). Na ocasião foi divulgado com certa amplitude um documento intitulado “Frente Nacionalista Brasileira” que defendia a indústria nacional, o monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobrás, o estabelecimento de indústrias de base, política externa independente, reforma agrária, reforma do ensino, interiorização da capital, ampliação do mercado interno, aperfeiçoamento do regime democrático e apoio à indústria cinematográfica nacional. (DELGADO, 2007: 366-367).

O desfecho da conjuntura da crise de agosto de 1954 e da frustrada preparação golpista que marcaram o final daquele governo produziram dois símbolos que aproximaram ainda mais o nacionalismo anti-imperialista com os movimentos populares: o suicídio de Getúlio Vargas e a Carta Testamento. O suicídio passou a representar o sacrifício patriótico de um presidente nacionalista que preferiu “sair da vida para entrar para a História” a ser humilhado e desmoralizado pelas elites conservadoras. A Carta Testamento, por sua vez, transformou-se numa espécie de Manifesto-Programa nacionalista.

Na Argentina, ao longo do período peronista, apesar da diferenciação, os diferentes nacionalismos prosseguiram atuantes. A posição neutralista do governo argentino, mantida até quase o final da Segunda Guerra Mundial, fez com que a tardia ruptura de relações com o Eixo, ocorrida em janeiro de 1944, não tivesse o mesmo efeito desestabilizador nos movimentos fascistas pró-Eixo que a posição pró-Aliados assumida anteriormente pelo governo Vargas no Brasil. Por sua vez, o caráter anti-imperialista da campanha eleitoral de 1946, representada no slogan “Perón o Braden”, deslocou o sentimento anti-britânico do nacionalismo para um sentimento anti-estadunidense. (LUNA, 1984). Dessa forma, muitos eram os grupos nacionalistas que se colocavam junto ao peronismo. Desde setores do “nacionalismo tradicionalista” (entre estes antigos adeptos do Integrisimo) até mesmo grupos de esquerda originados da *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina - FORJA*. (MURMIS; PORTANTIERO, 1973). Esta hegemonia do apoio peronista entre os grupos nacionalistas passará por significativos abalos nos últimos anos do governo peronista, sobretudo, entre 1953 e 1955.

Este nacionalismo constituiu-se numa grande preocupação para os interesses norte-americanos na região. Tal fato se verifica na intervenção de mercenários treinados pela CIA na Guatemala em uma operação que acabou derrubando o governo nacionalista de Jacobo Arbenz, em 1954 (MONIZ BANDEIRA, 1998: 136). Entre 1948 e 1955 houve 11 golpes de Estado vitoriosos em diferentes países da América Latina.⁶ Obviamente nem todos os golpes de Estado estavam diretamente relacionados com a Guerra Fria, porém, todos de uma forma ou de outra estiveram relacionados diretamente com as mobilizações populares. Em 1955, a região estava diante de uma configuração política onde nada menos que 12 países latino-americanos estavam sujeitos a governos ditatoriais que em sua maioria se beneficiavam, conforme Debène (2003: 146), “da benevolência dos Estados Unidos, na medida em que se destacavam na luta contra o comunismo e ofereciam um ambiente favorável para as alterações norte-americanas”. Ao mesmo tempo, completando o mapa político da região, Brasil, Chile,

⁶ Sequência de Golpes de Estado vitoriosos na América Latina entre 1948 e 1955:

- 1948: Peru, Venezuela, Costa Rica e El Salvador;
- 1950: Nicarágua e Haiti;
- 1952: Cuba;
- 1953: Colômbia;
- 1954: Guatemala e Honduras;
- 1955: Argentina.

Além destes golpes de Estado vitoriosos, a República Dominicana, em 1951, e o Paraguai, em 1954, realizaram eleições não-competitivas e fraudulentas que serviram para referendar a continuidade de seus regimes ditatoriais. Cabe também ressaltar que, conforme já citamos, em 1954, o suicídio do presidente Getúlio Vargas frustrou o avanço golpista no Brasil.

Equador, México e Costa Rica vivenciavam democracias com algum tipo de restrição à participação política, sobretudo, a atuação legal dos partidos comunistas. Assim, enquanto na Europa a maioria dos países consolidavam suas democracias ao longo do processo de reconstrução do pós-guerra, na América Latina a construção de uma sólida democracia era mais um desafio que se colocava em um cenário de crise.

Ao longo deste dialético processo de transformação e crise, modificações ideológicas foram ocorrendo. Primeiramente, a medida em que os movimentos nacionalistas profascistas e etnocêntricos, identificados com as propostas nazifascistas, gradativamente se transformavam em pequenas seitas ou partidos de pouca expressão eleitoral, as Teorias Racialistas, que predominavam entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram perdendo crédito e o debate passou a se centrar sobre um projeto de desenvolvimento para os países da região. Ao mesmo tempo, quem também perdia cada vez mais a credibilidade eram as medidas que se baseavam nas ideias do liberalismo econômico. Apontadas como responsáveis pela fragilidade das estruturas latino-americanas diante dos efeitos da crise que se seguiu a partir de 1929, as ideias liberais passaram a ser abandonadas pelas principais economias da região nas décadas seguintes, tendo um breve e mais uma vez fracassado retorno em alguns países como Chile e Uruguai na década de 1950.

Conforme Halperín Donghi (2012: 312), o “espetáculo oferecido pelos improvisados teóricos do liberalismo e pelos radicais inimigos da inflação – empenhados, no final das contas, na desesperada adoção de medidas dirigistas e inflacionárias – retira qualquer ilusão a muitos de seus adeptos”. Esta perda de credibilidade do liberalismo econômico proporcionou a abertura necessária para a gestação de projetos políticos-ideológicos e de medidas econômicas alternativas. Em meio a esta busca de alternativas o desenvolvimentismo foi sendo maturado, ganhando credibilidade entre os intelectuais e os governos latino-americanos.

1.1. O desenvolvimentismo na América Latina: uma formação discursiva.

Definir um significado para desenvolvimentismo é uma tarefa nada fácil, devido ao caráter polissêmico do termo. Raymond Williams (2007: 28) chama atenção para o fato de

que apesar de cada grupo falar sua língua nativa, “seus usos são significativamente diferentes, em especial quando se trata de sentimentos fortes ou de ideias importantes”. Tal é o caso do grupo de palavras centrado em desenvolver, cujo mais interessante uso moderno, segundo o autor, “tem relação com certas ideias sobre a natureza das mudanças econômicas”. (Idem: 133).

Mesmo nesse caso, tal uso não retira a dificuldade de definição de seu significado, uma vez que “nesse emaranhado verbal, uma ideia muitas vezes generosa de ‘ajuda aos países em desenvolvimento’ se confunde com práticas totalmente egoístas de supressão da identidade alheia”. Para fugir destas armadilhas, Williams afirma que “é na análise das práticas concretas subsumidas no termo desenvolvimento que reconhecimentos mais específicos são necessários e possíveis” (Idem: 135-136). Ao analisar estas práticas concretas e suas relações com o uso mais geral do termo desenvolvimentismo, Pedro Fonseca (2015: 8), chama atenção para o fato de que

Desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “keynesianismo”, os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente nem do mesmo ponto de vista epistemológico, nem da prática cotidiana: *i*) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um conjunto de práticas de *política econômica* propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas, isto é, fatos concretos ou medidas “reais” que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracterizam como tal; e *ii*) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo. Estas podem ser expressas: *i*) como *discurso político*, por aqueles que as defendem ou as criticam (e que mais usualmente se denomina ideologia – outro termo polissêmico); ou *ii*) para designar uma escola ou *corrente de pensamento*, ao abranger teorias e estudos segundo cânones reconhecidos como saber científico.

Tomando por base essas múltiplas possibilidades e formas de uso do termo desenvolvimentismo, o autor afirma que na América Latina o termo “foi utilizado indiretamente para designar um conjunto de atributos caracterizadores, em termos ideais, da política econômica de determinados governos empenhados na superação do subdesenvolvimento.” (FONSECA: 10). A partir desta afirmação o autor selecionou, como uma amostragem, “entre as experiências históricas latino-americanas normalmente identificadas pela literatura como exemplos de desenvolvimentismo” um conjunto de 34

governos de oito países que, entre 1930 e 1979, adotaram, em maior ou menor grau, práticas de uma política econômica desenvolvimentista.⁷

Tal amostragem tomou por base dez variáveis diferentes que partiam da afirmação do desenvolvimentismo como uma política empenhada na superação do subdesenvolvimento. São estas: 1) Projeto Nacional; 2) Intervenção Estatal; 3) Industrialização; 4) Socialismo; 5) Capital Estrangeiro; 6) Burocracia; 7) Reforma Agrária; 8) Redistribuição de Renda; 9) Planejamento; 10) Banco de Desenvolvimento. (Idem: 35-36). Esta análise revelou uma heterogeneidade de práticas econômicas que priorizavam algumas variáveis em detrimento de outras conforme o contexto histórico e as relações de poder a que tais práticas se ligavam, levando o autor a buscar uma formulação mais definida do que seja uma política econômica desenvolvimentista. Uma busca que tomou como a necessidade de um núcleo comum que fosse além do objetivo de superação do desenvolvimentismo, mas que afirmasse uma unidade partir das próprias experiências desenvolvimentistas.

A partir desta nova problematização, Fonseca (2015: 40) irá propor uma formulação onde o desenvolvimentismo será definido como uma

[...] política econômica formulada e/ou exercida, de forma deliberada por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais de sistema capitalista.

⁷ Ordenado conforme os países, os governos selecionados por Pedro Fonseca são:

- Argentina: Juan Domingo Perón (1946-1955); Arturo Frondizi (1958-1962); Juan Carlos Onganía (1966-1970); e Roberto Marcelo Levingston (1970-1971).
- Brasil: Getúlio Vargas – 1º governo (1930-1945); Getúlio Vargas – 2º governo (1951-1954); Juscelino Kubitschek (1956-1961); João Goulart (1961-1964); Emilio Garrastazu Médici (1969-1974); e Ernesto Geisel (1974-1979).
- Chile: Pedro Augusto Cerda (1939-1941); Juan Antonio Ríos (1942-1946); Gabriel González Videla (1947-1952); Carlos Ibañez del Campo – 2º governo (1953-1958); e Eduardo Frei Montalva (1965-1970).
- Colômbia: Alfonso López Pumarejo – 1º governo (1934-1938); Alfonso López Pumarejo – 2º governo (1942-1945); Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957); Alberto Lleras Camargo (1958-1962); Calos Lleras Restrepo (1966-1970).
- México: Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940); Manuel Ávila Camacho (1940-1946); Miguel Alemán Valdés (1946-1952); Adolfo Ruíz Cortines (1952-1958); e Adolfo López Mateos (1958-1964).
- Peru: Óscar Benavides (1933-1939); Manuel Odría (1948-1956); Fernando Belaúnde Terry (1963-1968); e Juan Velasco Alvarado (1968-1975).
- Uruguai: Luís Batlle Berres (1947-1951); Conselho Nacional de Governo 1 (1959-1963); e Conselho Nacional de Governo 2 (1963-1967).
- Venezuela: Rómulo Betancourt (1959-1964); Raúl Leoni (1964-1969).

A Quadro que cita os governos selecionados e demonstra a análise dos governos desenvolvimentistas a partir das dez variáveis propostas encontrasse em Fonseca (2015: 32-37).

Tal formulação, mesmo mantendo certa amplitude, é uma importante resposta ao desafio de definir o significado de uma política econômica desenvolvimentista, visando incluir um conjunto heterógeno de práticas que são apontadas pela literatura como pertencendo ao desenvolvimentismo. Tal unificação se produz a partir da busca de uma missão comum, qual seja, a industrialização. Esta busca pela industrialização é o principal parâmetro de diferenciação entre as políticas econômicas desenvolvimentistas e as políticas econômicas agroexportadoras, adotadas e defendidas pelos liberais na América Latina tomando por base a concepção das vantagens comparativas.

Em que pese esta definição de política econômica desenvolvimentista, conforme alerta Fonseca, o uso do termo desenvolvimentismo não se esgota no campo das práticas econômicas. Em paralelo a essas práticas foram se constituindo correntes de pensamento que se agrupavam em torno de uma concepção de desenvolvimento que, apesar das diferentes abordagens e proposições, tinha em comum formulações que podem ser definidas como desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, também foram se produzindo um conjunto de discursos políticos que, pronunciados por diferentes atores sociais, se identificavam como desenvolvimentistas.

Assim, além de experiências concretas que tiveram por base uma política econômica que tinham como objetivo a superação da condição de subdesenvolvimento a partir da industrialização, um conjunto de discursos teóricos, “científicos” e políticos também constituíram os usos do termo desenvolvimento. A partir desta constatação é se propõe a definição do desenvolvimento como uma formação discursiva.

O conceito de formação discursiva foi primeiramente utilizado por Michel Foucault. Em sua obra “A arqueologia do saber”, o autor chamou atenção para o fato de que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção se tratar de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio da objetividade”. (FOUCAULT, 2015: 47).

Partindo desta definição, Norman Fairclough (2016: 67) afirma que uma formação discursiva, na acepção foucaultiana, consiste em regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela, em regras para a formação de objetos, de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de conceitos e de estratégias. Tais regras são constituídas por elementos discursivos e não discursivos anteriores a estas. O processo de articulação destes elementos é que faz do discurso uma prática social ou, na expressão usada por Foucault, uma prática discursiva.

O conceito de formação discursiva também é utilizado por Michel Pêcheux na sua formulação sobre a análise automática de discurso. Porém, diferentemente de Foucault que utiliza tal conceito como uma alternativa ao conceito de ideologia, Pêcheux promove o encontro entre ambos os conceitos. Tal encontro ocorre quando o autor propõe que uma formação discursiva está sempre em relação com uma formação ideológica.

Esta concepção é formulada por Pêcheux, em um artigo escrito conjuntamente com Claudine Haroche e Paul Henry, publicado pela primeira vez em 1971 no Jornal Comunista *L'Humanité*. No texto os autores afirmam que:

[...] sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre as classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado *aparelhos* por meio dos quais se realizam essas práticas; à essas relações correspondem *posições* políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2008:10).

Nesta passagem os autores deixam transparecer a influência da conceituação althusseriana em suas concepções de ideologia. Segundo Terry Eagleton (1997:16), Althusser procurou fugir de uma linhagem central que, de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns

pensadores marxistas posteriores, “esteve preocupada com ideias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação”. A partir deste movimento, o polêmico marxista francês aproximou-se de uma segunda tradição de pensamento, que também se insere no marxismo, mas que não se restringe somente a este, se voltando “mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal”.

Esta aproximação é que levou a ideologia a ser entendida a partir de três asserções: 1) a ideologia tem existência material nas práticas das instituições; 2) a ideologia interpela os sujeitos, o que faz com que um dos efeitos mais significativos efeitos ideológicos do discurso seja a constituição de sujeitos; 3) a ideologia se manifesta através dos Aparelhos Ideológicos do Estado que são locais e marcos delimitadores na luta de classe.⁸

Assim, a ideologia é entendida como um conjunto de representações e ideias que os sujeitos produzem sobre as suas relações com as condições reais de existência. Tais ideologias se encontram em “formações ideológicas específicas, que diferem segundo o lugar que ocupam em cada formação social.” (DEBERT, 2008: 45). Portanto, é a formação ideológica que organiza a ideologia para a intervenção na luta política.

Para tal, conforme Pêcheux, Haroche e Henry (2008:10),

[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas *também* (e sobretudo) de *construções* nas quais essas palavras se *combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontamos no começo, as palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra. (Idem: 10).

⁸ Estas asserções - muito difundidas no campo da análise do discurso, principalmente, a partir das elaborações por próprio Michel Pêcheux – podem ser encontradas na obra “Aparelhos Ideológicos do Estado” e nos textos anexos à obra “Sobre a Reprodução”, intitulados “Notas sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado” e “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma pesquisa)” (Althusser, 2001; 2008). Este último texto também está publicado na coletânea organizada por Žižek (1996) intitulada “Um mapa da ideologia”. Um significativo estudo que permite uma visão ampla da elaboração do polêmico marxista francês ao longo de sua trajetória foi escrito por Luiz Eduardo Motta (2014).

Dessa forma, a formação discursiva é inserida como um dos componentes da formação ideológica, sendo que esta pode comportar não apenas uma, mas várias formações discursivas. Apesar desta condição, quem determina o que pode e deve ser dito em uma formação ideológica é a formação discursiva. Assim, a formação discursiva pode ser definida como “aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de posição dada em uma conjuntura sócio-histórico dada – determina o que pode ou deve ser dito.” (ORLANDI, 2015: 41).

A partir desta consideração, Orlandi chama atenção para dois pontos: 1) O fato de que o “discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. Dessa forma, as palavras não têm um sentido nelas mesmas, sendo estes derivados “das formações discursivas em que se inserem”. Portanto, são as formações discursivas que representam no discurso as formações ideológicas. 2) “É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”, ou seja, palavras iguais “podem significar diferentemente porque se inserem em formações discursivas diferentes”. Por exemplo, a palavra desenvolvimento na formação discursiva desenvolvimentista não tem o mesmo sentido que possui em uma formação discursiva liberal.

Tais considerações nos remetem ao caráter histórico da formação discursiva que não pode ser entendida como algo pronto e acabado. Uma formação discursiva se produz a partir de uma condição processual, onde objetos, modalidades enunciativas e posições do sujeito, conceitos e estratégias, não são pré-estabelecidos *a priori*, sendo constituídos ao longo da própria existência desta.

Dessa forma, a formação discursiva desenvolvimentista foi se consolidando ao longo de um processo histórico onde o conjunto de práticas de uma política econômica desenvolvimentista, as correntes de pensamento e os discursos políticos desenvolvimentistas foram se constituindo. Tal consideração encontra correspondência na própria historiografia que produziu uma periodização que situa as décadas de 1930 e 1940 como o período de origem do desenvolvimentismo e a década de 1950 como o período inicial de seu processo de amadurecimento e consolidação. Esta periodização leva em conta tanto os governos desenvolvimentistas e suas práticas, quanto os estudos que são considerados como parte da teoria desenvolvimentista.

Um papel importante no processo de consolidação da formação discursiva desenvolvimentista foi desempenhado pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, criada no âmbito da Organização das Nações Unidas em 1948. Em um contexto onde a emergência da Guerra Fria com a polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética passava a substituir a antiga polarização da Segunda Grande Guerra entre os Países Aliados e os Países do Eixo, a CEPAL tinha por objetivo não somente a proposição de um modelo de análise sobre as condições de subdesenvolvimento e de atraso dos países latino-americanos, mas também ser um órgão de proposição e assessoria visando à implantação de um projeto de desenvolvimento junto aos governos.

Este objetivo fez com que o órgão nascesse sob forte oposição dos Estados Unidos que não via com bons olhos o excesso de autonomia que a comissão possuía. O Departamento de Estado norte-americano enxergava o novo órgão como uma perigosa instituição que funcionaria paralelamente a Organização dos Estados Americanos – OEA; e em oposição ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BIRF), instituições onde fazia prevalecer os seus interesses. Devido a este fato, foi necessário um forte empenho, principalmente por parte de Raúl Prebisch, junto aos governos dos países latino-americanos para que estes apoiassem a transformação da comissão de órgão temporário em órgão permanente⁹. Uma vez derrotada, mas não superada, a oposição norte-americana, ao longo dos anos 1950 a CEPAL atingiu o auge de sua capacidade de ousar e influenciar, sobretudo, através de um conjunto de elaborações originais (BIELSCHOWSKY, 2000: 25).

Conforme Fonseca (2015: 8):

[...]. Embora a ideologia e as experiências históricas desenvolvimentistas tenham uma longa história, cuja gênese remonta a meados do século XIX, foi a partir da Grande Depressão da década de 1930 que tomaram vulto em boa parte dos países latino-americanos, destacadamente Argentina, Brasil, Chile e México, mas também Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, para mencionar os casos mais típicos. Já o pensamento econômico teórico só se consolidou na década de 1950 e 1960. Para tanto, foi fundamental a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a sua capacidade para canalizar e difundir trabalhos clássicos de nomes como Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros.

⁹ Inicialmente a CEPAL fora fundada com caráter temporário, posteriormente, passou a ser um órgão permanente. A oposição dos Estados Unidos e a luta travada pelo reconhecimento do significado e da importância da CEPAL são descritas por Celso Furtado no capítulo VIII de “A Fantasia Organizada” primeira parte de sua obra autobiográfica. Esta mesma oposição também é descrita na biografia de Raúl Prebisch escrita por Edgar J. Dosman. Ver: Furtado (2014) e Dosman (2011).

Em seus diagnósticos, os cepalinos formularam uma concepção que apontava o “modelo de crescimento para fora” e a condição periférica como as principais razões da dependência e da miséria na América Latina. Em oposição a este modelo propunham “o desenvolvimento para dentro”, onde o centro dinâmico da economia seria deslocado para dentro da própria Nação (WASSERMAN, 2013: 122). Tal proposta levou a ressignificação do conceito de desenvolvimento que foi fortemente reafirmado como industrialização, em um movimento de continuidade em relação aos projetos antioligárquicos (WASSERMAN, 2002) das décadas anteriores, porém, recebendo uma elaboração teórica bastante refinada. Conceitos como industrialização, deterioração dos termos de troca, relação centro-periferia, desenvolvimento para dentro e substituição de importações passaram a fazer parte dos debates sobre os rumos da região. Estas elaborações configuraram o chamado Estruturalismo latino-americano.

O Estruturalismo latino-americano é uma corrente de pensamento surgida a partir da CEPAL que através de um enfoque metodológico renovado produziu uma das mais originais contribuições para o desenvolvimento das ciências sociais na América Latina. Não se restringindo apenas as esferas daquele órgão, as proposições estruturalistas conseguiram grande difusão e aceitação de suas ideias entre os especialistas, passando a despertar interesse e a influenciar muitos responsáveis por políticas públicas na região. Um dos fatores que referendou tal interesse e, principalmente, sua influência foi a capacidade de abranger diferentes elaborações, em diferentes contextos, e que procuravam responder a determinadas exigências da realidade, o que não significa que existisse ou exista (uma vez que esta corrente de pensamento ainda se mantém) um ponto comum a esses teóricos.

No balanço que faz sobre o Estruturalismo Latino-americano, Octavio Rodríguez (2009: 41) afirma que, para além das especificidades e até mesmo das diferenças significativas entre as elaborações dos seus teóricos ao longo do século XX, em comum ao conjunto das proposições estava uma ideia centrada “no esforço para identificar e compreender o chamado ‘subdesenvolvimento’”. Para estes intelectuais o subdesenvolvimento era uma condição determinada pela história que se revelava na presença de problemas estruturais tanto no âmbito econômico, como nos âmbitos social, político e no cultural. Tais problemas se faziam sentir diretamente através do desequilíbrio externo que acompanha os processos de industrialização dos países periféricos e na persistência do subemprego estrutural, este último

relacionado diretamente com o desequilíbrio gerado na agricultura ao longo deste processo. Em pese sua elaboração original, esse conceito de subdesenvolvimento nunca foi um ponto pacífico nos debates sobre a realidade latino-americana.

Subdesenvolvimento é uma das palavras que pertencem ao grupo centrado em desenvolver, utilizada a partir de 1945 como oposição a desenvolvimento. Williams (2007: 134), destaca que o uso do termo esteve vinculado a duas ideias “a de terras em que os “recursos naturais” se desenvolveram ou foram explorados de forma insuficiente”; e a de “economias e sociedades destinadas a atravessar “etapas de desenvolvimentos previsíveis, de acordo com um modelo previsível”. Problematizando o fato de que a aparente simplicidade do termo pode encobrir questões econômicas e políticas muito difíceis, o autor chama atenção para o fato de que “uma terra específica” poder ser “desenvolvida no que se refere aos seus próprios fins, como ocorre em alguns tipos de economias de subsistência, mas considerada subdesenvolvida em termos de um mercado mundial dominado pelos outros”.

A partir desta problematização, “economistas radicais” avaliaram o subdesenvolvimento como uma condição induzida por pressões externas, “uma vez que o desenvolvimento pode ser o uso que uma sociedade faz de seus próprios recursos para fins próprios” ou “a utilização de alguns de seus recursos em função de um mercado ou de uma necessidade externos” (Idem: 135). Apesar de Raymond Williams não fazer referência a nenhuma corrente de pensamento específica em sua análise, é de conhecimento notório que parte desta problematização foi esboçada pelos intelectuais ligados a Teoria Marxista da Dependência¹⁰. Em suas críticas ao pensamento cepalino, estes intelectuais passaram a utilizar o conceito de país dependente não somente como uma alternativa ao conceito de país em desenvolvimento, utilizado sobretudo pelos economistas neoclássicos a partir da década de 1960, mas também como uma alternativa ao próprio conceito de país subdesenvolvido derivado do estruturalismo latino-americano. Tal uso consiste em uma forma de enfatizar não somente o caráter dependente das formações econômicas e sociais capitalistas latino-americanas, mas também, delimitar a ideia de que qualquer mudança estrutural, revolucionária, na região passaria pela própria ruptura com tal dependência. Para os teóricos marxistas da dependência tal ideia

¹⁰ A Teoria Marxista de Dependência foi formulada a partir das elaborações dos intelectuais brasileiros, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, e do intelectual alemão, André Gunder Frank no âmbito dos debates sobre a realidade brasileira e latino-americana nas décadas de 1960 e 1970. A trajetória do grupo foi estudada pela professora Claudia Wasserman na obra “Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo”. Ver: Wasserman (2017).

nunca esteve presente no pensamento dos estruturalistas latino americanos e nas propostas da CEPAL.

Vânia Bambirra, refletindo sobre a realidade latino-americana no final da década de 1960 e início da década de 1970, afirmou que os equívocos cometidos pela CEPAL em muitas de suas interpretações sobre o processo de desenvolvimento da região não ocorreram devido “às limitações dos ‘dados disponíveis’”, como os próprios cepalinos afirmavam. Tais equívocos, para a autora que foi uma das principais teóricas marxistas da dependência, decorreram fundamentalmente das próprias deficiências das concepções metodológicas geralmente utilizadas pelos estruturalistas que produziram teorias cujo objetivo seria, “no fundo e mais nada, justificar certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar explicá-lo” (BAMBIRRA, 2013: 37).

De fato, a Cepal e os estruturalistas latino-americanos nunca se propuseram a elaborar uma teoria ou um projeto para uma revolução no sentido socialistas e marxista do termo. Pelo contrário, suas contribuições visavam a construção de um projeto dentro dos moldes capitalistas. Um projeto que, dentro do que consideravam serem as condições abertas pelo próprio capitalismo mundial, levaria ao desenvolvimento dos países latino-americanos que, conforme a suas teorias, consistia na eliminação da condição de países periféricos. E foi justamente a partir deste objetivo que tiveram papel fundamental no processo de maturação do desenvolvimentismo.

Apesar do papel fundamental desempenhado pelas ideias da CEPAL, o pensamento econômico desenvolvimentista¹¹ não se restringe apenas a elas. Obviamente que o diagnóstico cepalino, a perspectiva baseada na dicotomia centro-periferia, a teoria da deterioração dos termos de troca e, posteriormente, a teoria do desenvolvimento endógeno da tecnologia, constituíram uma base profundamente sólida para o desenvolvimentismo. Porém, outras ideias e outros conceitos foram sendo incorporados em maior ou menor grau de acordo com a

¹¹ Optou-se pelo uso do termo pensamento econômico desenvolvimentista ao invés do termo discurso teórico ou científico desenvolvimentista pelo fato de que muitos dos intelectuais que contribuíram com o desenvolvimentista participaram de forma direta da execução das práticas de política econômica desenvolvimentista. Alguns destes atuaram diretamente nos governos e/ou nos órgãos supranacionais, outros atuaram através de auxílios ou assessorias pontuais. Porém, independentemente do tipo de atuação, essa condição os coloca em uma posição diversa da de outros intelectuais, fazendo com que possam ser definidos como intelectuais orgânicos na acepção gramsciana do termo. Tal condição também faz com que suas elaborações estejam além daquelas que podemos definir apenas como discursos teóricos ou científicos. Por isso a opção por um termo mais amplo que contemple tanto as elaborações destes intelectuais orgânicos como a dos demais intelectuais que contribuíram no processo de maturação do desenvolvimentismo.

especificidade de cada país ou as perspectivas do grupo político que reivindicava os postulados desenvolvimentista.

Analisando o pensamento econômico desenvolvimentista, tendo como ponto de partida a origem “criativa e complexa” do conceito de desenvolvimento, Horacio Bossio (2014) identificou duas vertentes que foram fundamentais para a sua constituição: a dos “pioneiros da Teoria do Desenvolvimento” e a “vertente fundacional social-cristã”. Na primeira vertente, o autor reuniu as diferentes teorias nascidas nas universidades e nos centros de estudos, que se produziram para além da CEPAL, precedendo ou continuando as teses do estruturalismo latino-americano. Fizeram parte desta classificação três grupos: as correntes pré-cepalinas; as correntes pós-cepalinas; e, em meio a estas, a própria CEPAL.

Entre os membros do grupo pré-cepalino se destaca Joseph A. Schumpeter que em sua obra *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1911, propôs a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento. Schumpeter entendia o crescimento econômico como as mudanças ocorridas nas magnitudes econômicas, tais como a produção, o emprego, a poupança e os investimentos, enquanto que o desenvolvimento diz respeito as mudanças nos mecanismos endógenos que supõem uma ruptura nos processos que impulsionam o progresso econômico e social (BOSSIO, 2014: 37). Dessa forma, o desenvolvimento é descrito como a realização de novas combinações, englobando em seu conceito cinco casos: 1) a introdução de novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; 2) a introdução de um novo método de produção; 3) a abertura de um novo mercado; 4) a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; 5) o estabelecimento de uma nova organização de industrial. (SCHUMPETER, 1982: 48-49). Esta conceituação de desenvolvimento serviu de base para a formulação de sua Teoria do Espírito Empreendedor que destaca o papel das inovações nos processos de desenvolvimento.

Outro autor que Bossio classifica como fazendo parte das correntes pré-cepalinas é Paul Rosenstein-Rodan. Em um artigo publicado em 1943, intitulado *The international development of economically backward areas*, este economista defendeu a tese de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos¹² somente seria possível se fosse derivado de um momento de “grande impulso” (*big push*). Este “grande impulso” teria a função de gerador de um crescimento autossuficiente. Porém, para que este momento se realizasse era

¹² Apesar das críticas, com as quais concordo, ao uso do termo subdesenvolvimento, optei por utilizá-lo nas referências as ideias dos “pioneiros da teoria do desenvolvimento”, pois este é termo mais utilizado ou quando não utilizado é o que mais se aproxima das concepções defendidas por estes autores.

necessário um *quantum* mínimo de investimento. Rosenstein-Rodan comparava o lançamento de um país em um processo de crescimento autossuficiente a partir do *Big Push* com a decolagem de um avião, quando é necessária uma velocidade crítica sobre a pista “que deve ser rebasada antes que el aparato se eleve”, uma vez que, procedendo “‘paso a paso’ no se logrará un efecto igual a la suma de los pasos.” (BOSSIO, 2014: 39).

Dentro da corrente pré-cepalina são inseridos ainda dois autores: 1) Emil Lederer, que sobre influência de Schumpeter e da teoria marxista se preocupou com os problemas acarretados pela concentração monopolística capitalista e em sua teoria do crescimento apontou a importância das mudanças tecnológicas como causadoras estruturais do desemprego; 2) Colin Clark, um dos primeiros economistas a apresentar o conceito de produto nacional bruto como categoria essencial para estudar o progresso econômico das nações (Idem: 39-40).

Nas correntes pós-cepalinas, Bossio inclui um conjunto variado de intelectuais, predominantemente economistas, que ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1950-1960-1970, participaram a partir de uma perspectiva heterodoxa dos debates sobre a chamada economia do desenvolvimento¹³. Alguns destes autores influenciaram não somente teoricamente, mas também diretamente alguns governos, participando da elaboração de suas políticas. Tal fato, extremamente relevante no que tange ao papel dos intelectuais na construção do desenvolvimentismo, é secundarizado por Bossio que o destaca apenas quando se refere a John Kenneth Galbraith.

John Kenneth Galbraith foi assessor de todos os presidentes democratas dos Estados Unidos ao longo do século XX, de Franklin Delano Roosevelt até Bill Clinton.¹⁴ Além destes cargos ligados diretamente a presidência norte-americana, Galbraith também foi embaixador na Índia entre 1961 e 1963, onde assessorou o governo daquele país em sua política de desenvolvimento. Professor de economia em Harvard, Cambridge, Berkeley, Princeton, Bristol e Califórnia, era adepto e divulgador da teoria keynesiana (PARKER, 2006). A partir desta perspectiva teórica elaborou uma visão crítica acerca do papel fundamental que as instituições públicas deveriam ter frente as grandes corporações (BOSSIO, 2014: 46).

¹³ Uma importante obra que produz uma síntese destas discussões, reunindo textos de muitos destes autores, foi organizada por A.N. Agarwala e S.P. Singh e publicada no Brasil com o título “A economia do desenvolvimento”. Ver: Agarwala; Singh (2010).

¹⁴ Uma importante obra sobre a trajetória de John Kenneth Galbraith foi publicada por Richard Parker, intitulada *John Kenneth Galbraith: his life, his politics, his economics*. Ver: Parker (2006).

Outro economista que também participou do governo norte-americano foi Walt W. Rostow. Assessor especial de segurança nacional do presidente Lyndon Johnson, entre 1966 e 1969, contribuiu na elaboração da estratégia de contenção do “avanço comunista” na América Latina.¹⁵ A partir de uma abordagem próxima a de Rodan-Rosenstein, Rostow inseriu a ideia da decolagem ou do arranco (*take-off*) em uma visão onde o desenvolvimento econômico era concebido através de etapas (Idem: 40). Uma visão bastante questionada entre os inúmeros economistas que se situam dentro do campo desenvolvimentista.

Um terceiro intelectual da corrente pós-cepalina que teve participação direta em governos foi Albert Hirschman.¹⁶ Nascido na Alemanha, de onde emigrou após o advento do nazismo, ao longo da década de 1930 Hirschman estudou na França, na Inglaterra e na Itália. Paralelamente aos estudos participou ativamente da militância antifascista, tendo auxiliado na fuga de muitos intelectuais, artistas e políticos alemães. Em dezembro de 1940, transferiu-se para o Estados Unidos onde exerceu suas atividades profissionais na Universidade de Berkeley – Califórnia. Naturalizado norte-americano serviu ao exército entre 1943 e 1946. Entre 1946 e 1952, trabalhou no *Federal Reserve Board* em Washington, em questões do Plano Marshall para a reconstrução da Europa Ocidental. Foi justamente nesse período que passou a se interessar pela teoria do desenvolvimento econômico. Em 1952, passou a trabalhar para o governo da Colômbia, onde exerceu entre 1952 e 1954, o cargo de conselheiro financeiro da Junta de Planificação Nacional. Posteriormente, entre 1954 e 1956, atuou como assessor econômico privado do Governo em Bogotá (LEPENIES, 2009).

Em 1958, Hirschman publicou “A estratégia do desenvolvimento econômico”, onde a ideia de crescimento desequilibrado é defendida como uma importante ferramenta conceitual para entender e impulsionar o desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas. Rosenstein-Roden defendia que no processo de desenvolvimento, principalmente, no momento do *big push*, os investimentos fossem sincronizados em diversas atividades econômicas, viabilizando dessa forma uma industrialização autossustentada. Em contraposição a esta visão de crescimento equilibrado, o autor defendeu que devido aos

¹⁵ Em artigo publicado na Revista Crítica Marxista, intitulado “Os Estados Unidos e a guerrilha”, João Roberto Martins Filho destaca este papel desempenhado por Walt W. Rostow, sobretudo, o seu interesse e a sua participação indireta na “caçada” a Ernesto Che Guevara na Bolívia até a sua morte em outubro de 1967. O autor também destaca o papel que o intelectual desempenhou como entusiasta da Guerra do Vietnã. Ver: Martins Filho (1997).

¹⁶ Um importante texto sobre a trajetória e a obra de Albert Hirschman foi publicado por Philipp Lepenier na Revista *Development and Change*, traduzido e publicado no Brasil pela Revista Novos Estudos. Ver: Lepenies (2009).

recursos escassos, os países subdesenvolvidos deveriam escolher determinadas atividades-chaves e centros regionais que, por meio de encadeamentos, pudessem ser capazes de propiciar a implantação e o crescimento de outras atividades e outras regiões interligadas (HIRSCHMAN, 1961).

Além destes intelectuais que tiveram participação direta em governos, Bossio destaca um conjunto de outros autores, de diferentes matrizes teóricas que, dentro de sua proposta, também fizeram parte da corrente pós-cepalina e em diferentes graus influenciaram o pensamento desenvolvimentista latino-americano. Entre os autores citados estão: Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Hans Singer, Bert Hoselitz, Simon Kuznets, William Arthur Lewis, Charles Kindleberger e Barbara Ward, o economista socialista Oskar Lange e os marxistas estruturalistas Paul Baran, Paul Sweezy e Maurice Dobb. Na segunda metade da década de 1950 as ideias de dois destes intelectuais foram fundamentais na elaboração dos diagnósticos que serviram de base para a formulação das políticas desenvolvimentistas por parte dos governos latino-americanos: Gunnar Myrdal e Ragnar Nurkse.

A teoria da deterioração dos termos de troca de Gunnar Myrdal estabeleceu um importante diálogo complementar com a semelhante teoria elaborada pelos cepalinos, sobretudo, por Raúl Prebisch. Por sua vez, Ragnar Nurkse e sua tese de círculo vicioso do subdesenvolvimento serviram de base para justificar a utilização do capital estrangeiro de forma direta como condição que possibilite o salto modernizador. Bossio (2014: 47) chama atenção para o fato de a obra “Problema de formação de capital nos países subdesenvolvidos” ter servido de referência tanto no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, como na obra *Estatuto del Subdesarrollo* de Rogelio Frigerio na Argentina.

Para Nurkse (2010: 277),

A indução ao investimento é limitada pela dimensão do mercado. (...). O que determina a dimensão do mercado? Não é somente a demanda monetária, nem o número de habitantes, nem a superfície física. As instalações de transporte, as quais Adam Smith deu destaque especial, são importantes; a redução dos custos de transporte (artificial e natural) amplia o mercado tanto no sentido econômico como no geográfico. Mas a redução de qualquer custo de produção tende a ter este efeito. Assim, a dimensão do mercado é determinada pelo nível geral da produtividade. Capacidade de compra significa capacidade de produção. O nível de produção, por sua vez, depende – não em termos absolutos, mas em grande medida – da utilização do capital na produção. Mas a utilização do capital se vê, no início, inibida pela pequena dimensão do mercado.

Dessa forma, a pequena dimensão do mercado nos países subdesenvolvidos, fruto dos baixos salários e da baixa produtividade -dois fatores que se complementam formando o círculo vicioso da pobreza¹⁷– impede a formação dos capitais necessários a realização do grande impulso promotor do desenvolvimento. Por isso, a necessidade de capitais estrangeiros para a realização do papel que deveria ser executado pelo capital nacional, mas que a insuficiência de poupança dos países subdesenvolvidos os impede de realizar. Diferentes variações desta tese serão constantemente utilizadas por Kubistchek e por Frondizi em suas justificativas para o ingresso dos capitais estrangeiros.

A segunda vertente fundamental para a constituição do pensamento desenvolvimentista latino-americano, segundo Bossio (2014), foi a Vertente Social-Cristã. Esta vertente foi constituída em suas “vias genéticas francesa e anglo-saxônica” pelo filósofo francês Jacques Maritain, pelo frade dominicano Louis Joseph Debret e pelos economistas François Perroux e Bárbara Ward (esta última também situada na corrente pós-cepalina dos pioneiros da teoria do desenvolvimento). Na Argentina, o padre Fernando Storni e o economista Oreste Popescu seriam os outros representantes desta vertente. Apesar de o autor se restringir a Argentina em sua análise, tomando por base o trabalho de José Henrique Artigas de Godoy (2015) sobre o desenvolvimentismo católico, situo também o brasileiro Dom Hélder Câmara entre os membros desta vertente¹⁸.

Conforme Bossio (2014: 69), o grupo de desenvolvimentistas social-cristãos

[...] desde el abordaje del “humanismo integral” (título de la obra cumbre de Jacques Maritain) se propuso acercar un diagnóstico multidisciplinar, junto a un grupo de científicos sociales que se comportarían al modo de un *think tank* y cuya función era la investigación para la acción.

¹⁷ Círculo vicioso da pobreza e círculo vicioso do subdesenvolvimento podem ser considerados sinônimos na obra de Nurkse.

¹⁸ “Ex-integralista, D. Helder converteu-se ao clero progressista e com o tempo foi assumindo posições cada vez mais à esquerda. Entre as décadas de 1940 e 1960, alinhou-se às perspectivas do desenvolvimentismo católico, em grande medida amparado nas ideias do movimento Economia e Humanismo, liderado pelo padre francês Louis-Joseph Lebret, que se tornou um de seus principais interlocutores”. (GODOY, 2015: 2).

A partir desta preocupação os membros desta vertente elaboram ou uma perspectiva segundo o qual a integração era a pré-condição para o desenvolvimento de uma economia alternativa tanto ao reducionismo antropológico do *homo oeconomicus* da teoria neoclássica, quanto as categorias consideradas por estes como deterministas do marxismo. Dessa forma, defendiam uma economia que combinasse crescimento das forças produtivas com mecanismo de equidade e inclusão social a partir dos pressupostos humanistas e “transcendentes” da “pessoa humana”, um conceito e uma expressão vital claramente descrita “en el Magisterio social de la Iglesia, especialmente a partir de la carta encíclica *Rerum Novarum* del papa León XIII (publicada en 1891) que inauguró la llamada Doctrina Social de la Iglesia (DSI).” (Idem: 70). Tanto Juscelino Kubitschek, como Arturo Frondizi, ambos católicos, se utilizaram de muitas expressões e conceitos do desenvolvimentismo católico para justificar suas ações e buscar o apoio dos setores eclesiásticos aos seus governos.

Estas reflexões sobre as diferentes vertentes e as correntes que tiveram papel fundamental para a constituição do pensamento desenvolvimentista latino-americano nos remetem a problematização da ideia de que este se originou “en trabajos de economistas y sociólogos norte-americanos” como um derivado da Teoria da Modernização surgida naquele país nas décadas de 1950 e 1960. Para esta visão as ideias desenvolvimentistas foram “difundidas por las usinas ideológicas colaterales del imperialismo norte-americano” do qual faziam parte o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a própria CEPAL, que apesar de ser uma organização heterodoxa, possui uma condição de dependência em relação as Nações Unidas (KOENIG, 2013: 159).

Em seu estudo comparativo do desenvolvimentismo na Argentina e no Brasil, Sikkink chama atenção para a fragilidade de tal visão. Não há dúvidas de que os desenvolvimentistas sofreram influência dos exemplos dos países de capitalismo central, de onde retiraram muitas características que aspiravam instaurar em seus países, tais como indústria, autonomia, progresso técnico e modernidade. Porém, “reconocer esa influencia es muy distinto que sugerir que el desarrollismo le fue impuesto al Tercer Mundo, o que los países de Occidente manejaran o controlaron su desarrollo”. (SIKKINK, 2007: 16)

Conforme a autora

[...]. Los intelectuales y dirigentes políticos de la región eligieron en forma deliberada políticas que si bien por un lado trataban de imitar algunas de las pautas del desarrollo de Occidente, al mismo tiempo cuestionaban en gran parte la ortodoxia de las instituciones financieras internacionales. (Idem: 16).

Ao mesmo tempo, é importante reafirmar que não somente a proposta de criação da CEPAL recebeu a contrariedade do governo norte-americano, como também a sua posterior transformação em órgão permanente das Nações Unidas ocorreu sobre forte oposição e pressão do Departamento de Estado. Também é importante reafirmar que este foi o principal órgão de difusão do desenvolvimentismo pela América Latina. No que tange as práticas desenvolvimentistas, diferentes órgãos do governo norte-americano viam com desconfiança algumas margens de autonomia que os governos desenvolvimentistas latino-americanos possuíam. Algumas políticas econômicas e discursos adotados pelos governos Juscelino Kubistchek e Arturo Frondizi geravam desconforto nos Estados Unidos, mesmo diante da quase certeza e das sinalizações dadas por estes de que estavam longe de serem “protocomunistas” ou anti-imperialistas¹⁹. Portanto, longe de ser uma imposição externa aos países latino-americanos, o desenvolvimentismo deve ser entendido como “un programa de compromiso elaborado dentro de una matriz de restricciones y oportunidades nacionales e internacionales” (Idem: 24).

No campo intelectual, as relações entre o que era elaborado nos países de capitalismo central e a elaboração dos intelectuais latino-americanos pode ser definida como uma relação de intercâmbio. Um intercâmbio que algumas vezes assumia a condição de mútuas influências, outras vezes assumia a condição de discordância e conflito de ideias. Uma característica que não se restringia apenas as relações entre os intelectuais latino-americanos e os intelectuais europeus e norte-americanos, mas que também esteve presente entre os próprios desenvolvimentistas latino-americanos.

Com relação ao pensamento desenvolvimentista brasileiro, Bielschowsky (1988) em seu estudo sobre o “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” reconheceu três correntes: 1) A corrente desenvolvimentista do setor privado que era favorável ao apoio estatal à acumulação privada, com posições variadas sobre o grau desta participação e sobre a participação do

¹⁹ Tais desconfianças em relação ao governo Arturo Frondizi são destacadas no artigo *Estados Unidos y el golpe contra Frondizi* de Leandro Morgenfeld. No que se refere ao governo Juscelino Kubitschek, Carla Rodeghero destaca o desconforto e as incertezas do governo norte-americano em relação ao anticomunismo adotado por este, considerado como muito tolerante. Ver: Morgenfeld (2016) e Rodeghero (2007).

capital estrangeiro. Faziam parte desta corrente: Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno F. de Figueiredo. 2) A corrente desenvolvimentista do setor público “não-nacionalista” era favorável ao apoio estatal à industrialização, tendo preferência por soluções privadas no caso de disputa sobre inversões estatais. Eram favoráveis a políticas de estabilização monetária que não prejudicassem os investimentos fundamentais. Faziam parte desta corrente: Roberto Campos, Ary Torres, Lucas Lopes e Glycon de Paiva. 3) A Corrente desenvolvimentista do setor público nacionalista defendia soluções estatais para as inversões em setores considerados estratégicos para o processo de industrialização, como mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. Defendiam que nestes setores não deveria haver participação de capitais estrangeiros. Também eram contrários às políticas de estabilização monetária. Faziam parte desta corrente: Roberto Simonsen (que autor inclui na primeira corrente), Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Oliveira e Evaldo Lima.

Em relação a Argentina, Bossio (2013) chama atenção para as divergências entre o desenvolvimentismo cepalino, representado no país por Aldo Ferrer e a equipe que constituiu a *Junta de Planificación Económica da Província de Buenos Aires* entre 1958 e 1962, e o desenvolvimentismo frigerista, adotado pelo governo Frondizi e representado por Rogelio Frigerio, principal parceiro do presidente. Frigerio reconhecia como adequada a descrição cepalino-prebischiana sobre a deterioração dos termos de troca e concordava com a sugestão de um desenvolvimento programado a partir de uma decisão política para realizá-lo e a rapidez com que deveria ser implementado. Porém, questionava duas debilidades da doutrina cepalina: 1) a CEPAL subestimava o papel dos monopólios como uma das causas mais importantes da deterioração dos termos de troca; 2) a CEPAL insistia equivocadamente na tese da complementação regional que fazia com que economias atrasadas se integrassem com outras economias atrasadas, reproduzindo o “estatuto do subdesenvolvimento”. Aldo Ferrer, por sua vez, divergia do desenvolvimentismo frigerista (e frondizista) com relação ao papel que o capital estrangeiro deveria ter na economia argentina. Para ele era possível uma nação com o status de subdesenvolvida gozar de uma autarquia econômica.

Em que pese tais diferenças, o importante para o objetivo que aqui se propõe é ressaltar que na década de 1950 a sensação era de que eram todos desenvolvimentistas²⁰, afinal, essas

²⁰ Em entrevista concedida a Sikkink em 2 de julho de 1985, o ex-professor de economia da UBA e colaborador do Partido Democrata Cristão argentino na década de 1950, Alberto Petrecolla afirmou: “En ese momento éramos todos desarrollistas.” (SIKKINK, 2009: 112).

“eran ideas que iban surgiendo en toda América Latina”²¹ (SIKKINK, 2009:112). Estas afirmações reforçam a ideia de que o desenvolvimentismo pode ser entendido como uma formação discursiva, uma vez que todas as suas vertentes e correntes de pensamento propunham descrições similares da situação vivenciada na região e caminhos parecidos para a superação do subdesenvolvimento a partir de uma formação ideológica predominante.

Sikkink (2009: 4), aponta três elementos inter-relacionados que em linhas gerais constituíam as bases do desenvolvimentismo:

1) una política de industrialización vertical intensiva mediante substitución de importaciones, focalizada en sectores industriales prioritarios o básicos como la siderurgia, la energía, los productos químicos, la maquinaria, los automotores y los bienes de capital; 2) la búsqueda de una rápida expansión de la acumulación de capital a fin de apoyar el esfuerzo industrializador, recurriendo a fuentes de financiamiento público y de capitales extranjeros; y 3) una mayor participación del Estado en la conducción del programa de desarrollo, en general mediante alguna forma de planificación indicativa a fin de canalizar la iniciativa privada hacia las áreas prioritarias.

Inseridos em uma formação discursiva, tais elementos – a industrialização, a busca de uma rápida expansão da acumulação de capitais e a condução do desenvolvimento pelo Estado - se constituem em objetos discursivos. Porém, apesar de sua destacada regularidade, que lhes coloca como bases do desenvolvimentismo, não são os únicos objetos discursivos possíveis nessa formação discursiva.

Foucault (2015: 54) chama atenção para o fato de que, quanto a seus objetos, uma formação discursiva se define “se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra o seu lugar e sua lei de aparecimento” e, o que mais nos interessa aqui, “se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultaneamente ou sucessivamente, a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha que se modificar”.

A partir destas considerações pode-se afirmar que apesar de se caracterizar como uma formação discursiva latino-americana, no que se refere aos discursos políticos, os objetos discursivos do desenvolvimentismo não se restringem aqueles que formam o seu conjunto

²¹ Afirmação feita por Raúl Prebisch em entrevista concedida a Sikkink em 23 de outubro de 1985. (Idem: 112).

semelhante. Outros objetos discursivos emergem, ou antigos objetos ganham novos sentidos, na conjuntura nacional em que a formação discursiva desenvolvimentista participa e as necessidades próprias aos discursos políticos.

É importante ressaltar que o discurso político possui uma função e uma natureza própria. É uma das várias práticas que fazem parte do universo da política. Se comportam como “um dos instrumentos privilegiados na construção do imaginário social, destinado teoricamente a legitimar a ordem, orientar condutas, pautar e hierarquizar valores, estabelecer metas e construir mitos.” (WASSERMAN, 2002: 8). Funciona como um mecanismo de indução que pretende sempre intervir no meio que o cerca, seja insinuando, propondo, sugerindo, mandando, justificando, negando, afirmando, camuflando, escondendo ou revelando (FONSECA, 2001: 105). Através dele os indivíduos concretos se constituem em sujeitos da ação política e “são chamados a legitimar um projeto político e uma determinada concepção de seu lugar na sociedade”, o que faz com que seja aberto um espaço para a ação política (DEBERT, 2008: 31). O discurso político, portanto, atua como um instrumento de interpelação social.

Conforme Wasserman (2002: 8), o “mecanismo de interpelação social não é um método eficiente de manipulação das massas, mas um momento da luta política no qual o indivíduo sente-se transformado em sujeito histórico, através da linguagem do emissor do discurso”. Por conta disso, “a linguagem interpelativa depende das condições sociais nas quais o discurso foi produzido”, o que faz com que seja impossível a sua reprodução em qualquer circunstância ou que seja produzido exclusivamente com finalidades programáticas. Assim, o discurso político pode ser pensado como um momento único direcionado para um público específico, porém, inserido em uma formação ideológica e condicionado por uma formação discursiva que determina o que se pode ou deve ser dito. Essa inserção e condicionamento fazem com que, apesar de não ser produzido exclusivamente com finalidades programáticas, o discurso político mantenha uma relação com o programa partidário ou da coalizão ao qual o seu emissor faz parte.

Portanto, o discurso político não é um falar no vazio e nem o falar vazio com funções puramente manipuladoras. Porém, o discurso político “não traz sempre explicitamente revelado o projeto político que o anima nem a forma pela qual busca levar indivíduos concretos a serem sujeitos da ação política” (DEBERT, 2008: 31). Tal revelação é possível através do reconhecimento dos objetos discursivos que este contém. São os objetos

discursivos que promovem os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e aos sujeitos interpelados visando a adesão destes ao seu projeto político. Ao mesmo tempo, os objetos discursivos não são meras escolhas da linguagem, mas sim, condicionados pelos contextos históricos em que emergem os próprios discursos.

Portanto, os discursos só possuem um sentido e só podem ser compreendidos a partir do contexto histórico em que são pronunciados. São as condições históricas, “numerosas e importantes”, que permitem que os objetos discursivos apareçam. São as condições históricas que possibilitam que “‘dele se possa dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes”. Esta historicidade inerente ao discurso é que faz com que “não se possa falar de qualquer coisa em qualquer época”. Porém, afirmar este condicionante não significa dizer que existe “um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas”, pois, “o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade”. Dessa forma, o objeto discursivo “não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe de relações”. (FOUCAULT: 2015, 54-55).

Essas relações se estabelecem entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação e modos de caracterização. Tais relações definem a condição que permite o objeto discursivo “aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade”. Foucault, as denomina de relações discursivas, ou seja, as relações que oferecem ao discurso “objetos de que ele pode falar” e que “determinam o feixe de relações que o discurso pode efetuar para poder falar de tais e tais objetos, para poder abordá-los, classificá-los, explicá-los, etc.” (Idem: 55-56).

São estas relações que ligam as características internas ao discurso com o seu exterior, definindo-o como prática. E é como prática que os discursos, sobretudo, os discursos políticos, demonstram ou não a funcionalidade dos objetos discursivos. Uma funcionalidade que só pode ser vista dentro de um contexto histórico. Portanto, a identificação dos objetos discursivos utilizados pelos presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi só tem um sentido na análise do contexto histórico em que estes discursos estavam inseridos. É a este contexto histórico que os discursos desenvolvimentistas buscam cumprir sua função de interpelação social.

1.2. O contexto histórico dos discursos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi.

O contexto histórico dos governos Kubitschek e Frondizi foi marcado por um cenário internacional em transformação, e por cenários internos caracterizados pela polarização política interna e pela crise econômica. Na análise destes três pontos é que se pode buscar os fatores que condicionaram a implantação dos projetos desenvolvimentistas, bem como, as condições de emergência dos discursos presidenciais. Obviamente, os efeitos das transformações no cenário internacional e a intensidade da polarização política e da crise econômica variaram de acordo com a realidade interna de cada país. E é a partir desta relação entre as semelhanças e diferenças que se pode perceber também os rumos que esses governos tiveram.

1.2.1. O cenário internacional

No cenário internacional, a segunda metade da década de 1950 foi marcada pela possibilidade de um congelamento nos tensionamentos da Guerra Fria. A ideia de uma “coexistência pacífica” com vista a acomodação das áreas de influência soviética e norte-americana abria o caminho para a adoção da negociação em detrimento da hipótese do enfrentamento entre as duas potências. Uma proposição que ganhou força na URSS a partir de dois fatores: a morte de Stalin, em 1953, e o domínio da tecnologia bomba atômica, o que permitiu a igualdade de força bélica em relação aos Estados Unidos. Por sua vez, os Estados Unidos demonstraram que aparentemente havia abandonado a ideia da guerra preventiva, passando a reconhecer a existência de uma área de influência soviética, quando tiveram uma posição de neutralidade diante da Invasão da Hungria em 1956.

Paralelamente a este aparente congelamento do conflito entre as duas grandes potências do pós-Segunda Guerra, foram se produzindo rachaduras tanto no Bloco Capitalista, como no Bloco Socialista. No primeiro bloco, a França, sobre a presidência do general Charles De

Gaulle passou a adotar uma postura de independência nacional. Colocando o país fora da aliança que constituiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, o gaullismo recusava o princípio de integração proposto pelo governo norte-americano, interpretando-o como um sistema de dependência prejudicial aos interesses econômicos franceses (DELMAS: 1979, 204). Outro país que também passou a buscar termos mais positivos de cooperação com os Estados Unidos foi o Japão. Ao iniciar a sua recuperação econômica, os japoneses passaram a sentir que uma posição mais autônoma era uma necessidade para a manutenção de um modelo de desenvolvimento que se pautava pela exportação de tecnologia.

Mas era na Europa que os sinais de independência, sem romper com o capitalismo, eram mais evidentes. Após o esgotamento do Plano Marshall e a emergência de sinais evidentes de recuperação econômica, os países da Europa Ocidental passaram a buscar um caminho autônomo de desenvolvimento a partir da integração econômica. Foi assim que, em 1951, se criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e, em 1957, a partir do Tratado de Roma, se constituiu a Comunidade Econômica Europeia, CEE. Esta última era uma reação as negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, GATT, iniciadas em 1947 com vistas a impulsionar a liberalização do comércio e combater as práticas protecionistas a partir da regulamentação das relações comerciais internacionais. No entendimento dos líderes europeus estas negociações estavam sendo prejudiciais aos interesses de seus países e somente a constituição de um bloco econômico regional poderia combater os efeitos desta. Foi assim que Alemanha Ocidental, França, Itália e os países do Benelux, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, passaram a construir a CEE. (CARBAUGH: 2004: 295).

No Bloco Socialista, o surgimento das dissidências e das tentativas de autonomia em relação a liderança soviética surgiram após a ascensão de Nikita Krushev ao poder. Conforme Hobsbawm (1995: 387), a crise começou “com a morte de Stalin, em 1953, mas sobretudo com os ataques oficiais à era stalinista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stálin, no XX Congresso do PCUS, em 1956”. As reações de Moscou variaram de um país para outro. Na Polônia, as lideranças da URSS acabaram aceitando pacificamente um governo de cunho mais reformador. O mesmo não ocorreu na Hungria, onde uma revolução acabou levando ao poder um governo reformador liderado por Imre Nagy. Como reação as medidas de fim do unipartidarismo, de saída do Pacto de Varsóvia e de adesão ao neutralismo, tropas soviéticas invadiram a Hungria em 1956, esmagando a dissidência e reconduzindo o país a tutela da URSS.

A dissidência mais significativa no Bloco Socialista foi a China. A Revolução Chinesa que levou Mao Tse-Tung ao poder em 1949, ocorreu com uma série de especificidades que conduziram o país a ser interpretado como um “modelo” alternativo a Revolução Russa. Ciente destas especificidades e do peso político do vizinho asiático, “Stalin, realista, teve o cuidado de não forçar as relações com o gigantesco partido irmão efetivamente independente” (HOBSBAWM: 1995, 387). Tal prudência não foi continuada por Krushev que tentou enquadrar os comunistas chineses na doutrina da “coexistência pacífica”. O ponto de ruptura foi a negativa do governo soviético em revelar os segredos da bomba atômica. A partir de então, os chineses, que fizeram uma revolução independente de qualquer apoio soviético, passaram a retomar os debates sobre os territórios contestados nas fronteiras dos dois países, rejeitando os tratados que haviam sido assinados no século XIX quando a Rússia ainda era um Império Tzarista. Dessa forma, a China que via na coexistência pacífica um freio às suas ambições tornou-se uma alternativa no campo socialista a URSS. Uma alternativa que propagava a política de Krushev como uma negação dos princípios do próprio marxismo e, a partir do maoísmo, condenava qualquer possibilidade de construção do socialismo conjuntamente com o capitalismo (DELMAS: 1979, 93).

Em que pese o significado das dissidências na bipolarização da Guerra Fria, a mudança mais significativa no cenário mundial da segunda metade da década de 1950 foi a emergência do Bloco dos Países Não-alinhados. Esta emergência foi consequência direta dos processos de descolonização dos países africanos e asiáticos impulsionada na pós-Segunda Guerra Mundial. Independentes, boa parte destes países viram na política de partilha do poder entre Estados Unidos e União Soviética um limite aos seus projetos nacionais. Foi com o objetivo de, primeiramente, buscar uma posição mais autônoma que 29 Estados participaram em 1955 da Conferência de Bandung, na Indonésia. Este encontro representou um significativo avanço para o movimento anticolonialista afro-asiático, demonstrando um despertar de consciência em um grupo de países que possuíam 1,5 bilhões de habitantes, 55% da população mundial, e que tinham apenas 8% da renda mundial. Ao mesmo tempo, foi um passo decisivo na emergência do Terceiro Mundo, na posição de neutralismo diante da Guerra Fria e refletiu a ascensão dos nacionalismos anti-imperialistas propagados por Nehru, na Índia, Nasser, no Egito, e Sukarto, na Indonésia. (VIGEVANI: 1990, 9-12).

A constituição do Bloco dos Países Não-alinhados teve impacto imediato na Organização das Nações Unidas. O novo grupo representou uma alternativa política não ligada ao poder bipolar da Guerra Fria e a lógica da fixação das áreas de influência. Por isso, a

reação das duas superpotências mundiais foi bastante negativa. Os Estados Unidos consideravam o não-alinhamento, na expressão de John Foster Dulles, “imoral” e uma linha auxiliar do “imperialismo comunista”. Os soviéticos, por sua vez, consideravam os não-alinhados como “cães de guarda do imperialismo”. (MOURA: 1991, 27).

A América Latina não ficou alheia a esta nova dinâmica que o cenário internacional vinha apontando. No imediato pós- Segunda Guerra Mundial os norte-americanos conseguiram através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, assinado em 1947, e da Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, impor aos países latino-americanos uma rígida dominação imposta por uma visão de segurança hemisférica. Na década de 1950, a já referida realidade da crise econômica e social despertou em inúmeros grupos sociais latino-americanos a consciência de que muitos de seus interesses nacionais se chocavam com os interesses dos Estados Unidos. As experiências, referidas no início deste capítulo, dos governos Perón, na Argentina, do segundo governo Vargas, no Brasil, do governo Arbenz, na Guatemala, bem como, a Revolução Boliviana de 1952, e a deposição do presidente Pérez Jimenez, na Venezuela, foram frutos deste contexto, onde o nacionalismo assumia ares anti-imperialistas. A culminância deste processo foi a Revolução Cubana de 1959 que levou ao poder, primeiramente, um projeto nacionalista que gradativamente, a medida em que aumentavam as hostilidades com os Estados Unidos, foi se convertendo ao socialismo.

Este clima internacional refletiu de diferentes maneiras nos governos Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, sobretudo, pelo momento distinto em que estes ocorreram. Fausto e Devoto (2004: 359) destacam que:

[...]. Kubitschek assume em 1956, num remanso da Guerra Fria marcado pela ascensão de Kurchev, quando não havia nem sombra do clima de exasperação para com a América Latina que afloraria três anos mais tarde, quando a vitória da Fidel Castro em Cuba. Já Frondizi toma posse dois anos depois, quando o anticomunismo estava novamente em ascensão, para logo se tornar um tópico dominante. Essa conjuntura reduzia a margem na política externa para gestos que indicassem independência em relação aos dois grandes blocos e, sobretudo, complicava as relações com os militares.

Dessa forma, apesar da proximidade, a pequena diferença de momentos entre as duas experiências desenvolvimentistas representou uma maior margem de manobra para o governo

brasileiro em relação ao governo argentino. Primeiramente, pelo fato de que o congelamento momentâneo das hostilidades entre Estados Unidos e URSS permitiu ao governo Kubitschek uma postura mais pragmática no campo das relações internacionais. Este contexto momentâneo permitiu o aproveitamento da disponibilidade de capitais originários de uma Europa reconstruída que iniciava um novo processo de expansão como forma de contrapeso as rígidas exigências norte-americanas para a liberação de investimentos. Ao mesmo tempo, o presidente brasileiro pode, mesmo não sendo propriamente um nacionalista no sentido econômico que o termo vinha adquirindo, se utilizar de um discurso “nacionalista triunfante”²² como forma de consolidar uma coalizão política e amenizar a polarização.

Fronzizi, por sua vez, não teve esta margem de manobra. De um lado, os capitais europeus começavam a ser cada vez mais escassos diante das prioridades estabelecidas pela Comunidade Econômica Europeia. De outro, o novo clima que se estabeleceu na América Latina com a Revolução Cubana, principalmente, a partir de 1961 com a vitória dos revolucionários sobre os mercenários e contrarrevolucionários treinados pela CIA na Invasão da Baía dos Porcos e a imediata declaração do caráter socialista da revolução. Este fato impulsionou o anticomunismo principalmente no setor militar argentino e aumentou o grau de pressão do Departamento de Estado norte-americano sobre os países latino-americanos. Esta mudança no cenário hemisférico reduziu drasticamente as possibilidades de manutenção de uma política externa autônoma, ao mesmo tempo em que aguçou a polarização política vivenciada pela sociedade argentina.

1.2.2. O Governo Arturo Frondizi

O governo Arturo Frondizi esteve fundamentalmente marcado pelo conflito peronismo-antiperonismo. Um conflito que ganhou novas dimensões quando, em 16 de setembro de 1955, um Golpe liderado pelo general Lonardi interrompeu uma década de governo peronista. A autodenominada Revolução Libertadora inaugurou um tempo de intenso revanchismo por parte da oligarquia argentina, sobretudo, dos setores que foram retirados do poder com o Golpe de 1943 e que dominaram o processo político ao longo de toda a chamada “década

²² O conceito de “nacionalismo triunfante” foi proposto por Lúcio Flávio de Almeida (1995: 99) e será retomado mais adiante.

infame”.²³ Estes mesmos setores, aliados a outros grupos políticos, constituíram o cerne dos embates com o peronismo na tentativa de golpe em outubro de 1945 e foram derrotados nas eleições de 1946²⁴ e de 1951.²⁵

Após um breve governo encabeçado por Lonardi, um nacionalista católico que ao assumir o governo proclamou a fórmula “não há vencedores e nem vencidos na Revolução”, uma tentativa de inserção de “um peronismo sem Perón” no novo regime instaurado, assumiu o governo o general Pedro Eugenio Aramburu. Diferentemente de seu antecessor, o novo governo se pautava por uma linha de ação sem concessões e flexibilidades com o peronismo, inaugurando um processo de intensa repressão, marcado pelo fuzilamento de militares ligados a Perón, pela perseguição e intervenção nos sindicatos e pela proscrição de qualquer símbolo que lembrasse Perón, Evita e o peronismo (LUNA, 1974: 95-104). Porém, mesmo sendo um governo intensamente repressor, a Revolução Libertadora foi marcada por fragilidades políticas evidentes. De um lado, o antiperonismo constituía-se como o único fator de unidade entre os contraditórios interesses de classe, frações e grupos que apoiaram a deposição do governo peronista. De outro lado, as medidas antiperonistas faziam com que a Revolução Libertadora fosse trilhada pela ilegitimidade de um sistema político onde a principal força não podia atuar livremente.

Estas fragilidades se evidenciaram nas contraposições que apareciam no interior das forças políticas que apoiaram o golpe de 1955. Em meio ao processo de articulação visando não somente as eleições constituintes, como também as eleições presidenciais prometidas para 1958, paulatinamente, essas foram se definindo entre liberais e desenvolvimentistas,

²³ A “Década Infame” corresponde ao período iniciado com o golpe conduzido pelo general José Félix Uriburu contra o governo radical de Yrigoyen, em 1930, e que terminou com o golpe militar encabeçado pelos generais Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro J. Farrell em 1943. O período foi marcado pelo predomínio da oligárquica agroexportadora e pelas constantes fraudes eleitorais. (ROMERO, 2006: 63-90).

²⁴ Entre 06 e 17 de outubro de 1945, a Argentina vivenciou um processo de tentativa de golpe liderado pelos setores derrotados em 1943, aliados a outros grupos políticos como a União Cívica Radical, os socialistas e os comunistas contra o governo na tentativa de afastar o então vice-presidente, Ministro do Exército, e Secretário do Trabalho e Previdência Social, Juan Domingos Perón. Em 06 de outubro, Perón foi conduzido à prisão, sendo amplamente divulgada na imprensa uma versão do fato que falava que este havia renunciado aos seus cargos. Em 17 de outubro, uma manifestação organizada pela CGT com a adesão de milhares de trabalhadores oriundos das regiões periféricas de toda província de Buenos Aires tomou as ruas da capital argentina exigindo a libertação e o retorno de Perón aos cargos que o haviam deposto. A historiografia argentina considera as jornadas de outubro de 1945 o momento de nascimento do movimento peronista em um processo que culminou com a vitória do Partido Laborista sobre a União Democrática, coalizão formada pelos grupos que tentaram a sua deposição com apoio do governo norte-americano, em fevereiro de 1946 (LUNA, 1984).

²⁵ Conforme Luna (1974: 68), “Em 11 de novembro de 1951, em eleições impecáveis, a chapa radical obteve 2.300.000 sufrágios, em silenciosa reedição da União Democrática: foram quase duas vezes superados pelos 4.580.000 votos que obteve Perón”.

antiperonistas e defensores da participação política de um peronismo sem Perón. Uma contraposição tão profunda que levou a divisão no interior da União Cívica Radical - UCR, segundo partido da preferência dos argentinos, depois do peronismo, nas eleições constituintes de 1957. Assim, de um lado, liderada pelo desenvolvimentista Arturo Frondizi surgiu a União Cívica Radical Intransigente – UCRI; de outro lado, liderada pelo liberal Ricardo Balbin surgiu a União Cívica Radical do Povo - UCRP. (UZAL, 1989)

Dentro deste contexto é que, desde o início da definição da candidatura de Arturo Frondizi a presidência pela UCRI, figuras próximas a este, entre eles Rogelio Frigerio, economista desenvolvimentista, diretor da revista *Qué?*, procuravam uma aproximação com o peronismo em busca de apoio eleitoral. Esse assédio se aprofundou após a ruptura do radicalismo tornando-se um fator de intenso debate no interior do peronismo, onde predominou a posição de John William Cooke, endossada por Perón nas cartas trocadas entre ambos, de intransigência eleitoral (COOKE, 2007). Foi a partir desta posição que em junho de 1957, quando das eleições para a Assembleia Constituinte, o Comando Sindical Peronista ordenou o voto em branco²⁶.

O resultado do processo foi uma considerável vitória do peronismo com 2.115.000 votos em branco (24,31%), seguido da UCRP com 2.106.000 votos (24,20%) e da UCRI com 1.847.000 votos (21,23%) (KOENIG, 2013: 147). Estes resultados ainda que considerados significativos para representar a vitória de uma força proscrita, segundo Cooke, teria sido maior levando em conta os 2.115.861 votos em branco, somados aos 35.956 votos anulados, aos 1.500.000 considerados fora do padrão e as 800.000 abstenções, que somariam 4.451.817 votos peronistas. (COOKE, 2007: 250)

De qualquer forma, mesmo proscrito o peronismo seguia sendo a principal força política do país. Para Frondizi ficava evidente que qualquer possibilidade de vitória eleitoral passava pela busca do voto peronista. Para Perón, por sua vez, a posição de intransigência demonstrava a força de sua liderança acima daqueles setores do movimento que propunham

²⁶ Comunicado do Comando Sindical Peronista de junho de 1957:

“COMPAÑERO: La orden de Perón es votar en blanco. Se vota en blanco pegando sobre en el cuarto oscuro, sin nada adentro o con un papel absolutamente limpio, sin una palabra ni una raya. Si Ud. se saca el gusto escribiéndoles a los tiranos: “Asesinos”, “Canallas”, “Hijos de P...” o cualquier otra de las cosas que se merecen, usted anula su voto. Y necesitamos votos en blanco que sumen, no votos anulados, que desaparecen. Vote a Perón votando en blanco. Vote a Evita votando en blanco. Vote a Valle y compañeros héroes asesinados votando en blanco. Castigue a los tiranos entreguistas, Aramburu y Rojas, votando en blanco. Es ésta la única consigna, no se deje engañar. Tenga disciplina partidaria, colabore al inmenso triunfo del pueblo. Está en sus manos aniquilar con su voto en blanco a la tiranía oligárquica entreguista.” (BASCHETTI, 2012: 103)

participar da fórmula “peronismo sem Perón”. Porém, no interior do peronismo e no pensamento do próprio Perón, crescia a ideia de que uma nova intransigência não seria facilmente aceita pelas bases do movimento. Uma coisa era ser intransigente no voto para uma Assembleia Constituinte que, como se confirmou posteriormente, já nasceria fracassada. Outra coisa era manter a intransigência no voto para presidente e correr o risco de ter mais seis anos de um governo entreguista e repressivo.

A partir destas reflexões é que uma aliança com Frondizi não deveria ser descartada. Esta aliança foi estabelecida através do Pacto Perón-Frondizi, um documento assinado pelos dois líderes e por seus principais delegados, Cooke e Frigerio. Em linhas gerais o documento garantia a transferência dos votos peronistas para o candidato da UCRI em troca da legalização e do fim das perseguições ao peronismo.²⁷

²⁷ Pelo Pacto o peronismo se comprometeria com os seguintes pontos:

“a) declarará que los partidos neoperonistas que deseen pertenecer al Movimiento deben retirar sus candidatos; b) ordenará a los peronistas que hayan aceptado candidaturas que las renuncien, quedando en caso contrario, separados del Movimiento; c) frente al hecho concreto de la votación, dejará en libertad de acción a la masa peronista a fin de que sufrague en la forma que mejor exprese su repudio a la dictadura militar y a la política seguida por ella en todos los órdenes; d) aclarará que lo expresado en el punto c no implicará, por parte de los peronistas, compromiso alguno con los partidos que elijan para expresar su protesta; e) el documento contendrá un párrafo en el que se hará la crítica de la política conservadora, de manera que sea inequívoco que la opción no incluye al Partido Conservador Popular.” (COOKE, 2007, p.656).

Por sua vez, Frondizi se comprometia com:

“1°. Revisión de todas las medidas de carácter económico adoptadas desde el 16 de setiembre de 1955, lesivas a la soberanía nacional, y de aquellas que determinaron un empeoramiento de las condiciones de vida del Pueblo. Se consideran como de fundamental urgencia el restablecimiento de la reforma bancaria de 1946, la estructuración de una política económica de ocupación plena y amplio estímulo a la producción nacional, la elevación del nivel de vida de las clases populares y el afianzamiento de los regímenes de previsión social; 2°. Anulación de las medidas de toda índole adoptadas por el gobierno provisional desde el 16 de setiembre de 1955 con propósitos de persecución política; 3°. Anulación de todo proceso, cualquiera sea su carácter, iniciados con propósitos de persecución política; 4°. Levantamiento de las interdicciones y restitución de los bienes a sus legítimos dueños; 5°. Devolución de los bienes de la Fundación Eva Perón; 6°. Levantamiento de las inhabilitaciones gremiales y devolución de los sindicatos y de la Confederación General del Trabajo. Todo se cumplirá en un plazo máximo de ciento veinte (120) días. Las elecciones en los sindicatos serán presididas por interventores nombrados de común acuerdo; 7°. Reconocimiento de la personería del Partido Peronista, devolución de sus bienes y levantamiento de las inhabilitaciones políticas. Tanto la personería como los bienes serán acordados a las autoridades que designe el General Juan Domingo Perón; 8°. Reemplazo de los miembros de la Suprema Corte de Justicia y eliminación de los magistrados que han participado en actos de persecución política;

9°. En un plazo máximo de dos años se convocará a una Convención Constituyente para la reforma total de la Constitución, que declarará la caducidad de todas las autoridades y llamará a elecciones generales.” (Idem, p.656-657)

O documento determinava que os pontos 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7° e 8° seriam adotados em um prazo de 90 dias após a posse de Frondizi. Determinava também que ficava a cargo de Frondizi “arbitrar los medios para el cumplimiento de las cláusulas precedentes”, enquanto o general Perón se comprometia em “interponer sus buenos oficios y su influencia política, para crear el clima pacífico y de colaboración popular indispensables para poder llevar a cabo los objetivos establecidos en el presente Plan”. Por fim, os “firmantes empeñan su palabra de honor en el sentido de que hasta el primero de agosto de mil novecientos cincuenta y ocho, este Plan permanecerá en reserva y sólo podrá ser divulgado posteriormente de común acuerdo, salvo el caso de incumplimiento por las partes” (Idem, p.657). Ainda estavam expressas ressalvas em relação ao possível

As eleições presidenciais de 23 de fevereiro de 1958 garantiram 4 milhões de votos para Arturo Frondizi (45%) contra 2,5 milhões de votos (29%) para Balbin, o candidato da UCRP apoiado pelo governo Aramburu. Somam-se a esses, 800 mil votos em branco, provavelmente, de peronistas que não acataram a ordem de Perón (BOTEGA, 2010: 173). Assim, os peronistas haviam garantido 2 milhões de votos a mais do que a UCRI havia conseguido nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1957.

Porém, conforme Potash (1984: 364-365),

[...] al buscar deliberadamente el apoyo peronista, en forma manifiesta a través de la retórica de la campaña, y en secreto mediante negociaciones con Perón en el exilio, y también recibir el apoyo del partido Comunista, Frondizi asumiría la presidencia con un doble riesgo: por un lado, el agudizado recelo de los militares antiperonistas, casi tan disgustados por su propia incapacidad política como por el método de Frondizi para lograr el triunfo; por el otro, la determinación de Juan Domingo Perón de exigir el pago político total por los votos prestados.

Temendo a reação militar é que Frondizi, antes mesmo de tomar posse, aceitou a imposição dos segmentos conservadores das forças armadas dos seus respectivos comandantes-chefes. Ao mesmo tempo, concedeu uma forte autonomia aos militares que acabou transformando seu governo em um governo tutelado. Um governo que só teria garantias a medida que não avançasse as barreiras impostas pelos militares, entre essas a manutenção da proscricção do peronismo.

Arturo Frondizi assumiu a presidência em 1º de maio de 1958 e suas primeiras medidas davam sinais de cumprimento de alguns pontos do Pacto com Perón, tais como o aumento geral dos salários em 60%, a sanção da nova Lei de Associação Profissional e a lei de Anistia (BABINI, 2006). Medidas essas adotadas no prazo de um mês e meio de governo. Em que pese a não legalização do Partido Peronista e os limites da própria lei de Anistia, a Lei de Associação Profissional garantia a autonomia sindical requerida pelos peronistas e estabelecia um prazo de 90 dias para a realização de eleições sindicais livres.

impedimento da posse de Frondizi como presidente pelos setores da extrema-direita militar, os gorilas como os peronistas o chamavam, em caso de vazamento do documento.

A nova lei foi considerada um fator fundamental pelos peronistas em sua luta pela reconquista da sua liderança nos principais sindicatos perdida após a intervenção da Revolução Libertadora e a sua entrega aos “32 Grêmios Democráticos”, organização que congregava os sindicalistas ligados ao antiperonismo e que passaram a controlar a CGT. Em oposição à política de intervenção os peronistas constituíram as 62 *Organizaciones Gremiales*. Fechando o panorama sindical havia ainda as 19 *Organizaciones Antiintervencionistas*, formada majoritariamente pelos comunistas e que em maio de 1958 passaram a constituir o *Movimiento de Unidad e Coordinación Sindical – MUCS* (LAMAS, 1984: 126). Para Cooke (2007: 383), graças a lei de Associação Profissional, “los trabajadores serán los únicos que ahora tendrán un poder político real y efectivo, medios económicos y organización”.

Paralelamente a estes avanços as contradições do projeto desenvolvimentista-frondicista ficavam evidentes diante da própria lógica de aceleração do processo que o governo foi implementando como estratégia diante do principal recurso escasso que possuía: o tempo. Conforme Bossio (2014: 13):

Apasionadamente, como quien intuía que no existía un horizonte más allá del presente inmediato, con la convicción dramática de quien sabía que no se repetirían otro instante para dar ese salto que depositara a la Argentina en ese lugar largamente merecido, Rogelio Frigerio desgranada sus sentencias en Las condiciones de la victoria. Como quien se sentía un pionero, que abría caminos de una nueva política - el desarrollismo- y que al mismo tiempo debía teorizar sobre la propia praxis, el compañero de proyecto y asesor personal del presidente Arturo Frondizi (1958-1962) sabía que el recurso escaso era, precisamente el tiempo. Si ese despegue que llevaría al país a un lugar de privilegio no se dada en el corto plazo, las endeblés condiciones de la victoria se desmoronarían y la nación quedaría subsumida en el estatuto del desarrollo.

Esse tempo escasso era um fator que diminuía a margem de manobra do governo para a construção do pacto social desenvolvimentista, pois, era determinado pela própria intensidade da polarização política. De um lado, havia a ameaça constante de deposição por parte dos militares de extrema-direita e dos radicais conservadores. De outro lado, havia a ameaça de fragilização da base social que elegeu Frondizi, principalmente, da emergência de conflitos com o peronismo. Em meio a estes dois polos a possibilidade de um equilíbrio que garantisse a estabilidade do governo era traçada por uma linha muito tênue. Nesse sentido, além das medidas consideradas positivas pelo peronismo, o início do governo frondicista também foi

marcado por medidas que apontavam para uma ruptura com a própria trajetória de Frondizi, entre elas a *Lei de Enseñanza Libre*.

A *Lei de Enseñanza Libre* tomava como base o Decreto 6403, editado pela Revolução Libertadora em 23 de setembro de 1955, que dispunha sobre a reorganização universitária. A medida abria a possibilidade da criação de universidades pela iniciativa privada, quebrando o monopólio estatal sobre o ensino superior. Os debates em torno da medida dividiram a sociedade argentina em torno das bandeiras laica ou libre, em referência ao fato de a lei satisfazer os interesses da Igreja, bem como, do empresariado. A oposição laica reuniu diversos setores da intelectualidade argentina e mobilizou grande parte dos estudantes universitários e secundaristas em manifestações de rua e greves estudantis em defesa da educação pública. A frente das manifestações opositoras estava o próprio irmão do presidente, Risieri Frondizi, destacado filósofo e reitor da Universidad de Buenos Aires. Até mesmo o lendário líder da Reforma Universitária de Córdoba, Enrique Barrios, manifestou sua oposição a *enseñanza libre* falando aos estudantes cordobeses em sua última aparição pública, em 3 de outubro de 1958. A medida acabou sendo aprovada após um processo tumultuado de tramitação e representou um preço muito alto para o governo. Conforme Nosiglia (1983: 104), o “contorno popular de Arturo Frondizi se esfumó en pocos días”.

Outras medidas que colocaram o presidente Frondizi em contraposição a sua própria trajetória foram aquelas tomadas no campo econômico. Para Aldo Ferrer (2006: 183), a tese central da política econômica do governo Frondizi era a de que o estrangulamento da balança de pagamentos “decorria do subdesenvolvimento das indústrias básicas e, conseqüentemente, da dependência das importações e matérias industriais essenciais, como aço, o papel de imprensa e os produtos químicos”. Ao mesmo tempo, o “déficit da produção petrolífera completava este quadro de dependência externa, como fulcro na insuficiente produção nacional de combustíveis e de produtos industriais básicos”. A partir desta perspectiva, a proposta elaborada por Frondizi e Frigerio modificava a ênfase agroexportadora do liberalismo adotado pela Revolução Libertadora buscando, por um lado, a entrada massiva de capitais estrangeiros como forma de financiamento para a expansão produtiva e, por outro lado, o aumento da taxa de poupança interna mediante a transferência de renda dos setores populares aos grupos de rendimentos elevados.

No que tange a incorporação dos capitais estrangeiros, sobretudo privados, tal objetivo supunha a necessidade de garantir altas taxas de lucro com um mercado livre de restrições

para a sua remessa, o que gerava um alto grau de desnacionalização da economia, tanto através da radicação de empresas estrangeiras, quando da compra de ativos de empresas nacionais por parte das mesmas (KESSELMAN, 1973: 28). Essa estratégia ficou profundamente evidente quando o governo lançou, em julho de 1958, a chamada Batalha do Petróleo.

Conforme Julio Nosiglia (1983: 90), a política petrolífera de Frondizi era bastante simples,

[...] el país quería desarrollarse industrialmente, para eso necesitaba combustibles, como estos estaban abajo tierra había que sacarlo, en una tarea que exigía recursos que la Nación no poseía: pues bien, el capital privado exterior sería el que aportaría esos recursos.

Dessa forma, a Batalha do Petróleo resultou em um conjunto de acordos assinados com empresas estrangeiras dos mais diversos portes que passaram a ter o controle sobre a extração do petróleo argentino. Esta medida resultou na perda de apoio de significativos setores nacionalistas que se somaram a ideia do movimento nacional e popular lançado por Frigerio no período precedente ao processo eleitoral. Por sua vez, a oposição impulsionava uma contradição entre a política adotada com a defesa do caráter iminentemente nacional do petróleo defendido por Frondizi em sua obra *“Petróleo y Política”* escrita, em 1955, em oposição aos acordos celebrados por Perón com a empresa norte-americana *Standard Oil* para a exploração do petróleo. Assim, a política petrolífera frondicista como parte da estratégia de atração do capital estrangeiro gerou inúmeras rupturas na base política do governo.

Em meio a essas rupturas, o governo conseguiu neutralizar uma tentativa de golpe mobilizando setores militares que tinha entre seus principais articuladores o vice-presidente Alejandro Gómez, que acabou renunciando ao cargo. Esta tentativa de golpe acabou custando também a primeira grande baixa ao governo, a renúncia de Rogelio Frigerio ao cargo de Secretário de Assuntos Econômicos e Sociais, que passou a atuar como assessor da presidência. Uma perda que abriu “una herida grave en la alianza con el sindicalismo peronista” (GÓMEZ, 2004: 65-66). A ruptura definitiva com o peronismo, porém, ocorreu em razão das medidas adotadas pelo governo Frondizi para conter as contradições aguçadas pela implantação do seu modelo desenvolvimentista.

A estratégia de financiamento da expansão industrial mediante a atração de capitais estrangeiros e o aumento da taxa interna de poupança foi articulada em duas fases. A primeira fase, situada entre maio e dezembro de 1958, caracterizou-se pela expansão da demanda mediante um ajuste maciço de salários de 60%, o aumento da oferta monetária e o incremento do déficit fiscal, gerando tensões no nível dos preços e no balanço de pagamentos. Estas tensões passaram a ser enfrentadas, em uma segunda fase, através de medidas que visavam estabelecer a confiança necessária nos círculos financeiros internacionais e nos grupos internos dominantes. (FERRER, 2007: 184)

Esta segunda fase se inaugura em dezembro de 1958, quando o governo Frondizi firmou um acordo *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional, assumindo compromisso de adoção de medidas profundamente impopulares, tais como: a elevação dos efetivos mínimos bancários a 60%; o cancelamento dos financiamentos hipotecários para habitação; a restrição do financiamento do déficit fiscal pelo Banco Central; a eliminação da maior parte dos controles de preços que existiam; o fim das restrições quantitativas ao comércio; uma forte desvalorização da moeda para que o peso chegasse a seu nível num mercado cambial livre; e uma severa política salarial, eliminando qualquer vinculação entre os ajustes de salário e os aumentos do custo de vida (Idem: 184). Tais medidas em conjunto compuseram o Plano de Estabilização Econômica, adotado a partir de janeiro de 1959.

Antes mesmo da execução do Plano de Estabilização a queda do nível de vida da classe trabalhadora já era sentida o que levou, em novembro de 1958, a erupção de um conjunto de greves bancárias, metalúrgicas e ferroviárias. A estas greves o governo respondeu com forte repressão e com a decretação do Estado de Sítio, através do *Plan Conintes (Comoción Interna del Estado)*, o que demonstraria que os gorilas da extrema-direita passaram a aumentar a tutela sobre Frondizi.

Estes retrocessos por parte de Frondizi fizeram emergir uma nova orientação por parte de Perón. Em Carta Confidencial direcionada para John W. Cooke, em 20 de dezembro de 1958, o general afirmava que:

Creo que ha llegado la hora de cantar, pero ha de ser con toda la voz que se tenga, enfrentando al Gobierno con una enérgica oposición tenaz que será apoyada por todo el Pueblo y aun por los propios enemigos, si sabemos tomar la delantera y no nos dejamos, como ha sucedido ya, copar nuestras banderas por los enemigos del peronismo. No es esta, hora de indecisiones y mudanzas, un mal plan pero

ejecutado, ha de darnos mejores resultados que el más genial de los planes que no se ejecuta. (COOKE, 2007: 430)

Em janeiro de 1959, em resistência direta uma das medidas do Plano de Estabilização explodiu a grande greve do Frigorífico Lisandro de La Torre. Esse era o maior frigorífico da América Latina, havia sido estatizado por Perón e entregue a administração da capital argentina transformando-se em uma fonte de abastecimento de significativos setores populares de Buenos Aires. Em um ato de resistência ao plano de privatização, em 15 de janeiro cerca de 9000 trabalhadores decidiram ocupar o estabelecimento diante da negativa de negociação por parte do governo. Tendo à frente da resistência o sindicalista Sebastián Borro o conflito se estendeu por todo o Bairro de Mataderos até Villa Luro, fazendo com que, por 48 horas, a região se tornasse uma zona liberada controlada pela população insurgente. (KOENIG, 2013:173).

A repressão, tendo por base o Plan Conintes, foi intensificada por parte do governo com o uso do exército. Ao todo foram utilizados mais de 1500 efetivos policiais e militares e 4 tanques de guerra para impor o fim da tomada do frigorífico e ao levante de Mataderos (KOENIG, 2013: 174). Em resposta às 62 Organizações, com apoio dos 32 Grêmios Democráticos e do MUCS, decretaram uma greve geral por tempo indeterminado que durou de 17 a 21 de janeiro de 1959. A greve geral foi um fracasso. Liderada pelo vandomismo, corrente neoperonista²⁸ dirigida por Augusto Timoteo Vandor, a CGT não conseguiu captar o momento certo da solidariedade e de se somar a luta dos trabalhadores do frigorífico. A resposta do governo às jornadas de janeiro de 1959 foi à intervenção nos principais sindicatos que formavam as 62 Organizações.

Em contraposição, a principal resposta de Perón foi à divulgação, em 11 de junho de 1959, do texto do pacto secreto realizado com vistas ao apoio peronista nas eleições presidenciais de 1958. Esta medida tinha o claro objetivo de desestabilizar profundamente o governo. Até então sempre houve boatos e suspeitas por parte da extrema-direita militar da

²⁸ Após o golpe que depôs Perón o peronismo se dividiu fundamentalmente em dois grupos que divergiam profundamente em relação a tática a ser adotada diante da Revolução Libertadora. De um lado, estavam os chamados Neoperonistas que optavam pela negociação visando à concessão do direito de participação nos sindicatos e nas eleições, procurando estabelecer aliança com os setores considerados menos duros da Ditadura e que propunha a inclusão no sistema político de um “peronismo sem Perón”. De outro lado, os grupos do peronismo revolucionário, liderados pelo delegado pessoal de Perón, John William Cooke, que propunham a intransigência absoluta em relação à Revolução Libertadora e a qualquer proposta que não contemplasse o fim da proscrição e o retorno imediato de Perón do exílio.

existência do pacto e/ou de um acordo não propriamente documentado, o que foi intensamente denunciado pelo candidato derrotado Ricardo Balbín ao longo da campanha, porém não se conhecia o conteúdo real de tal documento. Para Babini (2006), em uma de suas piores crises político-militares o governo Frondizi reagiu terminando com o próprio governo. Em que pese o exagero de tal afirmação, o certo é que Frondizi promoveu uma mudança profunda em seu gabinete. Na busca de apoio nos círculos militares e civil, sobretudo, na tentativa de calmar os ânimos da extrema-direita, nomeou ministro da Economia e do Trabalho o engenheiro Álvaro Alsogaray, um reconhecido porta-voz das correntes liberais que passou a aprofundar o Plano de Estabilização através de um programa fortemente ortodoxo. Nas forças armadas o general Carlos S. Toranzo Montero, um antiperonista líder da extrema -direita foi alçado ao cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas (BOTEGA, 2010).

A instabilidade política seria agrada em fins de 1959 quando, em Tucumán, acontece a primeira aparição pública de uma guerrilha rural peronista, o *Movimiento Peronista de Libertación Nacional – Ejército de Liberación Nacional (MPL-ELN)* também conhecido como Uturuncos, termo que em *quechua* significa homens-tigres. Em um momento em que a repressão e a intervenção nos sindicatos procuravam destruir as bases do peronismo revolucionário, tendo como reivindicações a libertação nacional, o retorno incondicional do general Perón e a reforma agrária, onze guerrilheiros Uturuncos fizeram sua primeira e única ação: a tomada do comissariado do povo de Frías, em 24 de dezembro de 1959. Na ocasião se apoderaram de revólveres, de pistolas, de projeteis e da soma de 750 pesos.

A nova resposta do governo Frondizi foi o aprofundamento do *Plan Conintes* através do Decreto 2.628, de 13 de março de 1960, que pôs em execução o plano a partir da subordinação das polícias provinciais aos respectivos comandos militares zonais, e do Decreto 2.639, de 16 de março de 1960, que estendeu a jurisdição militar contra civis que cometerem determinados crimes contra a ordem nacional (BASCHETTI, 2012: 45). Era o aumento da repressão, não somente, por conta da guerrilha dos Uturuncos, mas também por conta de um conjunto de atos violentos promovidos desde a resistência, entre eles um atentado contra a Shell, um dos símbolos do propagado sucesso da política petrolífera frondicista.

Em 27 de março de 1960 seriam realizadas eleições legislativas. Diante deste processo e com a certeza de que a participação plena do peronismo nunca seria permitida pelo tutelado governo frondicista, Perón dirige mais uma de suas cartas aos peronistas. A nova carta

possuía um teor mais forte em relação à traição de Frondizi ao pacto eleitoral de 1958 e, fundamentalmente, conclamando novamente ao voto em branco:

[...] La traición de Frondizi al Justicialismo ha sido también su traición al Pueblo. Sin embargo, como un sacrificio más en favor de la paz, organizamos el Partido Justicialista para someter nuestra lucha a las futuras contiendas electorales, pero las oscuras fuerzas que des gobiernan al país, considero de que será arrasadas por el justicialismo en cualquier confrontación con sus fuerzas en un acto electoral; nos cierran el camino pacífico proscribiendo a la mayoría popular y declarando fuera de la ley al justicialismo y al comunismo. Qué camino le queda al Pueblo para imponer la razón y la justicia que le asisten?

Frente a semejante ignominia no queda otro remedio que se repudiar todo acto electoral mediante la emisión del “voto en blanco” y preparar la lucha integral oponiendo a la arbitrariedad la fuerza popular. (BASCHETTI, 2012: 170)

O resultado eleitoral demonstrava novamente a força da liderança de Perón acima dos neoperonistas, que propunha a participação no processo eleitoral, e de qualquer outra força política argentina. O voto em branco conseguiu um total de 2.115.532 votos (25,2%), a segunda posição coube a UCRP com 2.091.703 votos (24%), com a UCRI ficando na terceira posição com 1.792.497 votos (20,4%) (KOENIG, 2013, p.184). Tal resultado demonstrava também a fragilidade do governo frondicista, bem como, a ilegitimidade que qualquer outro governo advindo de um processo eleitoral sem a participação do peronismo teria.

No que tange aos conflitos sindicais, o ano de 1960 foi marcado pela ausência de conflitos sindicais de grande envergadura. Porém, entre outubro de 1960 e março de 1961, o governo passaria a vivenciar uma das mais fortes crises e tentativas de golpe entre as 34 realizadas ao longo da presidência de Frondizi. Devido a profundas divergências com relação a política externa frondicista em relação a Revolução Cubana, o comandante em chefe das forças armadas, Toranzo Montero, iniciou uma intensa movimentação nos setores militares na tentativa de dar um fim ao governo Frondizi. Estas tentativas foram frustradas e levaram a sua queda e ao seu retiro para a condição de reservistas.

Conforme Potash (1984) a renúncia de Toranzo Montero gerou uma sensação de alívio para o presidente Frondizi. Agora o governo poderia tomar decisões com muito mais liberdade e menos preocupação com as reações do exército. A partir desta sensação, em abril de 1961, ocorreram significativas mudanças no gabinete presidencial. A mais importante foi à saída de Álvaro Alsogaray, ministro nomeado como a finalidade de apaziguar os ânimos

militares em junho de 1959, cujo fracasso da política econômica ortodoxa adotada representou um atraso e a perda do frágil apoio popular que o governo ainda matinha. A partir destas mudanças, Frondizi passou a atuar mais significativamente na política externa, um dos pontos de grande controvérsia com a extrema-direita militar.

Por imposição do contexto latino-americano, o principal tema da política externa passou a ser a Revolução Cubana (MORGENFELD; MÍGUEZ, 2015). Conforme Maria Cecília Míguez (2011: 56), os “desarrollistas argentinos sustentaran toda su política en una hipótesis fundamental: se había abierto una nueva etapa en las relaciones internacionales, la etapa de la coexistencia pacífica”. Tal hipótese se somava a própria tradição ideológica do presidente, oriunda do radicalismo yrigoyenista, e o histórico autonomista da política externa argentina em relação a política norte-americana²⁹. A partir destes três fatores o governo Frondizi, tendo em vistas as margens de autonomia que a dinâmica que Guerra Fria abria naquele contexto, adotou uma postura de mediação no conflito entre a posição dos Estados Unidos e a Revolução Cubana.

Esta posição ficou evidente em três momentos: 1) Na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos, realizada entre 5 e 17 de agosto de 1961, em Punta Del Este no Uruguai. Na ocasião, o governo argentino, apesar de demonstrar apoio, propôs uma série de reparos no projeto da Aliança para o Progresso, iniciativa norte-americana que propunha ajuda financeira aos países latino-americano em contrapartida aos impactos da Revolução Cubana. 2) Na reunião “secreta” que o presidente realizou com Ernesto Che Guevara na residência de Olivos em 18 de agosto de 1961. 3) Na forte oposição assumida pelo governo argentino em relação a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos na VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, realizada também em Punta Del Este entre 23 e 30 de janeiro de 1962. (MORGENFELD, 2012).

As reações a estes três momentos por parte da extrema-direita militar foram de aumento da tutela sobre o governo. Em relação a posição argentina na Reunião do CIES e, principalmente, a reunião com Ernesto Che Guevara, os altos chefes da Marinha se reuniram e definiram que o presidente deveria renunciar. Porém, esta não foi uma posição unanime entre os chefes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, sobretudo, pelos critérios que seriam

²⁹ Uma análise deste histórico é feita por Leandro Morgenfeld (2011) em sua obra “Vecinos en conflicto: Argentina y Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas (1880-1955)”.

levados em conta para a renúncia. A única posição conjunta dos chefes das forças armadas consultados foi o pedido de que o Ministro das Relações Exteriores, Adolfo Mujica, o subsecretário de Relações Exteriores e o embaixador argentino no Uruguai fossem afastados de seus cargos. Este era o critério para a continuidade do governo. Assim, cedendo às pressões militares, o presidente Frondizi acabou demitindo, em 28 de abril de 1961, o chanceler Adolfo Mujica. (BOTEGA, 2013: 181-184).

A posição assumida na VIII Reunião de Consulta dos Ministros também radicalizou os setores de extrema-direita das forças armadas. Conforme Paradiso (2005: 205), estes “interpretaram o episódio como prova definitiva da orientação subversiva e marxista de um governo que já tinham condenado”. O voto argentino foi considerado “una subestimación de la oposición de la opinión pública y de los militares argentinos” (ESCUDE; CISNEROS, 2000). Esta posição levou as forças armadas a exigirem de Frondizi a ruptura imediata das relações com Cuba e a demissão do chanceler Miguel Angel Cárcano.

A posição assumida foi fortemente defendida por Frondizi em discurso pronunciado na inauguração das obras de construção do Túnel Subfluvial Paraná - Santa Fé, em Paraná, Balneário Thompson, no dia 3 de fevereiro de 1962. Porém, a pressão militar era tão intensa que no dia 8 de fevereiro de 1962, apenas cinco dias após ter reafirmado a posição da delegação argentina na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o próprio presidente anunciou a ruptura das relações diplomáticas entre Argentina e Cuba. Uma posição que gerou a renúncia do chanceler Miguel Angel Cárcano em oposição a medida tomada, que foi considerada como tendo mais efeitos negativos do que positivos ao governo. (BOTEGA, 2013: 206-208).

Paralelamente a sensação de retomada de “autonomia” por parte do governo Frondizi, diante das saídas de Toranzo Montero e Álvaro Alsogaray, e os conflitos em relação a política externa, entre maio de dezembro de 1961 explodiram os conflitos ferroviários em oposição ao *Plan de Racionalización* proposto pelo governo. Diante do déficit do setor ferroviário, foram anunciadas uma série de medidas que iam da flexibilização do regime de trabalho, a terceirização de funções de oficina e copa, a venda de terras e instalações e a diminuição de postos de trabalho. Este plano gerou a resistência da *Unión Ferroviaria y Fraternidad*, uma das maiores organizações sindicais argentinas, levando a paralização das atividades em 15 de maio. Em junho, os ferroviários receberam o apoio das 62 Organizações Peronistas e do MUCS.

Ao longo do período, entre junho e novembro, houveram inúmeras paralizações improvisadas e greves gerais na tentativa de levar o governo a um recuo. Em 2 de novembro, os dois agrupamentos sindicais iniciaram uma greve geral por tempo indeterminado. Em resposta, o governo decretou, nos marcos do *Plan Conintes*, a ilegalidade do movimento ferroviário. Em 1º de dezembro, diante do não avanço nas negociações e do não recuo dos grevistas, se estabeleceu a pedido de Frondizi uma mediação do conflito por parte do Cardeal Caggiano. Essa mediação promoveu, em 10 de dezembro, a construção de uma base sólida de acordo entre o governo, os patrões, o sindicato ferroviário e a CGT. Assim, após 40 dias de conflito a greve ferroviária resultou em um conjunto de concessões em relação à “racionalização” propostas pelo governo, entre essas: um aumento salarial de 20%, a manutenção do regime de indenização aos despedidos, o fim das sanções disciplinares e o pagamento dos salários dos dias de greve. (LAMAS, 1984:155-156).

O ano de 1961 também foi marcado pelo dilema frondicista em relação à proscrição do peronismo e a participação dos peronistas nas eleições provinciais. Diante da sinalização por parte do peronismo de seu desejo de retorno a legalidade do jogo democrático-eleitoral que lhe foi proibida com a proscrição a partir de 1955 e convencido de que com as mudanças ocorridas em abril de 1961 havia adquirido maior margem de manobra em relação à tutela militar, Frondizi passou a atuar na problemática central colocada ao longo de todo o seu governo: qual a real dimensão política da UCRI diante da polarização peronismo – antiperonismo?

As eleições provinciais eram entendidas como um grande e arriscado momento para a busca desta resposta. Uma vitória do governo deixaria Frondizi com mais fôlego para seguir em frente. Uma vitória do peronismo colocaria o governo em uma dupla situação: ou anulava os resultados ou deixaria os peronistas gradativamente se inserir na *real politique* do ato de governar em uma estrutura onde a centralidade dos recursos abrigava os governos provinciais a negociarem com o governo nacional. Tudo dependeria da reação da extrema-direita das forças armadas. Por sua vez, uma improvável vitória da UCRP geraria a sensação de que os conservadores poderiam chegar ao poder através do voto nas futuras eleições presidenciais.

A partir deste raciocínio, as eleições de 17 dezembro de 1961 e de janeiro de fevereiro de 1962 serviram de laboratório para o governo. As vitórias frondicistas nas províncias de Santa Fé, San Luis, Catamarca, Formosa e La Rioja deram a impressão de que o primeiro cenário proposto se desenhava como realidade futura. Este fato reforçou a ideia de permitir

que os peronistas participassem em 18 de março de 1962, porém a possibilidade de vitória peronista na província de Buenos Aires representava uma grande ameaça para a extrema-direita e um fator de intensa preocupação para o governo. (LAMAS, 1984)

Em um ensaio para testar qual era de fato a intensão do governo, bem como, ver até aonde ia à autonomia presidencial de Frondizi diante dos militares, Perón colocou seu nome como a candidato a deputado nacional e a vice-governador da Província de Buenos Aires, levando a uma forte reação por parte da extrema-direita militar e ao veto do governo a sua participação no processo eleitoral. Em uma reunião realizada em 29 de janeiro de 1962, entre o ministro do Interior, Alfredo Vitolo, e os representantes das forças armadas ficou definido que o governo estava disposto a impedir de qualquer forma o retorno “al sistema derrocado el 15 de setiembre de 1955”, deixando claro que aqueles que “fueron partidarios del ex-dictador, puedan organizarse en la legalidad, sumándose a la convivencia nacional, con objetivos pacíficos y democráticos”. Assim, o que estava proibido era “Perón y su régimen”. (BASCHETTI, 2012: 207-208). Era uma última tentativa do governo Frondizi em convencer a extrema-direita militar que de que era possível “um peronismo, sem Perón”.

Os resultados eleitorais demonstraram uma vitória não tão acachapante como se imaginava do peronismo. Os peronistas e os neoperonistas somaram 2.530.238 votos contra 2.422.516 votos da UCRI e 1.802.483 votos da UCRP. Os peronistas saíram vitoriosos em Buenos Aires, Neuquén, Santiago Del Estero, Misiones, Chaco, Rio Negro, Salta, Tucumán, Jujuy e Chubut. A UCRI venceu em Entre Rios, Corrientes, Capital Federal, La Pampa, Santa Cruz e Tierra del Fuego. A UCRP venceu em Córdoba com Arturo Illia. A União Cívica Radical Bloquista venceu em San Juan e o Partido Democrata venceu em Mendoza.

Apesar da paridade e do equilíbrio de forças, a vitória peronista na Província de Buenos Aires, como era de se esperar, foi o fator definidor da posição dos militares em relação à deposição do governo. Nem mesmo a anulação dos resultados e a intervenção do governo nacional nas províncias onde o peronismo foi vitorioso e a ruptura de relação com Cuba como forma de agrado aos sentimentos anticomunistas predominantes nas forças armadas foi capaz de segurar o golpe que depôs Frondizi em 29 de março de 1962.

A deposição do presidente Frondizi foi mais um episódio da situação de “anormalidade permanente” que, conforme Halperín Donghi (2006: 75) era “el único clima histórico conocido por varias generaciones argentinas” entre as décadas de 1930 e 1960, se

prolongando por pelo menos duas décadas seguintes. Em que pese tal clima histórico, também é importante ressaltar as próprias contradições do Frondizi presidente em relação ao Frondizi que constituiu uma trajetória anterior a presidência³⁰. Para Rapoport (2007: 425), “renegando su pasado socializante y anti-imperialista, Frondizi se convirtió a la libre empresa; librepensador y laicista, declaró su fe católica y apoyó la enseñanza libre. Severo antiperonista, resultó electo por los votos peronistas”. Estas condições não somente refletiram na gradual perda de base de apoio por parte do governo desenvolvimentista, como também, se refletiram nos próprios discursos presidenciais.

1.2.3. O governo Juscelino Kubistchek

Assim como o governo de Arturo Frondizi, o governo Juscelino Kubistchek também foi marcado pelo enfrentamento da polarização política. Porém, diferente do presidente argentino cujo a trajetória esteve marcada pela oposição ao peronismo e após uma manobra política

³⁰ Arturo Frondizi nasceu em Paso de Los Libres, na Província de Corrientes, cidade que faz fronteira com Uruguaiana no Brasil. Filho dos imigrantes italianos, Julio Frondizi e Isabel Ercoli, teve 13 irmãos. Sua família era parte da ascendente classe média argentina da virada do século XIX para o XX e como tal seus pais influenciavam fortemente os estudos de seus filhos. Dessa forma, vários deles seguiram a carreira intelectual, destacando-se, além de Arturo, Silvio, uma das personalidades teóricas do trotskismo argentino, e Risieri, destacado filósofo e figura proeminente da Universidad de Buenos Aires, onde foi reitor no mesmo período em que o irmão era presidente. Morando em Buenos Aires, Arturo Frondizi irá realizar seus estudos secundários no Colégio Nacional Mariano Moreno, onde colabora com a revista estudantil Estimulen a partir de escritos sobre História, Sociologia e Política. Em 1927, ingressa na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires, onde terá um destacado desempenho acadêmico e irá iniciar a sua militância no movimento estudantil. Frondizi possuía uma significativa admiração pelo presidente radical Hipólito Yrigoyen e foi justamente o golpe que o afastou do poder, em 1930, e instalou a ditadura militar do general Uriburu, que levou o jovem estudante de direito à adesão a militância yrigoyenista. Da fase do movimento estudantil, destaca-se o fato de Frondizi ter se negado a receber das mãos do próprio general Uriburu o Diploma de Honra Acadêmica que a universidade o distinguiu devido ao seu brilhante desempenho acadêmico.

Em 1932, Frondizi se filia a União Cívica Radical – UCR e um ano depois passa a atuar como advogado de presos políticos, participando das organizações de direitos humanos como o Centro de Ex-Presos Políticos e a Liga Argentina por los Derechos del Hombre. Através destas funções, ao lograr a libertação de um número significativo de militantes, devido as suas qualidades intelectuais e argumentativas, começou a tornar-se uma figura pública respeitada como um “talentoso e valente defensor”. Foi deputado, vice-presidente do Bloco dos 44 deputados da União Cívica Radical (UCR), principal partido de oposição ao peronismo, do qual também foi dirigente. Como oposição, ao mesmo tempo em que apoiava as medidas industrializantes do governo Perón, reprovava de forma intransigente as medidas antidemocráticas do general. Destacou-se, sobretudo, a partir de 1945, como um dos responsáveis pela fundação do Movimiento de Integración e Renovación, o MIR, e como um dos elaboradores da Declaração de Avellaneda, um documento programático nacionalista, com feições de uma esquerda moderada, que polemizava com a ala conservadora da UCR, que continha muitas das idéias da futura proposta desenvolvimentista. Como presidente da UCR, que se tornou o principal partido político atuando na legalidade durante a Revolução Libertadora, Frondizi inicialmente apoiou incondicionalmente à deposição de Perón, porém, sempre deixou o caminho aberto para o diálogo com o peronismo, com quem convergia quanto às críticas ao liberalismo do governo general Aramburu. (ALTAMIRANO, 1998; MENOTTI, 1998).

audaciosa acabou sendo eleito com os votos peronistas, Kubitschek manteve o apoio ao presidente Getúlio Vargas até o desfecho final da crise que o levou ao suicídio. Por esse motivo era identificado pelos setores anti-getulistas como um político que fazia parte do grupo político getulista. Colaborava para a essa identificação o fato de pertencer ao Partido Social Democrático, PSD, fundado pela ala do getulismo formada pelos caciques políticos regionais, inclusive interventores durante o Estado Novo.³¹

Foi através de um interventor, Benedito Valadares³², que Kubitschek iniciou sua trajetória política³³. Ambos se conheceram quando serviram na mesma frente de combate contra os revoltosos de 1932. Kubitschek atuava como médico da Polícia Militar de Minas Gerais. Após a vitória das tropas aliadas ao presidente Getúlio Vargas, o coronel Valadares foi nomeado, em 1933, governador de Minas Gerais. O interventor nomeou Kubitschek para o cargo de chefe de gabinete do governador. A função de chefe de gabinete permitiu a Juscelino Kubitschek o acesso a uma gama muito ampla de recursos que lhe garantiam o poder de estabelecer relações clientelísticas com várias lideranças locais do Estado de Minas Gerais. Tal função abriu as portas para que fosse eleito, em 1934, o deputado federal mais votado de Minas Gerais. Com o fechamento do Congresso pelo golpe do Estado Novo, em 1937, Juscelino voltou a exercer a função de médico-militar. Porém, em 1940, mais uma vez, por indicação do governador Benedito Valadares é nomeado prefeito de Belo Horizonte. Como prefeito implementou um profundo plano de modernização da cidade. Velhas avenidas foram pavimentadas e ampliadas, novas avenidas foram abertas, redes subterrâneas de luz e telefone foram implantadas e uma significativa experiência arquitetônica modernista foi desenvolvida na construção do complexo da Pampulha. Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945,

³¹ Conforme Lúcia Hippolito (2012: 55), o PSD nasce “por deliberação da própria elite dominante no período autoritário, no sentido de criar um instrumento que lhe permitisse operar a transição para um regime democrático. No entanto, o partido que nasce pela mão dos interventores nomeados fundará seu prestígio e sua força na vitória eleitoral, nas atividades parlamentares e na participação nos diferentes níveis do executivo. Partido de quadros que adota posturas de partido de massas, o PSD adapta-se aos novos tempos inaugurados pela Constituição de 1946.”

³² Benedito Valadares (1892-1973) era coronel de tradicional família política da região de Pará de Minas – MG. Ao longo de sua trajetória política foi Interventor em Minas Gerais entre 1933 e 1935; e entre 1937 e 1945. Foi governador eleito entre 1935 e 1937, deputado federal entre 1946 e 1955, e senador entre 1955 e 1971. Destacou-se por ser uma das principais lideranças do PSD mineiro. (DIAS, 2001: 5862-5872).

³³ Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina – MG, o pai era funcionário público e a mãe era professora primária. Órfão de pai desde os dois anos, concluiu os estudos primários e o ginásio com muita dificuldade financeira. Após alguns anos de estudo, em 1922, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, para custear os gastos prestou concurso público para Telegráfo, sendo nomeado em 1921. Em 1927, no quinto ano da faculdade, começou a trabalhar na Santa Casa. Dois anos depois, já formado, por intervenção de seu amigo de infância, José Maria Alkmin, foi nomeado médico da Caixa Beneficente da Caixa Oficial do Estado. Retornando ao Brasil após vários meses de viagem para a Europa, Juscelino ingressa na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais como médico. (BOJUNGA, 2001; COUTO, 2013).

Kubitschek deixou o cargo, sendo eleito mais uma vez deputado federal pelo Partido Social Democrático (BOJUNGA, 2001; COUTO, 2013).

Em 1950, em meio ao jogo da velha política dos caciques do PSD mineiro, Kubitschek derrotou por uma margem pequena de votos Bias Fortes, conseguindo sua indicação para candidato ao governo de Minas Gerais. Uma vez eleito governador, com uma diferença de 32% mais de votos do que o seu adversário, udenista Gabriel Passos, Juscelino tratou de produzir caminho próprio junto às bases partidárias, afastando gradativamente os velhos caciques locais, substituindo-os por figuras políticas de relações mais próximas tais como o ex-colega de pensionato José Maria Alkmin. Ao mesmo tempo, a condição de governador de um dos mais importantes Estados brasileiros lhe abriu caminho para estabelecer uma relação direta com o presidente Getúlio Vargas (BOJUNGA, 2001; COUTO, 2013).

Kubitschek governou Minas Gerais com a mesma ênfase modernizadora que havia caracterizado a sua administração municipal em Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, mantendo posição contrária ao golpismo que culminaria com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, criou uma imagem de democrata e em contrapartida recebia valoroso apoio do governo federal, em forma de recursos financeiros, para a execução de seu projeto de modernização. Esta relação respeitosa e de apreço mútuo fez com que o próprio presidente Vargas passasse a cogitar o governador mineiro como candidato ao governo federal. Essa relação foi fundamental para o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, a sua futura candidatura à presidência em 1955. Porém, também fez aumentar a desconfiança dos setores conservadores da União Democrática Nacional, UDN, e da direita militar de que seria um aliado e continuador do getulismo, tornando-o um novo alvo para o golpismo.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, e a reação popular que se seguiu promoveram um recuo temporário no golpismo udenista que tinha na figura do novo presidente Café Filho um importante aliado. Na ocasião, a pré-candidatura de Kubitschek já era algo de conhecimento público e notório, porém, não era de agrado nem da UDN e nem do presidente que passaram a adotar duas táticas com o objetivo de enfraquecer os movimentos em prol desta. Primeiramente, o presidente lançou a ideia de uma candidatura de consenso em favor da unidade nacional. Num segundo momento, movimentou-se no sentido de produzir uma divisão no próprio PSD.

Os focos internos ao PSD que resistiam à candidatura presidencial de Kubitschek situavam-se em Pernambuco, com o governador Etelvino Lins³⁴, em Santa Catarina, com o senador Nereu Ramos, e no Rio Grande do Sul, com o deputado estadual Peracchi Barcelos. Além destes, muitos caciques como Benedito Valadares receavam que a não capitulação do partido diante da proposta do presidente pudesse produzir efeitos negativos ao próprio partido (BOJUNGA, 2001: 269). Em meio a essa disputa interna, Juscelino Kubitschek aproximou-se da “Ala Moça” do PSD, corrente que propunha uma renovação partidária a partir de bases mais ideológicas, em contraposição as políticas de clientela dos velhos caciques. O amigo José Maria Alkmin teve papel fundamental nesta aproximação que transformou a “Ala Moça” em fiadora da candidatura junto ao partido.

Foi a partir da “Ala Moça” que Kubitschek se aproximou das disputas estaduais do partido, fortalecendo seus aliados nos seus respectivos Estados³⁵ e nas estruturas institucionais onde o partido atuava. Em fevereiro de 1955, um fato demonstraria o peso da “Ala Moça” no partido. O grupo, liderado por Ulisses Guimarães e Renato Archer, consegue derrotar Ranieri Mazzili, candidato dos caciques, na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, que ficou ao cargo do mineiro Carlos Luz (HIPPOLITO, 2002:183-185). Ao esse apoio da ala renovadora do PSD se somaram o apoio de algumas lideranças históricas do partido como Ernani do Amaral Peixoto, fiador do PSD ao longo do governo Vargas. Tais apoios fizeram com que Kubitschek conseguisse derrotar as contrariedades a sua candidatura. Nem mesmo a dissidência de três diretórios, RS, SC e PE, impediram com que a candidatura Juscelino Kubitschek conquistasse relativa unidade dentro do PSD. Além dos apoios internos, a candidatura ainda teria o apoio do trabalhismo, representado pelo candidato a vice-presidente João Goulart, de amplos setores da intelectualidade brasileira, entre estes aqueles ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o ISEB³⁶, e de setores da imprensa como a Revista Manchete de Adolfo Bloch (BOJUNGA, 2001).

³⁴ Etelvino Lins será lançado pela UDN e pelo governo Café Filho como uma alternativa a candidatura Juscelino Kubitschek e um possível candidato de unidade nacional. Porém, sua candidatura não será efetivada, tanto por oposição majoritária do PSD, como por setores da própria UDN que queriam Jânio Quadros ou Juarez Távora como candidatos. Jânio Quadros, então governador de São Paulo, foi outro nome cogitado pelo antigetulismo como candidato de unidade nacional. (RIEDINGER, 1988).

³⁵ No Rio Grande do Sul, consegue a dissidência do deputado Nestor Jost em relação à posição do partido e do governador de não apoio a sua candidatura. Em Santa Catarina, o fortalecimento de Leoberto Leal consegue neutralizar a influência de Nereu Ramos, que posteriormente será o seu Ministro da Justiça. O governador de Pernambuco, por sua vez, se manteve até o final como grande adversário de sua candidatura.

³⁶ O Instituto Superior de Estudos Brasileiro, ISEB, foi criado pelo governo Café Filho no âmbito do Ministério de Educação e Cultura, em junho de 1955. Porém, sua origem remonta ao Grupo de Atibaia um conjunto de intelectuais que se encontravam no Parque Nacional de Itatiaia, com o objetivo de fomentar debates em torno de

Esta configuração política transformou a candidatura de Kubitschek como representativa dos setores desenvolvimentistas e nacionalistas da sociedade brasileira em oposição a candidatura do general Juarez Távora, do Partido Democrático Cristão, apoiado pela UDN, representante do liberalismo-conservador. Também foram candidatos, Adhemar de Barros, tradicional político do Partido Social Progressista, PSP, que fora primeiramente interventor e depois governador em São Paulo; e Plínio Salgado, antiga liderança do movimento integralista, lançado pelo Partido de Representação Popular, PRP.

A campanha eleitoral foi marcada pela instabilidade representada pelos apelos de Carlos Lacerda contra a candidatura de Kubitschek. O jornalista udenista, que fora um dos responsáveis pelas articulações do golpe contra o governo Vargas, procurou através dos artigos que publicava no jornal Tribuna de Imprensa e de contatos diretos com os militares conservadores, que juntamente com ele faziam parte do Clube da Lanterna, o impedimento da candidatura Kubitschek. Uma vez que não teve sucesso, passou a defender uma intervenção militar diante da ameaça representada pela vitória do ex-governador mineiro. Seus apelos acabaram sendo silenciados pela proibição dos pronunciamentos militares a respeito das eleições imposta pelo presidente Café Filho, a pedido do Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. Apesar deste silenciamento público e da mudança de tática, passando do golpismo imediato ao fortalecimento da campanha de Juarez Távora, nos bastidores, tanto Lacerda como os militares conservadores seguiam articulando uma solução diante da possibilidade de derrota eleitoral (RIEDINGER, 1988).

As eleições se realizaram em 3 de outubro de 1955 sob proteção do exército, o que permitiu um clima de relativa tranquilidade. Nem total de 15.343.450 eleitores, compareceram as urnas 9.097.014, ou seja, 59,3% do total. Juscelino Kubitschek obteve 3.077.411 votos, 33,8%; Juarez Távora obteve 2.610.462 votos, 28,7%; Ademar de Barros obteve 2.222.725

um projeto nacional. Em 1953, este grupo tomou forma institucional constituindo o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, IBESP. O IBESP tinha como forma de financiamento a contribuição dos próprios membros e desta forma conseguiu publicar entre 1953 e 1956 os cinco volumes dos Cadernos do Nosso Tempo. Em 1954, o IBESP e a Capes (na época denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior e presidida por Anísio Teixeira) celebraram um convênio para a organização de 12 seminários intitulados “Os problemas de nossa época”. Esta aproximação, ainda no segundo governo Vargas, tornou possível a criação oficial do ISEB, como instituição estatal para cumprir uma função semelhante ao College de France, ou seja, para formação das futuras elites dirigentes, como uma contrapartida a Escola Superior de Guerra. O ISEB funcionou até 1964, quando foi fechado pela Ditadura Civil-Militar. (TOLEDO, 2005; 1977).

Rolando Corbisier, primeiro diretor do ISEB, se colocaria como um porta-voz da “campanha civilista” pelo direito à candidatura de Juscelino Kubitschek. Entre 20 de dezembro de 1954 e 2 de junho de 1955, Corbisier transformou a coluna que transmitia suas crônicas na Rádio Mayrink Veiga em instrumento na defesa de Juscelino Kubitschek. Seus textos combatiam, diariamente, todas as estratégias do presidente Café Filho e da UDN para impedir que a aliança PSD-PTB retornasse ao governo. (CORBISIER, 1976).

votos, 24,4%; e Plínio Salgado obteve 714.379 votos, 7,9%. Votos brancos e nulos alcançaram um total de 472.037, 5,2% dos votos. Para vice-presidentes, João Goulart obteve 3.591.409 votos, 39,5%; Milton Campos obteve 3.384.739, 37,2%; e Danton Coelho obteve 1.140.261 votos, 12,5%. Votos brancos e nulos alcançaram 980.605 votos, 10,8% (Idem:258). Dessa forma, apesar de toda a campanha de desestabilização e das próprias mudanças ocorridas em meio ao processo eleitoral, como a adoção da cédula única, Juscelino Kubitschek e João Goulart foram eleitos. Um duro revés para as forças políticas conservadoras, sobretudo, para a UDN, o presidente Café Filho e os setores da direita militar.

Derrotadas eleitoralmente estas forças passaram a articular a impossibilidade de empossar o presidente e o vice-presidente eleitos. Primeiramente, questionaram a legitimidade dos votos recebidos por Kubitschek devido a supostas fraudes e, sobretudo, ao apoio que sua candidatura recebeu dos comunistas. Os udenistas apontavam que o apoio e os votos dos comunistas seriam ilegais, uma vez que o PCB era um partido ilegal. Uma vez descartada esta tese, num segundo momento, os conservadores passaram a defender a tese da “maioria absoluta”, ou seja, os eleitos não possuíam a legitimidade para assumir os cargos pois não tiveram mais de 50% dos votos. Uma tese que ia contra as próprias regras dos processos eleitorais brasileiros e que também acabou sendo deslegitimada.

Em meio a esse processo de disputa no campo político propriamente dito, também ocorriam movimentações nos meios militares. Em 17 de outubro, o inspetor geral do exército, general Euclides Zenóbio da Costa, ex-ministro da Guerra no governo Vargas, lançou uma proclamação para que os militares defendessem, se preciso com as armas, a posse dos eleitos. Em resposta, o ministro Henrique Teixeira Lott, um defensor de que o exército deveria se manter enquadrado no código disciplinar militar, puniu o general Zenóbio da Costa por sua proclamação. Preocupado com o crescente clima de instabilidade política e a ordem legal, “o ministro da Guerra conversou com o ministro Galloti, magistrado responsável pelas eleições, ouvindo dele que a Constituição estava sendo preservada”. A partir desta afirmação passou a argumentar junto aos seus colegas ministros da Aeronáutica e da Marinha que a posse dos eleitos não feriu qualquer dispositivo legal, uma posição que não era aceita pelos seus colegas. Era evidente a divisão entre as forças armadas e no interior de cada uma delas. (FERREIRA: 2003, 320-321).

Um episódio acabou precipitando o desfecho da crise. Durante os funerais do general Canrobert Pereira da Costa, um tradicional membro da ala conservadora das forças armadas, o

coronel Jurandir Mamede pronunciou um duro discurso onde defendeu que o Brasil vivia uma “pseudolegalidade imoral e corrompida” e que a democracia brasileira era uma mentira. O ato foi considerado por Lott como uma insubordinação, porém, diante da forma entusiasmada como Mamede foi cumprimentado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, o ministro acabou não casando a palavra e prendendo o oficial naquele momento como era a sua intenção³⁷. O episódio acabou animando as pretensões golpistas de não dar posse ao presidente eleito.

Dois dias depois, o presidente Café Filho se afastou do cargo alegando problemas de saúde, assumindo em seu lugar o próprio Carlos Luz. Com a preocupação de manter a ordem militar diante da crise política, o ministro Lott procurou uma forma de punir o coronel Mamede, assim como havia feito com Zenóbio da Costa. Porém, o coronel estava lotado na Escola Superior de Guerra e sua punição somente seria possível com a autorização do presidente da República que deveria retirá-lo de tal lotação e retorná-lo para o comando do Ministério da Guerra. Ao invés de tomar essa medida, Carlos Luz preferiu forçar a exoneração do próprio ministro Lott, o que abriria caminho para o golpe.

Antes de Lott deixar o cargo, um grupo de oficiais reunidos sob a liderança dos generais Augusto Frederico Correia Lima, Azambuja Brilhante e Odílio Denys, juntamente com líderes civis como José Maria Alkimin, líder da maioria na Câmara dos Deputados, passaram a articular a defesa da posse dos eleitos. Estas articulações levaram o general Henrique Teixeira Lott a deferir o golpe preventivo, em 11 de novembro de 1955, que com apoio da maioria dos oficiais das forças armadas sufocou às conspirações que pretendiam não dar posse ao presidente eleito. Em reação ao contragolpe deferido as principais lideranças conservadoras e golpistas, Carlos Lacerda, Carlos Luz, coronel Mamede, almirante Penna Botto e o ministro da Justiça Prado Kelly, abordo do cruzador Tamandaré, procuraram organizar uma resistência. Porém, diante do pouco apoio militar e político para a reação acabaram desistindo. Estava aberto o caminho para a posse de Kubitschek como presidente da República.

Maria Victoria Benevides (1976;1991), destaca que o governo Kubitschek foi marcado por “equilíbrio instável” que lhe garantiu as condições necessárias para a implementação de seu programa desenvolvimentista, representado pelo slogan “50 anos em 5”. Essas condições, segundo a autora, se definiam a partir de “mecanismos de compensações” que giravam em

³⁷ Lott cita este episódio em sua entrevista ao Cpdoc/FGV. Ver: LOTT (2002).

torno das seguintes variáveis: 1) a cooptação dos militares; 2) a forte aliança PSD-PTB, indispensável no Congresso em virtude das disputas orçamentárias; 3) o desenvolvimento do Programa de Metas; 4) a “administração paralela”, ou seja, “uma ‘administração de notáveis’, um módulo de eficiência, e, como o nome indica, paralelo à administração formal que deveria ser mantida”. Um conjunto de variáveis que eram possíveis graças a uma estrutura de Estado onde os poderes eram fortemente concentrados no executivo. Utilizando em maior ou menor grau essas variáveis conforme cada contexto, Kubitschek conseguiu “implementar uma política inovadora sem destruir o clientelismo já tradicional na administração brasileira”. (BENEVIDES, 1991: 12).

Dessa forma, o governo Kubitschek foi marcado por uma relativa “estabilidade política”, uma vez que:

O juscelinismo representava – ao lado de uma posição inovadora quanto a industrialização e ao crescimento econômico – uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas nos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa composição de forças significava o apoio a industrialização modernizadora, aliada à manutenção da “paz e tranquilidade” no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho. (Idem: 21).

Além dos trabalhos de Benevides, outros trabalhos também destacam a relativa “estabilidade política” do governo Kubitschek. Vânia Moreira (2003: 158) destaca que do “ponto de vista panorâmico o governo JK foi uma quase ‘proeza’”, pois, a partir “de um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista”.

Da mesma forma, Lúcio Flávio de Almeida (2006) afirma que o nacional-desenvolvimentismo ou o nacionalismo triunfante, representou o momento de uma hegemonia burguesa no Brasil. Essa hegemonia ou “simulacro de hegemonia”, como o autor destaca, foi constituída pela forte presença de uma variante ideológica empresarial, sendo garantida pelo fato de que o projeto de capitalismo industrial implementado pelo governo correspondeu aos

interesses das duas frações de classe que compunham o “bloco no poder”³⁸ durante o período: a burguesia industrial e os militares. O que se evidencia nas convergências entre as posições do governo e as ideias defendidas pelas duas principais entidades representativas desses dois grupos: a FIESP e o Clube Militar.

Tais convergências estavam presentes no Plano de Metas, um documento-programa intitulado “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” construído ao longo da campanha presidencial que propunha um conjunto de 30 metas divididas nos seguintes setores: energia (metas 1 a 5); transporte (metas 6 a 12); alimentação (metas 13 a 18); indústrias de base (metas 19 a 29); e educação (meta 30). Além dessas metas foi incorporada a construção de Brasília como meta-síntese do programa. Todas essas metas se inseriam no objetivo principal de “acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtivas” (KUBITSCHKE: 1955, 39).

Conforme Carla Anastasia (2002: 24-25),

No incentivo ao investimento produtivo, o governo JK utilizou um conjunto de ações direcionadas, como a concessão de financiamentos nacionais com grandes prazos e juros negativos, a garantia de avais públicos na obtenção de créditos externos, e a garantia de reservas de mercado, inclusive às empresas estrangeiras. Para garantir esses benefícios, o governo utilizou vários artifícios, como a manipulação de tarifas aduaneiras e da taxa cambial, bem como a aplicação da lei de similares para as importações. Isto significa um forte subsídio à produção de bens de capital e de consumo duráveis, e, ainda um eficiente instrumento controlador de divisas e arrecadador de recursos fiscais.

Essas medidas faziam com que o governo Kubitschek reconciliasse “as novas tendências em desenvolvimento, baseadas no capital estrangeiro, e a dimensão não radical sobrevivente do período Vargas” (Idem: 24). Uma política de compromisso que abarcava amplos setores do espectro ideológico agrupados nas três correntes desenvolvimentistas apontadas por Bielschowsky (1988), os desenvolvimentistas do setor privado, os desenvolvimentistas do setor público “não-nacionalistas” e os desenvolvimentistas do setor

³⁸ Bloco no Poder é um conceito elaborado por Nicos Poulantzas que indica “a unidade contraditória particular das classes sociais ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”. (POULANTZAS: 1977, 229).

público “nacionalistas”. Pode-se acrescentar ainda por alguns momentos os próprios neoliberais.

Desta forma, o Plano de Metas representava uma aliança entre os “entreguistas” e os “nacionalistas”. Uma aliança que em alguns momentos funcionou perfeitamente, porém, em outros se revelou com um palco de intensas disputas. Essa realidade é que corrobora tanto para o conceito de “equilíbrio instável” de Benevides (1976), como para a concepção de “simulacro de hegemonia” de Lúcio Almeida (2006), uma vez que por trás do sucesso do Plano de Metas se escondiam novas e velhas tensões sociais que emergiram em diferentes momentos do governo e em diferentes setores da sociedade, inclusive naquelas frações de classe que compunham o “bloco no poder” proposto por Almeida (2006).

Os resultados da crise de novembro de 1955 e a forma como a posse do presidente Kubistchek foi garantida deixou raízes profundas no meio militar. Conforme Karla Carloni (2007: 282),

As Forças Armadas não são monolíticas: de acordo com seus próprios valores organizacionais, absorvem a influência sobre a sociedade civil e dão significado a ela. A partir desse processo elaboram suas estratégias de intervenção e exercem influência sobre a sociedade. Porém, isso não significa a inexistência de cisões e disputas no meio militar, elas existem tal como na sociedade civil, mesmo que silenciadas pela hierarquia e pela disciplina.

Mesmo sendo uma instituição baseada na disciplina e na hierarquia em alguns momentos o silêncio nas forças armadas é rompido e suas cisões são expostas. Tais momentos foram característicos do período situado entre a democratização de 1945 e o golpe civil-militar de 1964, sendo aguçados entre 1954 e 1964. Ao longo desse período os militares se dividiam em posições político-ideológicas que compunham dois grandes grupos: os militares nacionalistas e os militares antinacionalistas.

Congregando diferentes matizes políticos, os militares nacionalistas defendiam a forte presença do Estado na promoção e no controle da industrialização com forma de garantir a superação do subdesenvolvimento e que os benefícios cheguem a maioria da população. Não eram necessariamente contrários ao capital estrangeiro, porém sua participação deveria ser restrita a alguns setores que não fossem fundamentais para a garantia da soberania nacional.

Dessa forma, a exploração de recursos minerais, principalmente o petróleo, deveria ser baseada no monopólio estatal. Temas como a reforma agrária, uma política externa independente, extensão da legislação trabalhista para o campo, ampliação das conquistas sociais dos trabalhadores urbanos e o caráter popular das próprias Forças Armadas também eram defendidos por alguns setores deste grupo, porém não eram pontos comuns ao conjunto dos nacionalistas. Durante o governo Kubitschek tal grupo assumiu como bandeira sua a defesa da legalidade democrática, por isso, Kunhavalik (2009), os denomina de nacionalistas/legalistas. Esse grupo de militares esteve à frente do Clube Militar ao longo de todo o governo Kubitschek.

Em oposição aos nacionalistas/legalistas estavam os militares “antinacionalistas”. Esses militares não eram contrários a industrialização, mas sim, as políticas protecionistas adotadas por Vargas. Ao mesmo tempo, se opunham a participação e a mobilização dos trabalhadores, e à uma política externa que não estivesse centrada em uma aliança com os Estados Unidos, líder da luta pelos valores ocidentais contra o comunismo. Defendiam a ampla participação do capital estrangeiro na economia. Para os antinacionalistas a soberania nacional e a liberdade econômica seriam possíveis somente com a exploração intensiva dos recursos nacionais, sem abrir mão do apoio e da ajuda das empresas estrangeiras, pois, o Brasil não tinha condições de explorar por conta própria as riquezas naturais. Esse apoio criaria as condições para que o país promovesse o desenvolvimento econômico e a independência econômica. Esse grupo era hegemônico na Escola Superior de Guerra e se organizava através da Cruzada Democrática. (KUNHAVALIK: 2009, 218-230).

Os militares derrotados no Contragolpe deferido pelo Ministro Lott em 11 de novembro de 1955, faziam parte do grupo “antinacionalista”. Após esse episódio, muitos desses se submeteram a postura de defesa da hierarquia e da disciplina do código militar assumida pelo ministro da Guerra. Porém, alguns grupos minoritários fizeram dois levantes golpistas durante o governo Kubitschek, em Jacareacanga e Aragarças.

O primeiro levante ocorreu logo no início do governo. No dia 11 de fevereiro de 1956, um grupo de oficiais da Força Aérea, liderados pelo Tenente-Coronel aviador Haroldo Veloso tomou posse de algumas aeronaves no Campo de Afonsos, no Rio de Janeiro, e decolaram em direção a Jacareacanga, no Pará, em plena região amazônica. Após destruírem alguns equipamentos e campos de pouso, se declaram em rebelião contra o governo e passaram a controlar uma área delimitada pelos municípios de Belterra, Itaibuna, Jacareacanga e

Santarén. A ideia era que esse pequeno grupo de extremistas da direita militar pudesse ser a ponta de lança de uma mobilização maior nas forças armadas. Houveram resistências de alguns setores da Marinha, onde um comandante se negou a transportar tropas militares para a região controlada pelos rebeldes, e das Forças Aéreas, onde o próprio ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Alves Seco, chegou a afirmar que nada podia fazer pois os oficiais daquela força “não obedeceriam às ordens do presidente”. Ao mesmo tempo, a notícia da Revolta de Jacareacanga foi amplamente divulgada pela imprensa ligada a UDN, inclusive com dados exagerados como o de que os rebelados eram em torno de “cinco mil homens”. Na realidade o Major Veloso contava com pouco mais de 20 soldados armados com metralhadoras, um pequeno número de civis e alguns indígenas “meio desentendidos com seus arcos e flechas”. Assim, a ação rápida dos paraquedistas do exército, com o apoio de oficiais da aeronáutica, conseguiu conter o pequeno foco rebelado. No dia 29 de fevereiro houve a rendição. O Tenente-Coronel Veloso foi preso, enquanto que o capitão José Chaves Lameirão e o Major Paulo Victor, que se juntaram ao levante, refugiaram-se na Bolívia. (MARANHÃO: 1981, 69-70).

Diferentemente do que se esperava, o presidente Kubitschek preferiu não aguçar os ânimos com uma maior repressão. Preferindo esvaziar de sentido a rebelião e fortalecer a imagem de democrata, decretou uma anistia geral a todos que conspiraram contra o governo desde 10 de novembro de 1955. Tal ato era uma forma de isolar a extrema-direita militar em relação a outros setores do grupo “antinacionalista”, bem como, isolar os próprios setores golpistas da UDN, em uma demonstração de que não estava interessado na radicalização dos conflitos.

O segundo levante ocorreu no final do governo. Em 2 de dezembro de 1959, um grupo de oficiais das Forças Aéreas, mais uma vez com a presença do tenente-coronel Veloso, voltaram a tomar posse de aeronaves e rumaram para Aragarças, em Goiás. Liderados também pelo Coronel Burnier (que ficaria conhecido no período da Ditadura Civil-Militar pós-1964, desta vez na condição de Brigadeiro), os revoltosos lançaram um manifesto a nação acusando o governo Kubitschek de conivente com o comunismo e de envolvimento com a corrupção, sobretudo, nas obras de construção de Brasília. Assim, como em Jacareacanga, os rebeldes foram derrotados, dessa vez em prazo curto de 36 horas, e se refugiaram em países vizinhos. (SÁ MOTTA, 2002a: 55-56).

Isolando estes dois momentos e alguns incidentes de menor alcance, o governo Kubitschek manteve uma aliança decisiva com os militares, não somente através do apoio as suas políticas econômicas, mas também pela postura garantidora da disciplina e da hierarquia adotada pelo ministro Lott. Soma-se a essa postura também a incorporação de altos oficiais em postos estratégicos do governo, sobretudo, na Petrobrás, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e na SEAPE – Serviço Agropecuário. Tal fato fez com que apenas um setor minoritário nas Forças Armadas, estimulados por Carlos Lacerda mantivessem uma postura radicalizada contra o governo. (BENEVIDES: 1976).

No que diz respeito aos movimentos sindicais, durante a campanha presidencial Kubitschek “sinalizou que seria tolerante, desde que houvesse ‘paz social’”. Tal fato constituiu uma forma de aliança onde “o governo representava possuir ‘vista grossa’ diante da efervescência do associativismo operário” e “os sindicatos do eixo centro-esquerda desempenhavam o papel de ‘apoio’ ao governo”. (NEGRO; TEIXEIRA DA SILVA, 2003: 69).

Dessa forma, conforme Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2003: 69),

Ambos contracenavam mas, na vida real, não abriam mão da autoria de suas falas. JK era, em pessoa, o fiador da estabilidade que os investidores estrangeiros exigiam. Os sindicatos, em contrapartida, admitiam apoiá-lo se os trabalhadores não fossem penalizados com a carestia e a repressão à greve.

O principal fiador desta aliança foi o vice-presidente João Goulart, ex-ministro do Trabalho do governo Vargas, considerado o herdeiro político do falecido presidente. Os sindicatos eram majoritariamente dirigidos pelos trabalhistas, com apoio minoritário dos comunistas que gradativamente retornavam à semilegalidade. Tal fato beneficiava a “aliança” com o governo. Porém, não evitava que as contradições entre a política econômica desenvolvimentista e os interesses dos trabalhadores aflorassem em inúmeros momentos. O principal destes momentos foi a Greve dos 400 mil em outubro de 1957.

A Greve dos 400 mil estourou como um movimento de luta contra a carestia envolvendo a Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia. Compunham

esta aliança um conjunto de sindicatos paulistanos de várias categorias (tecelões, gráficos, vidraceiros, trabalhadores de curtume e indústrias de papel). O movimento ainda incluiu a Federação dos Têxteis e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um dos mais fortes do país. Ocorrida entre 15 e 25 de outubro de 1957, a greve do 400 mil foi “considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de greves” (Idem, 73-74). O movimento reivindicava um reajuste de 45%, sem cláusula de teto para faixas salariais mais altas; a aplicação da tabela da Coap para o preço da carne; e o impedimento de qualquer aumento nos preços de gêneros alimentícios e bens de consumo popular. (LEAL: 2011, 268).

A greve contou com uma significativa adesão que fez com que o movimento quase escapasse ao controle das direções sindicais. Ao mesmo tempo, de forma oportunista o governador de São Paulo, o oposicionista Jânio Quadros, se negava a colocar a polícia para reprimir o movimento. O próprio prefeito Ademar de Barros manifestou apoio a greve. Por sua vez, os líderes sindicais procuraram uma aproximação com o grupo nacionalista do exército propondo fundamentalmente uma aliança estratégica em defesa da pátria e da indústria nacional.

Dessa forma, conforme Murilo Leal (2011: 271) a greve dos 400 mil teve aspectos significativos e específicos,

[...]. Em primeiro lugar, adquiriu traços de “motim da fome”, galopando pela cidade junto com os piquetes, ocorrendo, então, vários conflitos violentos, em segundo, promoveu, como já vimos, uma grave disputa entre lideranças populistas representadas por Jânio Quadros, Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek e João Goulart, trazendo componentes novos à conjuntura política; e, em terceiro, finalmente, os sindicatos desfraldaram a bandeira da defesa de créditos à indústria nacional e da aliança patriótica com o Exército.

Esses aspectos foram se desfraldando a medida em que a greve foi ganhando força e ameaçando o empresariado, como no episódio onde os operários entraram em confronto com a segurança privada da Ford e da Vemag. O episódio fez com que a FIESP exigisse de Jânio Quadros uma postura mais dura em relação ao movimento. O governador que inicialmente havia se manifestado dizendo que “O governo não é guarda pretoriana do poder econômico”, passou a perceber os limites do jogo de “vai e vem” que estabelecia com os grevistas. No dia

seguinte 10 mil soldados estavam dispostos na rua, com ares de autonomia em relação ao próprio governo estadual.

Como forma de encerrar a greve o Tribunal Regional do Trabalho assumiu a tarefa de mediar o conflito. No dia 24 de outubro, após uma primeira negativa dos trabalhadores em relação a proposta patronal, o TRT julgou o dissídio decidindo pelo aumento de 25% com base no salário de 1º de outubro de 1956. A decisão foi considerada uma vitória pelo movimento paredista. Tal vitória, porém, foi minorada em 13 de janeiro de 1958, quando o Tribunal Superior do Trabalho julgou o recurso dos empresários decidindo pela redução do reajuste para 18% (Idem: 285).

Em que pese essa decisão posterior, é inegável que a Greve dos 400 mil demonstrou os próprios limites do pacto desenvolvimentista do governo Kubitschek, sobretudo, os limites do apoio dos setores sindicais e nacionalistas. Esses limites voltariam a ser testados diante das negociações que o governo Kubitschek estabeleceu com o FMI.

As negociações entre o governo Kubitschek e o FMI expuseram a divisão interna ao governo que permanecia desde o seu início. De um lado estavam os monetaristas e de outro estavam os desenvolvimentistas, para usar os termos referidos pelo próprio presidente em sua autobiografia. Logo no início do governo esse embate ocorreu diante da proposta encaminhada por Lucas Lopes, presidente do BNDES e representante dos monetaristas, de uma reforma cambial visando à adoção de uma política de câmbio livre. Essa proposta recebeu a oposição de José Maria Alkmin, ministro da fazenda e representante dos desenvolvimentistas, devido ao aumento do custo de vida e a necessidade de desaceleração do Plano de Metas, consequências que tal medida geraria. Na ocasião, o presidente Kubitschek reuniu os seus principais ministros e assessores. Após uma votação que terminou empatada em 5 a 5, o próprio presidente decidiu pela não adoção da medida. (KUBITSCHEK: 1978, 38-41).

Em 1958, o desenvolvimento acelerado inicial começou a dar sinais de desaceleração com a queda da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e com o surgimento de resultados negativos, como a inflação, recessão, aumento do custo de vida, greves, e principalmente, um acentuado endividamento externo. Nesse contexto, em maio, José Maria Alkmin inicia um conjunto de negociações junto ao FMI. Em junho, Lucas Lopes assume o Ministério da Fazenda em substituição ao próprio Alkmin, iniciando a implantação do Plano

de Estabilização Monetária (PEM) que apontava para medidas de cunho monetaristas em quatro setores:

- moeda e crédito, com a limitação de crédito e controle operacional sobre bancos particulares;
- finanças públicas, com equilíbrio orçamentário acarretando aumento nos impostos de renda e consumo;
- salários, com revisão do salário mínimo e restrição aos aumentos;
- balanço de pagamentos, com controle cambial e monetário para impedir grande ampliação da importação de bens e serviços estrangeiros, desburocratização do setor exportador, eliminação gradual de subsídios cambiais para evitar estímulo ao consumo de bens importados e investimentos de equipamentos importados. (BENEVIDES: 1976, .221)

O PME gerou forte descontentamento em inúmeros atores políticos que compunha a base de apoio do governo Kubitschek. Os militares nacionalistas e a burguesia industrial viam na limitação de créditos um freio na expansão da indústria nacional. (ALMEIDA, 2006: 279-282). Os sindicatos viam na restrição do aumento do salário mínimo uma medida que indicava uma alta no custo de vida. Já o FMI considerava o PEM bastante conservador em relação as suas proposições e exigia uma maior radicalidade nas medidas de cunho ortodoxo a serem tomadas pelo governo.

De fato, o PEM representava efetivamente um freio ao desenvolvimento econômico. A própria construção de Brasília, meta-síntese do governo, sofreria uma redução no seu ritmo. Portanto, “Kubitschek desmentiria a mesma razão de seu governo – o compromisso prioritário – se aceitasse o PEM, o que significaria abandonar as metas e renunciar concretamente, às proposições desenvolvimentistas de ‘50 anos em 5’”. (Idem, 222). Em meio à possibilidade de ruptura em suas bases políticas e o abandono ou desaceleração do Plano de Metas, o governo Kubitschek resolve, em 9 de junho de 1959, suspender as negociações com o FMI e abandonar definitivamente o PEM. Tal medida foi recebida com grande entusiasmo, tanto pela burguesia industrial (ALMEIDA, 2006: 282), quanto, pelos nacionalistas e a esquerda. Estava mantido o “equilíbrio instável”.

Outro campo que testava a coalizão política e os apoios ao governo Kubitschek era o de sua atuação no plano internacional. Em um cenário internacional marcado por complexas mudanças, a principal vertente da política externa desenvolvimentista era a busca de uma cooperação internacional que significasse a garantia por parte dos países desenvolvidos dos

recursos necessários para a industrialização dos países subdesenvolvidos. Essa seria a única forma de superação do atraso e da pobreza, ou seja, a superação das condições que permitiam a penetração das ideologias extremistas nos países latino-americanos, entre essas o comunismo.

Esta vertente levou a política externa brasileira a viver dois momentos diferentes ao longo do governo Kubitschek. Até 1958, houve um alinhamento pleno aos parâmetros do bloco ocidental. Conforme Vizentini (2004, 95), “o Brasil distanciou-se dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo e acentuou seu afastamento em relação ao campo socialista”. Marcante nesse processo foi a posição pró-Portugal do Brasil na ONU no que tange a descolonização dos países africanos, uma posição que se manteve ao longo de todo o governo, indo além das mudanças de orientação ocorridas a partir de 1958.

Em 1958, o governo brasileiro passou a ter uma nova postura no cenário internacional. Além das mudanças ocorridas no contexto internacional com o indicativo da flexibilização dos blocos e a competição entre as potências desenvolvidas, o boom econômico vivenciado pelo país no biênio 1956-1957 começava a dar claros sinais de enfraquecimento. A deterioração da balança de pagamentos esgotava as reservas das exportações, os preços internos começam a subir e indicavam um possível aumento do custo de vida. Ao mesmo tempo, o alargamento do mercado interno demandava o seu próprio incremento. Enquanto que a urbanização, o êxodo rural e a tendência ao aumento acelerado da população brasileira, representavam uma mudança significativa no perfil da sociedade brasileira. Somasse a isso o fato de que já não era mais tão fácil atrair os capitais estrangeiros fundamentais para o projeto desenvolvimentista. Esses dilemas colocavam em risco o projeto de industrialização acelerada.

Assim, o governo brasileiro retomou “uma ativa política externa de barganha face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista” (VIZENTINI: 2004, 98). O ponto de inflexão desta nova política externa brasileira ocorreu com a Operação Pan Americana, OPA, lançada por Kubitschek em junho de 1958, como um chamamento, especialmente aos Estados Unidos, para a tarefa de auxílio a superação do atraso e da miséria dos países latino-americanos, principais fatores, segundo os presidentes desenvolvimentistas, que permitiam a penetração das ideias comunistas na região.

A proposta gerou inicialmente um forte entusiasmo que gradativamente foi sendo refreado pela postura do governo dos Estados Unidos e sua defesa incondicional dos capitais privados em detrimento dos investimentos públicos diretos de governo a governo como a inicialmente almejava o governo Kubitschek. Mesmo assim, a OPA pode ser considerada um marco nas relações interamericanas, sendo o embrião de outras iniciativas como a Aliança para o Progresso do governo Kennedy, a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Por fim, a OPA foi o grande fator de aproximação entre os governos Kubitschek e Frondizi no plano internacional, demonstrando as semelhanças entre os programas desenvolvimentistas em vigor no Brasil e na Argentina.

No cenário interno, a iniciativa teve a oposição do Partido Comunista que via a operação como uma forma de “imperialismo disfarçado”. Porém, em geral a OPA foi recebida com apoio, sobretudo, pelos militares nacionalistas e pela burguesia industrial. Assim, a nova postura da política externa assumida pelo governo serviu para reforçar o centro hegemônico da coalizão que sustentava a política desenvolvimentista de governo.

Desta forma, o governo Kubitschek, a partir de diferentes iniciativas, tanto no plano internacional, como no plano interno, conseguiu gradativamente diminuir o clima de instabilidade política herdado do governo Vargas e continuado ao longo da campanha presidencial, tendo seu ápice no contragolpe que garantiu a sua posse. Porém, afirmar esse fato não significa dizer que o governo navegou em águas tranquilas. Os derrotados de novembro de 1955 não foram totalmente silenciados. O governo sofreu inúmeros ataques opositores por parte de setores conservadores da imprensa, seja através de campanha contra a transferência da capital e a construção de Brasília, seja através de denúncias de corrupção orquestradas pelo udenista Carlos Lacerda. Ao mesmo tempo, houve resistências em segmentos das forças armadas, sobretudo, na Marinha e na Aeronáutica.

Tais resistências foram dirimidas em parte pela postura do Ministro da Guerra, general Lott, baseada na hierarquia e no Código Disciplinar Militar. No campo político, a aliança majoritária PSD-PTB e o apoio recebido inúmeras vezes pelos setores da UDN que posteriormente constituiriam a ala da “Bossa Nova”, garantiam a tranquilidade do governo no Congresso Nacional. Por fim, o sucesso do Plano de Metas e a estratégia de postergar medidas impopulares de austeridade para o próximo presidente garantiram o apoio popular

que fez com que Kubitschek, apesar de não eleger seu sucessor, terminasse o mandato com a campanha JK-65 sendo propagada com forte apelo na sociedade.

1.3. Os objetos discursivos de Kubitschek e Frondizi.

Uma vez sintetizado o contexto histórico dos governos Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, tomando por base três caracterizações do período, quais sejam, o contexto internacional em transformação, a polarização interna e a crise econômica; o passo seguinte é definir os objetos discursivos em comum. Aqui é importante ressaltar, mais uma vez, que os objetos discursivos aqui indicados não se restringem aqueles que formam o conjunto semelhante da formação discursiva desenvolvimentista, entendida como uma formação discursiva latino-americana. Tais objetos discursivos emergem da conjuntura nacional em que a formação discursiva desenvolvimentista e as necessidades próprias aos discursos políticos participam.

Ao mesmo tempo, os objetos discursivos presentes nos discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi respondem a duas questões inerentes a dupla função dos próprios discursos políticos: a de promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática; e a de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao seu projeto político. Os objetos discursivos são, portanto, parte da conexão entre o projeto desenvolvimentista, as respostas dos discursos presidenciais a conjuntura histórica e a interpelação dos sujeitos. Nesse sentido é que os objetos discursivos aqui relacionados são agrupados em dois conjuntos: as bases do desenvolvimentismo e as condições para o desenvolvimentismo, estas, por sua vez, divididas em condições internas e condições externas.

Nas bases do desenvolvimentismo estão agrupados os objetos discursivos que remetem propriamente ao conjunto de objetos semelhantes que compõe a formação discursiva desenvolvimentista. São esses: industrialização, capital estrangeiro e integração nacional. Nas condições para o desenvolvimentismo estão agrupados os objetos discursivos que remetem aos dilemas comuns, mas com características específicas aos contextos históricos de Brasil e Argentina, e as diferentes respostas dadas por Kubitschek e Frondizi. São esses: estabilidade política, estabilidade econômica e colaboração internacional.

A industrialização pode ser considerada o tema central, tanto das políticas econômicas desenvolvimentistas, como do pensamento desenvolvimentista, como também, do discurso político desenvolvimentista. Os desenvolvimentistas apresentavam a industrialização como uma alternativa ao modelo agroexportador, baseado na teoria das vantagens comparativas originária do pensamento liberal. Para esses, o modelo agroexportador, predominante desde a colonização até a crise de 1929, foi o grande responsável pelo atraso econômico e social da América Latina. Ao mesmo tempo, afirmavam, a partir da teoria da deterioração dos termos de troca, que a perda de valor no médio e longo prazo dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados não permitia com que os países que adotavam aquele modelo pudessem acumular capitais suficientes para superar sua condição subdesenvolvida. Assim, a construção de um projeto industrial era apresentada como o principal caminho de superação do subdesenvolvimento.

Desta forma, dentro da formação discursiva desenvolvimentista, o discurso sobre a industrialização era central no embate contra outras formações discursivas, sobretudo, a liberal. Um embate discursivo que dependia das condições prévias de recepção das ideias desenvolvimentistas na realidade nacional. Nos discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi, a industrialização era tratada basicamente a partir de setores como energia, carvão, petróleo, rodovias, siderurgia, cimento, indústria automobilística e mecanização agrícola. Mas, sobretudo, possuía como sentido ser a principal solução para as mazelas nacionais, como o fator que levaria o país ao progresso, como condição para a garantia da soberania nacional. Um uso que não era propriamente uma novidade, porém, diferentemente de outros usos anteriores, ligava a defesa da industrialização com uma gama de novos conceitos que vinham sendo elaborados pelo pensamento econômico desenvolvimentista naquele contexto. Conceitos que eram incorporados às funções próprias ao discurso na luta política, tais como: deterioração dos termos de troca, impulso ou estímulo inicial necessário ao desenvolvimento, desenvolvimento como diversificação impulsionada pela indústria e aumento da produtividade como garantia de melhoria do nível de vida.

A questão do capital estrangeiro consistia em uma das principais fontes de debates no pós-Segunda Guerra Mundial. Sua defesa ou sua negação se constituía em um instrumento de classificação política. A partir da posição assumida em relação ao capital estrangeiro se derivavam as polarizações: nacionalistas *versus* entreguistas ou xenófobos *versus* cosmopolitas, no Brasil; nacionalistas *versus* vendepatrias, na Argentina. Portanto, o uso desse objetivo discursivo representava o ingresso do discurso em um dos terrenos mais

conturbados da luta política latino-americana. Soberania nacional, integração, progresso, imperialismo, desenvolvimento, subdesenvolvimento, entre outros termos e conceitos, estiveram diretamente relacionados a esse debate.

Na formação discursiva desenvolvimentista, a utilização do capital estrangeiro como objeto discursivo, bem como, o sentido que tal objeto teria, variava de acordo com a forma assumida pela ideologia no contexto em que o discurso era pronunciado. No Brasil, o desenvolvimentismo fazia parte da ideologia do bloco no poder. Nos discursos de Kubitschek, assumia características de uma “nova” forma de nacionalismo, onde o capital estrangeiro era parte do projeto de superação do subdesenvolvimento. O que não significa que não houvessem oposições ao capital estrangeiro. Havia, sobretudo, a partir de um nacionalismo-popular. Porém, o discurso de Kubitschek tinha o poder de inúmeras vezes atrair o apoio desses grupos políticos para a defesa de suas posições.

Na Argentina, o governo Frondizi vivenciou um clima onde o desenvolvimentismo não era hegemônico nem entre as classes dominantes, nem entre as camadas populares. Em seu desejo de eterno retorno à “belle époque” do início do século XX, as oligarquias rurais, parte da burguesia industrial e o alto comando militar assumiam posições liberais. Em alguns momentos tais posições iam ao encontro do discurso frondicista sobre o capital estrangeiro, porém, tal discurso era visto com desconfiança em relação ao industrialismo ao qual se inseria. Entre as camadas populares, onde predominava o peronismo, o predomínio do discurso anti-imperialista impulsionava a oposição ao capital estrangeiro. Nem mesmo a inflexão do final do governo Perón e sua política de atração de capitais vindos de fora, sobretudo, norte-americanos, levaram a uma flexibilização de tal discurso. A ideia do vendepatrias, proclamada por Perón em seus escritos sobre a Revolução Libertadora³⁹, marcava a posição do peronismo diante dos discursos do presidente Frondizi e de sua postura sobre o capital estrangeiro. Postura essa que levou a política do governo em relação ao capital estrangeiro a avançar sobre setores considerados estratégicos, fazendo com que seu discurso se contraditasse algumas vezes com o nacionalismo-popular peronista, outras vezes com o nacionalismo de grupos internos ao radicalismo e muitas vezes com ambos.

³⁹ Duas obras fundamentais de Perón sobre a Revolução Libertadora são “La Fuerza es el derecho de las Bestias” e “Los vendepatrias: pruebas de una traición”. Ver: Perón (1958; 1973). Estas obras e outro escritos também estão reunidos nos dois volumes de “Los libros del Exilio”. Ver: Perón (1996).

A integração nacional como objeto discursivo refletia os problemas da distribuição geoeconômica e da ocupação dos territórios no Brasil e na Argentina. Uma problemática originada nas estruturas coloniais e aprofundada através dos modelos de desenvolvimento adotados ao longo do século XX. Os discursos sobre a integração nacional refletiam sobre uma realidade que concentra tanto a riqueza, como a população, nas regiões litorâneas. Na Argentina, a região da Grande Buenos Aires que em 1947 concentrava 4,7 milhões de habitantes, ou seja, 29,4% da população, em 1960 passou a concentrar 6,7 milhões de habitantes, ou seja, 33,6% da população, reunindo quase a metade da população urbana do país (RAPOPORT, 2007: 326). No Brasil, segundo o censo demográfico de 1950, a região Sudeste concentrava 22.549.386 de um total de 51.941.767 pessoas residentes no país, ou seja, 43,2% (IBGE, 2000). Nesse mesmo período, ambos os países vivenciavam ainda os impactos do êxodo rural impulsionado a partir da década de 1940. No caso brasileiro, esse fenômeno se intensificou na década de 1950, principalmente na segunda metade, quando a região nordeste vivenciou um dos piores períodos de seca de sua história.

Dessa forma, a integração nacional tornou-se um objeto discursivo que adquiriu características específicas dentro dos discursos desenvolvimentista de Frondizi e Kubitschek. Nos discursos de Frondizi, a integração nacional passou a ser incluída dentro de uma projeção do desenvolvimento da Grande Buenos Aires para o interior, como uma expansão do projeto de industrialização e modernização do país, assumindo muitas vezes a dicotomia civilização e barbárie presente na construção histórica argentina. Os projetos para regiões como a Patagônia eram discursivamente ancorados em derivações das políticas mais amplas do desenvolvimentismo, como a política petrolífera. Assim, o discurso do presidente argentino sobre a integração nacional se caracterizava por uma linguagem mais teórica a partir de questões mais amplas que não tinham uma representação direta na concretude cotidiana da população.

Nos discursos de Kubitschek, a integração nacional também era vista como parte do projeto industrial-modernizador e como expansão da civilização litorânea. Porém, assumia ao mesmo tempo a característica de ser tema central do Plano de Metas através do projeto de construção de Brasília, não atoa tal projeto foi considerado a meta-síntese do plano de fazer o Brasil “crescer 50 anos em 5” (MAGALHÃES, 2010). A este projeto também se somou uma outra iniciativa que visava dar respostas ao problema da seca e da miséria no Nordeste, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. A partir dessas iniciativas e das políticas derivadas delas, sobretudo as construções de estradas

interligando as regiões, que se construiu a integração nacional como objeto discurso a partir de uma linguagem mais concreta, demonstrando e propagando ações que tinha representação direta na vida da população.

A estabilidade política foi o objetivo discursivo elaborado com mais cuidado, tanto por Frondizi, como por Kubitschek, uma vez que seus governos se inseriam em um contexto onde a polarização social e a dinâmica da luta de classes adquiriram níveis de radicalidade intensos. Tal inserção colocava como tarefa para os governos desenvolvimentistas a construção de um clima de distensão política como condição para a sua própria manutenção. Nesse sentido, os discursos de Frondizi e Kubitschek eram uma forma de apresentar os seus projetos políticos como uma mediação entre os polos da radicalização política.

Dessa forma, o discurso da estabilidade política passava pela necessidade de convencimento dos grupos sociais de que a superação do subdesenvolvimento era tarefa nacional. Assim, em torno dos discursos sobre a estabilidade política se abria um conjunto de questões. Um dos mais relevantes era o papel das diferentes classes sociais e atores sociais na luta contra o atraso e pelo desenvolvimento, com destaque o papel das Forças Armadas e dos trabalhadores, onde se inseriam temas como o comunismo e, especificamente no caso argentino, o peronismo. Nas diretrizes centrais destes discursos estavam a defesa da Ordem, da Lei e do Estado de Direito, bem como, a defesa da democracia.

A estabilidade econômica como objeto discursivo inseria os discursos presidenciais em um dos principais debates sobre os rumos das políticas econômicas latino-americanas. Ao longo dos anos 1950 e 1960, a crise econômica trazia à tona posições divergentes sobre câmbio, inflação, políticas sociais e principalmente as reformas “sugeridas” pelo FMI. No centro deste debate situavam-se dois grupos: os estruturalistas e os monetaristas (HIRSCHMAN, 1961).

Para os monetaristas, a possibilidade de manutenção da estabilidade econômica em uma economia capitalista deve ser buscada apenas em medidas monetárias baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro (SANDRONI, 1994: 232). Ao mesmo tempo, a inflação é consequência direta do aumento dos gastos do estado e dos “salários supervalorizados”. Essa posição era contraposta pelos estruturalistas, sobretudo, os Cepalinos, que defendiam que a estabilidade econômica nas condições de atraso das economias latino-americanas somente

seria possível mediante mudanças nas próprias estruturas econômicas desses países entre as quais se situavam a distribuição de renda, as mudanças nas estruturas tributárias, os investimentos estatais, o controle de capitais estrangeiros, a reforma agrária, entre outras medidas. Para esses a inflação tinha duas causas uma decorrente das estruturas econômicas arcaicas e outra, conjuntural, decorrente das próprias transformação que vinha ocorrendo nos países latino-americanos a partir das políticas de industrialização.

No Brasil, esse debate esteve no centro do próprio governo Juscelino Kubitschek. O presidente brasileiro conseguiu compor uma equipe de governo que reunia diferentes posições dentro da perspectiva desenvolvimentista, algumas inclusive próximas ao neoliberalismo. Assim, desde o início do governo, quando foi discutida a possibilidade de uma reforma cambial, as posições estruturalistas e monetaristas foram sendo identificadas. De um lado, identificados como monetaristas estavam, principalmente, Lucas Lopes e Roberto Campos⁴⁰. De outro lado, identificados com o estruturalismo estavam, principalmente, José Maria Alkimin, Sebastião Pais de Almeida e o vice-presidente João Goulart. Essas diferentes posições se evidenciaram de forma mais efetiva nos debates sobre o Programa de Estabilização Monetária e as negociações com o FMI.

Na Argentina, o governo Arturo Frondizi também foi marcado por esse debate. Porém, diferente do desenvolvimentismo brasileiro, o desenvolvimentismo argentino, principalmente, o desenvolvimentismo frondicista-frigerista, procurava não se identificar com o estruturalismo cepalino. As posições assumidas por Raúl Prebisch nos governos da chamada Década Infame e na Revolução Libertadora, o colocavam como uma figura situada no campo oposto aos projetos de desenvolvimento nacionais, tanto do frondicismo, como do peronismo. Tal fato gerava uma enorme desconfiança e rejeição política ao pensamento cepalino. Porém, mesmo com essa procura de distância em relação a CEPAL, os conceitos e as premissas utilizadas colocavam o desenvolvimentismo frondicista-frigerista como parte das elaborações estruturalistas latino-americanas.

Em que pese essa questão, as medidas de estabilização econômica do governo Frondizi foram condicionadas não somente pelas concepções desenvolvimentistas, mas sobretudo pela busca de estabilização política e pela tutela dos militares. Nesse sentido, foi em resposta a uma das mais de três dezenas de tentativas de golpe que o governo cedeu ao monetarismo, colocando no cargo de ministro da economia o liberal e antiperonista Alvaro Alsogaray. Ao

⁴⁰ Conforme já foi referido, Kubitschek classificava estes grupos como desenvolvimentistas e monetaristas.

mesmo tempo, o governo implementou um profundo programa de estabilização econômica elaborado a partir de um acordo com o FMI.

A partir desse debate entre monetarismo e estruturalismo é que os discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi foram se situando. Caminhado entre os dois grupos opostos, questões como a inflação, os salários e o custo de vida, e a necessidade de uma nova mentalidade burguesa foram tratadas a partir da elaboração da estabilidade econômica como objeto discursivo, uma elaboração que respondeu fundamentalmente a correlação de forças internas e externas aos governos. A partir dessa elaboração se situaram as proposições semelhantes e diferentes nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas.

Em um cenário internacional em transformação, os discursos sobre a inserção internacional dos países adquiriram uma importância significativa nos debates internos. Os processos de descolonização dos países africanos e asiáticos, a formação da Comunidade Econômica Europeia, as divergências e rupturas nos até então sólidos blocos da Guerra Fria, a ascensão dos nacionalismos com características anti-imperialistas e os debates sobre a integração regional, tencionavam uma realidade que abria novas possibilidades aos governos desenvolvimentistas. Nesse contexto, os discursos sobre a política externa se direcionavam não apenas ao público externo, mas, fundamentalmente, ao público interno. Seu principal objeto discursivo era a colaboração internacional, uma necessidade do próprio projeto desenvolvimentista, sobretudo, para a sua política de atração de capitais estrangeiros.

Por conta desta necessidade, apesar de assumir posições dentro de uma ideologia nacionalista, a política externa desenvolvimentista não assumia um discurso nacionalista de esquerda, portanto, não se inseria em uma posição propriamente anti-imperialista. Se colocava como parte do bloco capitalista, porém, com críticas as condições de desenvolvimento propostas por uma visão liberal baseada na divisão internacional do trabalho. A partir dessa crítica é que a colaboração internacional, como objeto discursivo, assumia uma dupla dimensão: a colaboração entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e a colaboração entre os próprios países subdesenvolvidos, no caso os países latino-americanos, em um projeto que permitisse a superação do atraso e da miséria, vistos como principal causa da ascensão do comunismo.

Um discurso que muitas vezes assumia uma posição de preponderância como no caso da Operação Pan-Americana, porém, dentro de certos limites. Tais limites se situavam em

uma não ruptura com o status quo internacional, mas sim, a criação de condições internacionais que propiciassem a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional por parte dos países subdesenvolvidos. Esse era o patamar que condicionava o que se podia ou devia ser dito nos discursos presidenciais de Kubitschek e Frondizi em sua defesa da colaboração internacional.

2. BASES DO DESENVOLVIMENTISMO: INDUSTRIALIZAÇÃO, CAPITAL ESTRANGEIRO E INTEGRAÇÃO NACIONAL

O contexto histórico dos governos Kubitschek e Frondizi coincide com o período de maturação dos debates sobre o pensamento desenvolvimentista na América Latina, correspondendo com o auge das elaborações da CEPAL. O mesmo se pode dizer acerca das práticas econômicas desenvolvimentistas. Se tornarmos por base os 34 governos selecionados por Fonseca (2015) em sua amostragem, vemos que 26 desses governos se situaram entre as décadas de 1930 e a primeira metade da década de 1960, sendo que 12 se situaram entre as décadas de 1950 e 1960.⁴¹ No que tange ao desenvolvimentismo como formação discursiva, pode-se afirmar que aquele foi o momento em que o conjunto semelhante de objetos discursivos que a constitui estava sendo sintetizado e os discursos dos presidentes brasileiro e argentino contribuíram significativamente nesse processo.

Conforme referido anteriormente, o período pós-Segunda Grande Guerra, mais especificamente a década de 1950, foi marcado por intensos debates sobre os rumos da América Latina. Nesse contexto, o desenvolvimentismo se inseria como parte de uma luta político-ideológica onde diferentes projetos e discursos mobilizavam um conjunto significativo de atores sociais, sendo inclusive suas próprias proposições objetos de disputa. Dessa forma, o grau de recepção e aceitação do desenvolvimentismo variava de acordo com o potencial mobilizador de seus discursos e suas propostas, algo que esteve ligado ao próprio processo de constituição do desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. As raízes deste processo podem ser buscadas na síntese de um conjunto de ideia e discursos que o precederam.

⁴¹ Os governos desenvolvimentistas que se situam entre as décadas de 1930 e a primeira metade da década de 1960 são os seguintes:

- Argentina: Juan Domingo Perón (1946-1955) e Arturo Frondizi (1958-1962).
- Brasil: Getúlio Vargas – 1º governo (1930-1945); Getúlio Vargas – 2º governo (1951-1954); Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964).
- Chile: Pedro Augusto Cerda (1939-1941); Juan Antonio Ríos (1942-1946); Gabriel Gonzáles Videla (1947-1952) e Carlos Ibañez del Campo – 2º governo (1953-1958).
- Colômbia: Alfonso López Pumarejo – 1º governo (1934-1938); Alfonso López Pumarejo – 2º governo (1942-1945); Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) e Alberto Lleras Camargo (1958-1962).
- México: Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940); Manuel Ávila Camacho (1940-1946); Miguel Alemán Valdés (1946-1952); Adolfo Ruíz Cortines (1952-1958); e Adolfo López Mateos (1958-1964).
- Peru: Óscar Benavides (1933-1939); Manuel Odría (1948-1956) e Fernando Belaúnde Terry (1963-1968).
- Uruguai: Luís Batlle Berres (1947-1951); Conselho Nacional de Governo 1 (1959-1963); e Conselho Nacional de Governo 2 (1963-1967).
- Venezuela: Rómulo Betancourt (1959-1964).

Aqui estamos levando em consideração também os governos iniciados na primeira metade da década de 1960.

No Brasil, conforma Salomão (2017: 438), “o desenvolvimentismo resultou de um processo de amadurecimento construído ao longo do tempo, alimentado por críticos e defensores de suas teses e experiências”. Não sendo, portanto, apenas “uma simples oportunidade histórica resultante da Grande Depressão da década de 1930”. Nesse sentido, Fonseca (2004) chama atenção para as quatro correntes de ideias que antecedem o desenvolvimentismo no país: a dos nacionalistas, a dos defensores da industrialização, a dos intervencionistas pró-crescimento (papelistas) e a dos positivistas. Para o autor, foi a partir da associação dessas correntes que se formou o “núcleo duro” desenvolvimentista, composto pela defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo⁴². A associação destes três elementos em um conjunto comum de ideias concatenadas e estruturadas passou a ser não somente um ideário, mas também um “guia de ação” para uma política consciente e deliberada, originando o desenvolvimentismo⁴³.

Na Argentina, o desenvolvimentismo se fundou na crítica aos governos conservadores da década de 1930 e na experiência peronista. Conforme Sikkink (2005: 75), os desenvolvimentistas argentinos remontam a origem de suas ideias “a los primeros que abogaban en el país por la industrialización y el proteccionismo, más que la influencia internacional”, uma ênfase que era parte da crença de que “los modelos externos no son apropiados para el contexto argentino”. A autora também chama atenção para a preferência de alguns desenvolvimentistas pelos “pensadores práticos”, em oposição aos “teóricos”, exemplificando que o próprio Rogelio Frigerio afirmava que era “más provechoso leer los discursos industrialistas de Carlos Pellegrini que muchos libros sobre el desarrollo económico”⁴⁴.

⁴² Conforme Salomão (2017: 423), personagens como “Serzedello Correa, Antonio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Benjamin Constant, Rio Barbosa, entre outros, encabeçaram o grupo de homens aos quais, de forma precoce, passaram a patrocinar as ideias que viriam a compor o chamado ‘núcleo duro’ do desenvolvimentismo”.

⁴³ Fonseca (2004) defende que a hipótese de que o primeiro governo a promover esta associação e, portanto, ter a natureza desenvolvimentista foi o de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, iniciado em 1928, ainda na Primeira República. Uma hipótese que é contraposta por inúmeros autores cujo a discussão foi sistematizada no texto de Salomão (2017).

⁴⁴ Carlos Pellegrini foi Ministro da Guerra e da Marinha nos governos de Nicolás Avellaneda (1874-1880) e Julio Argentino Roca (1880-1886), vice-presidente no governo de Miguel Juárez Celman, de 1886 a 1890, assumindo como presidente da Argentina em 7 de agosto de 1890, após o fracasso da rebelião da União Cívica, permanecendo no cargo até 1892. Seu governo foi marcado pela fundação do Banco de la Nación em 1891, após a crise econômica que levou ao fechamento de várias instituições financeira na Argentina. Foi um importante expoente do industrialismo, movimento que no final do século XIX defendia a necessidade de abastecimento do mercado interno argentino sem uma forte dependência de importações. Em 1984, Frondizi pronunciou uma conferência sobre a sua trajetória e o seu pensamento na Biblioteca do Jockey Club de Buenos Aires, sendo inclusive posteriormente publicada por esta instituição. As referências ao pensamento e a trajetória de Carlos Pellegrini podem ser buscadas em: Frondizi (1987) e Merchensky (1985). A referência de Frigerio citada por

Embora o destaque dado por Salomão (2017) ao papel das ideias precursoras do desenvolvimentismo em detrimento do contexto pós-crise de 1929 seja um ponto de partida significativo, é inegável o papel que o impacto nas economias nacionais da Grande Depressão e da Segunda Grande Guerra tiveram na formulação do desenvolvimentismo, não somente como política econômica ou como corrente de pensamento, mas também, como formação discursiva. Foram as medidas tomadas em reação a este contexto que abriram caminho para que a síntese que resultou no desenvolvimentismo, tanto como prática de um conjunto de políticas econômicas, quanto como um conjunto de objetos discursivos semelhantes. Uma síntese que na década de 1950 tomava sua forma mais amadurecida com a CEPAL, que conferiu a esse conjunto de ideias “lastro teórico”, transformando o desenvolvimentismo “em programa de pesquisa, com linguagem e forma mais rigorosa” (SALOMÃO, 2017: 436).

Como discurso político pertencente a um conjunto semelhante que assumia a forma de uma formação discursiva, o desenvolvimentismo dificilmente aparecia utilizando a totalidade dos seus objetos discursivos. Ao mesmo tempo, a própria finalidade ou sentido atribuído a um determinado objeto discursivo variava de acordo com a dupla função do discurso político, qual seja, de promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao seu projeto político.

Desta forma, os objetos discursivos utilizados pelos presidentes Kubitschek e Frondizi são aqui interpretados como parte da conexão entre o projeto desenvolvimentista, as respostas dos discursos presidenciais a conjuntura histórica e a interpelação dos sujeitos, ou seja, das necessidades de exposição programática, de adequação pragmática do discurso a dinâmica oferecida pela conjuntura e de busca de hegemonia. Necessidades próprias a luta política ao qual os discursos se inserem. Foi a partir destas necessidades que foram selecionados: a industrialização, o capital estrangeiro e a integração nacional. Objetos discursivos que não remetem somente ao conjunto de objetos semelhantes que compõe a formação discursiva, mas também compõe as bases do desenvolvimentismo em seu aspecto programático, fazendo com que seus usos unam os ideários programáticos com a função dos discursos políticos.

Sikkink (2009) está na obra “Estatuto del Subdesarrollo: las corrientes del pensamiento económico argentino”. Ver: Frigerio (1983).

2.1. Industrialização

Entre os objetos discursivos do desenvolvimentismo, a industrialização é aquele mais recorrente, afinal no centro das próprias ideias desenvolvimentistas está a proposição de industrializar os países subdesenvolvidos “como meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença entre eles e os países ricos, e de atingir independência política e econômica através de um crescimento econômico autossustentado” (BIELSCHOWSKY, 1988: 11). Porém, os primórdios dos usos discursivos da industrialização nos debates políticos são anteriores ao desenvolvimentismo e remetem, tanto no Brasil, como na Argentina, às últimas décadas do século XIX e às primeiras décadas do século XX.

No Brasil, a industrialização esteve presente nos pronunciamentos dos ministros da fazenda do Segundo Império, Alves Branco, sobretudo na defesa da tarifa que levou o seu nome, e Joaquim José Rodrigues Torres. A Tarifa Alves Branco, como ficou conhecida a política tarifária que entrou em vigor a partir de 12 de agosto de 1844, estabeleceu um aumento nas taxas aduaneiras que passaram a estabelecer tarifas de 30% sobre produtos importados sem similar nacional e de 60% sobre produtos com similar nacional. Essa medida visava proteger os capitais nacionais já empregados na indústria fabril, bem como, incentivar que novos capitais fossem investidos no nascente setor industrial brasileiro, representando um impulso ao período que é considerado o do primeiro momento da industrialização brasileira.

Um dos grandes momentos desses primórdios do pensamento industrialistas foi o manifesto lançado pela Associação Industrial no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1822. Redigido pelo empresário mineiro Antônio Felício dos Santos, o texto foi um dos primeiros documentos a defender a industrialização como uma alternativa ao liberalismo, associando a produção primária com a estagnação econômica. Além desse documento, outras manifestações que se somaram a defesa da indústria, entre o Segundo Império e a República, foram feitas por Amaro Cavalcante, Aristide de Queiroz, Alcindo Guanabara, Serzedelo Correa e Felisberto Freire. Em comum a essas manifestações estava a associação da industrialização à independência do país (FONSECA, 2004).

Na Argentina, os debates em torno da Lei Aduaneira entre 1875 e 1876, além de fazer reviver uma antiga polêmica entre protecionismo e livre-mercado, colocaram em discussão dois modelos de país. De um lado, estavam aqueles que defendiam uma maior integração ao

mercado mundial com base na economia agroexportadora. De outro, aqueles que defendiam uma estrutura produtiva mais equilibrada onde, juntamente com o setor agropecuário, também pudesse haver uma indústria nacional capaz de acelerar o desenvolvimento nacional e minimizar a vulnerabilidade externa. Entre os defensores deste segundo modelo estavam Vicente Fidel López, Carlos Pellegrini, Dardo Rocha e Miguel Cané. As teses industrialistas acabaram sendo “vitoriosas” e a Ley de Aduanas de 1877 refletiu em parte aquelas ideias, estabelecendo tarifas de importação de 140% para produtos de consumo como calçados, roupas e confecções, e de 235% para muitos produtos alimentícios. Apesar de não terem sido acompanhadas por medidas de fomento industrial e das muitas incongruências contidas na nova lei, tais tarifas serviram de estímulo para a criação e o desenvolvimento de alguns importantes estabelecimentos industriais nas décadas de 1880 e 1890 (RAPOPORT, 2007: 73-74).

Apesar destes momentos iniciais, o uso discursivo da industrialização ganhou impulso significativo nas décadas de 1930 e 1940, quando passou a fazer parte das novas configurações políticas derivadas do trabalhismo no Brasil e do peronismo na Argentina. Por ocasião da instalação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em março de 1944, o ministro do trabalho do governo Vargas, Marcondes Filho, em discurso enfatizando as transformações ocorridas na sociedade brasileira, afirmou que a “nova realidade está na indústria, compreendida em quantidade e qualidade, como só o mundo moderno a pode compreender.” (Apud DRAIBE, 2004: 98). Semelhante visão também foi exposta na Memória do Banco Central da Argentina, publicadas em 1946:

La experiencia de los seis años de la guerra había señalado la extremada conveniencia de que en la economía del país se alentasen los procesos industriales. Pudimos ver en esos años, en contra de arraigadas creencias, que la Argentina era capaz de producir muchísimos bienes que hasta ese momento importaba; y pudo ver se también que una mayor incorporación de trabajo a las materias primas que tan abundantemente producía era el único camino para elevar el estándar de vida de su población. (Apud RAPOPORT, 2007: 363-364).

Tais manifestações demonstravam a iniciativa de transformação das políticas industrializantes, adotadas como reação aos efeitos da Grande Depressão e da Segunda Grande Guerra, em políticas de Estado. A criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial era parte de um conjunto de medidas adotadas nesse sentido nos últimos anos do

Estado Novo. O mesmo se pode dizer do Primer Plan Quinquenal, anunciado por Perón em mensagem presidencial em 19 de outubro de 1947.

Este processo de transformação das políticas industrializantes e, de forma mais ampla, desenvolvimentistas, em políticas de Estado, iniciado nas décadas de 1930 e 1940, continuado na década de 1950, acabou tendo mais êxito no Brasil que na Argentina. No Brasil, tal processo acabou resultando em um aparato institucional mais sólido e uma maior presença das ideias industrialistas e desenvolvimentista junto a grupos sociais fundamentais para a implantação do projeto no governo Kubitschek. Na Argentina, por sua vez, a pouca preocupação em formação de um aparato institucional, a descontinuidade política e a radicalização da polarização política peronismo-antiperonismo, resultou em uma maior desconfiança em relação ao projeto frondicista.

Analisando a postura das burguesias industriais diante dos desenvolvimentismos, Sikkink (2009: 10) afirma que:

La diferencia fundamental entre los industriales brasileños y argentinos durante el período desarrollistas fue que los primeros se concibieron a sí mismos y actuaron como protagonistas y conductores del programa industrial, en tanto que los argentinos, si bien sacaron provechos de los incentivos que les brindó, nunca asumieron un rol de liderazgo en el programa desarrollista. En Brasil, la asociación de industriales defendió políticamente al gobierno, mientras que en la Argentina permaneció indiferente e incluso de vez en cuando trató de socavarlo. Estas diferencias eran menos el resultado de la fuerza y de la composición de la burguesía industrial de los países que de las ideologías políticas y económicas prevalecientes en ellas. Los industriales brasileños fueron más desarrollistas que sus pares argentinos, que continuaran abrazando ideas económicas más liberales.

As explicações para este fenômeno podem ser buscadas no fato de a burguesia industrial argentina ter em suas origens, inclusive nas origens familiares, uma maior ligação com o setor primário agroexportador⁴⁵. Ao mesmo tempo, na identificação de muitas das políticas

⁴⁵ Conforme Rubinstein (1985: 144):

“No existe en nuestra clase dirigente ninguna fractura que permita inferir en la existencia de una clase terrateniente distinta y opuesta a otro grupo dinámico representado por una industria nacional, que, como burguesía, comporte una amenaza a la estructura de dominio detentada por la primera.

[...] la composición humana de la vieja clase dirigente y de la aparente nueva clase industrial es casi la misma. Imaz en su investigación sobre la clase alta se encontró con que de 100 personas pertenecientes a ese círculo social – desinsaculados en virtud de vínculos de familia, viviendas, pertenencias a diversos clubs autoselectivos, etc. – el 60 por ciento obtenía ingresos provenientes de la rienda de la tierra y el 36 por ciento de ellos era además miembros de los directorios o sindico en sociedades anónimas industriales, a un promedio de tres sociedades por director.”

industriais com as medidas redistributivas autoritárias do governo peronistas que, por razão pragmática, muitos industriais não se opuseram publicamente pelo menos até a crise que resultou no golpe que depôs Perón e iniciou o período da Revolução Libertadora (JÁUREGUI, 2005).

No Brasil, no final da década de 1940 debates acalorados sobre a industrialização ou a vocação agrária brasileira e sobre a necessidade ou não de planejamento estatal da economia, colocaram em rota de coalização dois dos principais intelectuais do país, o desenvolvimentista Roberto Simonsen e o liberal Eugenio Gudín, ambos originários das elites nacionais (BIELSCHOWSKY, 1988). Ao longo desse debate, que ganhou fôlego em outros debates - como o do próprio Gudín com o cepalino Raúl Prebisch no início do governo Kubitschek - constituindo o que Mantega (1984) chama de “a controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”, as teses industrialistas-desenvolvimentistas tornaram-se hegemônicas. Até mesmo governos liberais, como os de Eurico Gaspar Dutra e Café Filho, acabaram dando continuidade a muitas das políticas industriais do primeiro e do segundo governo Vargas que, respectivamente, sucederam. Tal fato revela que, apesar das críticas as políticas redistributivas e nacional-estatistas do trabalhismo getulista, a burguesia industrial brasileira, naquele contexto, assumia como suas as teses desenvolvimentistas.

Neste sentido, o discurso industrial de Kubitschek encontrou um terreno mais fértil do que o de Frondizi. Tal fato, porém, não significa afirmar ou relativizar a polarização política que fazia parte do contexto histórico de seu governo. Uma vez que os discursos políticos são parte da própria dinâmica das lutas políticas, o sentido atribuído a industrialização nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas também levava em conta essa dinâmica.

A defesa da industrialização esteve presente já na campanha eleitoral dos presidentiáveis. Nas “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, documento base do programa da candidatura Kubitschek e do futuro Planos de Metas, a industrialização constava como objetivo central do desenvolvimento.

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado interno potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Mais ainda, determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia

agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão de obra que formam nos campos. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1955: 32-33).

Argumento semelhante relacionando a industrialização e o crescimento populacional também foi utilizado por Frondizi. Em “*Industria Argentina y Desarrollo Nacional*”, o então candidato da UCRI, defendeu que “la única perspectiva de que la renta nacional crezca en la misma proporción que la población, reside en la promoción de la industria, que no ofrece límites a su continuo crecimiento”. Comparando o setor industrial com a agricultura e a pecuária, afirmou que “la industria está menos sometida a limitaciones geo-económicas y al debilitamiento de los mercados exteriores, porque su mejor y más amplio mercado somos nosotros mismos, el pueblo argentino” (FRONDIZI, 1957: 55-62).

Nestes textos escritos em pleno clima eleitoral, os então candidatos desenvolvimentistas antecipavam algumas das ideias que serão recorrentes em seus futuros discursos presidenciais, tais como: a industrialização como condição para a soberania e a independência nacional, como potencializadoras da diversificação da economia e do aumento da produção, condição fundamental para a melhoria das condições de vida da população.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente, Frondizi (2012a: 14-15) caracterizava a realidade argentina como “una encrucijada de su destino”, onde aos problemas econômicos que tradicionalmente atrasam o progresso nacional se somavam “dimensiones que parecen superar la energía y los recursos disponibles para su solución”. Portanto, aquele era um momento em que se abriam duas perspectivas para a Argentina:

[...] O seguimos paralizados en nuestro desarrollo empobreciéndonos paulatinamente, estancados en nuestras pasiones y descreído en nuestra propia capacidad, y nos despeñamos en el atraso y la desintegración nacional. O, en cambio, cobramos conciencia de la realidad, imprimimos un enérgico impulso y nos lanzamos, con decisión y coraje, a la conquista del futuro por el camino del progreso y de la grandeza del país.

Ainda neste primeiro pronunciamento, detalhando o seu programa de governo, o presidente argentino irá afirmar que a criação de uma indústria pesada “constituye actualmente el basamento indispensable de todo programa de desarrollo e integración económica nacional” (Idem: 33). Dessa forma, a industrialização, parte fundamental do

desenvolvimentismo, é apresentada como o caminho para o progresso e a superação do subdesenvolvimento.

Tal sentido também esteve presente nas primeiras manifestações de Kubitschek. Em 3 de fevereiro de 1956, na visita que fez a sede da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ, juntamente com o vice-presidente dos Estados Unidos, Richard M. Nixon, o presidente brasileiro afirmou que era “impossível ao Brasil deixar de ser uma nação industrial”. Já havia passado o tempo em que “a industrialização do Brasil constituía tema de debate”, afinal, “não existe nação verdadeiramente independente e grande que não disponha de capacidade de transformar e valorizar as suas matérias primas”. Portanto, aquele seria um momento em que Brasil estaria marchando,

[...] para a luta pelo desenvolvimento nacional como se esta luta fosse a defesa do nosso território... e na verdade o é! Não temos, nós brasileiros, alternativa. Possuímos um povo admirável e trabalhador, um povo resignado, que vai crescendo de maneira vertiginosa; esse povo necessita melhorar de nível de vida. Os homens do interior precisam ser socorridos sem demora. Esses brasileiros novos que engrossam todos os anos a nossa população consumidora, os milhões de brasileiros que temos o dever indeclinável de integrar numa vida compatível com a dignidade da pessoa humana, são eles, com os seus problemas, que estão a exigir o nosso crescimento, a nossa expansão industrial. A luta em defesa do estilo de vida que adotamos, da nossa índole cristã, de nosso amor à liberdade e à democracia, é que está exigindo que o Brasil utilize e transforme as suas reservas minerais e as suas matérias primas. Não há nação do tamanho da nossa que possa viver pensando de outra maneira. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1958a: 21).

Nestes primeiros discursos, ao afirmarem a industrialização como solução para a “encruzilhada” do destino nacional, como “basamento indispensable de todo programa de desarrollo e integración econômica nacional”, ou como única alternativa para um povo que “necessita melhorar de nível de vida” e exigência da “luta em defesa do estilo de vida que adotamos”, os presidentes desenvolvimentistas promovem a ligação de suas propostas com a própria nacionalidade.

Katherine Verdery (2000) considera “nação” como um operador básico num sistema de classificação social. Para a autora, os “sistemas de classificação social não fazem apenas classificar”, mas também, na forma institucionalizada “estabelecem as bases da autoridade e da legitimidade através das categorias que estipulam” e, dessa forma, “fazem suas categorias parecerem naturais e socialmente reais.” Assim, a nação é um “aspecto da ordem política e

simbólico-ideológica, bem como do mundo da interação e do afeto social”. Dessa forma, a nação pode ser considerada como “um constructo ideológico essencial para conferir posições ao sujeito no Estado moderno, assim como na ordem internacional”. O que há configura como “um símbolo potente e uma base de classificação num sistema internacional de Estados nacionais”. Um símbolo em disputa e que é utilizado como forma de conferir legitimidade a diferentes atos e movimentos sociais, “muitas vezes, dotados de objetivos diversos” (Idem: 239). Nesse sentido, ligar a defesa da industrialização à nacionalidade, em um contexto fortemente marcado pelos nacionalismos, consistia em uma importante argumentação na busca de apoios ao projeto desenvolvimentista, sobretudo, quando tal ligação remetia a defesa da soberania e da independência nacional.

Fronzizi (2012c: 364) utilizou esta ligação no discurso pronunciado em cadeia de rádio e televisão em 01 de março de 1962. Na ocasião afirmou que “desarrollo significa quebrar la relación de dependencia de una economía estancada y sustituirla por la independencia de una economía en expansión”. Aqui é importante ressaltar que tal afirmação foi feita justamente em um momento crítico, onde o governo Argentino era tensionado por suas posições. No cenário internacional, havia defendido, algumas semanas antes na Conferência de Punta del Este, a não exclusão de Cuba da OEA. No cenário interno, a decisão de permitir a participação dos peronistas no processo eleitoral aguçou os ânimos do antiperonismo, sobretudo, entre os setores militares. Em meio a esses tensionamentos, o referido discurso foi proferido com o objetivo de, mais uma vez, explicar o seu plano de governo e de ação política, mas acima de tudo, chamar a unidade nacional como fica demonstrado na continuidade da fala: “Comprendimos desde el primer momento que este programa de legalidad, paz social y desarrollo, era el programa de toda la Nación Argentina.”

Um dos mais significativos discursos ligando a industrialização com a nacionalidade e a defesa da soberania nacional foi pronunciado em 28 de fevereiro de 1958, quando Kubitschek parainfou a turma de diplomados da Faculdade de Engenharia Industrial em São Paulo. Esse discurso representa uma síntese do sentido atribuído a industrialização em relação a construção nacional brasileira.

Num primeiro momento, o presidente brasileiro apresentou a sua visão sobre o contexto histórico em que seu governo se insere:

[...] O meu período de Governo coincide com uma hora de extraordinária significação para o Brasil, com uma hora verdadeiramente decisiva, em que ou aceleramos o nosso passo, numa disposição viril de recuperar um longo tempo perdido, ou deixaremos que aumente de maneira irrecuperável a distância que nos separa das nações altamente industrializadas, vale dizer, das nações que comandam o mundo e lograram para os seus povos uma vida mais compatível com as dignidades devidas à pessoa humana.

Neste momento, de suprema decisão para nós brasileiros e em que se impõe, a quem tem a responsabilidade do Governo, o dever de enfrentar as resistências de uma mentalidade já superada, mas ainda atuante e dura; neste momento em que o homem de Estado, ao mesmo tempo que se convence de que sua ação se deve desenrolar com maior eficiência, e com uma velocidade bem mais acentuada, e em que se dá conta de que a imensa tarefa de ativar o progresso do Brasil não pode mais ser postergada, esquecida, desdenhada, deixada para o dia de amanhã; nesta verdadeira hora do destino é que se torna mais viva a consciência das dificuldades, dos erros históricos, que, se não forem atacados com audácia e firmeza, nos impedirão de participar da grande luta do mundo moderno, da luta pelo aproveitamento potencial tecnológico, da luta por uma produtividade cada vez maior, da luta pelo atendimento das necessidades de uma população que cresce cada vez mais em toda parte. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1959: 124-125)

Na sequência, Kubitschek fez uma das mais significativas defesas da industrialização como realização fundamental para o presente e o futuro da própria nação:

[...] a industrialização do Brasil não é uma parada de forças, não é uma disputa vã, o resultado de uma aspiração faraônica, mas a batalha pela própria sobrevivência de nosso país. Vós sabeis que, para o Brasil de hoje, com seu enorme crescimento, com todas as exigências dele decorrente, com os hábitos adquiridos e as necessidades de um povo parcialmente alimentado e vestido, vós sabeis, meus jovens amigos, que a industrialização é uma condição de vida, é uma absoluta e imperiosa necessidade, é mesmo um dever de que já não está ao nosso alcance declinar. Nem que o quiséssemos, não poderíamos sobreviver conservando-nos nação pastoril e agrícola, no velho estilo, exportando café e algumas poucas matérias-primas. Não sobreviveríamos se não houvéssimos iniciado vigorosamente a marcha para a industrialização, que já está sendo levada a efeito. Há nações que foram constituídas de tal maneira, que a Providência formou de um tal jeito que, ou renegam a sua própria vocação de liderança ou aceitam o dever e a responsabilidade de serem grandes e ricas. Não temos, pelo patrimônio recebido dos nossos heróis e fundadores, que a duras penas criaram este país de dimensões imperiais, o direito de sermos pobres, o direito de deixarmos de explorar as riquezas que tanto podem valer-nos.

Não é necessário ser, sequer, ambicioso para desejar ardentemente que o Brasil se industrialize, basta ser prudente e lúcido. Mas industrializar um país não é obra mágica que possa ser feita sem preparo, ao simples sopro de uma aspiração. É necessário que exista uma mentalidade industrial, um estado de espírito propício ao desenvolvimento, é necessário que existam gerações preparadas para a ação, que se aumentem os nossos quadros técnicos todos os anos, que se multipliquem as vocações como as vossas, e que se aprofunde nos que se vão dedicar à indústria, além da mentalidade estritamente profissional, o espírito da missão, que estou certo nos inspira e nos anima. (Idem: 125-126).

Como se pode ver, na busca da ligação da industrialização com a nacionalidade, Kubistchek utiliza muitos dos elementos que compõe o que Anne-Marie Thiesse (2002: 8) chama de “check-list identitária”⁴⁶, ou seja, aquilo que constitui a “matriz de todas as representações de uma nação”. Ao falar do “patrimônio recebido dos nossos heróis e fundadores, que a duras penas criaram este país de dimensões imperiais”, da “verdadeira hora do destino”, dos “hábitos adquiridos” e das “necessidades de um povo”, o presidente brasileiro se utilizava de uma “lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir” (Idem: 9). Tais elementos, discursivamente, são os objetivos de disputa pelo símbolo nação.

O uso destes elementos também pode ser visto no discurso que Frondizi proferiu na criação do Consejo Nacional de Desarrollo, em 8 de setembro de 1961:

El desarrollo económico del país no es un fin en sí mismo. La expansión de la economía y la creación de más bienes y servicios son simples instrumentos de la realización espiritual de un pueblo.

Más aún, si no tuviéramos una profunda fe en la energía espiritual de nuestro pueblo, ni siquiera hubiéramos iniciado el plan de desarrollo económico nacional. Porque solo los pueblos dotados de una gran fuerza moral y espiritual pueden lograr para sus países la plena independencia, la vocación de grandeza y el cumplimiento de un destino nacional.

En la medida en que forjamos las bases del poderío material, estamos liberando a la Nación de su dependencia de voluntades ajenas, es decir, estamos afirmando la soberanía; primera condición moral de una colectividad libre.

En la medida en que incrementamos la riqueza común, estamos alcanzando la posibilidad de repartirla equitativamente entre aquellos que crean esa riqueza, es decir, estamos cumpliendo con el precepto moral y cristiano de la justicia distributiva y estamos dignificando al hombre, sujeto único del bienestar social en una nación democrática. (FRONDIZI, 2012c: 93-94).

Ao ligar a iniciativa desenvolvimentista a “realización espiritual” e a “profunda fe en la energía espiritual” do povo argentino, inserindo-o dentro do “precepto moral y cristiano de la justicia distributiva”, Frondizi remete a um elemento que constituiu a visão predominante e

⁴⁶ Autora propõe como formadores desta “check-list” os seguintes elementos: “ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático”. (THIESSE, 2002: 8-9).

oficial da nacionalidade argentina, ou seja, a “identidade” cristã de seu povo⁴⁷. Ao mesmo tempo, se utiliza de um conceito rosseauiano, ressignificado e difundido pela Revolução Francesa, que propõe a derivação da soberania nacional da vontade do povo⁴⁸.

O uso de elementos que remetam a uma identidade nacional e a defesa da soberania nacional nos discursos políticos não constituía nenhuma novidade na história latino-americana. Tal uso fora algo recorrente em diferentes momentos na história do Brasil e da Argentina, ganhando uma importante dimensão nos discursos de Perón e de Vargas, sobretudo, devido a massificação da política ocorrida ao longo dos seus governos⁴⁹. Conforme já foi sugerido, para que os discursos políticos cumpram sua função na luta política é fundamental que diferentes atores sociais se reconheçam no que é enunciado e o uso da “check-list identitária” é um recurso discursivo fundamental para isso.

Apesar de tal uso ser uma recorrente histórica, a novidade em relação aos discursos dos presidentes desenvolvimentistas era a ligação daqueles elementos com uma gama de novos conceitos que vinham sendo elaborados pelo pensamento econômico desenvolvimentista naquele contexto. Conceitos como deterioração dos termos de troca, impulso ou estímulo inicial necessário ao desenvolvimento, desenvolvimento como diversificação impulsionada pela indústria e aumento da produtividade como garantia de melhoria do nível de vida, além da própria crítica a Teoria das Vantagens Comparativas, faziam parte de uma matriz conceitual que foi incorporada aos discursos de Kubitschek e Frondizi, sobretudo, em sua luta política contra os defensores do liberalismo e aqueles que, dentro do próprio desenvolvimentismo, propunham a necessidade um reformismo radical.

A perda de credibilidade do liberalismo econômico, que proporcionou a abertura necessária para a gestação de projetos políticos-ideológicos e de medidas econômicas alternativas com o desenvolvimentismo, não significou um recuo dos seus defensores na luta política. Suas elaborações seguiram tendo espaço nos debates sobre os rumos dos países latino-americanos.

⁴⁷ Cabe ressaltar que Argentina, até o presente momento, não separou o Estado da Igreja Católica, um exemplo é a denominação da instituição que cuida da política externa do país de Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto.

⁴⁸ Sobre este conceito ver: CAMPI (2006), CATROGA (2005) e ROSANVALLON (2007).

⁴⁹ Para uma visão sobre estes usos e, principalmente, para identificação dos setores populares com o trabalhismo-getulista ver: Ferreira (2011). Para o caso do peronismo em seus diferentes momentos ver: Sigal e Verón (2014). O uso discursivo de uma concepção de identidade nacional pelos discursos antioligárquicos, proferidos por Vargas, no Brasil, Hipólito Yrigoyen, na Argentina, e Francisco Maduro, no México, é analisado em: Wasserman (2002).

Na Argentina, o liberalismo econômico nunca foi propriamente excluído como ideologia predominante entre as elites, se mantendo influente tanto nos setores oligárquicos agroexportadores, como na própria *Unión Industrial*, entidade representativa do empresariado daquele setor. Na década de 1950, porém, havia uma diferenciação dentro dos enfoques dos liberais argentinos. De um lado, havia uma corrente liberal mais ortodoxa, vinculada aos interesses rurais tradicionais, que, a partir das concepções pré-keynesianas, propunha uma economia aberta, com baixos níveis de proteção, apoiada nos setor primário-exportador. Entre seus defensores estava Federico Pinedo⁵⁰. De outro lado, havia uma corrente neoliberal que fugia um pouco deste enfoque mais ortodoxo e defendia a vinculação da economia nacional com as empresas transnacionais através do favorecimento do acesso destas ao mercado interno, uma vez que, por sua capacidade tecnológica e financeira, tinham grandes vantagens em relação as empresas nacionais. Esta segunda corrente estava vinculada as novas formações industriais que se formavam ligadas ao capital estrangeiros e entres seus defensores destacaram-se Álvaro Alsogaray⁵¹, defensor da economia social de mercado alemã⁵², e Adalbert Krieger Vasena⁵³, defensor da Escola de Chicago⁵⁴. (RAPOPORT, 2007: 448-449).

No Brasil, a corrente denominada por Bielschowsky (1988) como neoliberal, encontrava refúgio para as suas ideias na Fundação Getúlio Vargas, na Confederação Nacional do Comércio, na Associação Comercial de São Paulo, no Conselho Nacional de Economia (CNE) e influenciavam o projeto de “liberalismo elitista” da União Democrática Nacional (UDN)⁵⁵. Seus principais defensores eram os economistas Eugênio Gudin⁵⁶, Octávio Gouveia

⁵⁰ Economista e ex-ministro da Fazenda dos governos de Augustin Pedro Justos (entre 20 de agosto de 1933 e 30 de dezembro de 1935) e Roberto Marcelino Ortiz (entre 2 de setembro de 1940 e 16 de janeiro de 1941), ministro da fazenda do governo de José Maria Guido (entre 6 de abril e 25 de abril de 1962).

⁵¹ Militar e economista, ex-ministro da Indústria ex-ministro da Indústria no governo Pedro Eugenio Aramburu (entre 13 de novembro de 1955 e 8 de junho de 1956), ex-ministro da Economia nos governos Arturo Frondizi (entre 25 de junho de 1959 e 26 de abril de 1961) e José Maria Guido (entre 30 de junho de 1962 e 10 de dezembro de 1962).

⁵² A economia social de mercado foi proposta por um conjunto de economistas alemães, entre esses o ex-ministro da Economia e Primeiro-Ministro da Alemanha Ocidental, Ludwig Erhard. A ideia seria unir a competitividade do livre-mercado com componentes sociais. Conforme Alsogaray (1972: 19), a economia social de mercado constituiu “una doctrina moderna en la cual el Estado y la planificación tienen un importante papel que jugar aún en el campo económico, pero en la que la regimentación burocrática es substituida por el libre juego de las fuerzas del Mercado”. Sobre a experiência alemã ver: Erhard (1964). Uma aproximação da proposta para a realidade argentina consta em: Alsogaray (1972).

⁵³ Economista e ex-ministro nos governos Pedro Eugenio Aramburu (entre 26 de março de 1957 e 1º de maio de 1958) e Juan Carlos Onganía (entre 3 de janeiro de 1967 e 11 de junho de 1969).

⁵⁴ A Escola de Chicago é uma escola de pensamento econômico monetarista “reunida em trono de Milton Friedman e outros professores da Universidade de Chicago, e que sustenta a possibilidade de manter-se a estabilidade de uma economia capitalista apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado.” (SANDRONI, 1994: 122). Sobre a ascensão da Escola de Chicago ver: Harvey (2011).

⁵⁵ Sobre o liberalismo elitista da UDN ver: Benevides (1981).

de Bulhões⁵⁷, Dênio Nogueira⁵⁸ e Daniel de Carvalho⁵⁹. Se contrapunham aos desenvolvimentistas na defesa na priorização da livre movimentação das forças do mercado e do equilíbrio monetário e financeiro como meios de atingir a eficiência econômica (Idem: 39-40).

Com relação a industrialização, os liberais (e os neoliberais) revigoravam os conceitos surgidos no final do século XIX de indústria natural e de indústria artificial. As primeiras eram aquelas que beneficiavam as matérias-primas locais, “vistas como uma ‘extensão’ do setor primário, que não precisavam do protecionismo, pois eram intensivas nos fatores abundantes domesticamente: terra e mão de obra” (FONSECA, 2004: 234). Já as indústrias artificiais eram aquelas tidas como viáveis apenas através de forte protecionismo. Eram caracterizadas como artificiais as indústrias químicas, metalúrgicas e bens de capitais, por exemplo. Ficava de fora, caracterizada como indústria natural, a agroindústria.

Em suas críticas as indústrias artificiais, os liberais argumentavam que a necessidade de alto volume de capital exigido para a implantação dessas era incompatível com a realidade de países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, devido ao fato de esses países terem um mercado interno estreito, portanto, inviável para a escala de produção mínima que tais indústrias necessitavam, fazia com que os produtos tivessem um alto custo médio, resultando em preços muito superiores aos similares importados. Outro problema era o da escassez de mão de obra qualificada para operar a sofisticada tecnologia. Esses fatores levavam o consumidor nacional a pagar mais caro por bens de qualidade inferior, o que fazia com que os liberais culpassem as indústrias artificiais, ou em muitos casos o setor secundário como um todo, como responsáveis pela inflação (Idem: 234-235).

Em contraposição as teses liberais, os desenvolvimentistas brasileiros apresentavam três razões que justificavam a industrialização do país: 1) a existência de amplo mercado interno em potencial, decorrente do tamanho de sua população; 2) a abundância de recursos naturais e a presença de recursos produtivos satisfatórios; 3) o problema crônico do desemprego

⁵⁶ Ex-Ministro da Fazenda do governo Café Filho (entre setembro de 1954 e abril de 1955).

⁵⁷ Foi ministro da Fazenda interino em dois momentos: no governo Café Filho e na implantação da Ditadura Civil-Militar no Brasil, no governo provisório de Ranieri Mazzilli e no primeiro governo militar de Castelo Branco, entre 1964 e 1967.

⁵⁸ Primeiro presidente do Banco Central do Brasil, entre 1965 e 1967, durante o primeiro governo da Ditadura Civil-Militar, governo Castelo Branco.

⁵⁹ Foi deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro, entre 1922 e 1937, com uma interrupção entre 1922 e 1927, quando assumiu a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. Foi deputado na Assembleia Constituinte em 1946 e Ministro da Agricultura do governo Eurico Gaspar Dutra, entre 1947 e 1950.

(KOSINSKI, 2015: 253). A essas justificativas se somavam, nos discursos presidenciais, a crítica a “vocação agrária” dos países, o contraponto a Teoria liberal das Vantagens Comparativas e o rechaço ao modelo agroexportador.

Fazendo um balanço da política externa continental na reunião da Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana, em 06 de dezembro de 1959, Kubitschek (1960: 338) afirmou que “por amarga experiência própria, já nos convencemos de que os países que só podem tirar o seu sustento da extração e comércio de matérias primas, são países condenados à dependência econômica, a estagnação, a um incerto e perigoso futuro”. Essa crítica ao modelo liberal que propunha a exportação de produtos agrícolas como único caminho para o país se direcionava muitas vezes a uma questão fundamental para o governo brasileiro: a dependência da economia nacional da exportação do café.

Desde o Segundo Império, a exportação de café foi a grande financiadora da industrialização brasileira, uma realidade que se manteve na primeira metade do século XX, mas que começou a dar fortes sinais de esgotamento na década de 1950. Quando assumiu o governo, o presidente Kubitschek, enfrentava a dura realidade da deterioração dos termos de troca no comércio internacional, sobretudo, a intensificação do declínio do preço do café. Um declínio que se mostrava permanente e irreversível nos primeiros anos de seu governo. Entre janeiro de 1957 e janeiro 1958, o valor das exportações brasileiras para os Estados Unidos despencou de US\$ 84,6 milhões para US\$ 53,4 milhões. Em dezembro de 1958, as exportações de café se reduziram em mais de US\$ 150 milhões, atingindo US\$ 688 milhões, o que levou a queda das exportações totais, que atingiram o nível mais baixo da década, US\$ 1.243 milhões. O déficit da balança comercial que o fato acarretava preocupava profundamente o governo brasileiro (MACHADO DA SILVA, 2004: 154-155).

Em 02 de abril de 1957, na Conferência dos governadores da Bacia Paraná-Uruguaí sobre o desenvolvimento regional e nacional, realizada em Florianópolis, Kubitschek (1958b: 85), afirmou que não podia uma nação “com as responsabilidades do Brasil, ter apenas no café o seu eixo, a sua força, o seu apoio total”. Essa mesma crítica a condição monocultora foi feita em 20 de janeiro de 1958, na inauguração da Fosforita S.A. em Recife:

Uma nação que, como disse inúmeras vezes, se apoia em apenas uma coluna de sustentação que é o monopólio do café, não poderá deixar de procurar desenvolver as suas outras potencialidades, diversificando a sua produção, melhorando a sua

exportação, para que não vivamos todos os anos sob permanente ameaça de crise econômica, resultante das intempéries que podem atuar sobre a produção do café ou da concorrência dos países estrangeiros, com o que diminui a nossa exportação do produto. [...]. (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1959: 42).

Aqui, o presidente brasileiro demonstrava uma outra preocupação referente ao café que tirava o sossego do governo brasileiro, a concorrência da produção africana. Kubitschek parecia antever o crescimento da cafeicultura africana que naquele ano chegou a marca de 10 milhões de sacas. Tal crescimento foi um dos fatores que levou a queda do preço do produto no mercado internacional. Em 1958, o preço do café brasileiro desceu para 41,8 centavos por libra-peso (MACHADO DA SILVA, 2004: 155).

Para Kubitschek, essa preocupação com a concorrência africana não estava “altura” do Brasil. Algo que já havia deixado evidente em 28 de abril de 1957, na inauguração da Usina de Peixotos. Na ocasião, após saldar elogiosamente um dos principais expoentes do neoliberalismo brasileiro e crítico das medidas adotadas pelo seu governo, Eugenio Gudín, o presidente brasileiro chamou atenção para o fato de que o Brasil era um país de “crescimento populacional rapidíssimo” que tinha que “fazer face” a sua “própria condição de grande nação”. Uma “grande nação industrial, uma grande nação moderna e não simples terra de plantação, temerosa de sofrer concorrência de zonas coloniais”. (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1958b: 93-94).

Mas não era apenas apelando para a questão nacional que o presidente brasileiro procurava defender a industrialização contraponto os argumentos liberais. Conforme já foi referido, a novidade do discurso político dos presidentes Kubitschek e Frondizi era o uso da matriz conceitual que vinha sendo elaborada pelo pensamento econômico desenvolvimentista. Tal uso foi feito por Kubitschek na palestra que conferiu sobre a Operação Pan-Americana na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1959:

É fato conhecido – e hoje um truísmo econômico – que os países industriais aumentam a sua riqueza com muito maior rapidez do que os de economia agrícola e pastoril. A continuar esta tendência, veremos aumentar indefinidamente a distância que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos. Esta situação alarmante impõe-nos o dever de buscar os meios de inverter esta trajetória, o que só pode ser feito mediante a eliminação, no processo do nosso desenvolvimento econômico, de algumas etapas que nos separam das potências industriais.

Temos que lutar de todas as formas e por todos os meios para realizar, em anos, o que outros realizaram em décadas; temos de exigir o máximo da nossa imaginação, de nosso engenho, pra conseguir os recursos em técnica e em capital que nos permitirão a consecução desse objetivo.

Infelizmente, porém, com uma população geralmente pobre, grande parte da qual apenas percebe o bastante para prover à sua subsistência, é impossível contar com a poupança individual como fonte de capital.

O exame retrospectivo do comércio entre os países industriais e os de economia colonial tampouco nos autoriza a contar com o comércio exterior como única fonte de financiamento do nosso programa de desenvolvimento. Por um lado, as flutuações de preços dos produtos primários no mercado internacional são de tal ordem que se torna impossível basear na receita oriunda da sua venda um programa de desenvolvimento a longo prazo. Por outro lado, as condições de intercâmbio entre as potências industriais e os países não desenvolvidos tornam-se progressivamente desfavoráveis aos segundos, exigindo a exportação de uma quantidade sempre crescente de produtos primários para a aquisição da mesma quantidade de produtos manufaturados.

De tudo isso, ressalta a necessidade urgente e imperiosa de romper este círculo vicioso em que a pobreza gera o subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento perpetua a pobreza. (KUBITSCHK DE OLIVEIRA, 1959: 418-419).

Este trecho contém um conjunto de ideias que remetem aos conceitos de deterioração dos termos de troca, elaborado paralelamente por Myrdal e pelo cevalino Raúl Prebisch; de círculo vicioso do subdesenvolvimento, elaborado por Ragnar Nurske; e pela necessidade de aceleração do desenvolvimento proposta tanto por Rosenstein-Rodan com seu “grande impulso” (*big push*), como por Walt W. Rostow com o conceito de *take-off* (decolagem ou arranco).

A influência e o uso desta matriz conceitual, sobretudo, de Walt W. Rostow, nos discursos e na industrialização desenvolvimentista foi posteriormente lembrada por Lucas Lopes. Em suas “Memórias do Desenvolvimento”, o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE⁶⁰ e ex-ministro da Fazenda do governo Kubitschek comenta que:

[...] Juscelino tinha uma consciência muito clara, como eu tenho, de que era preciso quebrar o tabu de que o Brasil era um país agrícola, condenado a sê-lo indefinidamente, e não tinha a capacidade para desenvolver um processo de industrialização progressivo. O erro, ou seja, a decisão arriscada que tomamos conscientemente, foi a de acelerar o processo de industrialização para demonstrar que o Brasil tinha capacidade de crescer. O processo de expansão agrícola seria muito bonito, mas não teria qualquer efeito demonstrativo antes de trinta ou quarenta anos. Já uma indústria mecânica, uma indústria automobilística, uma

⁶⁰ A partir de 1982, o BNDE passou se denominar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

indústria siderúrgica, teriam um efeito demonstrativo imediato. De modo nós conscientemente demos ênfase a esses setores que tinham um poder de demonstração rápido para marcar um *take-off*, o início de um processo cumulativo. Naquela época lemos muito Rostow, de modo que sofremos sua influência. (LOPES, 1991: 204).

Tal influência fica evidenciada no discurso que Kubitschek pronunciou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1958. Falando aos estudantes de política externa, o presidente afirmou que “o desenvolvimento é um processo de expansão, que poderá tomar conta de si mesmo, com uma dinâmica própria, se lhe for dado um impulso inicial” (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1959: 384). Esta frase representa uma síntese da principal tese defendida pelo intelectual norte-americano, a de que se o arranque inicial tiver sucesso o desenvolvimento passaria automaticamente a ultrapassar todas as suas etapas. Obviamente, no caso brasileiro, conforme a adaptação juscelinista do “método” rostowiano, algumas dessas etapas deveriam ser eliminadas dada a urgência que a condição subdesenvolvida impunha.

Uma ideia mais definida desse pensamento foi pronunciada na instalação do I Simpósio Nacional sobre Conceituação da Economia Brasileira, em 26 de julho de 1960. Naquela ocasião, falando para uma plateia predominantemente formada por economistas, Kubitschek proferiu um discurso bastante elaborado, justificando seu projeto não apenas com o “modelo rostowiano”, mas também utilizando, mais uma vez, outros conceitos retirados da matriz conceitual desenvolvimentista.

[...] A fim de proporcionar uma transição do estado de subdesenvolvimento para um estado de desenvolvimento, quando se poderá esperar que surja um processo cumulativo e basicamente autônomo de crescimento, é necessário (embora nem sempre suficiente) que numa certa hora, ou durante um certo período, receba a economia um estímulo para crescer, igual ou maior do que o mínimo crítico mencionado. Não atingir esse mínimo crítico significa que rapidamente, dentro da economia, se mobilizam forças de “retardamento” e que a economia, depois de um pequeno avanço, verá os seus ganhos rapidamente estéreis, e restabelecer-se-á de novo em nível baixo de rendas *per capita*.

Uma das principais razões que, na aparência, explicariam a incapacidade do sistema americano de atingir esse mínimo crítico parece ter sido a sobreposição de regras estranhas ao problema econômico, porém limitadoras das soluções para o mesmo. A título de exemplo mencione-se a política de deixar essencialmente para os capitais privados o encargo do financiamento internacional do desenvolvimento. Ora, não há dúvida que existem “quantitativamente” capitais privados mais do que suficientes para proporcioná-lo. Mas, além dos círculos viciosos já tão estudados que indicam que esses capitais só emigram quando certas condições especiais são obtidas, condições essas que dependem da aplicação do capital público, existem numerosas

outras, dentre as quais mencionei o fato de que a única garantia de vir o capital privado a fluir nas quantidades e qualidades adequadas está ligada à velocidade do desenvolvimento. Se um país estiver estagnado economicamente em baixos níveis, o capital privado não procurará integrar-se ao mesmo, inclinando-se, ao contrário, a explorá-lo no sentido “colonial” ou “imperialista” da palavra. Vale dizer, o capital privado, nessas condições, tende a enquistar-se na economia, não a beneficiando como um multiplicador de rendas, já que o efeito de multiplicação tende, nesses casos, a exercer-se na renda da nação investidora, que se beneficia de matérias-primas obtidas a baixo preço. A garantia de que o capital privado venha a fecundar de todo a economia subdesenvolvida está ligada à velocidade de desenvolvimento da mesma. Se a economia subdesenvolvida está crescendo rápida, se já representa substancial mercado interno, com perspectivas futuras brilhantes, então o empreendedor privado procurará integrar-se plenamente e criará assim perspectivas ainda melhores. Entretanto, atribuir aos investidores privados o papel de iniciar o desenvolvimento, ou de acelerá-lo suficientemente nos seus estágios primários só poderá levar às imensas frustrações que hoje caracterizam o corpo socioeconômico latino-americano. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1961: 261-262-263).

Neste discurso, além da utilização dos conceitos de arranco ou estímulo, círculo vicioso, mínimo crítico e força de “retardamento”, o presidente brasileiro se refere a outra contraposição central as ideias liberais e neoliberais: a defesa da participação do Estado na economia como uma questão fundamental no processo de desenvolvimento.

Desta forma, o discurso presidencial se inseria na referida “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”, a intensa discussão política que, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, mobilizou um conjunto significativo não somente da intelectualidade brasileira e latino-americana, como também dos velhos setores interessados na agroexportação e dos novos setores vinculados à acumulação industrial. Nos anos 1950, tal controvérsia tinha como centralidade as divergências sobre a participação ou não do Estado na economia (MANTEGA, 1984: 11-12). Uma divergência que se intensificou nos artigos publicados sobre o balanço das primeiras medidas adotadas no início do governo Kubitschek, colocando em lados opostos Eugenio Gudín e os intelectuais cepalinos Celso Furtado e Raúl Prebisch. (SIKKINK, 2009: 82-83-84).

Na fase mais quente daquele debate, paraninfando na Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, em 05 de dezembro de 1958, Kubitschek (1959: 438) fez uma crítica direta ao liberalismo dizendo que “nenhum governo fará obra duradoura se se confinar às regras ultrapassadas do ‘laissez-faire’, reservando-se para os problemas ‘políticos’, na acepção que dava a essa expressão a visão tradicional”. Na ocasião, proferia uma visão comum a outras perspectivas políticas, como as apresentadas pelo trabalhismo varguista, se diferenciando, porém, no entendimento da relação entre Estado e iniciativa privada. Para o

presidente brasileiro, o Estado não deve substituir a iniciativa privada, devendo sim manter “um esforço harmônico” com a “livre empresa privada” promovendo uma integração que seria a “condição indispensável à boa e completa realização do programa de metas”. Sendo assim, a “missão do governo” se limitaria, voluntariamente, “a criar as condições necessárias à ordenação do desenvolvimento econômico a seus fins de aperfeiçoamento social”, ou seja, coordenar “as empresas particulares, integrando-lhes os esforços numa ação de conjunto, que permitirá a aceleração do processo mesmo do desenvolvimento” (Idem: 435). Tal ideia também foi exposta inúmeras vezes por Frondizi.

No discurso proferido por rádio e televisão em 17 de janeiro de 1962, o presidente argentino afirmou entender “la función del Estado como la de estimular, facilitar y requerir la participación fundamental de la iniciativa privada en la actividade económica” (FRONDIZI,2012c: 279). Porém, diferenciou-se de Kubitschek quando aprofundou a sua concepção, demonstrando uma visão mais próxima ao liberalismo conservador em relação a problemática dos “custos do Estado”:

[...] En los países altamente desarrollado existe un superávit de la economía para financiar costosos servicios sociales que la comunidad tiene derecho a exigir. En los países que tienen muy limitados recursos financieros para desarrollar las bases estructurales de su economía, el Estado debe abstenerse de emplear esos recursos que la empresa privada necesita indispensablemente para expandirse y sostenerse. El Estado no tiene derecho a sustraer esos recursos a la promoción de la economía nacional, objetivo máximo de la comunidad, punto indispensable de partida para llegar al bienestar social. No es una cuestión teórica entre estatismo y libre mercado, como suele sostenerse. Es un hecho económico inevitable cuando los recursos no alcanzan para financiar el desarrollo económico y el mantenimiento de un costoso aparato estatal al mismo tiempo. Si se financia al Estado se descapitaliza a la actividad privada, es decir, al desarrollo económico, y se envilecen los salarios y sueldos. (Idem: 279-280).

Aqui, Frondizi expõe não somente uma diferença discursiva em relação ao presidente brasileiro, mas também, uma diferença prática das ações de ambos os governos. Na Argentina, a partir do diagnóstico de que “el país tenía una burocracia que era en número dos veces y media superior a la admitida como media normal” (Idem: 280), a ideia de estímulo foi aprofundado com a incorporação da redução do tamanho do Estado, o que levou o governo a tomar medidas, dentro de um Plano de Racionalização Administrativa, como “la venta de inmuebles del Estado, la liquidación de las imprentas de los Ferrocarriles, la privatización de los transportes de Buenos Aires, la transferencia a las provincias de los servicios

hospitalares”. (NOSIGLIA, 1983: 125). Dessa forma, o desenvolvimentismo frondicista incorpora em suas práticas e seus discursos a ideia das privatizações.

Esta ideia não esteve presente no governo e no discurso de Kubitschek que, embora não tivesse um princípio estatizante, preferiu a manutenção do modelo getulista de estímulo as empresas privadas, porém, ampliando-os para além das empresas nacionais. Conforme Kosinski (2015: 228),

[...] a industrialização brasileira promovida durante os cinco anos de Governo Kubitschek teve como duas principais características o aumento da participação governamental nos investimentos e a entrada de capital estrangeiro privado, concentrado em alguns setores, fatos que sinalizam para o exercício de decidido comando político do capitalismo pelo Estado, embora em benefício das iniciativas privadas nacionais e estrangeiras.

Em que pese esta diferença sobre até aonde o estímulo é considerado positivo, em geral prevalecia nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas uma visão comum sobre a necessidade da participação do Estado na economia. Outra visão comum que unificava os discursos de Frondizi aos de Kubitschek era a crítica ao modelo agroexportador a partir do conceito de deterioração dos termos de troca.

No almoço oferecido as delegações estrangeiras presentes nas celebrações do 150º aniversário da Revolução de Maio, em 24 de maio de 1960, Frondizi (2012b: 90) afirmou que para a América Latina não havia “otra solución de fondo al deterioro de los términos de su intercambio, que no sea la expansión de sus economías en sus rubros básicos”, uma vez que somente esse processo é que poderia garantir “altos niveles de vida, culturales y materiales”. Trazendo para a realidade argentina, a crítica à dependência agroexportadora apareceu já no primeiro discurso presidencial.

Na mensagem de posse lida na Assembleia Legislativa, em 01 de maio de 1958, constava textualmente a afirmação de que no “estado actual de nuestra economía, basada principalmente en la comercialización de productos agropecuarios, el aumento del ingreso equivale a trazer una nueva y enérgica política de comercio exterior”, pois, a “declinación general de los precios agropecuarios en el mercado internacional ha sido artificialmente agudizada”. (FRONDIZI, 2012a: 29). Tal discurso refletia uma realidade onde, desde 1951, os

preços dos produtos exportáveis argentinos oriundos do setor agropecuário vinda decaindo ano a ano, enquanto que os preços dos produtos importados, sobretudo, manufaturados vinham crescendo. Este fato levou a balança comercial argentina a ter saldos negativos de -223 em 1955, -2,1 em 1956, -55,7 em 1957 e -70,3 em 1958, primeiro ano do governo Frondizi. (RAPOPORT, 2007: 455).

Assim como Kubitschek, Frondizi também alertava para o problema que a concorrência de outros países gerava no modelo agroexportador. Porém, diferente do presidente brasileiro, o que o alertava não era apenas a produção dos países africanos, colônias ou ex-colônias, mas sim, o fato de que países desenvolvidos passavam a produzir aquilo que antes compravam da Argentina. Esta preocupação esteve presente no discurso transmitido por rádio e televisão em 05 de novembro de 1959:

Em proceso de empobrecimiento progresivo que resulta del aumento constante de la población, del estancamiento de la producción y de la carencia de bienes de capital, se agravó por la acción de otro factor negativo. Algunos países que antes no producían lo que nosotros producimos aplicaron su desarrollo industrial a los trabajos agrícolas y dieron forma de empresa a las explotaciones agrarias. Así pudieron producir para sus propias necesidades, y a precios de costos más bajos, los alimentos y las materias primas que antes nos compraban. Al reducirse los compradores aumentó la competencia, y como esta se refleja inexorablemente en los precios, cada día nos pagan menos por nuestras exportaciones, aunque nos cobren más por lo que importamos. Es que los países poco desarrollados necesitan cada vez más de los muy desarrollados y estos cada día menos de aquellos. La riqueza de nuestro suelo nos daba antes gran ventaja sobre esos países. Hoy en día la ciencia y la técnica compensan el escaso rendimiento de las tierras, permiten producir a costos más bajos y obtener un provecho mayor de las parcelas. En esto, como en todo, desarrollo significa avance, y subdesarrollo equivale a estancamiento o retroceso. (FRONDIZI, 2012a: 240-241).

Tais diagnósticos revelavam o atraso que representava a manutenção do modelo agroexportador. Dessa forma, para que os países pudessem dar um passo rumo a solução da condição de subdesenvolvimento era necessário “promover nuevas fuentes de riqueza que eviten que todo el país siga dependiendo, exclusivamente de la explotación de la tierra”⁶¹, pois, somente a “aparición de nuevas fuentes de producción y de trabajo, que darán bases más firmes al desarrollo nacional” (Idem: 241). Em síntese, era necessário diversificar a economia e o caminho era a industrialização. Somente ela seria capaz de desenvolver o conjunto das

⁶¹ Trecho extraído do discurso proferido por Frondizi em cadeia de rádio e televisão em 29 de dezembro de 1958. Ver: Frondizi, 2012a: 187.

potencialidades dos países, ativar novos setores da economia, modernizar os velhos setores, gerar emprego e renda, e, principalmente, reduzir a dependência externa. Nas palavras de Kubischek (1958b: 85), “Diversificar, para estarmos mais tranquilos com o dia de amanhã, é o que se impõe”. Este era um dos sentidos principais atribuídos pelos presidentes desenvolvimentistas quando falavam de seus planos de governo.

Para o presidente brasileiro, “diversificar-industrializando” era o centro de seu Plano de Metas:

A característica principal desse vasto plano de obras, destinadas a darem ao país uma estrutura sólida e equilibrada, é a visão unitária da realidade brasileira. Importava antes de tudo por a serviço do desenvolvimento os potenciais energéticos, os combustíveis extrativos e refinados, os meios de transporte, as industriais de base, a começar pelos altos fornos siderúrgicos – que representam as ferramentas usuais da soberania, onde quer que se fundamentam nas próprias riquezas, transformadas pela própria técnica, no quadro nacional de sua expansão previdente (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1959: 97)⁶².

Já o presidente argentino acabou fazendo a ligação de seu plano de desenvolvimento com a ideia de “diversificar-industrializando”, em seu, já citado, discurso de 05 de novembro de 1959:

El plan de desarrollo significa explotar extensiva e intensivamente las riquezas básicas de la nación. Significa dejar de depender de los mercados exteriores para el abastecimiento de petróleo, carbón y mineral de hierro, dependencia que de otro modo aumentará a medida que crezca nuestra industria. El plan persigue cubrir paulatinamente nuestras necesidades de acero y de hierro. Significa poner las bases de una industria que construya máquinas y repuestos para las fábricas, tractores para la agricultura y vehículos para el transporte ferroviario, marítimo y caminero. El plan significa aviones y elementos de defensa, y también pistas de aterrizaje y todo lo que constituye la infraestructura aeronáutica. Significa aprovechar al máximo nuestra riqueza mineral y gracias a la petroquímica proporcionar al agro, plaguicidas y aprovechar el gas natural de modo de llevar luz y energía barata a todas las regiones del país. (FRONDIZI, 2012a: 346).

Além da defesa da diversificação, nestes discursos estão presentes os setores que foram ou seriam ativados pela industrialização: energia, carvão, petróleo, rodovias, siderurgia,

⁶² Trecho extraído do discurso pronunciado em 28 de janeiro de 1958, na Solenidade Comemorativa do Sesquicentenário da Abertura dos Portos, no Palácio das Laranjeiras.

cimento, indústria automobilística e mecanização agrícola. Estavam presentes também, mais uma vez, o grande objetivo atribuídos as suas políticas econômicas: soberania nacional, ou seja, “dejar de depender de los mercados exteriores”. O que remete a uma das ideias fundamentais do discurso e pensamento econômico desenvolvimentista desde os seus primórdios: o de substituição de importações.

Em que pese os debates no campo da história e da economia sobre a existência ou não de um modelo consciente de substituição de importações⁶³, o fato é que tal processo esteve objetivamente presente tanto nas políticas econômicas adotadas pelos governos argentino e brasileiro, como nos discursos presidenciais desde as décadas de 1930 e 1940. Inicialmente, a substituição de importações foi impulsionada pelas restrições impostas pela crise de 1929 e Segunda Grande Guerra, porém, na década de 1950 era uma condição indispensável para a redução dos custos de importação e, conseqüentemente, para a melhoria dos saldos na balança comercial.

Discursivamente, cada produto que passava a ser produzido no país era propagandeando como um ganho nacional, como se pode verificar na fala de Kubitschek (1959: 151-152) na inauguração da fábrica de motores da Willys Overland do Brasil:

País de proporções continentais, o Brasil de há muito exigia medidas que o libertassem da tirania de importações de automóveis. O problema era imenso; atacamo-lo com a consciência de suas verdadeiras dimensões e, para solve-lo, mobilizamos todos os técnicos e todas as organizações em condições de cooperar. Convocamos todos os interessados e a eles oferecemos, sem distinções, os estímulos mais amplos a seu trabalho, pela fixação de taxas favoráveis de conversão cambial, pela concessão de isenção de direitos e taxas aduaneiras para equipamentos e peças complementares e pela isenção de impostos de consumo para veículos produzidos. Provedmos incentivos de crédito pelo financiamento de ágios e por financiamentos a longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, finalmente, concedemos estímulos comerciais, pela proteção fiscal, ao produto nacional. Esse conjunto de medidas foi a contrapartida prévia que o Governo facultou aos industriais que se submetessem a certas exigências de capitalização própria e de nacionalização gradativa dos veículos.

Aqui, o presidente brasileiro evidenciava que, no que era entendido como a substituição de importação, pouco importava se a produção era feita por uma indústria nacional ou por uma multinacional que se instalava no país, como a norte-americana Willy Overlands que,

⁶³ Tal ideia, propagada, sobretudo, a partir dos estudos de Maria da Conceição Tavares (1972), vem sendo questionada, entre outros autores, por Amado Cervo (2002).

assim como outras multinacionais, adicionava ao nome de sua subsidiária o complemento “do Brasil”. No discurso presidencial, o que importava eram os incentivos que governo concedia, propagandeados como demonstração de uma ação em prol da produção nacional, portanto, como uma medida “nacionalista”. Era a venda de um simulacro de independência em relação ao mercado externo, algo que somente era possível com a industrialização.

Conforme Kosinski (2015: 163-164), “na concepção juscelinista, a nacionalização da industrialização era considerada apenas nos termos de cumprimento dos índices de nacionalização dos insumos e componentes de fabricação dos veículos”. Dessa forma, a nacionalização dos veículos corresponderia a sua montagem em solo nacional, com peças quase 100% produzidas por indústrias locais, ou seja, “gerando empregos no Brasil, remuneração para a classe trabalhadora e burgueses locais e recolhendo impostos para o governo brasileiro”. Tal concepção não levava em conta o grau de subalternidade da indústria nacional em relação a fatores significativos para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de inovação, tais como a dependência de padrões técnicos e produtivos adotados pelas corporações multinacionais. Porém, servia para que o Brasil se tornasse rapidamente um dos maiores produtores de automóveis do mundo.

Esta questão parecia não importar muito ao presidente brasileiro, afinal, com essa forma de substituição de importações, que não se restringia apenas a indústria automobilística, o governo estava cumprindo os “mais altos interesses nacionais”. A “libertação da tirania de importações de automóveis” e de outros produtos importados, tinha esse sentido nos discursos desenvolvimentista de Kubitschek e Frondizi. Além do mais essa substituição de importações, principalmente, na indústria automobilística, alimentava também uma outra ideia, comum a muitos desenvolvimentistas, de que “una vez creadas las industrias básicas, podrían promoverse las exportaciones de sus productos” (SIKKINK, 2009: 38), ou seja, permitia a passagem da substituição de importações para a substituição de exportações. Permitia a substituição de um modelo agroexportador por um modelo exportador de manufaturas (MACHADO DA SILVA, 2014).

Apesar da ênfase da industrialização como caminho para a superação do subdesenvolvimento em seu uso como objeto discursivo, Kubitschek e Frondizi não há utilizavam em contraposição à agricultura como um todo. Utilizavam sim, como contraposição ao discurso liberal de defesa da vocação agroexportadora de Brasil e Argentina.

Defendiam, porém, a necessidade um novo modelo agrícola, uma vez que o antigo modelo não correspondia aos interesses do desenvolvimento nacional.

Em sua Mensagem lida na Assembleia Legislativa em sua posse, em 1º de maio de 1958, Frondizi (2012a: 33) expôs essa necessidade:

La promoción de una pujante industria será hecha dentro del cuadro de integración económica que constituye la clave de nuestro desarrollo nacional. Dentro de ese cuadro, el agro amplía y profundiza su función económica y cobra nueva significación como factor de progreso técnico y social.

[...]

Ese desarrollo significará también progreso para el agro. Permitirá tecnificar y mecanizar las tareas rurales, diversificar la promoción e incorporar a la vida del hombre de campo todas las ventajas de la civilización.

[...]

Junto a estas conquistas técnicas, deberá resolverse el más agudo problema que aqueja actualmente a trabajadores y productores rurales: el acceso a la tierra por cuantos quieran hacerla producir, y la estabilidad del hombre de campo y su familia en la tierra que trabaja. [...].

Com este discurso o presidente argentino iniciava a afirmação da tese central de sua proposta para o setor agrícola, qual seja, a sua inserção dentro da proposta de diversificação da produção a partir do impulso industrializador. Para isso era necessário que a agricultura se modernizasse em sua integração com a indústria.

Esta necessidade foi exposta de forma mais precisa em 01º de maio de 1960, ou seja, dois anos após o início do governo, mais uma vez em Mensagem lida na Assembleia Legislativa. Ao comemorar a melhora dos preços de venda da pecuária argentina e o aumento da superfície agrícola cultivada, Frondizi (2012b: 64) chamava atenção para o fato de que “igual que el los demás sectores de la producción, de nada valdría esta mejoría si no se transforman las bases económicas de la explotación agropecuária”. Uma transformação que dependia de dois fatores: “mecanización y aplicación de nuevas técnicas”. Por isso,

En cuanto a la economía agropecuaria en general, se está perfeccionando la organización de la lucha contra la erosión y las plagas, y se fomentará cada vez más la modernización y la mecanización de las explotaciones con métodos comerciales de empresas modernas. Solo el progreso científico-técnico del agro es capaz de aumentar la producción, liberar mano de obra para la industria y proveer altos niveles de vida a la población agraria.

Además, la conversión de la industria agropecuaria a formas científicas de explotación permitirá aumentar la producción y rebajar los costos, única manera de competir con éxito en el mercado mundial sin reducir los ingresos de los productores y peones del campo.

Para Frondizi, portanto, as novas técnicas e a mecanização dariam nova forma a agricultura, fazendo com que, assim como nos países desenvolvidos, as fazendas arcaicas se transformassem em empresas agrícolas capazes de competir com êxito no mercado internacional. Esse era o papel destes fatores de transformação no setor agrário argentino.

Tais fatores também foram destacados por Kubitschek (1958a: 343) no encerramento do Congresso das Assembleias Legislativas do Brasil, em 18 de novembro de 1956. Na ocasião, o presidente brasileiro declarou que a “objetividade, ajudada por uma técnica de primeira ordem, reduzirá as diferenças e as desigualdades, estabelecendo um novo alento, melhorando o nível de vida em toda parte”, pois não há “terra pobre que resista aos modernos processos de tratamento, não há região do Brasil que não sirva para uma ou outra espécie de cultura; não há muro de miséria ou pobreza que se oponha a tratores, irrigação e adubos”.

Assim, a mecanização e a aplicação de novas técnicas agrícolas eram colocadas como algo desligado das estruturas socioeconômicas e as relações de poder do campo, sendo alçadas a “fatores objetivos” de modernização.⁶⁴ Um discurso que se justificava na dicotomia atraso ou desenvolvimento e, dessa forma, impunha a tarefa de acompanhar os rumos da modernização dos outros setores da economia como o dilema central para a questão agrícola. Na “agricultura, como na indústria, o Brasil” teria “que dar saltos para alcançar o seu futuro, modernizando desde já os seus métodos de produção”. Por isso, a mecanização representava “uma necessidade imperiosa e inadiável”, uma vez que o país deveria “passar do labor exclusivamente humano da enxada para a tratorização, praticamente sem passar pelo estágio normal da tração animal.”⁶⁵ (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1960: 90).

Essa ideia de que a modernização do setor agrícola faria com que o meio rural acompanhasse os impulsos do progresso via industrialização, exposta continuamente nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas, deixava de lado fatores como a concentração fundiária e exploração do trabalho rural, representando os limites do próprio projeto de

⁶⁴ Um discurso próximo ao que será utilizado nos anos 1970 pelos defensores da chamada “Revolução Verde”.

⁶⁵ Trecho do discurso proferido por Kubitschek em 07 de março de 1959, como paraninfo da turma de Agrônomos da Escola Eliseu Maciel, integrada no Instituto Agrônomo do Sul de Pelotas-RS.

governo que vinha sendo implementado. No campo este limite tinha uma marca bastante conservadora: a negação da reforma agrária. O que levava Kubitschek e Frondizi a se diferenciarem das posições mais a esquerda do desenvolvimentismo.

As esquerdas identificavam a oligarquia latifundiária como o grande “vilão nacional”, como o “grande bastião defensor da economia agrário-exportadora”, e o latifúndio como o inibidor da formação do mercado interno (MOREIRA, 2003: 168). Por isso, a ruptura com a condição de país subdesenvolvido passava necessariamente por reformas profundas na estrutura agrária, dominada pelo latifúndio. Diferente dessa posição, os presidentes desenvolvimentistas e alguns intelectuais que tinham visão crítica em relação ao papel conservador das oligarquias rurais, como Rogélio Frigeiro, defendiam que a reforma agrária não era fundamental para a superação do subdesenvolvimento.

Uma posição que foi explicada por Frigério (1979: 21-22) na obra “Síntesis de la Historia de la economía argentina”, publicada quase duas décadas depois da queda do governo Frondizi:

[...] La izquierda y algunos economistas formados en la CEPAL han coincidido en un diagnóstico erróneo para proponer la reforma agraria y para convertirse en la ala izquierdista y populista del conjunto de la dirigencia argentina que defiende la vieja estructura agroimportadora, aun cuando unos y otros la remocen con el parche de promover las agroindustrias o las “exportaciones no tradicionales”). Y ese error de diagnóstico ha partido de un grueso error historiográfico: han dicho que España trasladó a América el feudalismo u de allí han sacado falsas conclusiones sobre nuestro proceso económico. No es exacto que en toda América haya arraigado el feudalismo y, por cierto, no arraigo en ningún momento en la explotación agropecuaria de la pampa húmeda argentina. Ya las vaquerías eran explotación capitalistas, había en ellas medios de producción de propiedad capitalista, y había trabajo asalariado libre. Es un error confundir esa forma productiva con la encomienda u otras formas de feudalismo “indiano” que se desarrollaron en otros lugares de América y del territorio argentino. Y a partir de ese error no se propuso profundizar el desarrollo capitalista de nuestro agro, incentivando la rentabilidad y la inversión; se propuso la reforma agraria para purgar un feudalismo que existía sólo en la cabeza de algunos intelectuales; de intelectuales con mucho o pocos libros, según los casos, pero sin método científico.

Realmente no período da “hegemonia stalinista”, entre 1930 e a Revolução Cubana, predominava na “interpretação oficial” dos partidos comunistas um pensamento esquemático que considerava as estruturas rurais latino-americanas como sendo feudais, quando muito semifeudais. Uma interpretação que prevalecia em intelectuais marxistas de reconhecido

destaque como Nelson Werneck Sodré, no Brasil, Rodney Arismendi, no Uruguai, e Rodolfo Ghioldi, na Argentina. Porém, na segunda metade da década de 1950, prevaleciam muitos questionamentos a essa interpretação dentro do próprio marxismo, como os de Caio Prado Júnior, no Brasil, Sérgio Bagú e Milcíades Peña, na Argentina, e Marcelo Segall, no Chile (LOWY, 1999). Ao mesmo tempo, essa não era uma elaboração predominante entre os intelectuais desenvolvimentistas mais progressistas defensores da reforma agrária como Celso Furtado e Ignacio Rangel, no Brasil, e Aldo Ferrer, na Argentina.

Desta forma, apesar da justificativa de Frigerio, a não defesa da reforma agrária por conta de que tal proposta se baseava em um erro de interpretações “sem método científico” pode ser considerada uma posição simplista diante da concentração fundiária e do predomínio do latifúndio nas estruturas agrárias de Brasil e Argentina. Uma explicação mais empírica pode ser buscada na própria estruturação do bloco no poder nos governos Kubitschek e Frondizi.

No caso brasileiro, a natureza do próprio partido do presidente explica essa questão, uma vez que o PSD tinha entre seus quadros muitas figuras ligadas ao latifúndio e disputava com a UDN os “currais eleitorais” situados no meio rural (HIPÓLITO, 2012). No caso argentino, conforme Sikkink (2009), o desenvolvimentismo não era hegemônico e muitos empresários e militares eram ligados às estruturas agroexportadoras, fundamentalmente, ao latifúndio. Portanto, não propor ou defender uma reforma que alterasse profundamente as estruturas de poder era uma posição que vinha ao encontro da luta pela manutenção dos governos desenvolvimentistas em um quadro de forte instabilidade política.

Essa posição, porém, abria um vazio político diante do quadro de permanente miséria e pobreza em muitas regiões de predomínio rural. Um vazio que no governo Kubitschek, sobretudo no seu final, foi disputado pelas Ligas Camponesas e a sua proposta de “reforma agrária na lei ou na marra”⁶⁶. No período do governo Frondizi, a proposta de reforma agrária esteve presente no grupo guerrilheiro rural Movimiento Peronista de Libertación Nacional – Ejército de Liberación Nacional (MPL-ELN), também conhecido como Uturuncos (termo que

⁶⁶ As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, “se originaram das lutas dos foreiros do Engenho Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. Foi no Engenho da Galiléia que a primeira delas foi criada, em 1955, expandindo-se rapidamente por vários municípios e chegando a estabelecer núcleos em outros estados. Sua atuação mais intensa, porém, se deu no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba, onde se localizava a maior das Ligas, a de Sapé, à frente da qual esteve João Pedro Teixeira.” (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007: 218).

em quechua significa homens-tigres), que, em 24 de dezembro de 1959, realizou a tomada do comissariado do povo em Frías, na Província de Tucumán.⁶⁷

Como alternativa a reforma agrária, Frondizi e Kubitschek defendiam que o problema agrário não podia ser separado “de todo el contexto del problema del desarrollismo” (NOSIGLIA, 1983: 42) que consistia na melhoria da produtividade em todos os setores da economia. Uma proposta que o presidente argentino irá defender inclusive após a queda de seu governo, na entrevista que concedeu a Felix Luna, quando afirmou que “la reforma que debe emprenderse en el agro no debe referirse al sistema de propiedades sino mas bien a la manera como se explota el campo, pues el problema fundamental es la productividad” (LUNA, 1963: 200). Essa proposta que não se limitava apenas a questão agrária, uma vez que se contrapunha a qualquer ideia de distribuição de renda.

Sikkink (2009: 45) chama atenção para o caráter não redistributivo do desenvolvimentismo de Kubitschek e Frondizi:

El modelo no era redistributivo. Sus partidarios argumentaban que en una economía subdesarrollada el problema primario era la producción y el crecimiento, más que la redistribución del ingreso. Para ellos, en tales economías distribuir el ingreso era disminuir la pobreza. En su lugar, ponían gran énfasis en la acumulación de capital y la industrialización vertical, que decían, a la larga agrandarían la torta para toda la población. [...].

Esta ideia esteve presente no discurso pronunciado por rádio e televisão, em 09 de outubro de 1961, onde o presidente argentino afirmou que “el mal no radica en la existencia de algunos grupos con grandes recursos, sino en el hecho de que no hubiera riqueza para todos”. Portanto, a solução não consistia “en repartir riquezas de unos pocos que no alcanzarían a solucionar los males de muchos”.

A única solução era:

⁶⁷ Em entrevista ao jornal peronista *Mayoria*, em janeiro de 1960, um comandante Uturunco indicou entre os objetivos do movimento: “La coexistencia armoniosa y próspera de una industria y comercio floreciente, una clase media y profesional progresista y una masa trabajadora dignificada y participe de la riqueza de la Nación. Para que ello pueda ser realidad se llevará a cabo como base principal una amplia y profunda reforma agraria, eliminando definitivamente en el país la gravitación de la funesta oligarquía terrateniente.” (BASCHETTI, 2012: 172-173).

[...] crear las condiciones técnicas y económicas necesarias para que cada uno de los hombres latinoamericanos tenga posibilidad, con su propio trabajo, de elevar su nivel de vida cultural y material. De este modo, y solamente de este modo, crearemos la auténtica riqueza que necesitan los 200 millones de latinoamericanos mediante el esfuerzo común que deberá beneficiar toda la comunidad.⁶⁸
 Hoy esta riqueza no existe y por eso no podemos repartirla. [...]. (FRONDIZI, 2012c: 119).

Resumindo, a distribuição da riqueza não poderia se realizar, uma vez que não havia riqueza suficiente para distribuir. Primeiro era necessário criar a riqueza com o aumento da produtividade. Este aumento seria benéfico para o conjunto da população, pois, geraria em um futuro indeterminado a própria distribuição da riqueza gerada.

Kubitschek (1958a: 58), em discurso no Palácio do Comércio em Porto Alegre, no dia 06 de abril de 1956, partia dessa mesma questão ao afirmar a constatação de que “os índices de produtividade no Brasil são incrivelmente baixos, em todos os setores, inclusive o café, espinha dorsal de nossa economia”. Porém, avançando na ideia, afirmou também que não bastava produzir mais, que era “preciso melhorar a produtividade, aumentando o rendimento dos fatores de produção”.

Tal aumento somente seria conseguido

empregando na indústria, nas culturas, na pecuária, em todas as atividades, em suma, a racionalização do trabalho e os processos técnicos que a ciência e a experiência moderna puseram a disposição do mundo para que houvesse mais pão, mais conforto, mas amparo à criatura humana. (Idem: 59).

A partir deste diagnóstico é que o presidente brasileiro anunciou, pela rede de radiodifusão da “Voz do Brasil”, em 19 de julho de 1956, que naquele momento o governo enfrentava “a batalha pela produção e que um grande esforço será despendido para melhorar também as condições de produtividade em todos os setores, o agrícola, o industrial e o dos serviços públicos”. (Idem: 195). Dessa forma, a questão da produtividade também era associada a diversificação da produção que, conforme o discurso dos presidentes

⁶⁸ Frondizi se referia aqui a sua ida ao Estados Unidos para participar da XVI Assembleia Geral da ONU, onde se reuniu com o presidente norte-americano John Kennedy para discutir os problemas latino-americanos, por isso a referência a região.

desenvolvimentistas, somente seria possível com a industrialização, que era também a condição fundamental para a melhoria das condições de vida da população.

Porém, apesar do uso discursivo da industrialização como condição para a soberania e a independência nacional, como potencializadoras da diversificação da economia e do aumento da produção, ou seja, como condição fundamental para a melhoria das condições de vida da população, a realidade de Brasil e Argentina não correspondeu totalmente a esse discurso. Obviamente, houve um aumento da produtividade, sobretudo, nos setores de indústria de base, e uma maior diversificação da economia, mas tais mudanças não resultaram necessariamente na melhoria das condições de vida da população dos dois países.

Na Argentina, em 1961, o salário médio real era 15% inferior ao de 1958, quando Frondizi tomou posse, e 45% menor que o de 1950, no auge do governo peronista. Já no Brasil, o salário real se manteve praticamente estável entre 1956 e 1960, porém, “o ‘imposto inflacionário’ corroía rapidamente qualquer aumento salarial”, por isso, “o grande crescimento econômico do período não foi acompanhado por uma redistribuição de renda” (FAUSTO; DEVOTO, 2004: 358-361). No que tange a concentração de renda, no campo brasileiro “o processo de modernização conservadora da agricultura” favoreceu “o aprofundamento da concentração da propriedade de terra em grandes estabelecimentos agrícolas” (BRUM, 2010: 252), reforçando o domínio das oligarquias rurais e gerando um maior empobrecimento dos trabalhadores rurais o que, somado a outros fatores como a seca no Nordeste, favoreceu o êxodo rural. Na Argentina, em 1961, 5% das famílias recebiam 29,4% da renda familiar e 1% recebia 14,5%, ou seja, recebiam quase 15 vezes a média nacional e 50 vezes a média dos 10% das famílias mais pobres (FERRER, 2006: 217). Esses dados representavam a continuidade do processo de concentração de rendas que se aprofundava desde a Revolução Libertadora e o aumento da pobreza representado no crescimento das “villas miserias” da cidade de Buenos Aires que, entre 1956 e 1963, passaram de 19.507 para 42.462 habitantes (RAPOPORT, 2007: 460).

Desta forma, em que pese a dupla função do discurso político de promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao projeto político, nem sempre os seus objetos discursivos correspondem a realidade que se está produzindo. Tal fato também pode ser visto quando se analisa o sentido atribuído a industrialização como condição para a soberania e a independência nacional, o que

está relacionado a um segundo objeto discursivo utilizado pelos presidentes desenvolvimentistas: o capital estrangeiro.

2.2. Capital Estrangeiro

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pelas características assumidas pelo capitalismo após o grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra proporcionou na economia dos Estados Unidos. Um novo cenário marcado pela intensificação do processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais promovia transformações substanciais nos países latino-americanos. Transformações que “reorientaram o sentido da industrialização nos países nos quais esta já havia começado, e iniciavam e orientavam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo.” Papel fundamental nesse processo foi desempenhado pela “aplicação dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, particularmente, as estadunidenses, no setor manufatureiro” (BAMBIRRA, 2009: 33).

Ao mesmo tempo, na década de 1950, os países europeus e, em menor medida o Japão, recuperavam o potencial de suas economias devastadas pela guerra. Muitas multinacionais destes países passaram a competir com as empresas norte-americanas em setores significativos como o automobilístico e o siderúrgico. Nesse contexto, sobretudo na primeira metade da década, havia uma crescente disponibilidade de financiamentos públicos e privados, multilaterais ou bilaterais, que permitiam a expansão dos capitais estrangeiros para as regiões periféricas, entre essas a América Latina. Um fator que vinha ao encontro das propostas desenvolvimentistas dos governos Frondizi e Kubitschek.

Em meio a este processo, o capital estrangeiro passou se constituir em um importante objeto discursivo, principalmente, como delimitador dos grupos políticos. Os debates em torno da sua necessidade ou não, da função que desempenhava nas sociedades latino-americanas, de seu papel como instrumento do desenvolvimento nacional ou de manutenção e aprofundamento da dependência, polarizavam intelectuais, partidos e frentes políticas, empresários e sindicalistas, na quase totalidade dos países da América Latina. Termos como entreguistas, vendepatrias, xenófobos, entre outros, faziam parte do vocabulário político que

reproduzia tal polarização. No Brasil esta disputa assumia a forma nos grupos: nacionalistas e cosmopolitas. Uma divisão que representava não somente a oposição entre liberais e desenvolvimentistas, mas também, uma outra divisão dentro do próprio campo desenvolvimentista.

Apesar de haver concordâncias com relação ao núcleo básico desenvolvimentismo, qual seja, a industrialização promovida pela ação estatal, os diferentes desenvolvimentistas discordavam quanto a participação do capital estrangeiro e o grau de participação do Estado na economia. Foi a partir dessas discordâncias que Bielschowsky (1998) propôs a divisão dos grupos desenvolvimentistas brasileiros entre desenvolvimentistas do setor privado e desenvolvimentistas do setor público, e dentro deste último grupo a subdivisão “nacionalistas” e “não-nacionalistas”. Mesclando esta divisão proposta pelo autor com a tipologia da polarização nacionalistas e cosmopolitas, pode-se afirmar que o primeiro grupo era composto pelos “nacionalistas” do setor público. Tal grupo defendia uma maior intervenção do Estado e uma menor participação do capital estrangeiro na economia. Entre os cosmopolitas, por sua vez, estavam os desenvolvimentistas do setor privado, os “não-nacionalistas” do setor público e, especificamente, nos debates sobre o capital estrangeiro, os neoliberais. Esse grupo confiava mais na iniciativa privada e defendia uma maior participação do capital estrangeiro na economia.

Apesar de tal tipologia ter adquirido força usual no Brasil, essa pode muito bem ser generalizada para outros países da América Latina. Na Argentina, mesmo com o desenvolvimentismo não se constituindo como pensamento hegemônico⁶⁹, a questão relacionada aos capitais estrangeiros gerava divergência entre os desenvolvimentistas cepalinos e os desenvolvimentistas frondicistas e frigeristas. O primeiro grupo se concentrava no Governo da Província de Buenos Aires, sobretudo, na Junta de Planificación Económica, cujos principais expoentes eram o governador Oscar Allende e o ministro da economia provincial Aldo Ferrer. Defendiam a necessidade de o Estado fazer esforços no sentido de utilizar recursos públicos nas atividades consideradas fundamentais para o desenvolvimento como petróleo, carvão e aço. Outros grupos também se somavam a essa posição como os ex-forgjistas⁷⁰ Arturo Jauretche⁷¹ e Raúl Scalabrini⁷² (BOSSIO, 2014) e a corrente do radicalismo

⁶⁹ Carlos Altamirano (1998) afirma que tanto no exército, como no meio empresarial, como na imprensa, havia um predomínio das ideias liberais.

⁷⁰ A Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina – FORJA, foi um movimento composto por personagens importantes da intelectualidade e da política argentina, como Arturo Jauretche, Homero Manzi, Luis Dellepiane, Gabriel del Mazo, Raúl Scalabrini Ortiz, Manuel Ortiz Pereyra entre outros, fundado em 1939, a

de Córdoba, liderada por Amadeo Sabattini⁷³. Porém, diferentemente dos desenvolvimentistas cepalinos e dos ex-forjistas, que apoiaram a eleição de Frondizi, os sabattinistas desde 1956 se somaram ao grupo radical de oposição aderindo inclusive, quando da divisão partidária, à Unión Cívica Radical del Pueblo de Ricardo Balbín⁷⁴ (UZAL, 1989). Entre os sabattinistas estava o futuro presidente argentino Arturo Illia⁷⁵ que em seu mandato (1963-1966) revogou as concessões de exploração do petróleo por empresas internacionais feitas no governo Frondizi.

No peronismo as posições sobre o capital estrangeiro refletiam uma certa ambiguidade. O segundo governo Perón, como proposta de enfrentamento da crise econômica, tomou um conjunto de iniciativas favoráveis ao capital estrangeiro, tais como: um acordo com a California Petroleum Company para exploração do petróleo; busca de créditos junto ao Eximbank; elevação do limite de remessas de lucros para o exterior; e acordos com as multinacionais Mercedes Bens e Kaiser Motors para o estabelecimento de uma indústria automobilística na Argentina (RAPOPORT, 2007). Apesar destas sinalizações de uma flexibilização no perfil nacionalista do movimento, em 1957, as 62 Organizaciones Gremiales Peronistas em seu Programa de La Falda⁷⁶ propuseram uma série de medidas nacionalizantes como: o controle estatal do comércio exterior sobre a base de um monopólio estatal; a liquidação dos monopólios estrangeiros de importação e exportação; a denúncia de todos os

partir de uma ruptura com o radicalismo. O grupo propunha um nacionalismo democrático de esquerda em oposição tanto ao liberalismo, quanto aos grupos nacionalistas conservadores. Ver: SCENNA, 1983.

⁷¹ Arturo Jauretche foi escritor e político argentino, primeiramente ligado ao radicalismo, com quem rompe em 1939 e adere a FORJA. Em 1945, junto com os demais forjistas irá aderir ao peronismo atuando inclusive como presidente do Banco da Província de Buenos Aires entre 1946 e 1951, se distanciando do governo peronista quando da saída do então presidente do Consejo Económico Nacional, Miguel Miranda. Porém, não aderiu a oposição ao governo de Perón e foi contrário ao movimento e ao governo da Revolução Libertadora. Ver: SCENNA, 1983.

⁷² Raúl Scalabrini Ortiz foi escritor e historiador argentino, tendo se destacado na corrente revisionista da historiografia argentina. Foi fundador da FORJA, apoiador do peronismo, porém, diferente de outros forjistas nunca ocupou cargo no governo. Se destacou como forte opositor da Revolução Libertadora, sobretudo, durante o governo Aramburu. Ver: SCENNA, 1983.

⁷³ Amadeo Sabattini foi médico e político, principal líder da União Cívica Radical na província de Córdoba, onde foi governador entre 1937-1940. Ver: UZAL, 1989.

⁷⁴ Ricardo Balbín foi advogado, deputado provincial em Buenos Aires e deputado nacional, quando participou junto com Frondizi do “Bloco dos 44”, principal grupo de oposição ao governo peronista. Também juntamente com Frondizi participou da fundação do Movimiento de Intransigencia y Renovación – MIR, que propunha novas bases políticas e programáticas ao radicalismo. Foi candidato a presidência pela UCR, tendo Frondizi como companheiro de chapa, em 1951, sendo derrotado por Perón. Participou ativamente e apoiou incondicionalmente os governos da Revolução Libertadora, o que levou a um distanciamento em relação ao grupo frondicista e a posterior ruptura da UCR. Ver: UZAL, 1989.

⁷⁵ Arturo Illía foi médico e político originado da UCR de Córdoba. Foi presidente da Argentina entre 1963 e 1966, quando foi deposto pelo golpe que iniciou o governo ditatorial do general Juan Onganía. Ver: Romero, 2006.

⁷⁶ O Programa de La Falda foi definido no Plenario Nacional de Delegaciones Regionales de la CGT y de las 62 Organizaciones realizado em 1957, em La Falda, Córdoba.

pactos lesivos à independência nacional; uma política energética nacional, com a nacionalização das fontes naturais de energia e sua exploração em função das necessidades de desenvolvimento do país; e a nacionalização dos frigoríficos estrangeiros (BASCHETTI, 2012: 123-124).

Esta contradição entre as ações do segundo governo Perón e o Programa de La Falda proposto pelo sindicalismo refletia a indefinição programática inerente ao próprio peronismo. Uma indefinição que se acentuava diante da ausência da figura do líder em territórios argentinos e as disputas pelos rumos do movimento entre os grupos neoperonistas e os peronistas “duros”.

Uma ambiguidade que esteve presente nas condições impostas pelo peronismo que se tornaram compromisso no documento do Pacto Perón-Fronzizi que garantiu o apoio do movimento a candidatura de um dos líderes da oposição ao governo peronista deposto em 1955. Entre as medidas que seriam adotadas pelo futuro presidente argentino estava a “Revisión de todas las medidas de carácter económico adoptadas desde el 16 de septiembre de 1955, lesivas a la soberanía nacional, y aquellas que determinaron un empeoramiento de las condiciones de vida del pueblo”. Sem definir uma posição sobre o capital estrangeiro o documento propunha ainda como de “fundamental urgência”: o restabelecimento da reforma bancária de 1946, a estruturação de uma política econômica de pleno emprego e o amplo estímulo à produção nacional, a elevação do nível de vida das classes populares e a garantia dos regimes de previdência social (COOKE, 2007: 656-657). Dessa forma, o peronismo se somava como o garantidor dos votos que possibilitaram a eleição de Frondizi sem propriamente definir uma posição unificada em relação ao papel do capital estrangeiro na economia nacional.

No Brasil, onde o sistema partidário era muito mais sólido do que o argentino, o Partido Trabalhista Brasileiro, mesmo com certa ambiguidade, demonstrou uma posição mais definida em relação ao capital estrangeiro em sua proposta de programa mínimo como condição para a aliança eleitoral com o Partido Social-Democrático de Kubitschek. Entre os pontos elaborados pela comissão formada pelos chamados petebistas “doutrinários”, entre esses Fernando Ferrari⁷⁷ e Alberto Pasqualini⁷⁸, estava a “Defesa da liberdade, garantia ao

⁷⁷ Fernando Ferrari foi economista, deputado estadual no RS, entre 1947 e 1951, deputado federal, entre 1950 e 1963, quando acabou falecendo após um acidente aéreo. Em 1960, rompeu com o PTB por divergências com João Goulart e Leonel Brizola e passou a fazer parte do Movimento Trabalhista Renovador – MTR. Foi candidato a vice-presidente em 1960 e a governador do RS em 1962. Em 1955, foi um dos grandes responsáveis

trabalho e combate aos *trusts*”. Nesse ponto constavam a “defesa constante dos direitos dos trabalhadores e da economia nacional, particularmente no tocante a manutenção do monopólio do petróleo, à criação da Eletrobrás e ao combate aos trusts” (D’ ARAUJO, 1996: 107).

Em resposta ao programa mínimo do PTB, o então candidato ressaltou as consequências nacionalistas do seu programa de desenvolvimento, afirmando que, mais cedo ou mais tarde, “o investimento estrangeiro traria a independência econômica do Brasil através da construção de uma indústria nacional”. Ao mesmo tempo, confessou-se “ardente defensor da Petrobrás (embora as despesas de combustível do avião que ele utilizou na campanha tenham sido pagas por uma firma estrangeira de petróleo)”. Ao estabelecer esse limite ao capital estrangeiro, Kubitschek conseguiu, apesar de ser uma candidatura apoiada essencialmente por latifundiários, empresários e industriais do PSD, o apoio de um partido de fortes bases sindicais e, principalmente, a inclusão do herdeiro político do getulismo, João Goulart como candidato a vice-presidente na sua chapa (RIEDINGER, 1988: 160-161).

Obviamente, a questão programática não foi o único motivo para a aliança PSD-PTB na candidatura e no governo Kubitschek, pelo acordo eleitoral ficou também estabelecido que os trabalhistas ocupariam o Ministério do Trabalho e os órgãos ligados a previdência social. No primeiro ano e nos últimos do governo, o PTB ainda ocupariam o Ministério da Agricultura, primeiramente com Ernesto Dorneles e depois com Barros de Carvalho (BENEVIDES, 1976). Apesar deste outro e significativo fator, a defesa do papel do capital estrangeiro feita pelo futuro presidente junto aos trabalhistas indicava um dos principais argumentos de seus discursos presidenciais: o do capital estrangeiro como um auxiliar na tarefa de acelerar o desenvolvimento nacional.

Em seu balanço de seis meses de governo, realizado em 31 de julho de 1956, o presidente brasileiro, falando através da “Voz do Brasil”, afirmou que “quase todos” reconheciam “a necessidade em que nos achamos de receber capitais de fora, em que o

por aprovar na convenção do PTB uma resolução onde qualquer aliança eleitoral deveria ocorrer a partir de bases programáticas comuns. Ver: Lemos (2001).

⁷⁸ Alberto Pasqualini foi advogado e professor, considerado um dos principais ideólogos do trabalhismo. Iniciou a carreira política como vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador, entre 1934 e 1937, tendo seu mandato interrompido com o Golpe do Estado Novo. Filou-se ao PTB em 1946, sendo candidato do partido ao governo do RS em 1947, quando foi derrotado por Walter Jobim do PSD. Em 1950, elegeu-se senador pelo mesmo Estado e tem destaca participação no projeto de criação da Petrobrás. Na busca da reeleição em 1954 é derrotado por Ildo Meneghetti do PTB. Esteve cotado para ser o candidato a vice-presidente em 1955. Em 1956, sofreu um derrame cerebral que o afastou da política e o levou a morte em 3 de junho de 1960. Ver: Grijó (2007).

dinheiro existente em outros países e que procura aplicação rentável venha ajudar o nosso desenvolvimento”. Era uma questão de “bom senso” e ninguém que o tenha poderia admitir que o Brasil deixasse de “disputar o auxílio de fora, não só no que toca aos investimentos financeiros, como também aos investimentos de técnicas”. Essa seria a “consciência” com que o governo agia, sem se refugiar “em doutrinas que importam no nosso isolamento, na restrição de nossa atividade, de nosso progresso, de nossa expansão harmonioso”. Dessa forma, o pensamento do governo seria o de “encorajar quem estiver disposto a colaborar com o Brasil, aqui investindo capitais em empreendimentos agrícolas e industriais”, para isso se pretendia “inaugurar uma política de segurança para o auxílio estrangeiro no campo da iniciativa privada” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1958a: 209-210).

Em que pese a importância dada neste discurso a necessidade de uma “política de segurança para o para o auxílio estrangeiro no campo da iniciativa privada” e o conjunto de medidas nesse sentido adotadas ao longo do governo Kubitschek, a principal medida que permitiu a penetração do capital estrangeiro no país é anterior ao governo. Em janeiro de 1955, ainda no governo Café Filho, o então ministro da Fazenda Eugênio Gudin implementou uma mudança cambial que modificou o quadro da economia brasileira, reduzindo consideravelmente o protecionismo que desde 1948 favorecia a indústria local, e se tornou extremamente útil para a execução do Plano de Metas. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC, autorizou a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, a Cacex, a emitir licenças para a importação de equipamentos para a indústria considerando-os como capitais investidos nas empresas, o que permitia seus ingressos no país sem a necessidade de cobertura cambial, ou seja, sem pagamentos de divisas e sem onerar a balança de pagamentos. Essa medida permitia ao investidor estrangeiro trazer o equipamento tanto para estabelecer uma nova empresa, como para ampliar uma empresa já existente. Tal medida representava um subsídio ao capital estrangeiro uma vez que, conforme Leopoldi (1991: 80), a “conversão do capital representado pelos equipamentos importados era feita pela taxa de cambio livre, o que equivalia a uma quantidade maior em cruzeiros”.

Assim, a Instrução 113 da SUMOC era um incentivo cambial para que empresas estrangeiras se instalassem no Brasil. Foi largamente utilizado pelo governo Kubitschek, sobretudo, na instalação de grandes complexos industriais. Vinha ao encontro ao objetivo do Plano de Metas, que “visava o aumento contínuo da capacidade de investimento no país, mediante a conjugação de esforços do capital privado (nacional e estrangeiro) com a assistência do setor público” (MOURA, 1991: 30). Mas acima de tudo representou um passo

decisivo na internacionalização da economia nacional e na caracterização do desenvolvimentismo de Kubistchek como um modelo de capitalismo associado.

O uso de tal medida proposta por um governo liberal, elaborada por um personagem identificado como “entreguista”, despertava fortes críticas, tanto por parte de setores da burguesia industrial paulista e do seu órgão de representação, a FIESP, como por parte dos setores nacionalistas que apoiaram a candidatura do presidente brasileiro. Por isso, a dupla função do discurso político do presidente brasileiro, de promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao projeto político, tinha um direcionamento evidente: relativizar as críticas dos setores nacionalistas, positivando o papel desempenhado pelo capital estrangeiro na economia nacional.

Neste sentido, na Associação Comercial de Santos, em 25 de janeiro de 1957, Kubistchek (1958b: 32-33) defendeu ser forçoso que:

[...] nos capacitemos de que os melhores investimentos estrangeiros são os que visam ao lucro e que estes são sempre interessantes e os únicos e verdadeiramente desejáveis para uma nação como o Brasil, uma grande nação como o Brasil. Necessitamos de capitais geradores, de capitais produtivos, de investimentos que venham a dinamizar o ativo de nosso país.

[...]. Os capitais que vierem ajudar-nos nessa conquista devem ser considerados amigos. Não há capital colonizador a não ser nas colônias. Num país como o Brasil o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de emprego de capitais. Não somos mais nação colonizável. [...].

Somos uma nação que atravessa sérias dificuldades, mas já somos um país importante, mesmo com nossos erros, e o nacionalismo que se preza, o nacionalismo a favor e não contra a nação precisa crer que ninguém é bastante forte para desviar o Brasil do seu caminho, que nenhuma influência maléfica será capaz de impedir o surto do nosso desenvolvimento.

Na busca de rebater um dos principais argumentos dos nacionalistas, sobretudo, das esquerdas, que denunciavam o caráter imperialistas e neocolonial do capital estrangeiro, o presidente brasileiro reivindicava a condição de complementariedade de interesses entre o desenvolvimento nacional e a busca de lucros dos investidores internacionais. Nesta complementariedade estaria a natureza que o capital estrangeiro assumia junto ao projeto de aceleração do desenvolvimento nacional.

A defesa do caráter positivo do capital estrangeiro também esteve presente no discurso presidencial de 01 de agosto de 1957, quando, novamente através da “Voz do Brasil”, se pode ouvir em tom de comemoração o fato de que estávamos “conseguindo atrair substanciais massas de capitais estrangeiros que, aliando-se à poupanças aborígenes” vinham “acelerando o crescimento de nosso parque industrial”, o que levava “a produção interna de artigos anteriormente importados” (Idem: 163). Nesse discurso, Kubitschek tocava em um dos objetivos fundamentais do projeto desenvolvimentista: a substituição de importações a partir da criação ou ampliação da indústria nacional.

Tal objetivo poderia ser atingido não somente a partir de empresas nacionais, mas também mediante a incorporação de subsidiárias de empresas multinacionais a produção local. Um exemplo utilizado por Kubitschek foi o da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Em discurso pronunciado em Monlevade-MG, quando da inauguração de melhoramentos em uma unidade da referida companhia em 18 de outubro de 1960, o presidente brasileiro afirmou que:

Quando se apregoa a necessidade do capital estrangeiro para acelerar os nossos planos de desenvolvimento – o capital que se radica no país e de modo positivo contribui para aumentar a nossa taxa de crescimento – é justo que se aponte, como exemplo de investimento sadio e reprodutivo, o que a Belgo-Mineira realizou no Brasil. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1961:365).

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira surgiu em 1921, quando da incorporação de capitais do grupo belgo-luxemburguês ARBED a então Companhia Siderúrgica Mineira, fundada em 1917. A usina de Monlevade-MG foi inaugurada em 1937 e se constituiu em uma das principais unidades de produção siderúrgica no Brasil⁷⁹. A utilização dessa empresa como exemplo demonstra que na visão desenvolvimentista de Kubitschek a indústria nacional era entendida não pela origem de seu capital, mas sim, pelo seu local de produção e a oposição capital nacional x capital estrangeiro era substituída pela oposição importação x produção de manufaturas no país.

Conforme o diagnóstico desenvolvimentista um dos principais problemas do subdesenvolvimento era a dependência da importação de produtos manufaturados e da

⁷⁹ Informações extraídas do site da empresa ArcelorMittal que hoje controla a antiga Companhia Belgo-Mineira: <http://longos.arcelormittal.com.br/empresa/arcelormittal-acos-longos/linha-tempo> . Acesso em 13/09/2018.

exportação de produtos primários e materiais primas. Um problema que vinha se agravando com a deterioração dos termos de troca e os constantes déficits na balança de pagamentos. A aceleração do desenvolvimento mediante a industrialização do país era a única forma de superar essa condição, porém, esbarrava na ausência de capitais nacionais. Tal ausência deveria ser suprida pela atração de capital estrangeiro.

Tal ideia esteve presente na Mensagem lida na Assembleia Legislativa por Frondizi (2012a: 31) em 01 de maio de 1958:

El mayor aporte a la capitalización del país, deberá provenir del esfuerzo y del ahorro nacional, pero la capacidad de ahorro local es todavía insuficiente para financiar el ritmo de progreso que el país necesita. En tales condiciones, el capital extranjero, aplicado a inversiones productivas, opera como factor de aceleración del proceso.

Neste que foi seu primeiro discurso como presidente, Frondizi reafirmava algumas ideias que já havia defendido anteriormente. Em “*Industria Argentina y Desarrollo Nacional*” defendera que o país deveria crescer para dentro e que isso não significava “lo mismo que aislarnos del mundo” (FRONDIZI, 1957: 60). Porém, a atração de capitais estrangeiros não era apenas uma questão “moral”, pois, dependia, e muito, das condições que eram oferecidas aos investidores. Tais condições, que no Brasil já se estavam se estabelecendo fortemente antes do governo Kubitschek com a Instrução 113 da SUMOC, não estavam garantidas na Argentina quando da posse de Frondizi.

Neste sentido, em fins de 1958, foram sancionadas as Leis de Permanência de Capitais Estrangeiros e de Promoção Industrial, medidas que garantiam aos investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros e para repatriar o capital. Se estabelecia também um regime especial para investimentos nas indústrias siderúrgicas, petroquímicas, de celulose, automotora, energética e petrolífera, apontadas como setores chaves e verdadeiros gargalos para o crescimento industrial. Esses teriam tratamento preferencial em questões de direitos aduaneiros, créditos, impostos, fornecimento de energia, compras do Estado, além de proteção tarifárias no mercado local (ROMERO, 2006: 133-134).

Na segunda Mensagem lida na Assembleia Legislativa, em 01 de maio de 1959, por ocasião do primeiro ano de seu governo, Frondizi (2012a: 291) refletiu essas e outras medidas

anteriores a essas que visaram atrair o capital estrangeiro. Naquele balanço preliminar do governo afirmou que:

La contribución del capital extranjero, facilitada por las medidas económicas internas que inspiraran seguridad y fe en nuestro país ha sido de relevante importancia. A los créditos otorgados por organismos internacionales e instituciones públicas y privadas, se agregan los destinados a la realización de ambiciosos programas de producción de petróleo, carbón y electricidad y las inversiones directas de capital privado extranjeros que incorporan a la economía nacional la tecnología de los países altamente industrializados.

Esta participación tiene gran significado, no solo por su valor como contribución a la superación de nuestras dificultades, sino también como prueba de confianza en la capacidad y en el futuro de nuestra economía.

No plano interno, o discurso da segurança, da confiança e da fé no futuro argentino era uma forma de valorizar as polêmicas medidas aprovadas. Já no plano internacional, tal discurso tinha como objetivo fundamental afirmar essas medidas como garantias aos investidores internacionais, conforme se pode ver no discurso pronunciado no Patronato Francês, em Paris no dia 23 de junho de 1960.

Na ocasião, Frondizi (2012b: 163) afirmou que as leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial foram feitas para “restablecer sin cortapisas la seguridad jurídica para los inversionistas” e que “la posibilidad de girar al exterior las ganancias obtenidas sin limitación alguna” era uma demonstração de que na Argentina “el capital extranjero es tratado sobre una base de absoluta igualdad con respecto al capital nacional”. Essa era uma evidente demonstração de busca da melhoria da imagem da Argentina junto aos investidores internacionais. Uma demonstração que indicava que os conflitos com o capital estrangeiro ocorridos, sobretudo, no primeiro governo peronista, não seriam retomados em um governo liderado por um intelectual que teve trajetória marcante no campo nacionalista.

Internamente, porém, tanto os discursos, como as leis de promoção industrial e de permanência dos capitais estrangeiros, eram questionados pelos donos de pequenas e médias empresas nacionais que, conforme Sikkink (2009: 117), “interpretaron que esta actitud del gobierno revelaba su sesgo a favor de los inversiones internacionales”. Quem também questionava tal discurso eram os grupos nacionalistas, os que haviam apoiado a candidatura

de Frondizi e aqueles que se opuseram a ela. Tais grupos passavam acusar o governo de entreguista, vendepatria, antinacional e aliado do imperialismo.

Em contraposição, Frondizi (2012c: 367) propunha que estas acusações provinham de “una mentalidad que no es la de los políticos modernos, que saben que no hay política posible al margen del interes nacional y de las aspiraciones del pueblo”. Uma mentalidade que correspondia “a una etapa concluida de la evolución del país”. Uma mentalidade que:

[...] habla de soberanía y de independencia sin reconocer que estos son conceptos teóricos mientras no se apoyan en la realidad nacional de una nación unificada alrededor de sus grandes ideales espirituales, y que en el campo material explota sus recursos naturales y crea la sólida estructura económica que defiende a la misma Nación de las presiones y del dominio exterior.

Para o presidente argentino, soberania e independência são apenas conceitos teóricos se não se apoiam “en la realidad de una nación que cree una retaguardia inexpugnable a los ejércitos que protegen sus fronteras”. Portanto, esta sería uma mentalidade que estava “superada por las fuerzas progresistas del capital nacional y por el vigor y la conciencia de la clase obrera”, pois, o povo argentino, “cristiano y profundamente nacionalista, sabe que su conciencia individual y su dignidad nacional son invulnerables en una nación libre el espectro de la desocupación y la miseria” (Idem: 367).

Conforme o discurso frondicista, a tarefa que se estava construindo colocava em lados opostos um olhar para o futuro a partir da realidade da nação, representado no projeto desenvolvimentista, e a prisão em uma “mentalidade atrasada”, presa em um discurso que carecia de apoio nessa mesma realidade. Nessa tarefa, caberia a todo argentino a obrigação moral de escolher “entre la desunión y el atraso del Pueblo, por un lado, y la unión fraternal, sin rencores y el progreso del pueblo por otro” (Idem: 367). Tais palavras foram pronunciadas em 01 de março de 1962, quando o governo enfrentava os seus últimos dilemas e as críticas opositoras se intensificavam, tanto por conta da postura adotada em termos de política externa, qual seja, a defesa da autodeterminação do povo cubano, quanto por conta da aposta na possibilidade de se derrotar o peronismo nas urnas. Naquele contexto, Frondizi resolveu se manifestar por rádio e televisão com o objetivo de “establecer diferencias entre dos tipos de planes de gobierno” (Idem: 359).

Anteriormente, na Mensagem de cinco meses de governo, pronunciada em 28 de setembro de 1958, Frondizi (2012a: 131) ao defender mais uma vez o ingresso de capitais estrangeiros no país, expôs que essa seria a única saída. Uma saída que não seria necessária se o país tivesse “actualmente las reservas de oro y divisas con que contaba años atrás”. Aqui, o presidente argentino, sem nominar, se amparou em uma das principais críticas que os desenvolvimentistas faziam ao governo peronistas, a utilização das reservas que o país havia adquirido durante a Segunda Guerra Mundial como forma de amenizar e não enfrentar diretamente os problemas estruturais gerados pelos constantes déficits na balança de pagamentos.

Desta forma, o governo não poderia ser acusado de entreguista, antinacional, vendepatria ou aliado do imperialismo, pois estava realizando a única política nacional realista, consequente e possível. Uma política que utilizava o capital estrangeiro conforme os fins nacionais e que não estava presa a um nacionalismo doutrinário que se prendia apenas aos meios. A partir dessa argumentação sobre os diferentes tipos de nacionalismo, Frondizi procurava pelo menos discursivamente não se afastar do ideal nacionalista. Como forma de se defender das acusações que sofria que propunha um outro tipo de nacionalismo, mais adequado a difícil tarefa de justificar as medidas que eram adotadas pelo governo.

Este debate sobre os tipos de nacionalismo também foi vivenciado por Kubitschek no Brasil. No contexto da segunda metade da década de 1950, os debates sobre a modernização desenvolvimentista e a superação do subdesenvolvimento atingiam amplos segmentos da sociedade brasileira. Tal clima propiciou a organização de uma forte corrente de defesa dos valores da nacionalidade e das riquezas nacionais. Grupos de estudos nacionalistas, compostos principalmente por sociólogos e intelectuais, como o ISEB, passaram a desenvolver forte interlocução entre intelectuais, trabalhadores sindicalistas, parlamentares, militares e estudantes. A própria União Nacional dos Estudantes – UNE, organizou inúmeros grupos de debates sobre a questão nacional. Assim, multiplicavam-se as formas de divulgar as propostas nacionalistas junto a população brasileira. O que fez com que rapidamente o nacionalismo se tornasse “elemento importante do clima efervescente e característico de um período da trajetória republicana brasileira na qual a proposição de transformação pela via nacional desenvolvimentista era carro-chefe da vida política nacional” (DELGADO, 2007: 362).

Ao mesmo tempo, conforme Vânia Moreira (2003: 170-171), a “plataforma industrialista e desenvolvimentista de JK teve ampla penetração nos segmentos nacionalistas progressistas” recebendo forte apoio. Um apoio que não se realizava ausente de críticas, sobretudo, por parte de um segmento que teve crescimento significativo ao longo do período, o que a autora chama de nacionalistas econômicos e que aqui será chamado de nacionalismo reformista.

Conforme Delgado (2007), o nacionalismo reformista se vinculava a uma organização mais autônoma da sociedade civil, se diferenciando do nacionalismo dirigido, originado na década de 1930, marcado por forte influência governamental e que procurava se respaldar em uma mobilização popular controlada pelo governo. Uma expressão nacionalista mais autônoma que encontrou respaldo em alguns partidos políticos, como o PTB e o PCB, e que cresceu a partir de mobilizações e manifestações por reformas sociais que enfatizavam “a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas”. Um nacionalismo que encontrou sua mais significativa representação na Frente Parlamentar Nacionalistas, fundada em 1956 (Idem: 365).

A Frente Parlamentar Nacionalista foi lançada oficialmente pelo deputado Abgvar Bastos do PTB-SP, em anúncio no plenário da Câmara dos Deputados. O documento apresentado na ocasião era um Manifesto-programa, assinado por 55 deputados e apresentava um conjunto de 13 proposições que compunha a linha de ação da frente, dentre as quais se destacavam:

[...] política efetiva para a ampliação da participação brasileira no mercado externo; controle das remessas de divisas para o exterior; defesa das reservas de capital do país; defesa da indústria brasileira; proteção do país contra a atuação de trustes e carteis internacionais; defesa das instituições estatais de monopólio já constituídas ou que viessem a se constituir; melhoramento da frota e da capacidade de transporte para melhor escoamento e distribuição da produção nacional; estímulo a eletrificação; estímulo à desobstrução dos rios que pudessem servir de meios de transporte; defesa da cultura brasileira no que diz respeito à tradição, herança étnica-social, valores históricos, patrimônio documental e valores civilizadores da nacionalidade; estímulo e defesa da indústria do cinema nacional; estímulo à formação de grupos de debates e de estudos sobre a economia, justiça social e dispositivos constitucionais, que pudessem contribuir para a defesa do patrimônio e da soberania nacional (IDEM, 2007: 368).

A Frente Parlamentar Nacionalista agregava apoio de diversos segmentos e organizações sociais, se caracterizando por uma expressiva heterogeneidade. Em seu auge chegou a próximo de 70 membros de diferentes partidos, com predominância do PTB, incluindo parlamentares da própria UDN, o que explica amplitude de sua linha de ação⁸⁰. Foi a grande responsável por impulsionar a campanha presidencial do ministro da Guerra do governo Kubitschek, Marechal Henrique Teixeira Lott, em 1960.

Apesar das críticas ao governo Kubitschek, a Frente Parlamentar Nacionalista e as outras organizações, sindicais, estudantis e intelectuais, que se vinculavam as ideias do nacionalismo reformista não aderiram a uma posição de oposição frontal ao presidente. Houve, inclusive, momentos em que determinadas posições do governo foram saudadas por manifestações populares organizadas por essas, como no anúncio da suspensão das negociações com o Fundo Monetário Internacional em 17 de junho de 1959. Em linhas gerais, havia concordância em relação ao projeto industrializante-desenvolvimentista, sendo ponto de discordância a ênfase e os privilégios que eram concedidos ao capital estrangeiro, esse sim, o principal alvo de oposição dos nacionalistas reformistas. A partir deste alvo é que muitas medidas do governo Kubitschek recebiam a denominação de entreguistas.

A principal defesa do caráter nacionalista do governo por parte do presidente brasileiro consistia na afirmação pronunciada na prestação de contas dos três anos do governo, em 31 de janeiro de 1959, de que a “grande tese do nacionalismo brasileiro, a meta dos verdadeiros patriotas, consiste em diminuir a margem imensa que nos separa dos povos que se elevaram à

⁸⁰ Entre os parlamentares que compuseram a Frente Parlamentar Nacionalistas estavam: Aarão Steinbruck (PTB-Movimento Trabalhista Renovador-RJ), Abguar Bastos (PTB-SP), Adail Barreto (UDN-PTB-CE), Almino Afonso (Partido Social Trabalhista-PTB-AM), Atílio Vivacqua (PSD-Partido Republicano-ES), Aurélio Viana (PSB-GB), Astênio Bagueira Leal (UDN-ES), Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (PSD-PSB-PE), Bento Gonçalves (PR-MG), Luís Fernando Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Breno da Silveira (PSB-GB), Romeu de Campos Vergal (PRP-Partido Social Progressista-SP), Celso Brant (PR-NIG), Cid Carvalho (PSDMA), Clidenor Freitas (PTB-PI), Ítório Correia da Costa (UDN-MT), Joaquim Coutinho Cavalcanti (PTB-SP), Dagoberto Sales (PSD-SP), Jerônimo Dix-Huit Rosado (UDN-RN), Djalma Maranhão (UDN-RN), Domingos Velasco (PTB-PSB-RJ), José Esteves Rodrigues (PR-MG), Eusébio Rocha (PTB-Partido Democrata Cristão-SP), Fernando Ferrari (PTB-MTR-RS), Fernando Santana (PTB-PSD-BA), Clóvis Ferro Gosta (UDN-PA), Gabriel Passos (UDN-MG), Hélio Ramos (PR-PSD-BA), Jacó Frantz (PTB-PB), Jarbas Maranhão (PSD-PE), João Lima Guimarães (PTB-MG), José Joffily (PSD-PA), José Sarney (PSP-UDN-MA), José Silveira (PTB-PR), José Talarico (PTB-GB), Josué de Castro (PTB-PE), Lício Hauer (PTB-GB), José Neiva Moreira (PSP-MA), Néelson Carneiro (PSD-GB), Néelson Omega (PDC-PTB-SP), Camilo Nogueira da Gama (PTB-MG), Osmar Cunha (PSD-SC), Osvaldo Lima Filho (PTB-PE), Ramon de Oliveira Neto (PTB-ES), José Antônio Rogê Ferreira (PSP-PSB-PTB-SP), Rachid Saldanha Dersi (UDN-MT), Salvador Lossaco (PTB-SP), João Dória (UDN-SE), Sérgio Magalhães (PTB-GB), Sílvio Braga (PSP-PA), Armando Temperani Pereira (PTB-RS), Último de Carvalho (PSD-MG), Unírio Machado (PTB-RS), Valério Magalhães (PSD-RO e PSP-AC), Valdir Pires (PSD-BA), Valdir Simões (PTB-GB) e Wilson Fadul (PTB-MT).

Tal relação foi extraída do Dicionário de Verbetes Temáticos do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>. Acesso em 14/09/2018.

prosperidade” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1960: 37). Assim, o desenvolvimento e a superação do atraso eram as finalidades de todo nacionalismo brasileiro. Porém, haviam tipos diferentes de nacionalismo:

[...]. O Nacionalismo saudável é o que provem do processo de integração de homem de outras bandas em nosso meio. O nacionalismo discriminador, obsessivo áspero, agressivo, que vê no estrangeiro um inimigo, um espião, uma força negativa; o nacionalismo exclusivista que pretende recusar a colaboração alienígena é uma aberração, uma contradição com tudo o que formou o Brasil, país que soube vencer e conquistar a todos os que aqui vieram pelo sua força íntima, pela fraternidade de seu povo, pelas possibilidades de um vida útil, pelos horizontes que apresenta a todos (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1958a: 173).

Dessa forma, o “nacionalismo saudável” seria aquele que correspondia ao histórico do país, afinal, o “Brasil nacionaliza incessantemente quem vem dedicar-se ao trabalho, quem vem colaborar para que sejamos uma grande nação”. Por isso, não se poderíamos “deixar-nos envenenar pelo jacobinismo estreito que pretende isolar o nosso povo dos outros povos”, pois, o “Brasil é maior do que imaginam os teóricos das estreitas concepções estranguladoras”. Seguindo o teor que personificava no imigrante do passado (e do presente) o inimigo a quem se opõe o “nacionalismo discriminador-exclusivista” do discurso pronunciado adequadamente nas comemorações do centenário da fundação de Ribeirão Preto⁸¹, em 19 de junho de 1956, Kubitschek ainda afirmou que:

[...]. Não temos, não queremos ter recalques coloniais; desejamos que o exemplo de Ribeirão Preto e de todas as outras cidades que fizeram a prosperidade de São Paulo se reproduza; os braços e as vontades para aqui transplantados, os homens da Europa para aqui vindos mergulharam suas raízes profundamente neste solo. Lutaram, ganharam dinheiro, construíram a prosperidade própria e contribuíram para a riqueza comum; seus filhos hoje ocupam posições de destaque nas classes liberais, na administração, na alta política. O Brasil é assim, não o mudarão sem lhes mudarem a essência íntima (IDEM: 173-174).

⁸¹ Ribeirão Preto, localizada no Noroeste do Estado de São Paulo, foi uma das cidades que no final do século XIX recebeu números significativos de imigrantes, principalmente, italianos. Em 1908 foi uma das cidades pioneiras na recepção dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, por isso é considerada “o berço da imigração japonesa”. Dessa forma, a imigração é parte da história e do imaginário da cidade.

Após essa “Ode ao progresso” gerado pela imigração, chegaria finalmente ao ponto central de sua proposição: “Continuo a afirmar que estamos necessitados de capitais, de técnica, de experiencia, vindos de fora. Que devemos viver em amplos contatos com o mundo e não temos a temer que nos explorem”. A partir desse discurso se pode concluir que para o nacionalismo-desenvolvimentista de Kubitschek progresso nacional e exploração não eram propriamente fatores excludentes e negativos por si só. Tudo dependia do que se entendia por exploração.

O entendimento do presidente brasileiro sobre o que seria exploração ficaria mais nítido na Conferência pronunciada no Clube Militar sobre a política de desenvolvimento de seu governo, em 21 de julho de 1959, ou seja, um mês após a ruptura das negociações com o FMI. Em uma instituição que desde maio de 1956 era dirigida pelo grupo de militares nacionalistas/legalistas⁸², liderados pelo general João de Segadas Viana, reivindicando mais uma vez a condição de nacionalista, Kubitschek (1960: 204-206) expôs o seguinte discurso:

Somos nacionalistas; não seremos nem brasileiros, nem contemporâneos dos problemas que nos solicitam e desafiam se não formos nacionalistas. Não seremos homens de nossos dias, se não participarmos do movimento nacionalista no sentido amplo, que deriva marcadamente de um estado de espírito, de uma necessidade de afirmação ligada ao sentimento da própria dignidade e, também, ao dever de encontrar solução para os problemas de nossa terra. Somos nacionalistas porque desejamos respostas nacionais, e não fórmulas puramente cerebrinas e artificiosas, para nossos problemas. Não somos xenófobos, nem desprezamos a contribuição estrangeira. Reconhecemos tudo que lhe é devido: nesta nação moça, em plena formação, poucos são os brasileiros que não descendem, em gerações muito próximas, de homens de fora. Não ignoramos que, para nos desenvolvermos, para efetivamente levarmos adiante nossa obra nacional, temos que ir buscar no exterior, em condições que nos interessem, apoio técnico, experiência, equipamentos e capitais. Seria negar a própria realidade brasileira não dar merecido valor à nobre e profícua colaboração dos que vieram de suas regiões natais para trabalhar a nossa terra, lançar as bases de nossa riqueza e fornecer-nos, além dos frutos do seu labor, os frutos do seu amor, que são esses numerosíssimos nacionalistas da primeira geração tão brasileiros quanto os que mais sejam.

Mas não vamos confundir colaboração estrangeira efetiva e benéfica, colaboração principalmente em trabalho e energia humana, com atividades estrangeiras especuladoras, insensíveis a qualquer outra voz que não a do puro interesse, incapaz de considerar o nosso país nos termos da necessidade de crescer e desenvolver-se.

[...]

Somos nacionalistas e somos, ao mesmo tempo, uma grande democracia racial. Nossas portas estão abertas, como sempre estiveram, a todos os povos do mundo. O preconceito racial como o ódio ao estrangeiro são produtos indesejáveis de

⁸² As eleições do Clube Militar eram grandes termômetros para se medir qual posição política era hegemônica entre os oficiais do exército. Em maio de 1956, a vitória da chapa liderada pelo general João de Segadas Viana pôs fim ao domínio da Cruzada Democrática, grupo militar ligado ao segmento “antinacionalistas” do exército que era liderada pelo general Juarez Távara, candidato à presidência derrotado por Kubitschek em 1955. Ver: Kunhavalik, 2009.

importação. Para sermos obedientes aos nossos sentimentos nacionalistas, devemos recusar-lhes guarida e impedir que se infiltrem em nosso território. Os que aspiram a vir trabalhar, produzir, criar riqueza, colaborar efetivamente conosco, integrar-se na unidade nacional, continuar a obra de tantos imigrantes benfeitores da nossa Pátria, que venham, e serão cordialmente recebidos.

Cumpre, entretanto, distinguir entre colaboração e exploração. Somos um país com objetivos nacionais; desejamos assegurar às gerações futuras horas melhores e mais tranquilas que as de hoje, e isso nos obriga a rejeitar a ideia de parecermos terra de ninguém, exposta à cobiça, ou à mercê de frios interesses. Somos também contra os que veem fantasmas e inimigos em toda parte; mas, aonde houver inimigos de fato, e não fantasmas, o nosso nacionalismo exercerá sua ação esclarecida e implacável. Manteremos fidelidade à nossa natureza acolhedora e largamente humana, mas estaremos, ao mesmo tempo, alerta contra os que imaginam que, por virem as portas abertas, a nossa casa não tem dono.

A característica mais significativa do nosso nacionalismo é a consciência do desenvolvimento. Seremos nacionalistas na medida em que formos favoráveis, mais do que isso, na proporção em que formos dedicados ao desenvolvimento nacional. Não são nacionalistas os que não creem no Brasil, os que negam ou nele não confiam, os que se recusam a produzir – porque nacionalismo significa confiança, significa disposição e vocação para o trabalho, para a ação em prol do desenvolvimento.

Neste longo trecho, novamente, uma interpretação histórica é utilizada para referendar o tipo ideal de nacionalismo brasileiro. Para isso, Kubitschek recorre a boa parte dos elementos que compõe o que Marilena Chauí (2000) chama de “o mito fundador brasileiro”⁸³. Porém, a ideia de ausência de “preconceito racial” e do “ódio ao estrangeiro”, de que o país é uma terra acolhedora com aqueles “que aspiram a vir trabalhar, produzir, criar riqueza, colaborar efetivamente conosco”, se soma outra: a de que “para efetivamente levarmos adiante nossa obra nacional, temos que ir buscar no exterior, em condições que nos interessem, apoio técnico, experiência, equipamentos e capitais”. Passado e presente eram ligados como justificativa para a política nacional adotada pelo governo. Com relação a exploração, tal prática estaria ligada as “atividades estrangeiras especuladoras” que eram incapazes “de considerar o nosso país nos termos da necessidade de crescer e desenvolver-se”.

Tal discurso vinha ao encontro do que Frondizi havia escrito na introdução de sua obra “Petróleo y Política”, em 1955. O então líder da UCR diferenciava dois tipos de capitais

⁸³ Segundo Marilena Chauí (2010: 8), o “mito fundador brasileiro” deriva da “crença generalizada de que no Brasil: 1) é ‘um dom de Deus e da Natureza’; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofrido; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada ‘democracia racial’), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador de raças; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora, só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um ‘país dos contrastes’ regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte -, com a qual sentar-se-á a mesa dos donos do mundo.”

estrangeiros: 1) os capitais estrangeiros de caráter comercial, industrial ou artesanal, que as pessoas que migram levam consigo quando se estabelecem definitivamente em um país pouco desenvolvido. Tal capital “se afinca, las utilidades se gastan o reinvierten en el país que las produce”, o que faz com que, embora seu titular seja estrangeiro, se identifique, “en gran parte, con el capital nacional”. 2) os capitais imperialistas, de caráter financeiro. Tais capitais “en vez de afincarse se limitan a constituir empresas subsidiárias de los consorcios ya existentes en las metrópolis”, o que faz com que suas atividades se orientem “hacia la nación de origen a la que remiten sus utilidades” (FRONDIZI, 1955: XXIII-XXIV). Dessa diferenciação derivava uma questão central do discurso e do pensamento desenvolvimentistas frondicista-frigerista: a de que o capital, nacional ou estrangeiro, “si se aplica a actividades económicas que consolidan la vieja estructura dependiente, es un capital reñido con el interés nacional, aún cuando provenga de las familias patricias argentinas” (NOSIGLIA, 1983: 23).

Está ideia também pertencia ao desenvolvimentismo de Kubitschek. A partir dela se podia concluir que o problema não era de fins, mas de meios, ou seja, de onde era aplicado o capital independente de sua origem. O que remetia a uma outra dicotomia, que se somava a dicotomia importação x produção de manufaturas no país: a do investimento estrangeiros em setores que visam a desenvolvimento nacional x investimentos estrangeiros em setores que ampliam a condição de dependência. Essa seria a base da polêmica proposta de distinção entre nacionalismo de meios e nacionalismo de fins, elaborada pelo intelectual brasileiro ligado ao ISEB, Hélio Jaguaribe.

A proposta de Jaguaribe foi escrita no livro “O Nacionalismo na atualidade brasileira”, publicado em sua primeira edição em 1958, ou seja, dois anos após a posse de Kubitschek. Inicialmente o autor propõe que “o nacionalismo constitui uma ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições”, o que faz com “se caracterize mais como a negação de certas políticas do que como afirmação de outras”, levando-o “a confundir-se com reivindicações específicas” que o reduzem “a um plano essencialmente tópico”. No caso do nacionalismo brasileiro, esse “surgiu antes de sua própria teoria, dinamizou-se antes de caracterizar seus fins e tornou-se uma força operante antes de haver organizado seus planos de ação”, por isso estava sujeito a muitas contradições (JAGUARIBE, 2005: 15-17).

A principal destas contradições, no plano econômico, era a da relação entre subcapitalização e desenvolvimento econômico. Para o autor, o país é subdesenvolvido porque subcapitalizado e “a carência de capitais poupáveis ao consumo e aplicáveis em

investimentos reproduzíveis prolonga ou agrava o subdesenvolvimento”. Por isso, não era apenas conveniente, mas necessário “incrementar a capacidade nacional de investimentos mediante a imigração de capitais estrangeiros”. Porém, o nacionalismo se insurge justamente contra o capital estrangeiro vendo nele “um fator de espoliação das riquezas naturais do país e um processo de agravamento de nossa dependência colonial” (Idem: 39-40).

Este seria o equívoco tendente que confundia “com o nacionalismo com o fato de serem nacionais os agentes ou recursos empregados para a obtenção de um fim qualquer”. Dessa forma, se esquece que o nacionalismo deve conservar um “sentido necessariamente finalista”, pois, “não é imposição de nossas características peculiares, nem simples expressão de características nacionais”, mas sim, “um meio para atingir um fim: o desenvolvimento” (Idem: 52). É a partir desse sentido que Jaguaribe propõe a distinção entre nacionalismo de meios e nacionalismo de fins.

Segundo o autor:

O nacionalismo que cabe designar de nacionalismo de meios exprime apenas uma das facetas do complexo colonial, tendente a erigir a própria condição em ideologia. Constitui uma das formas suicidas, observadas por Toynbee e por ele designada “zelotismo”, que uma sociedade subdesenvolvida pode assumir em seus contatos com outras mais adiantadas. O nacionalismo, muito ao contrário, só se realiza na medida em que reconhece seu fim, que é o desenvolvimento, e para isso deve utilizar-se de todos os meios apropriados, seja qual for a origem dos agentes, desde que, nas condições concretas, revelem os mais eficazes. (Idem: 53).

A esta crítica ao nacionalismo de meios, Jaguaribe ainda somava uma outra ao cosmopolitismo. Para ele, os cosmopolitas subestimavam por demais a capacidade nacional de investimentos e consideravam que “o progresso nacional dependia, essencialmente, de investimentos estrangeiros, favorecendo, assim, uma política neocolonialista, voltada em especial para os Estados Unidos”. Era necessário, portanto, fugir dos radicalismos e “buscar uma mediação entre o caráter puramente nacional dos investimentos e seu caráter estrangeiro” (LOVATTO, 2010: 112). O exemplo desta mediação era a política de conciliação de interesses que vinha sendo executada por Juscelino Kubitschek.

Porém, em que pese as palavras favoráveis a uma política de conciliação, Jaguaribe acabou avançando em sua defesa do capital estrangeiro em um campo minado que era o

verdadeiro tabu dos setores nacionalistas ao propor que a impossibilidade de participação estrangeira no capital da Petrobrás deveria ser afastada. Tal interdição legal, para o autor, era, “além de um contrassenso econômico”, um reflexo da “frustração colonial que deveria ser superada, como um dos obstáculos que entorpecem nosso desenvolvimento” (JAGUARIBE, 2005: 136). Conforme o também isebiano, Candido Mendes de Almeida (2005: 21), a discussão sobre “O nacionalismo na atualidade brasileira” constituiu o “pólo praticamente antológico” da ruptura na instituição.

Para Toledo (1977: 129), ao longo de sua primeira fase, entre 1955 e 1958, apesar de o nacionalismo ter sido a ideologia hegemônica, nunca houve “uma unanimidade entre os isebianos, quanto ao conteúdo, limites e possibilidades da ideologia nacionalista”. Os desacordos, as polêmicas e as tensões internas eram constantes. Porém, foi a tentativa de ajustamento entre a ideologia nacionalista e o projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek proposta por Jaguaribe que gerou uma forte luta interna, resultando na saída do próprio Jaguaribe, acompanhado de Candido Mendes, Evaldo Correia Lima e José Ribeiro de Lira. Guerreiro Ramos já havia se retirado anteriormente. Em sua nova fase, o ISEB passou a ter um perfil mais militante que durou até o seu fechamento pela Ditadura Civil-Militar em 1964. Apesar da ruptura e da aparente derrota interna, Jaguaribe de certa forma atingiu o seu objetivo dando uma formulação teórica mais elaborada ao nacional-desenvolvimentismo de Kubitschek. Ao mesmo tempo, suas teses se tornaram referências para o desenvolvimentismo frondicista-frigerista.

Algumas destas teses apareceram no discurso pronunciado pelo presidente argentino, por rádio em 28 de janeiro de 1961. Tematizando a política de exploração siderúrgica para a Patagônia, Frondizi (2012b: 363-364) não somente ratificou a sua posição de que o “capital es un instrumento y que su función favorable o perjudicial respecto del desarrollo de países como el nuestro no depende de la fuente de que proviene, sino de la política que sirve”, como também utilizou a política do governo Kubitschek como exemplo a ser seguido:

Para no aludir a experiencia a de países distantes, el Brasil repetidamente se nos ofrece como modelo de política nacionalista y, además, estatista. En el gran país hermano actúan ocho grandes plantas siderúrgicas de las que solo una es propiedad del Estado. Las restantes, dos de las cuales están en proceso de instalaciones, pertenecen a capitales privados brasileños y extranjeros del más origen. Es que el nacionalismo económico no consiste en cerrar las puertas del país al capital exterior, ni excluir de sus actividades fundamentales al capital privado local, sino en crear las condiciones que impidan a ese capital consolidar estructuras

coloniales y que, por el contrario, faciliten la transformación de esas estructuras en el sentido de la autonomía económica nacional y de una efectiva vigencia de la soberanía política.

Apesar das proximidades temporal e de discursos, e de o governo Kubitschek ter servido de referência para a montagem do programa do governo Frondizi, esta foi uma das poucas vezes que o presidente argentino se referiu publicamente ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro como modelo. Esta não era uma questão simples, pois em alguns setores nacionalistas argentinos, principalmente entre a extrema-direita militar, prevalecia a tese da rivalidade entre os dois países pela liderança regional, aprofundada com a diplomacia de disputa pela condição de aliado preferencial dos Estados Unidos adotada pela Revolução Libertadora.

Por trás desta referência havia também um silêncio em relação aos limites que a política de atração de capitais estrangeiro do presidente brasileiro se impôs, qual seja, o da não abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro. Um limite que o governo argentino acabou não se impondo, levando inclusive o presidente Frondizi a romper com a principal tese defendida em sua obra “Petróleo y política”, a da manutenção do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo. Tal limite se consistiu na principal diferença entre as políticas econômicas e, principalmente, entre os discursos dos presidentes desenvolvimentistas.

Kubitschek já havia se comprometido com a manutenção do monopólio estatal da exploração do petróleo através da Petrobrás. Esta era tanto uma exigência programática do PTB, como a principal bandeira de distintos setores nacionalistas. Era também uma proposição que o candidato da aliança PDC-UDN, Juarez Távora, não se comprometia, por fazer parte do setor “não-nacionalista” do exército e por ser um liberal, portanto, defensor da participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais brasileiros.

Este compromisso foi reafirmado pelo presidente brasileiro na sua primeira Mensagem presidencial apresentada na Câmara dos Deputados, em 1956. No tópico intitulado “Diretrizes da política do petróleo” o texto afirmava que:

Desde o início da campanha presidencial, manifestei, sem indecisões, a minha orientação sobre a política do petróleo nacional.

Insisti em frisar que “nenhum problema de nossa economia tem para o Brasil a importância atual do problema do petróleo.

[...]

A empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, criada para promover a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo e seus derivados, receberá todo o apoio do meu governo.

Jamais pretendi mudar a orientação que lhe foi fixada por lei. O meu Governo manter-se-á fiel às afirmações que, durante a minha campanha eleitoral, proclamei a todo o povo, em relação a Petrobrás, e estão assim resumidas:

“Como se vê, dispomos de recursos para a realização de um programa de grande significação, que marcará uma etapa decisiva em nosso desenvolvimento econômico.

“Na verdade, se soubermos trabalhar com vontade, superaremos a crise atual de nosso suprimento petrolífero, caminhando rapidamente para um desafogo de nossa balança de pagamentos e construindo simultaneamente uma importantíssima indústria nacional.

“Por tudo isso acredito que tomamos o rumo certo. Não estamos arriscando ou comprometendo o futuro de nossa Pátria num jogo de azar, em que entrássemos marcados para perder. Estamos disputando uma prova de resistência, da qual temos certeza de sair vencedores.

“O que nos cumpre fazer agora é prestigiar a Petrobrás, exigir de seus diretores e técnicos que cumpram o seu dever e acertem em seus programas. De fato, o Brasil tem tremenda urgência de produzir petróleo em grandes quantidades” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1978: 253-256).

As afirmações citadas nesta Mensagem foram retiradas das “Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento” que, cabe ressaltar novamente, era o documento base do programa de governo do candidato Kubitschek. Representavam, portanto, uma sinalização de continuidade entre o que se propunha na campanha e o que se pretendia executar no governo. Uma continuidade que seria destacada balanço parcial do Programa de Metas divulgado e publicado pelo governo em 1958, um resumo do estudo elaborado pelo Conselho do Desenvolvimento⁸⁴ que visava “fornecer ao leitor, por forma sintética e acessível, os elementos essenciais para a consulta sobre os empreendimentos já realizados ou em execução naquele Plano” (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO, 1958: 5).

No balanço da Metas 4/5 – Produção e Refinação de Petróleo, o documento iniciava afirmando que “Contando com recursos abundantes, a Petrobrás tem desenvolvido um intenso trabalho de pesquisa, desenvolvimento de campos demarcados, transporte e refino do óleo brasileiro”. Como exemplo, era indicado o fato de a produção de petróleo, quem em fins de 1955 era de 6.800 barris diários, ter atingido 48.000 barris diários em fins de 1957 e 58.314 barris no dia 31 de agosto de 1958. Na sequência eram apontadas um conjunto de projeções

⁸⁴ O Conselho do Desenvolvimento foi um órgão criado pelo Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, diretamente subordinado ao presidente da República, e se constituiu no primeiro órgão central de planejamento de caráter permanente instituído no Brasil.

de avanços para o ano de 1960, terminado com o apontamento do custo da meta do petróleo em 69 bilhões de cruzeiros no quinquênio 1957-61 (Idem: 37-39).

Entre as projeções indicadas no documento do Conselho do Desenvolvimento estavam as obras de ampliação na Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe – Bahia, que a capacitariam a produzir mais de 30.000 barris por dia. Foi justamente na inauguração das novas unidades dessa refinaria, em 09 de julho de 1960, que Kubitschek (1961: 215-221) fez um resumo da política adotada em relação a Petrobrás:

Quando ainda candidato à Presidência da República, percorri o Brasil de ponta a ponta, desfraldando a bandeira do Desenvolvimento, não vacilei em declarar intocável o monopólio estatal do petróleo, que representava uma conquista da opinião pública, e prometi prestigiar integralmente a PETROBRÁS, propiciando-lhe os recursos financeiros indispensáveis.

Para isso, com a criteriosa cooperação do Congresso Nacional, fortaleci as bases financeiras dessa grande empresa, alterando o imposto único sobre combustíveis líquidos e gasosos, substituindo a taxa específica pelo sistema “ad valorem”, corrigindo as gritantes distorções da estrutura de preços e oferecendo, enfim, margem conveniente de proteção à indústria nacional de refino.

Meu propósito era, pelo menos, deter o crescimento das importações de petróleo e, fomentando a produção, o refino e o transporte, atender, com os nossos próprios recursos, ao acréscimo da demanda.

Hoje, a poucos meses do término do mandato com que me honrou o povo brasileiro, os fatos aí estão para demonstrar que as realizações superam largamente as promessas feitas.

[...]

Fatos como estes os pessimistas empedernidos não podem negar nem empanar. Esta empolgante realidade e os quadros que, por toda parte, o Brasil de hoje oferece, atestam que a Nação está em pleno desenvolvimento, apta a alcançar um radioso futuro, de grandeza, de prosperidade e de justiça social!

Utilizando mais uma vez a retórica do “nacionalismo triunfalista” que o caracterizava, nesse discurso, pronunciado aproximadamente meio ano para o final de seu mandato, Kubitschek referenciava a coerência entre o presidente e o candidato, afirmava os avanços que já haviam sido indicados no balanço preliminar do Plano de Metas, criticava os opositores (muitos dos quais defensores da quebra do monopólio da Petrobrás) classificando-os como “pessimistas” e indicava um olhar para um futuro, “de grandeza, de prosperidade e de justiça social”, possível graças as realizações de seu governo, entre elas a valorização da Petrobrás.

Apesar de bastante incisivo, tal discurso deixou de fora uma questão chave: como um presidente favorável a atuação do capital estrangeiro em diversos setores da economia defendia a não abertura da exploração do petróleo? A resposta para esta questão constava no

discurso que o presidente brasileiro pronunciou em 18 de setembro de 1956, na inauguração do Curso de treinamento sobre problemas de desenvolvimento econômico, patrocinado pelo governo em parceria com a CEPAL.

Naquela ocasião, após destacar a importância do órgão regional para o desenvolvimento da América Latina, sobretudo, por ser responsável pela “criação da consciência de um destino econômico comum”, destacou que a “colaboração do capital estrangeiro” não era “uma matéria para debate emocional”, mas sim, “uma necessidade técnica”. Que “a aceitação dessa colaboração é compatível com o mais acendrado nacionalismo, pois o verdadeiro nacionalista é aquele que procura apressar o desenvolvimento econômico, sem o qual a nação continuará fraca e pobre”, afinal, se a nossa capacidade interna de capitalização é limitada, “o recurso ao capital estrangeiro que pretenda integrar-se efetivamente ao nosso país é um meio de fortalecer a nossa economia”. Rejeitar, portanto, “o capital estrangeiro sem a capacidade técnica e econômica de fazer os investimentos rejeitados” não era nacionalismo e sim “fraqueza e timidez”. Porém, haviam “determinadas áreas de investimento que, por motivos políticos e de segurança nacional” deveriam “ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme dispõe a Constituição e as nossas leis”. Apesar de o presidente não afirmar categoricamente, o petróleo era uma dessas áreas (KUBITSCHK DE OLIVEIRA, 1958a: 246-247).

Tal discurso procurava atrair não somente os nacionalistas, mas também os cosmopolitas. Afinal fazia, conforme Jaguaribe (2005) sugeriria posteriormente, uma mediação entre as posições de ambos os grupos. Porém, diferentemente da proposição do intelectual isebiano, o presidente brasileiro não ousava avançar em um ponto que era um prenúncio de ruptura com setores significativos da sua base de apoio e da sociedade brasileira. Para Kubitschek, pelo menos discursivamente, até mesmo os fins tinham limites.

Assim como o presidente brasileiro, Frondizi também tinha uma preocupação com a questão do petróleo. O déficit da produção petrolífera era visto como um dos principais causadores do estrangulamento da balança de pagamentos e, juntamente com o aço, o papel de imprensa e os produtos químicos era um dos materiais industriais essenciais cujo a dependência de importação levava ao subdesenvolvimento das indústrias básicas do país. Somente em 1957, as importações de petróleo superaram 300 milhões de dólares, representando quase 25% das importações (FERRER, 2006: 183). Dessa forma, uma das

principais metas do governo foi a de alcançar o autoabastecimento de petróleo até o final de seu mandato.

Para atingir esse objetivo, Frondizi enviou ao Congresso, em julho de 1958, um projeto de lei que nacionalizava a riqueza petroleira do país, concedendo a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales – YPF a total responsabilidade pela compra e venda do petróleo argentino. Porém, essa mesma lei autorizava a formalização de contratos de riscos com empresas estrangeiras para a prospecção e a exploração de campos de petróleo, cuja a produção deveria ser vendida a YPF com preços previamente estabelecidos. Tal lei formalizava uma série de contratos com empresas estrangeiras que vinham sendo negociados secretamente pelo presidente da YPF, Arturo Sábato e pelo então Secretário de Relaciones Socio-Económicas do governo, Rogelio Frigeiro (SIKKINK, 2009: 119-120).

A medida foi anunciada por Frondizi (2012a: 111-116) através de discurso pronunciado em 24 de julho de 1958, recebendo a denominação de “Batalla del petróleo”:

[...] Estamos resueltos a extraer la mayor cantidad de petróleo en el menor lapso posible. Para ello YPF utilizará sus propios recursos y, de acuerdo con lo anticipado por el Poder Ejecutivo en el Mensaje leído ante las Cámaras el 1º de mayo último, recurrirá también “a la cooperación del capital privado, sin dar lugar a concesiones ni a renuncia del dominio del Estado sobre nuestra riqueza petrolífera”. Por lo tanto, esta cooperación se realizará a través de YPF y mediante pagos exclusivamente en moneda nacional y en dinero extranjero. No se pagará en petróleo ni se perderá el dominio del país sobre las áreas que la exploten. Todo el petróleo que se produzca aumentará el volumen de transporte, industrialización y comercialización de YPF.

[...]

La acción del Poder Ejecutivo se realizará únicamente a través de YPF. Está en juego el destino del país y cualquier sea el terreno y que se libren sus batallas, esta lucha tiene un solo objetivo: lograr que la Argentina rompa las ataduras que traban su desarrollo y permitir que se lance hacia su total realización nacional. Por lo tanto, cada paso que demos hacia ese objetivo, será un paso hacia la transformación de nuestra estructura económica y será, también, un paso más hacia la afirmación de la soberanía nacional.

[...]

Sabemos que vamos a ser atacados. Seremos combatidos por cuantos están ligados a la importación de combustibles, a quienes no les interesa que extraigamos nuestro petróleo ni les conviene que la Argentina rompa la cadena que ahoga su autodeterminación.

Se nos combatirá también en nombre de supuestas ideas avanzadas, olvidando que la capacidad revolucionaria de un pueblo para cumplir sus destinos, no se la demuestra con afirmaciones enfáticas ni posiciones dogmáticas. Se la demuestra con hechos concretos que, partiendo de la realidad, tiendan a transformarla rápidamente al servicio de la Nación y de todo el pueblo argentino.

Ao utilizar termos como “dominio del Estado”, “destino del país”, “realización nacional”, “soberanía nacional”, “autodeterminación” e “servicio de la Nación y de todo el pueblo argentino”, Frondizi procurava aproximar um discurso de defesa de uma medida que não tinha apoio nos setores nacionalistas argentinos das próprias prerrogativas nacionalistas. Porém, tal como a definição de nacionalismo de fins, a política petrolífera do governo partia da realidade nacional e não era presa nem em afirmações enfáticas, nem em posições dogmáticas⁸⁵. Ao mesmo tempo, o presidente argentino apontava que os ataques que iria receber dos setores ligados a importação de combustíveis demonstrariam, como próprio Frondizi afirmaria posteriormente em entrevista a Felix Luna, que a ação do imperialismo estava na “detención del proceso industrial” e não no uso do capital estrangeiro na produção nacional (LUNA, 1963: 56).

Diferentemente do proposto, tal discurso não surtiu efeito e a política petrolífera acabou resultando na perda de grande parte do apoio inicial que o presidente argentino havia recebido da esquerda e dos grupos nacionalistas, inclusive de seu próprio partido. Em reação a medida foi deflagrada uma forte greve por parte dos sindicatos petroleiros. Ao mesmo tempo, o discurso era recebido com surpresa, tanto pela oposição, quanto por muitos de seus partidários, uma vez que era contraditório com a posição que Frondizi havia defendido no principal livro que escrevera até então, “Petróleo y Política”.

A obra “Petróleo y política” consistia em um estudo detalhado da história econômica argentina, tendo com temática central as relações entre o imperialismo e a política nacional a partir da exploração do petróleo. Foi publicada em contraposição a política de abertura da exploração do petróleo para o capital estrangeiro, adotada pelo segundo governo de Perón a partir de contrato estabelecido com a multinacional Standard Oil de Califórnia em maio de 1955. Naquele contexto Frondizi (1955: XVII) havia escrito que:

[...] el petróleo dejó de ser una libre actividad industrial ejercida en beneficio de la comunidad que la posee, para convertirse en una fuerza que forma parte del proceso imperialista como fenómeno de dominación económica y política que mantiene en la sujeción colonial o dependiente a los países subdesarrollados que poseen fuentes petrolíferas o que careciendo de ellas, necesitan importarlo para sostener la incipiente industria sobre la que se afirma su economía.

⁸⁵ Na entrevista a Fanor Diaz, publicada em 1977, Rogelio Frigerio que no contexto da Batalha do Petróleo: “Había campo fértil para el error ideológico del nacionalismo a medias, que se consiste en no advertir que lo esencial es que los fines sean nacionales - en este caso el autoabastecimiento - y que pueden no ser nacionales los medios, los instrumentos, para conseguir esos fines irrenunciables.” (DIAZ, 1977: 48).

El imperialismo ha mantenido en el atraso a los pueblos sometidos; y el petróleo, lejos de constituir un elemento de superación de ese atraso (como debería sido), ha contribuido a abonar más esa situación, agravándola porque la existencia de fuentes petrolífera ha determinado a las grandes empresas a apoyar el mantenimiento de regímenes despóticos contrarios a la libertad y al progreso. [...].

Dessa forma, a exploração do petróleo por empresas estrangeiros não contribuía para a independência econômica do país e a superação do subdesenvolvimento. Da mesma forma, também não contribuía politicamente uma vez que a “experiencia histórica demuestra que el imperialismo petrolero no ha apoyado un solo caso de transformación política de tipo democrático” (Idem: XVIII). Como alternativa a exploração imperialistas, Frondizi propunha que:

- a) los países que soportan la acción de los monopolios imperialistas sobre determinadas riquezas naturales, deben nacionalizar esas riquezas convirtiéndolas en propiedad del pueblo;
- b) la explotación de esas riquezas naturales nacionalizadas, es decir la propiedad del pueblo, debe ser realizada por “entes autárquicos nacionales, provinciales, comunales o cooperativas”. Así, al reemplazarse el gobierno de los monopolios por organizaciones capitalistas, el desarrollo económico no dependerá de los consorcios sino del propio país;
- c) el Estado debe fomentar el proceso de la capitalización social, es decir, la capitalización de todas aquellas organizaciones cuyos bienes son propiedad de todo el pueblo (caso Y.P.F). (Idem: LXII).

A comparação entre o que foi defendido anteriormente e o discurso de anunciava a Batalha do Petróleo evidenciava a mudança de posicionamento do então líder de oposição para o presidente. Tal fato fez com que alguns grupos e intelectuais nacionalistas passassem a considerar essa mudança uma traição ao programa que os atraiu em apoio a candidatura presidencial de Frondizi, entre esses os ex-forjistas.

Arturo Jauretche, após ao romper com o governo, passou a defender que a política que vinha sendo adotada

[...] había sepultado el modelo nacional desarrollista que el presidente ucrista desplegó en Petróleo y política y que tanto el como Scalabrini creyeran estar construyendo desde las páginas de Qué, para caer en el desarrollismo, con sus tesis del capital extranjero como pivote central del crecimiento, apoyado en la libre

empresa, desnacionalizando la producción y resucitando el imperialismo, segundo Jaurech, detrás del nuevo rostro del FMI. [...] (BOSSIO, 2014: 357).

Não foi diferente o posicionamento das 62 Organizaciones Peronista, que em comunicado feito a partir da sua plenária em 03 de outubro de 1958, defendeu que o plano que vinha sendo executado pela equipe governante tendia “a impedir para siempre toda posibilidad de Independencia Económica y de Soberanía Política”. Com relação aos contratos petroleros estes “no tendrán como resultado un incremento de nuestro progreso sino de nuestra dependencia”, uma vez que, como explicava o General Perón em seu livro “La fuerza es el derecho de las bestias”, “este tipo de inversiones incontroladas aumenta la deuda exterior del país en una proporción mucho mayor a de los capitales que ingresan” (BASCHETTI, 2012: 143-144).

Tal posição era contraditória com os contratos feito no segundo governo peronista com a Standard Oil de Califórnia. Com forma de negar a contradição, as 62 Organizaciones Peronistas afirmavam que no governo Perón aquela medida se justificava “porque el Estado Argentino era fuerte y porque participaban en él los trabajadores; es decir existía la posibilidad de contrapesar la influencia de los grandes monopolios con la influencia del Estado Nacional Justicialista”. Porém, naquele contexto o país estava “integralmente desintegrado” e o governo não respondia ao povo “sino a los capitales extranjeros” e a abertura da exploração do petróleo as empresas internacionais iria reduzir a Argentina “practicamente a la situación de una colônia, como Puerto Rico” (Idem: 144).

Em que pese este posicionamento, durante a greve dos petroleros, inicialmente, prevaleceu o “deseo de la jefatura sindical peronista de evitar um conflicto direto con el gobierno con motivo de los contratos petroleros”. O motivo era pragmático, seguir a orientação do Pacto Perón-Frondizi de dar uma trégua para que o governo pudesse cumprir os compromissos ali assumidos. Os dirigentes sindicais não queriam provocar uma crise institucional que impedisse o cumprimento destes compromissos. Uma atitude que mudou radicalmente quando, em início de novembro de 1958, receberam ordens diretas de Perón para que denunciasses os contratos petroleros (JAMES, 2013: 148-149). O movimento se fortaleceu e o governo Frondizi acabou apelando para uma forte repressão através da decretação do Estado de Sítio. Essa reação governamental aumentou ainda mais a sua imagem de traidor ou nas palavras do delegado pessoal de Perón, John William Cooke (2007: 407),

“aprendiz de bujo”, aquele que manipulava frases pra tentar esconder sua adesão ao “gorilismo”⁸⁶.

Fronidzi (2012c:307-308), faria uma manifestação autocrítica em relação a posição do “ciudadano” opositor em 1955 e de reafirmação da posição do “ciudadano” presidente em discurso pronunciado na televisão, em 15 de fevereiro de 1962:

Se dijo que la política petrolera del Presidente era todo lo contrario de lo que había sostenido el ciudadano Frondizi en su libro *Petróleo y política*. Me complace recoger este cargo. No vacilo en reconocer que la doctrina de dicho libro no corresponde enteramente a la política practicada por mi gobierno. En el libro sostuve la necesidad de alcanzar el autoabastecimiento del petróleo a través del monopolio estatal. Era una tesis ideal y sincera. Cuando llegué al gobierno me enfrenté a una realidad que no correspondía a esa postura teórica por dos razones: primera, porque el Estado no tenía los recursos necesarios para explotar por sí solo nuestro petróleo; y, segundo, porque la inmediata y urgente necesidad de sustituir nuestras importaciones de combustible no dejaba margen de tiempo para esperar que el Gobierno reuniera los recursos financieros y técnico que demandaba una explotación masiva que produjera el autoabastecimiento en dos años. La opción para el ciudadano que ocupaba la presidencia era muy simple: o se aferraba a su postulación teórica de años anteriores y el petróleo seguía durmiendo bajo la tierra, o se extraía el petróleo con el auxilio de capital externo para aliviar nuestra balanza de pagos y alimentar adecuadamente a nuestras industrias. En una palabra: o se salvaba el prestigio intelectual del autor de *Petróleo y política* o se salvaba al país. No vacilé en poner al país por encima del amor propio del escritor. Creo que cualquier argentino en mi lugar hubiera procedido en igual forma, salvo que hubiera sido un político que prefiere cuidar su suerte electoral antes que el bienestar y el progreso de su pueblo. Mantuve el objetivo fundamental que era el autoabastecimiento, pero rectificué los medios para llegar a él. No me arrepiento, pues, de haberme rectificado en los medios para lograrlo. Al contrario, me siento plenamente satisfecho de haber tenido el valor de hacer y de firmar convenios que han significado el autoabastecimiento del petróleo en menos de tres años. Así, en 1958 la producción fue de 5,6 millones de metros cúbicos y en 1961 de 13,4 millones de metro cúbicos.

Este discurso, pronunciado às vésperas das eleições provinciais em que o governo frondicista adotou a ousada estratégia de tentar derrotar eleitoralmente o peronismo e poucas semanas antes do golpe que decretou o final do governo, pode ser entendido como uma síntese não somente da defesa da política de abertura da exploração do petróleo pelo capital estrangeiro, mas também uma síntese do próprio discurso desenvolvimentista de defesa do papel do capital estrangeiro na superação do subdesenvolvimento.

⁸⁶ Termo utilizado pela cultura política da esquerda argentina para designar as posições de direita no país.

As ideias da substituição de importações, do uso do capital estrangeiro para suprimir a carência de recursos nacionais no processo de aceleração do desenvolvimento, a passagem de um nacionalismo de fins para um nacionalismo de meios, e a primazia dos “objetivos nacionais”, no caso o autoabastecimento, constituíam e davam sentido ao uso do capital estrangeiro como objeto discursivo pelos presidentes desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, eram ferramentas importantes na tentativa de se fazer cumprir a dupla função do discurso político, promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao seu projeto político.

No caso brasileiro, tal uso aproximou o discurso do presidente Kubitschek dos grupos cosmopolitas, porém, não gerou uma ruptura drástica com os grupos nacionalistas. Setores e personagens ligados a ambos os grupos fizeram parte inclusive do próprio governo. Apesar da forma de capitalismo associado que o nacional-desenvolvimentismo assumiu, os limites a abertura da economia ao capital estrangeiro impostos pelo governo, afirmados discursivamente pelo presidente, levaram os setores hegemônicos do nacionalismo a manterem uma relação pragmática de apoio crítico ao governo Kubitschek.

Na Argentina, o governo Frondizi, por opção discursiva e por não ser hegemônico na sociedade, não impôs tais limites. Constantemente o discurso presidencial era classificado como contraditório com a postura de intelectual progressista e nacionalista que a trajetória anterior de Frondizi havia construído. Ao mesmo tempo, o afastamento de personagens nacionalistas importantes da base de apoio ao governo e o ingresso, em momentos críticos e decisivos para os rumos do próprio governo, de personagens diretamente ligados as mais entusiásticas posições cosmopolitas, liberais e neoliberais, como Alsogaray, representavam para os grupos nacionalistas a ruptura de Frondizi com qualquer perspectiva de nacionalismo. Nem mesmo, as tentativas discursivas de proposição de um nacionalismo real (de fins) em detrimento de um nacionalismo dogmático (de meios) serviu para a manutenção do apoio daqueles grupos a um governo que acabou isolado quando os setores mais a direita do cosmopolitismo determinaram a sua derrubada.

2.3. Integração Nacional

A incorporação da integração nacional como objeto discursivo pelos presidentes desenvolvimentistas procurava responder a duas questões fundamentais. De um lado, a necessidade política de integração social através de um consenso construído a partir de pontos de encontro em comum entre as classes sociais e os atores políticos. Uma questão fundamental para reduzir a clima de tensão oriundo da polarização política e garantir a estabilidade necessária à execução do programa desenvolvimentista (Tal questão será tratada no capítulo 3). De outro lado, a integração nacional como uma questão geográfica-territorial, entendida como a necessidade de superação das disparidades regionais e as mazelas sociais originadas de uma formação socioeconômica que concentrava em poucos locais os fatores produtivos. Tais disparidades regionais, originadas de uma estrutura colonial que se concentrou, tanto economicamente, como em termos populacionais, nas regiões litorâneas de Brasil e Argentina, se aprofundaram entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX.

Na Argentina, em 1947, a população urbana que era de 62,2% (aproximadamente 9,9 milhões de pessoas) concentrava 29,4% (aproximadamente 4,7 milhões de habitantes) de seu total na região da Grande Buenos Aires. Em termos gerais, entre 1914 e 1947, a região da Grande Buenos Aires teve um aumento demográfico de 132%, enquanto no resto do país o crescimento da população foi de 90% (FERRER, 2006: 221). Tal realidade fez com que em um raio de 580 km em torno da capital federal se concentrasse 67% desta população, 87% da superfície semeada com cereais e algodão, 67% do gado bovino, 54% das extensões das linhas férreas, 71% das linhas telefônicas, 79% dos automóveis e 78% dos investimentos em indústrias extrativas e manufatureiras (RAPOPORT, 2007: 275).

No Brasil, em 1950 a região Sudeste concentrava 22.549.386 habitantes de um total de 51.941.767 habitantes, ou seja, 43,2% da população. Ao mesmo tempo, enquanto a esperança de vida ao nascer na região Sul era de 52,7 anos, na região Nordeste era de 35,9 anos (IBGE, 2000)⁸⁷. Em termos econômicos, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuíam, em 1920, 69,8% da produção industrial do país, sendo 31,5% apenas de São Paulo, enquanto que os demais outros Estados possuíam 30,2% (BRUM, 2010: 251). Em

⁸⁷ No Centro-Oeste, a expectativa de vida ao nascer era de 50,3 anos, no Sudeste era de 48 anos e no Norte era de 44,3 anos.

1955, o Grupo Misto BNDE-CEPAL⁸⁸, em seu “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (período de 1955-62)”, concluía que a maior parte das vias de transporte, bem como, as em melhores condições se concentravam na região Sudeste. O mesmo também foi concluído em relação a circulação de mercadorias (GRUPO MISTO BNDE-CEPAL, 1955).

A preocupação com estas disparidades regionais esteve presente nos documentos de campanha dos presidentes desenvolvimentistas. Nas “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, a quinta parte se intitulava “Planejamento Regional e Urbano” e tratava especificamente da questão. O documento destacava que era certa “a tendência moderna da eleição de determinadas regiões de países imensos, como o nosso, para submetê-las a um tratamento especial, a um esforço coordenado e amplo de planejamento que orienta a sua conquista e seu desenvolvimento econômico”. Ao mesmo tempo, considerava as “personalidades próprias”, a “fisionomia climática peculiar,” os “solos singulares” e a “vegetação típica” das diversas regiões do país, como determinantes reais que condicionavam o esforço humano “que nelas se realiza”. Portanto, ainda que a vontade humana pudesse superar os obstáculos naturais sempre presentes, tal superação custava esforços e precisava “ser feita racionalmente”. Nesse sentido, o então candidato Kubitschek considerava “acertado que o Governo Federal assumira a maior parte da responsabilidade na execução dos grandes planos que já se esboçam no Brasil”. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1955: 224-225).

Na sequência do documento são elencados como grandes planos regionais que já se desenvolviam no Brasil: 1) Valorização econômica da Amazônia; 2) Recuperação do Vale do São Francisco; 3) Desenvolvimento do Nordeste; 4) Expansão das exportações do Vale do Rio Doce; 5) Criação do combinado industrial de Santa Catarina; 6) Desenvolvimento do Brasil-Central com a mudança da capital federal, o desenvolvimento dos vales gêmeos Tocantins-Araguaia e o desenvolvimento da rota Rio-Manaus; e 7) Desenvolvimento dos Territórios Federais. Em seu livro “A marcha do amanhecer”, publicado em 1962 como um balanço de seu governo, Kubitschek (1962: 159) explicaria que o “plano geral para as regiões menos desenvolvidas foi o de acelerar a formação global de riquezas, aumentar a

⁸⁸ O Grupo Misto BNDE-CEPAL foi constituído em 1953 e funcionou até 1955. Seu objetivo era elaborar um estudo de apoio a um programa de desenvolvimento para o Brasil a partir da recém-criada técnica de programação da CEPAL. Nesse sentido, técnicos das duas instituições, chefiados por Celso Furtado, se empenharam em desenvolver um esforço conjunto de planejamento global sistemático da economia brasileira. Conforme Haffner (2002: 114), a “colaboração do grupo misto CEPAL-BNDE foi relevante na origem do Plano de Metas o qual esteve baseado e inspirado nas análises do grupo CEPAL-BNDE, formado por 52 membros da instituição de recém-criado banco”.

produtividade dos empreendimentos existentes e concentrar os novos recursos na promoção de atividades reprodutivas.”

Em “*Industria Argentina y desarrollo nacional*”, Frondizi (1957: 39-40) chamava atenção para o fato de que o rápido e pujante crescimento da indústria na década de 1940 foi inorgânico e acabou agravando muito “*los males que aquejan a nuestra estructura nacional*”, sobretudo, “*acentuó la concentración urbana em unos pocos centros industriales y, en particular, en el conglomerado que rodea a la Capital Federal*”. Dessa forma, entre os objetivos propostos nesse que é considerado o principal texto de referência ao programa de governo do então candidato à presidência da Argentina estava: “*Industrialización de las regiones del interior, mediante la expansión integral de los recursos del suelo y la creación de industrias regionales en todo el territorio nacional*” (Idem: 107).

Na apresentação de suas propostas na rádio El Mundo de Buenos Aires, em 14 de janeiro de 1958, Frondizi (2012d: 65-66) expôs de forma mais ampla a sua proposta para integração nacional:

[...]. Debemos promover la ampliación de nuestro territorio industrial hoy ceñido a la proximidades de Buenos Aires y a una porción del litoral, no desmantelando este gran centro de energía que es uno de nuestros más legítimos orgullos, sino procurando que se expanda y reproduzca a las provincias, incluso a las más alejadas de la Capital, para constituir allí centros fabriles que promuevan riqueza, creen fuentes de trabajo, incrementen poblaciones prósperas, se interrelacionen con el resto del país de una manera fluida y permanente, afirmando así, de forma práctica, la soberanía de la Nación sobre todo el territorio.

Ao comparar a afirmação acima e as propostas dos dois candidatos desenvolvimentistas se pode perceber um pouco a diferença que mais tarde irá marcar os seus discursos presidenciais. Conforme Fausto e Dévoto (2004: 347), o discurso de Kubitschek “era muito mais concreto, com horizontes mais palpáveis (basta pensar em Brasília), e menos confortador que o argentino”. Para os autores, as formulações de Frondizi eram muito mais ideológicas e dogmáticas. O caráter dogmático do discurso e das formulações do desenvolvimentismo frondicista também é destacado por Halperín Donghi (2006: 73) que chamava atenção para o fato de que “en un país que se piensa con categorías surgidas de una realidad distinta de la suya, la tentación de trazar una imagen al margen de la realidad es muy fuerte.”

No uso da integração nacional como objeto discursivo esta diferença era bastante evidente, como já se pode perceber nos documentos de campanha. Kubitschek propunha ações mais concretas para regiões nominadas. Obviamente, o fato de o Brasil já tido uma experiência de estudos sobre temas setoriais e regionais, como a Comissão Mistas Brasil-Estados Unidos⁸⁹ e a própria Comissão BNDE-CEPAL, contribuíram muito para isso. Tais estudos elencavam pontos de estrangulamentos a serem enfrentados para o desenvolvimento nacional e regional do país e serviram de base para o Plano de Metas, que foi a ancora discursiva do presidente brasileiro. Foi com base nas ações ali proposta que o discurso juscelinista ganhou ares específicos para cada região. O discurso de Frondizi, mesmo quando se referia a ações específicas regionais, possuía uma retórica mais ampla, mais conceitual. Porém, em ambos os discursos a integração nacional tinha um duplo sentido era parte de um projeto industrializante de afirmação da soberania nacional e, ao mesmo tempo, expansão de um modelo civilizatório.

Com relação a concepção da integração nacional como parte do projeto industrializante, com o objetivo de defender o Programa de Estabilização Econômica, em discurso por Rádio e Televisão proferido no dia 19 de fevereiro de 1959, Frondizi (2012a: 264) afirmou que:

Nadie ni nada debe detenernos en el propósito de integrar a todo el país por el desarrollo económico de su inmensa riqueza potencial. Constituye por ello un objetivo fundamental de nuestro progreso la ruptura del desequilibrio actual que ha concentrado el máximo del aprovechamiento de riqueza en un radio de 300 km en torno al puerto de Buenos Aires. Estamos dispuestos a acabar con esa injusticia que afecta toda la nación.

Se dará un apoyo decidido a los empresarios y hombres de iniciativa que quieran explotar las enormes riquezas del interior argentino, y aumentar así la potencialidad nacional. Si un industrial u hombre de empresa se decide a alzar su establecimiento en la Patagonia, en Catamarca, en La Rioja o en Santiago del Estero, por ejemplo, tendrá importantes exenciones impositivas y apoyo crediticio, porque su acción contribuirá al progreso de zonas postergadas del país.

Está también en la esencia de nuestros objetivos económicos, evitar que el hombre argentino de Santa Cruz, de Formosa, de Mendoza, de Salta o de Misiones pague, como contribuyente, los desajustes presupuestarios que solamente benefician a sectores residentes en la Capital Federal.

⁸⁹ A Comissão foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953 e tinha por objetivo estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Em seu Relatório, à comissão estabeleceu como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, apontando alguns estrangulamentos gerais e regionais que impediam o desenvolvimento nacional. Porém, a comissão se limitou a indicar o Banco Mundial como fonte de financiamento. Ver: Machado da Silva (2004).

Aqui o presidente argentino reafirmava o diagnóstico comum a todos os grupos políticos e intelectuais do país, a concentração de riquezas no entorno de Buenos Aires, afirmando, ao mesmo tempo, a necessidade de ruptura com o desequilíbrio regional. Porém, como proposta aponta a superação dessa realidade através do incentivo a expansão de uma burguesia industrial, formada por “empresario y hombres de iniciativa que quieran explotar las enormes riquezas del interior argentino, y aumentar así la potencialidad nacional”. Mais uma vez, Frondizi expunha uma característica marcante do seu discurso desenvolvimentista: a aposta na expansão do capital privado, nacional ou internacional, para o interior da Argentina.

Uma das bases que sustentava essa proposta era a concepção dualista da realidade das economias periféricas, originada no pensamento cepalino, mas não restrita apenas a esse. Essa concepção defende que o processo histórico das formações econômicas e sociais latino-americanas haviam reproduzido no interior dos próprios países a divisão internacional do trabalho. De acordo com o dualismo cepalino, adotado também pelo desenvolvimentismo frondicista-frigerista, o subdesenvolvimento promovia uma estrutura socioeconômica onde conviviam ao, mesmo tempo, regiões ricas com atividades econômicas modernas e regiões pobres marcadas por atividades econômicas arcaicas⁹⁰.

Essa concepção foi exposta por Frondizi (2012b:375) na sessão de abertura da VII Conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Buenos Aires, em 10 de abril de 1961. Falando sobre a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos afirmou que as nações industriais haviam realizado “importantes inversiones en los países aptos para la producción de alimentos y materias primas” que determinaram “la introducción de técnicas modernas de producción en esos campos y el mejoramiento de los transportes”, tendo contribuído, em muitos casos com o desenvolvimento de indústrias manufatureiras que “iniciaron e impulsaron la industrialización de los países menos desarrollados”. Porém, os benefícios desse progresso só chegaram aquelas zonas que se vinculavam diretamente a nação industrializadas. O que gerou nas áreas subdesenvolvidas “una diferenciación que se ha designado como ‘economías duales’”, ou seja, “la coexistencia en dichas áreas de sectores con un progreso considerable, con concentraciones urbanas modernas, y de sectores, los mayoritarios, en situación de atraso”.

⁹⁰Tal concepção foi objeto de inúmeras críticas, tanto por parte de intelectuais que vivenciavam os debates naquele contexto, como Ignacio Rangel (2012), como por intelectuais que posteriormente propuseram alternativas a visão cepalina, como Francisco de Oliveira (2003) e os teóricos marxistas da dependência (WASSERMAN, 2017). Esses críticos, a partir de diferentes perspectivas, tinham em comum a posição de que o “moderno” e o “arcaico”, longe de ser inerentes a uma ou outra região e a um ou outro setor econômico, conviviam em uma mesma região e em um mesmo setor, retroalimentando as desigualdades regionais e sociais.

A superação desta dualidade econômica consistia na aproximação entre o “progresso considerável” e a “concentração urbana moderna” de Buenos Aires e o “atraso” das regiões interioranas. Sem o cumprimento dessa tarefa o projeto desenvolvimentista seria incompleto. Sem a ruptura com as disparidades regionais o país seguiria reproduzindo as velhas estruturas coloniais e do subdesenvolvimento, portanto, não conseguiria realizar a sua integração nacional.

Fronzizi (2012c: 313), destacaria tal dilema no discurso que pronunciou da sacada da Casa do Governo de La Rioja, em 16 de fevereiro de 1962:

El desarrollo nacional se hará em profundidad y a lo largo de toda nuestra geografía. La nación que estamos construyendo en medio de grandes sacrificios, será una nación liberada de la pobreza en toda su extensión, desde las mesetas andinas hasta los ventisqueros de Tierra del Fuego. En el término de esta generación, ya no habrá en la Argentina provincias olvidadas. Estamos resueltos todos los argentinos a terminar con la desigualdad y el aislamiento entre las provincias que han dado su sangre y lo mejor de sus hijos por la libertad y la unidad de la Nación. [...]. Pero la promoción del interior del país no se hace con buenas intenciones y con declamar los derechos federales. El progreso del interior es solamente posible como consecuencia de un vasto plan de desarrollo da la Nación. No se realiza con dádivas y ayudas del poder central, como lo ha demostrado la experiencia. La promoción económica de cada una de las regiones de las provincias es parte indivisible de los planes generales de desarrollo. Cuando se extrae petróleo en la Patagonia se está promoviendo el progreso de La Rioja. Cuando La Rioja extrae amianto de sus ricos yacimientos, está promoviendo el progreso de la Patagonia.

Tal discurso era uma crítica as práticas clientelistas que enalteciam as “dádivas y ayudas del poder central” e as antigas disputas entre as províncias, e das províncias com o governo nacional, sobre os “derechos federativos”. Era também uma tentativa de ligar a integração nacional com a linguagem do desenvolvimentismo que se propunha. Proposições como o “desarrollo nacional se hará em profundidad”, a Argentina “será una nación liberada de la pobreza en toda su extensión”, o “progreso del interior es solamente posible como consecuencia de un vasto plan de desarrollo da la Nación” e a “promoción económica de cada una de las regiones de las provincias es parte indivisible de los planes generales de desarrollo”, tem como objetivo produzir esse sentido.

Em muitos momentos esta tentativa discursiva buscava demonstrar que a integração nacional não era apenas uma questão de integração econômica, mas também de integração da

própria nacionalidade, como no discurso pronunciado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, quando foi declarado hóspede de honra do município. Falando aos bolivianos, o presidente argentino declarava que:

[...]. Desde las provincias norteñas, tan entrañablemente unidas a vuestro país por tradicionales comunes y por el flujo incesante de una migración generada por el trabajo, hasta la pampa y la Patagonia, el país recorre zonas de características tan peculiares que, en otras partes del mundo, significarían la constitución de nacionalidades diversas. Entre nosotros, desde la selvática y tropical Misiones, contorneada por ríos, hasta la inmensa y despoblada Patagonia, la soberanía nacional se afirma en una vocación argentina que es irrenunciable. Nuestro empeño actual consiste en consolidar esos lazos para que el desarrollo que hemos promovido sea asimismo prenda de unidad.

Estas reflexiones las dicta la hermandad y se originan en la certidumbre de nuestra comunidad de destinos. En la lucha por la unidad nacional se afirman nuestras personalidades históricas. Ella es la mejor prenda de un provenir de grandeza que se halla hoy, tal vez, más cercano que nunca (FRONDIZI, 2012c: 37-38).

Dessa forma, a integração nacional a partir do desenvolvimentismo era uma forma de consolidar os laços que uniam os argentinos. Uma forma de afirmar que, apesar de o país ser constituído a partir de um conjunto de regiões com particularidades próprias, havia uma personalidade histórica comum e a certeza do destino nacional. Assim, a função de levar o desenvolvimento para o interior e o combate às desigualdades regionais eram garantias de afirmação da soberania nacional.

Um papel importante nessa afirmação era reservado ao desenvolvimento dos transportes. Na visita a Dieta Nacional do Japão em 14 de dezembro de 1961, o presidente argentino declarava que o empenho do governo se dirigia para intercomunicar o país através de linhas de transportes (rodovias, estradas, aeroportos) que “unan a todos los puntos del territorio nacional entre si”. O que promovería “una amplia reactivación nacional, que permita superar la anterior dependencia a todo el país de la excesiva concentración existente alrededor de la Capital” (FRONDIZI, 2012c: 222).

Ao mesmo tempo, conforme Frondizi (2012c:57-58) havia afirmado na inauguração dos trabalhos da última parte da Ruta Nacional 11, na cidade de Reconquista em Santa Fé, em 1º de julho de 1961⁹¹, os “camino y la coordinación de los diversos medios de transportes, terrestres, fluviales y aéreos, permitirán la interconexión de todas las regiones y provincias

⁹¹ Discurso pronunciado.

entre sí, creando el gran mercado nacional unico”. Uma transformação que “producirá una extraordinária vigorización de la economía nacional”, fazendo com que a Argentina seja “un país industrial en toda su extensión”, beneficiando também o setor agropecuário que estava paralisado “por falta de mecanización y de acceso a los mercados.”

Assim, desenvolver os transportes era uma forma de auxiliar na construção de uma Argentina industrial, com um setor agropecuário moderno, com um grande mercado nacional integrado, ou seja, auxiliar na realização do projeto de superação do subdesenvolvimento. Portanto, o uso discursivo da integração nacional não se separava do uso discursivo dos outros objetos, considerados programáticos, pelo presidente argentino. Algo que pode ser visto na fala feita na cidade de Tandil, em 19 de janeiro de 1962:

[...]. La República Argentina está em camino de superar para siempre su imagen tradicional de un interior postergado y una ciudad capital hipertrofiada. Se está rompiendo el monopolio demográfico, técnico y político de Buenos Aires. Y este hecho tiene enormes consecuencias de todo orden. En primero término, ensancha el mercado interno en sus dos extremos de producción y de consumo, al multiplicarse la actividad económica a lo largo de todo el territorio. En segundo término, eleva gravitación social, cultural y política de la población del interior en el conjunto de la Nación. Esto quiere decir que el país se integra como una gran unidad productora y consumidora, y como una gran familia espiritual en la que a no habrá hijos y entenados. Se produce pues una verdadera revolución, una revolución pacífica y positiva, de hondo contenido espiritual y humano, mucho más real y efectiva que las revoluciones violentas que destruyen y dividen los pueblo (Idem: 283).

Nesse trecho de um discurso pronunciado dez dias antes de sua deposição, Frondizi realizou uma verdadeira síntese de suas ideias sobre a integração nacional. A superação das disparidades regionais e da dualidade, Buenos Aires moderna e interior arcaico, a formação de um mercado interno nacional, a melhoria das condições sociais, culturais e políticas das populações do interior e a integração da “gran familia espiritual” que forma a nacionalidade, eram uma síntese do próprio discurso desenvolvimentista. Um discurso que apontava seu programa como uma “revolución pacífica y positiva”, em oposição as “revoluciones violentas que destruyen y dividen los pueblos”. Dessa forma, o trecho do discurso acima exposto representava também a ligação entre integração nacional em sua forma geográfica-territorial com a sua forma política. Assim, a integração nacional era representada como a própria síntese do projeto desenvolvimentista.

Se no discurso de Frondizi a integração nacional era exposta como uma série de caracterizações que representavam a síntese do projeto desenvolvimentista, no discurso de Kubitschek a integração nacional tinha a forma da própria meta-síntese do Plano de Metas: Brasília.

Na construção narrativa que produziu a imagem da obsessão de Kubitschek por Brasília a “corporificação da ideia” teve início em um comício realizado na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, em 04 de abril de 1955. Na ocasião, após ter manifestado que cumpriria rigorosamente a Constituição, o então candidato foi questionado por um dos ouvintes, Antônio Carvalho Soares, o Toniquinho, se pretendia “pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central”. Segundo Kubitschek (2000: 6), a “pergunta era embaraçosa”, uma vez que no Programa de Metas não havia qualquer referência a mudança da capital. Mesmo assim, a resposta soou como um compromisso assumido: “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo”.

A proposta de uma capital no sertão planaltino, que já havia sido pensada como um projeto político por figuras como Adolfo de Varnhagen, Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Americano do Brasil, Peixoto da Silveira, entre outros. Em termos legais, já constava na Constituição de 1891 e foi sendo reafirmada nas Constituições posteriores. Em diferentes momentos comissões que foram presididas por Luís Cruls, Poli Coelho e o Marechal João Pessoa haviam buscado a localização exata da proposição (MAGALHÃES, 2010). Porém, conforme Kubitschek (2000: 6-7), a única providência tomada “havia sido o acréscimo de um retângulo colorido no mapa do Brasil, assinalando a localização do futuro Distrito Federal”.

Desta forma, a transferência da capital e a construção de Brasília foi uma proposta que se incorporou ao programa de governo de Kubitschek ao longo da campanha presidencial. Tal proposta foi inserida na versão final das “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” nas referências ao Brasil-Central, constando da seguinte forma:

Já me manifestei favorável a ideia da transferência da Capital Federal para o Planalto Central, há tanto tempo acalentada por estadistas e patriotas.

Acredito que o deslocamento da sede do Governo para o interior do País, além de ser um passo destinado a alargar rapidamente a onda de progresso sobre as grandes extensões do Brasil Central, acarretará influências políticas e psicológicas do mais alto interesse para o Brasil e permitirá que se instale a sede do Governo numa cidade nova, projetada e construída com carinho para ser o centro do pensamento e do comando da vida nacional.

Tenho estudado de perto este problema e capacitei-me de que não será possível a transferência da administração federal para o interior senão em um prazo da ordem de quinze anos. É um problema de uma geração. É necessário, entretanto, que se iniciem providências efetivas de articulação de transportes, de desenvolvimento agrícola, de valorização e aparelhamento do novo Distrito Federal, para que seja viável a transferência do Governo sem causar transtornos graves ao seu funcionamento.

Estou disposto a iniciar esta obra se tiver o apoio do Congresso Nacional, a quem cabe decidir sobre a localização da Nova Capital (KUBITSCHEK, 1955: 241-242).

Como se pode ver, mesmo favorável a transferência da capital, o candidato Kubitschek definia que tal mudança não aconteceria em curto prazo, afinal, era “um problema de uma geração”. Porém, era possível, dentro do que já se desenhava no Plano de Metas, o início de providências efetivas que a viabilizassem. Algumas dessa providências já haviam sido tomadas no segundo governo Getúlio Vargas, mesmo o então presidente sendo contrário a transferência da capital considerando-a “coisa de maluco” (COUTO, 2001: 19).

Foi o presidente Vargas quem instituiu através de decreto, em 08 de junho de 1953, a última das tantas comissões que buscavam determinar a localização exata da nova capital. A Comissão de Localização da Nova Capital contratou uma empresa norte-americana para executar o levantamento aerofotográfico do Retângulo do Congresso, uma área extensa abrangendo Goiânia e Anapolina, em Goiás, e que terminava em Unai, Minas Gerais. Com base nesse estudo, em janeiro de 1954, foi determinada uma área de 5.850 km² onde seria o novo Distrito Federal. No ponto mais alto daquela localização, um ano depois, seria fincada uma cruz (Idem: 50-51).

Ao assumir o governo, Kubitschek procurou dar andamento na promessa e no projeto que já vinha sendo trabalhado. A tarefa mais complexa consistia em conseguir o apoio político necessário para que o projeto de transferência e construção da nova Capital fosse aprovado na Câmara dos Deputados, uma vez que a proposta:

[...]. Interferia em fortes interesses econômicos, tinha poderosa oposição política, indignava o Rio de Janeiro, desagradava a quase toda a imprensa e principalmente formadores de opinião, não empolgava a sociedade, envolvia gastos astronômicos

num país de economia pequena e em crise. Parecia aventura, leviandade, despropósito. Megalomania, coisa de faraó (Idem: 66).

Ao mesmo tempo, a oposição udenista, utilizando o seu tradicional denunciamento moralizador acusava que a transferência da capital seria mais uma fonte de corrupção e negociata. Nesse sentido, a UDN procurava inviabilizar a tramitação do projeto, tentando forçar o seu arquivamento em agosto de 1956. Em resposta, o presidente conseguiu articular, junto a inúmeros governadores, deputados, senadores e prefeitos, uma ampla frente política de apoio que contava inclusive com lideranças udenistas de Goiás.

O projeto foi desbloqueado e aprovado por ampla maioria, contando com voto favorável de várias lideranças oposicionistas que eram contrárias a transferência da capital, porém, acreditavam que o governo não seria capaz de executar a obra no prazo estabelecido, o ano de 1960, o que levaria a desconstrução política do presidente. Após a aprovação, em 19 de setembro de 1956, foi criada a NOVACAP, empresa estatal destinada a coordenar a construção de Brasília.

O prazo exíguo imposto pela UDN e o empenho do presidente em querer cumprir o desafio proposto encontrava resistências dentro do próprio governo. Lucas Lopes (1991: 204), então presidente do BNDE, nunca fora contrário a transferência da capital, para ele “era algo que o Brasil precisa fazer, para fugir um pouco da rua do Ouvidor e do Jockey Clube do Rio de Janeiro, onde se faziam todas as furtivas políticas”, porém tinha ressalvas quando ao acelerado do processo. Em suas memórias narra que quando “Juscelino decidiu construir Brasília, disse-lhe que era um erro, pelo qual ele iria pagar caro, tentar realizar em cinco anos um projeto que a meu ver deveria ser feito em 15, mas que cabia a ele a decisão”. O mesmo pensamento perpassava por inúmeras pessoas, na imprensa e fora dela, que também defendiam o projeto.

Desta forma, a partir da aprovação do projeto a tarefa do governo Kubitschek consistiu em motivar a população para tamanho empreendimento, criando a partir deste um símbolo da modernização brasileira. Uma tarefa que, extraindo a oposição de setores importantes da imprensa como o jornal Tribuna de Imprensa, de Carlos Lacerda, e a rede dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, acabou sendo recebida com grande entusiasmo na população.

Conforme Cavalcanti (2002: 99),

A construção de Brasília conseguiu entusiasmar a maioria dos brasileiros, sobretudo aqueles das camadas populares. Houve recrutamento de operários por todo o país, principalmente no Nordeste, que havia sofrido uma grande seca. O governo lança uma campanha associando a ida para o Oeste à epopeia do “far-west” norte-americano do século anterior. A nova capital era associada a uma oportunidade para os mais pobres e a um marco do futuro brasileiro mais rico e mais justo. A correlação de uma “griffe” arquitetônico-urbanística ao projeto político provou-se eficaz: apoiar a construção de Brasília era considerado um gesto progressista – abraçado por fração significativa dos intelectuais e classe estudantil – e os oponentes da empreitada ganhavam peça de conservadores.

Papel importante na geração deste entusiasmo tiveram os discursos de Kubitschek, principalmente, a inserção do tema Brasília no objeto discursivo integração nacional. Nesse sentido, a construção de Brasília foi muito mais do que a obsessão do presidente brasileiro foi, sim, o símbolo da ideia de modernidade que perpassou o projeto desenvolvimentista. A nova capital era vista como a alavanca para a integração nacional e o progresso, a terra prometida, mas jamais cumprida, que faria com que o país definitivamente superasse o atraso e o subdesenvolvimento. Brasília assumia, portanto, o papel de marco histórico entre o Brasil Velho e o Novo Brasil que se propunha.

Ao mesmo tempo, Brasília representou, simbolicamente, a própria estratégia política do governo Kubitschek de “encontrar alguma coisa para todo mundo” (SKIDMORE, 2010: 205). Para as Forças Armadas era fruto de uma estratégia de defesa a partir da expansão territorial. Para os moradores do Planalto Central era a chegada do progresso (MAGALHÃES, 2010). Para a burguesia nacional era a construção de um ponto central por onde seria interligada a circulação de mercadorias, fortalecendo o mercado interno. Para o capital estrangeiro era mais uma forma de investimento rentável. Para os trabalhadores, sobretudo, os mais precários, os candangos, era a esperança de um lugar onde se poderia conseguir um emprego e melhor as condições de vida⁹².

⁹² No carnaval de 1958, a música Vamos pra Brasília, de Átila Bezerra, Sebastião Gomes e Valdir Ribeiro, conclamava: “Está na hora, Emília/ Vamos embora pra Brasília/ A ideia não é má/Nasceu com JK/E vai ser um chuí” (Correio Braziliense 24/04/2013).

Todas essas questões eram aproveitadas nos discursos de Kubitschek. Na mensagem de final de ano pronunciada pela “Voz do Brasil”, em 31 de dezembro de 1956, quando abordou longamente o tema da transferência da capital:

Quero abordar agora, meus patrícios, o problema da mudança da capital para Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vem sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional a que de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria.

Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de aperto. Em torno de nós, a vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e no entanto nos aprumamos à beira do mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir terra, marchar para o Oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria.

A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso. Sei e medi todas as consequências dessa mudança da Capital. Não desconheço que acrescentei esforços e canseiras maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo foi dado. Não se iluda ninguém: a Constituição será cumprida em benefício de todos, do país e deste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser Capital da República que se expandiu esta cidade, hoje com raízes tão profundas, e que continuará cada vez mais forte e mais bela (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1958a: 403-404).

Aqui, o presidente brasileiro utilizou uma série de argumentos significativos para defender a construção de Brasília, em um momento onde a transferência da capital ainda era um tema de muitas incertezas e o clima político ainda estava aguçado. Primeiramente, Kubitschek liga o projeto com a legalidade e o cumprimento da Constituição. Sem requerer a paternidade da iniciativa, destacou a coragem de acrescentar “esforços e canseiras maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo” para que um “passo decisivo” fosse dado em “benefício de todos”. Ao mesmo tempo, Brasília era o início de uma “nova era”, a da “marcha para o Oeste”, onde seria feita “a completa consumação da posse da terra”. Significava “erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso”.

Esta não era apenas uma questão discursiva, uma vez que Brasília fora de fato “planejada como ponto central do sistema viário brasileiro, devendo interligar por meio de uma rede de rodovias, os principais centros urbanos do país” (ANASTASIA, 2002: 24). Conforme o próprio Kubitschek (2000: 84) escreveria mais tarde, “a estrada era um elemento civilizador por excelência”, por isso a nova capital foi concebida a partir de um “plano das longitudinais, cortadas, quase na perpendicular, pelas grandes transversais. No centro do sistema ficaria Brasília, que seria uma torre para se contemplar o Brasil”. A “fundação de Brasília” era, portanto, “a fundação do equilíbrio da nação brasileira” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1958b: 74)⁹³.

A partir desta proposição a transferência da capital era ligada ao próprio nacionalismo. Uma ligação feita a partir daquilo que o presidente denominou “Marcha para o Oeste”, definida como “um esforço do bem compreendido nacionalismo que nos anima, nacionalismo que consiste em desenvolver enriquecer e tornar respeitado o Brasil” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1958b: 190-191)⁹⁴. Em 01 de maio de 1959, saudando os trabalhadores, o presidente brasileiro afirmava que o Brasil não queria ser apenas “uma Nação de mão estendida para os países mais poderosos, mas uma Nação orgulhosa do seu progresso, da sua força, ciente de que com sua própria energia se pode construir a grandeza e a prosperidade”. Esse era o nacionalismo que se estava vivendo e pregando, “um nacionalismo que tem dois séculos de raízes, quando brasileiros mais videntes já sabiam que o Brasil jamais seria uma poderosa Nação se não conseguisse conquistar todo o seu território” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1960: 147).

No discurso de Kubitschek, Brasília era, portanto, a realização do destino nacional, buscado pelo “heroísmo dos Bandeirantes”, conforme a verdadeira “Ode ao Bandeirantismo” e a construção de Brasília como continuidade de sua “heroica saga” que pronunciou, em 6 de janeiro de 1958, na inauguração da Ponte João Alberto entre Goiás e Mato Grosso, na confluência dos Rios das Garças e Araguaia:

Como os bandeirantes de ontem, estais possuídos da convicção de que só a coragem moral leva às grandes realizações humanas; não vos falta a abnegação daqueles

⁹³ Frase pronunciada em 15 de março de 1957, no discurso aos estudantes no término da I Semana Mudancista, de São Paulo.

⁹⁴ Discurso pronunciado através da “Voz do Brasil”, em 02 de setembro de 1957, destinado a juventude brasileira, ao ensejo das comemorações da Semana da Pátria.

vossos maiores que até aqui chegaram, a preço de lutas e sofrimentos, impelidos pela força irresistível que os levou a efetuar o recuo do meridiano de Tordesilhas. [...].
[...]

Para que tivésseis uma noção rápida do que se propõe fazer o Governo para a reconquista das terras que os pioneiros trouxeram para o mapa do Brasil, bastar-me-ia pronunciar uma única palavra, que já é um lema de trabalho, e que, no futuro, será apontada como ponto de partida de uma nova marcha para o Oeste, tão decidida e tão corajosa como aquela dos bandeirantes. Essa palavra é Brasília (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1959: 16-17).

Na sequência deste mesmo discurso, Kubitschek ainda afirmava a sua visão do sertão planaltino:

[...] E Brasília como todos vós no Brasil Central bem o sabeis, Brasília é a polarização de todas as energias nacionais para que o mapa da nossa terra deixe de ser um conglomerado de manchas brancas indicativas de vazios sociais e passe a ser, dentro de alguns anos, pelo trabalho de umas poucas gerações, o gráfico de uma população ativa que se intercomunique em seus diversos núcleos e possa vencer os óbices criados pelas correntes de água, pela orografia hostil, pelas distâncias imensas.

Esse é o objetivo da política pioneira do Governo no Centro e no Oeste da nossa terra: preencher os claros criados pelos baixos índices demográficos, dar às populações instrumentos de trabalho à altura do progresso técnico nos nossos dias, integrar o homem do campo, o mais rápido possível, no conjunto nacional, em todas as atividades sociais; criar, em suma, novos mercados internos que possam absorver a crescente produção industrial e gerem, por sua vez, o clima indispensável ao maior crescimento dessa mesma produção.

[...]

[...] com Brasília crescerá todo o Brasil Central, e a propulsão irreprimível dessa empresa gigantesca completará em todos os sentidos a arrancada de prodígios de nossos maiores. Imitemo-los na coragem e no desprendimento; sigamos seus exemplos de bravura e de decisão; os entusiasmos do patriotismo haverão de conduzir-nos ao momento ideal em que todos os brasileiros, os do litoral e os do sertão, os do Centro e os do Oeste, poderão orgulhar-se de haver conquistado, à custas de seus esforços, um estágio de progresso e de bem-estar à altura de seus merecimentos. [...] (Idem: 18-19).

A ideia do “bandeirante aventureiro”, proclamada por Kubitschek, vinha de longa data na historiografia tradicional brasileira e nem mesmo os fundadores da “moderna historiografia brasileira” fugiam a ela. Em “Raízes do Brasil” Sérgio Buarque de Holanda (1995: 102) afirma que “esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riqueza, foram, antes do mais, puros aventureiros”. Apesar de denominar os bandeirantes como “caçadores de índios”, o massacre a população indígena promovida ao longo do processo da expansão bandeirante é deixado de lado para a construção daquelas figuras que ousaram

realizar o “primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia”. Seguindo esse raciocínio, é que o presidente via em Brasília uma oportunidade de levar o progresso aquele “conglomerado de manchas brancas indicativas de vazios sociais”.

A partir desta ligação histórica com bandeirantismo, o presidente brasileiro propõe, na abertura da Exposição Permanente dos Planos, Projetos e Maquetes de Brasília, em 21 de janeiro de 1958, a construção da nova capital dos brasileiros como “o maior passo da caminhada deste povo para melhor destino” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1959: 55). Esta mesma ideia de destino que inúmeras vezes fará o presidente brasileiro ligar o ideal da grandiosa obra com o desejo do patriarca da independência José Bonifácio ou com o “desbravador” Teófilo Otoni, entre outras figuras da história nacional. Esta ideia de destino nacional é que promove aquilo que Benedict Anderson (2008) chama de a nação como “fatalidade histórica”, cujos sacrifícios adquirem o caráter de grandeza moral. Para o presidente Juscelino Kubitschek, Brasília desvendava um destino de quatro séculos e meio, sendo um “estímulo para acelerar a conquista de novos horizontes” (Idem: 234). Assim, passado, presente e futuro se ligavam em uma espécie de teleologia do progresso desenvolvimentista.

Porém, assim como a expansão do bandeirantismo, a “nova marcha para o oeste”, proclamada por JK, também promovia uma espécie de apagamento do outro. A expansão do movimento bandeirante representou o extermínio de milhares de indígenas que não “se adaptavam” ao ideal civilizatório da conquista. A construção de Brasília, por sua vez, representou uma redefinição nos valores dos próprios sertanistas. Analisando os impactos repercutidos nos ambientes culturais do Brasil Central, nas cidades de Planaltina, Formosa e Luziânia, cidades que cederam parte de seus territórios para a nova capital, em um momento considerado como de “radical transição”, Luiz Ricardo Magalhães (2010: 176) afirma que:

O início da construção de Brasília obrigou a sociedade planaltina a ter que digerir valores totalmente novos e, em muitos casos, contrários aos seus. Os acontecimentos provocaram radicais mudanças nos aportes da sua cultura. Acomodações econômicas como aquelas relacionadas à propriedade territorial foram alteradas por meio da política de desapropriações. O sistema cultural e religioso teve os flancos atacados pela nova racionalidade de um mundo desencantado. As lideranças políticas apressaram a apreensão dos novos conceitos na tentativa desesperada de inserir-se nos novos tempos. Tudo isso, em menos de cinco anos, no qual o mundo reconhecido passava por esse rigoroso processo de transformação.

Assim, no ato de modernização, cumpridor do destino nacional, os aspectos históricos e culturais do “sertanejo arcaico” deveriam ser esquecidos, realizando, dessa forma, a função de seleção dos valores e elementos históricos que correspondem às necessidades de “invenção da tradição” (HOBSBAWM, 2012). Se antes fora os indígenas, agora era o sertanejo que deveria se despir do seu “atraso cultural” para adentrar na modernidade estampada na construção da nova capital. Este era o preço a ser pago por aquela população para a luta contra o subdesenvolvimento representada como “bandeira de luta” por Brasília, uma luta que passava por conquistas o que “tem sido nosso apenas no mapa” (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1959: 258)⁹⁵. Era a sua contribuição com a “revolução do desenvolvimento nacional”, cujo, primeiro ato foi Brasília, “a meta número um, a meta-síntese de um Brasil renovado”, uma mudança não apenas de sede de um governo, “mas de todo o rumo de uma grande nação” (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1961: 34)⁹⁶.

Desta forma, identificando o “atraso” no sertão planaltino, a integração nacional através de Brasília era definida como a possibilidade de mudança na estrutura de concentração regional e nas disparidades regionais. Mas era definida, também, como a expansão de um modelo de civilização, o dos setores e das regiões modernas expostos na teoria da dualidade cepalina, abraçada como discurso pelos presidentes desenvolvimentistas.

Assim, o objeto discursivo integração nacional, tal qual Kubitschek (1960: 123) definiu na homenagem que recebeu na despedida da Câmara Municipal do Distrito Federal, seria “o encontro do Brasil de sempre com o Brasil novo representado por Brasília”. Pois, com a inauguração da nova capital na região Planalto Central se estava “encerrando um período histórico, que se caracterizou pelo predomínio do litoral sobre o interior, e começando uma nova época, cujo signo definidor será a presença de um foco irradiador de riqueza e de civilização no próprio coração do Brasil”. Ao mesmo tempo, era a criação de uma zona de contato entre dois “Brasil” que coexistiam “uma Nação progressista, ajustada ao nosso tempo, e uma Nação retrograda, apegada às velhas formas de vida” (Idem: 182)⁹⁷.

⁹⁵ Discurso proferido na Inauguração do Palácio do Alvorada, em Brasília, no dia 30 de junho de 1958.

⁹⁶ Discurso proferido em 31 de janeiro de 1960, no quarto aniversário do governo, perante o ministério reunido no Palácio do Catete.

⁹⁷ Discurso pronunciado na inauguração do primeiro centro de educação média em Brasília, no dia 19 de maio de 1960.

Desta forma, Brasília era o cumprimento da meta da integração nacional, a meta mais vibrante do governo, conforme Kubitschek (1960: 96-97) afirmou no discurso de reabertura dos cursos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 06 de março de 1960:

[...] nas metas cumpridas, ou em últimação, vibra a nota luminosa do otimismo nacional: são as metas que interiorizam a civilização tradicional, que abateram as muralhas das cordilheiras e das selvas, que atraíram para o Planalto Central as poderosas energias da República, e elaboraram a fisionomia respeitável de um Brasil diferente, o de 1960, o da era industrial, que, em 21 de abril, dia consagrado ao idealismo das liberdades sagradas, mudará para Brasília a sede do Governo Federal, sem que a sua ação e a sua animação deixem de estar em todos os núcleos desse formidável trabalho criador!

Este embate entre a “Nação progressista” e a “Nação retrograda” pronunciado por Kubitschek, está “interiorização da civilização tradicional”, também se fazia presente no discurso de Frondizi, onde a dicotomia litoral e interior, assumia a forma Buenos Aires (também litoral) e interior. Da mesma forma a integração nacional era, além de ruptura com as disparidades regionais, uma expansão civilizatória do setor moderno para o arcaico. O que também não era uma novidade na história e na historiografia argentina onde, para além do dualismo cepalino, a contraposição entre civilização x barbárie, moderno x arcaico, remontava a duas obras fundamentais da formação do pensamento modernizador naquele país: “Facundo: Civilização e Barbárie no pampa argentino”, de Domingo Faustino Sarmiento; e “Base y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, de Juan Bautista Alberdi⁹⁸.

Ambas as obras eram verdadeiros manifestos contra a política dos caudilhos, cuja expressão mais forte havia sido Juan Manuel de Rosas e buscavam uma explicação para os males da nação. Sarmiento (1996: 10), apontava para uma realidade argentina caracterizada por “um novo mundo em política, uma luta ingênua, franca e primitiva entre últimos progressos do espírito humano e os rudimentos da vida selvagem, entre as cidades populosas e os bosques sombrios”. Uma luta que despedaçava a Argentina e que poderia ser classificada a partir “dos elementos contrário, invencíveis, que se chocam”. Seriam eles: à configuração do terreno e os que ele engendra; às tradições espanholas e à consciência nacional iníqua,

⁹⁸ Conforme Wasserman (2013: 33-34), estes autores pertenceram a uma geração de intelectuais latino-americanos que “atribuíam aos fatores raciais e aos fenômenos da natureza, como a geografia e o clima, todas as causas dos problemas latino-americanos”. Ao mesmo tempo, “propugnam o branqueamento da população, através do extermínio do elemento índio ou negro e de imigração massiva de europeus”.

plebeia, que a inquisição e o absolutismo espanhol deixaram; à influência das ideias opostas que transformaram o mundo político; à barbárie indígena; à civilização europeia; e à democracia consagrada pela Revolução de 1810, à igualdade, “cujo dogma penetrou até nas camadas inferiores da sociedade”. Assim, para o autor, o “mal” que afligia a República Argentina era a extensão, as “terras desertas” que a “rodeiam por todas as partes e insinuam-lhe nas entranhas; a solidão, o despovoado sem habitação humana” que geravam uma série de inquietações formadoras de um “caráter argentino” com “certa resignação estoica para a morte violenta”.

Juan Bautista Alberdi (apud WASSERMAN, 2013: 35), seguia na mesma direção do “Facundo”, afirmando que o inimigo capital da unidade pura na República Argentina, “no era don Juan Manuel de Rosas, sino el espacio de doscientas mil leguas cuadradas en que deslíe, como gota de carmín en el Río Paraná, el puñadito de nuestra población de un millón escaso”. Tais argumentações serviram de base para a “Conquista do deserto”, conduzida pelo então ministro da guerra, Julio Argentino Roca, durante o governo de Nicolás Avellaneda (1874-1880), uma operação que visava a apropriação completa da região pampeana e da Patagonia, que resultou na morte de aproximadamente 20.000 indígenas (RAPOPORT, 2007).

Esta ideia de expansão civilizatória da região moderna esteve presente no discurso pronunciado por Frondizi (2012c: 332) na mostra da Festa Nacional do Trigo em Leones – Córdoba, em 19 de fevereiro de 1962. Na ocasião, afirmou que seu governo estava “reproduciendo en el interior argentino el vigor y las formas de vida antes concentrados en el cinturón de Buenos Aires”. Esse mesmo tom seria utilizado no discurso em referência ao 50º aniversário de Presidência Roque Sáenz Peña, transmitido pela LRA Rádio Nacional, em 01 de março de 1962:

Hoy la Nación Argentina, cuya grandeza es obra de trabajadores como estos, emprende una etapa que producirá una profunda transmisión en la economía nacional y en el bienestar de sus habitantes. Uno de los primeros objetivos de este cambio histórico es el de reproducir en el interior argentino la potencia cultural y material de Buenos Aires. Con energía, caminos, transportes y servicios educativos y sanitarios, quebraremos para siempre la desigualdad y el aislamiento que fragmentan nuestra geografía (Idem: 337-338).

Desta forma, os discursos dos presidentes desenvolvimentistas atualizavam as ideias de expansão civilizatória. Porém, agora já não era o “heroísmo do bandeirante” ou da “Conquista do deserto”, ambos promotores do genocídio de povos indígenas, que era destacado, mas sim, as próprias bases do programa desenvolvimentista, a industrialização e o capital estrangeiro que iriam gerar o choque de modernidade nas “regiões atrasadas”. Tal era a ideia desenvolvida diante de dois grandes dilemas que atingiram os governos desenvolvimentistas: a questão da Patagônia Argentina e a questão do Nordeste brasileiro.

A Patagônia representava uma região pouco povoada, com temperaturas baixas, em meio ao deserto e as geleiras que principiam o Polo Sul. Ao mesmo tempo, era uma região que, conforme vimos, foi alvo da expansão da “Conquista do Deserto” em fins do século XIX. Também era a região onde se situava um dos pontos de divergência territorial e de disputa diplomática com o Chile, o Canal do Beagle. Sua importância econômica até então era relativamente baixa para a Argentina, mesmo sendo uma região onde se situavam uma Bacia Petrolífera muito pouco explorada. Por isso, a questão da Patagônia Argentina se misturava com um dos temas centrais dos discursos desenvolvimentistas: a Batalha do Petróleo, a política de abertura da exploração do petróleo para o capital estrangeiro. O que a tornava uma região estratégica para a propaganda do governo Frondizi.

Conforme Frondizi (2012c: 215), a Patagônia se constituía na “nueva frontera de la patria”. Era uma vasta região, cuja “formación geológica suscita la admiración de los científicos”, que oferecia “al hombre la perspectiva de confrontar su capacidad de acción para dominar la naturaleza”⁹⁹. Mas era também uma vasta extensão onde estava “creando los principales instrumentos de la liberación nacional”, a “región clave de la transformación de nuestra patria”. Numa projeção de futuro, segundo o presidente argentino, quando se completassem “los planes de desarrollo que están en plena ejecución, el potencial de esta región será igual o superior al del resto del país”, pois, “el desarrollo patagónico duplicará la actual riqueza argentina; será como si se agregara otro más al que ya existe”¹⁰⁰.

Como se pode ver, os discursos sobre a Patagônia se ajustavam no objetivo de convencer a população sobre os ganhos fundamentais do aumento da riqueza nacional, a principal estratégia econômica desenvolvimentista. Falar sobre a Patagônia significava, portanto, falar sobre a integração nacional nos moldes do projeto desenvolvimentista. O que

⁹⁹ Mensagem transmitida na inauguração da LRA Rádio Comodoro Rivadavia, em 13 de dezembro de 1961.

¹⁰⁰ Discurso pronunciado em Comodoro Rivadavia em 10 de março de 1962.

significava também ligar o tema com a defesa da soberania nacional. Tal ligação foi feita por Frondizi (2012c: 297-298), no discurso que pronunciou em Bahía Blanca, em 10 de fevereiro de 1962:

Con tenaz esfuerzo se había conquistado el desierto y afirmado nuestra soberanía jurídica, pero el aislamiento del sur y su estancamiento demográfico y productivo hacían ilusoria esa soberanía. Porque la soberanía no es un acto declaratorio ni una simple reivindicación de fronteras, sino la potencia efectiva que nace del esfuerzo del pueblo. Los argentinos proclamábamos que el sur era nuestro, pero no hacíamos casi nada por integrarlo realmente a la Nación. Lo seguíamos considerando la tierra olvidada.

Sin, embargo es menester destacar la acción de los pioneros que, como los padres salesianos, pobladores y soldados, pusieron con coraje y con tesón los fundamentos de esa soberanía que puede ahora hacerse efectiva en los hechos merced a aquella acción, investida de heroísmo.

Aqui, o presidente argentino reivindica a condição de continuador dos outros “projetos modernizadores” destacados na historiografia tradicional argentina. O desenvolvimentismo seria a continuidade da “Conquista do deserto”, dos esforços dos pioneiros, religiosos, povoadores e soldados, que, com heroísmo, “pusieron con coraje y con tesón” os fundamentos da soberania nacional. A política desenvolvimentista estava reativando e efetivando esse processo histórico rompendo com décadas de “esquecimento” da região sul do país, realizando a integração nacional.

A importância da questão da Patagônia no discurso desenvolvimentista de Frondizi pode ser vista na síntese da ideia de integração nacional feita no pronunciamento na inauguração da LRA 10, Rádio Nacional, em Ushuaia, no dia 10 de agosto de 1961. Na ocasião o presidente argentino afirmou que:

[...] una nación no es solamente una expresión geográfica, ni un patrimonio material. Una nación es una síntesis espiritual, la fraterna comunidad de sentimientos e ideales de quienes la habitan y luchan en su suelo. Hemos dicho en otras ocasiones que la Nación Argentina tenía el deber histórico de integrar al lejano sur en la gran comunidad a que todos pertenecemos. Estamos realizando aceleradamente esa integración en el sector de la economía activando la exploración del petróleo desde Comodoro Rivadavia hasta la Tierra del Fuego y promoviendo la radicación de industrias y la explotación de la riqueza mineral en toda la Patagonia (FRONDIZI, 2012c: 65).

Parte dos principais fundamentos do discurso do desenvolvimentismo frondicista estão presentes nesse trecho. A ideia de aceleração do desenvolvimento, tratada como aceleração da integração nacional, a propaganda da exploração do petróleo, feita mediante o capital estrangeiro, e a defesa da industrialização, tudo converge nos discursos sobre a região do extremo sul argentino. Dessa forma, para além da questão da Patagônia, a integração nacional, ao qual a própria questão fazia parte, era um importante objeto discursivo para a propagação do ideário desenvolvimentista e, portanto, para conquistar adeptos ao governo frondicista. Não atoa a maior parte dos discursos contendo tal objeto foram feitos em períodos próximos às eleições provinciais de 1961 e 1962.

A questão do Nordeste brasileiro fez parte dos discursos e das preocupações de Kubitschek desde o primeiro ano de seu governo. Como já foi referido, o Censo realizado em 1950 indicou que a expectativa de vida da região era de apenas 35,9 anos (IBGE, 2000). Paralelamente, as condições climáticas, a concentração do poder nos latifúndios, a falta de uma economia dinâmica com um mercado interno minimamente consistente, a baixa renda derivada de atividades agrícolas de subsistência nas pequenas propriedades, a distância entre as áreas minimamente desenvolvidas do litoral e a precariedade estrutural do semiárido, eram agravadas pelas questões conjunturais como a seca.

Conforme relata Celso Furtado (2014: 232):

Viajando pelo Semiárido durante a seca de 1958, concentrei minhas observações no quadro social. As condições de vida da população trabalhadora rural eram calamitosas, embora a classe de proprietários de terras não pertencesse sobremodo afetada. Não fora a ação do governo federal, parte da população seria dizimada pela fome, e parte emigraria, obrigando a economia regional a reestruturar-se para sobreviver. A ação do poder público eliminava essa solução “natural” e permitia que as estruturas tradicionais sobrevivessem. Populações que, para os proprietários de terras, desempenhavam a função de “curral eleitoral” eram retidas com meios artificiais. Saltava aos olhos que, se o ponto fraco da economia regional estava na produção de alimentos, a qual desaparecia nas estiagens mais severas, as terras beneficiadas pela ajuda pública deveriam ser utilizadas de preferência para reforçar esse setor. Mas, nos anos normais, a população produzia seus alimentos, o que explicava que as poucas terras irrigadas fossem dedicadas à produção de cana para fabricação de cachaça ou a outra produção qualquer destinada a mercados de maior poder aquisitivo. Em síntese, a ação do governo, sob controle da classe latifundiária, reforçava as estruturas existentes e agravava os efeitos sociais da seca.

Desta forma, o Nordeste era definido como uma espécie de região condenada ao atraso e ao uso da dominação social como barganha política, o espaço dos “coronéis”. Porém, também era o Nordeste “construído como espaço das utopias, como lugar do sonho com um novo amanhã, como território da revolta contra a miséria e as injustiças” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 183). Foi esse “Nordeste da Revolta” que mobilizou setores significativos da sociedade civil e da intelectualidade em defesa de um projeto de ruptura com as condições sociais que condenavam a região. Entre esses setores importantes da Igreja Católica que participaram, junto com Lebrecht, da vertente fundacional social-cristã (BOSSIO, 2014).

Em maio de 1956, os Bispos do Nordeste organizaram, em Campina Grande na Paraíba, um encontro para debater os problemas da região. Foi no encerramento deste encontro que o presidente brasileiro afirmou que o:

[...] Essencial agora é a elaboração de um Plano do Nordeste, não para as gavetas burocráticas, mas para ser executado ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante. Já se acha dito, proclamado, estabelecido, e com acerto, que este problema não é matéria apenas de engenharia hidráulica ou agrônômica, e sim de um conjunto de medidas sincrônicas. Quanto a mim, vou sugerir e recomendar que a primeira medida, nos quadros de um Plano do Nordeste, seja uma solução técnica definitiva no tratamento do solo, no represamento e distribuição das águas, no reflorestamento sistemático, na adoção de novos elementos e formas modernas de cultivo da terra (KUBITSCEHK DE OLIVEIRA, 1958a: 130).

O discurso ia ao encontro do que anteriormente tinha sido escrito nas “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, na parte “Desenvolvimento regional e urbano”, item “Desenvolvimento do Nordeste”, onde chamava atenção para a necessidade de “um esforço mais amplo de planejamento e coordenação de vários empreendimentos públicos e privados que visam a fortalecer a economia do Nordeste” (KUBITSCEHK DE OLIVEIRA, 1955: 233). Assim, era destacada a especificidade da questão nordestina como algo que necessitava uma atenção especial.

Tal atenção especial somente foi concretizada em 1958, a partir de dois fatores conjunturais que agravaram a situação: a forte seca e as derrotas dos aliados do governo nas eleições para governador realizadas naquele ano¹⁰¹. Tais fatores geram a necessidade de, por

¹⁰¹ Naquelas eleições a UDN venceu os governos de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, o PTB venceu no Ceará e no Piauí, o PSD venceu no Maranhão e no Rio Grande do Norte.

um lado, a realização de uma política mais incisiva e concreta em relação ao Nordeste, por outro, a produção de um discurso político que retomasse o crédito político do presidente e do governo junto a população daquela região.

Com este objetivo foi criado em 1958 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado pelo economista Celso Furtado, que naquele mesmo ano se transformaria no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Essas primeiras iniciativas eram englobadas naquilo que, discursivamente, Kubitschek chamou de “Operação Nordeste”, uma referência interna aos objetivos da Operação Pan-Americana, iniciativa lançada pelo governo brasileiro como proposta de combate ao subdesenvolvimento na América Latina.

Está referência foi feita na instalação do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste no dia 25 de abril de 1959, em Recife:

A Operação Nordeste é a aplicação dos princípios da Operação Pan-Americana, por um país, dentro do seu próprio território. Realizando-a, demonstraremos às nobres Nações da América que somos capazes de fazer, dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala maior, para o continente, conforme tivemos ocasião de expressar, quando dirigimos aos povos americanos o nosso apelo, em favor da luta em comum contra o subdesenvolvimento.

[...].

A Operação Nordeste não se deterá, como se deterá a Operação Pan-Americana. Uma e outra se firmam em forças invencíveis: a aspiração de uma vida melhor e mais alta, o desejo veemente de progresso, o ideal cristão de fraternidade e de justiça. A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se empobreceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande Pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1960: 138-139).

Esta tentativa de ligar as duas iniciativas procurava definir uma coerência entre a política externa e a política interna do governo, promovendo através do discurso desenvolvimentista o respaldo e o apoio as medidas de combate a miséria e a pobreza. Uma forma de descaracterizar as críticas a mudança operada na política externa a partir de 1958, através de uma iniciativa interna e, também, uma forma de descaracterizar a crítica em relação a Operação Nordeste com o respaldo internacional. No amago das duas iniciativas, porém, estavam as mesmas ideias: a defesa dessas em relação aos opositores, as velhas oligarquias nordestinas que lucravam com a “indústria da seca” e os defensores de uma postura menos

proativa no cenário internacional; e a defesa das bases desenvolvimentistas como forma de superação da pobreza e da miséria.

A obra mais importante da Operação Nordeste foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, a partir da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Conforme Earp e Prado (2007: 391-392), a Sudene “constituiu um fórum de governadores que decidiam que obras prioritárias receberiam o aporte de recursos federais” a partir de três critérios: a importância para a geração de emprego e renda, a importância para a produção de alimentos e a importância para a fixação do homem à terra. Era um método de decisão coletiva que alterava a velha prática de barganha política em troca de verbas federais, ao mesmo tempo em que garantia maior autonomia aos governadores em relação à União. As prioridades das Sudene foram “a construção de estradas, a implantação de indústrias e a expansão da agricultura de alimentos”, ou seja, não fugiram ao ideário desenvolvimentista.

Conforme Furtado (2007), a Sudene atacava diretamente os interesses do clientelismo da elite local e por isso foi muito atacada. Kubitschek sabia que isso poderia acontecer e demonstrou isso no discurso que proferiu na visita que representantes do Senado e da Câmara dos Deputados lhe fizeram por motivo do encerramento das atividades legislativas anuais, em 15 de dezembro de 1959, ocasião em que sancionou lei de criação da Sudene.

A crítica as práticas de clientelismo e a denúncia das conspirações contra a Operação Nordeste deram o tom do discurso:

Conheço a conspiração dos que sofrem com a metamorfose do Brasil, sentindo-se por ela prejudicados. Conheço o que os inspira e movimenta. Não ignoro os interesses que estão sendo contrariados por iniciativas como esta da Operação Nordeste, a qual será capaz de transformar extensa parte do nosso território, modificando radicalmente a sua política e promovendo a valorização econômica de certas zonas, cujos habitantes figuram entre os mais desprotegidos de nossa Pátria, mas também entre os mais heroicos e merecedores de nosso respeito e desvelo. Sou obrigado a confessar, com tristeza, que encontrei obstáculos à formulação da nova política de desenvolvimento do Nordeste, porque o próprio estado crônico de desamparo de uma parte da família brasileira dava margem a uma espécie de indústria, propiciando o estabelecimento e a permanência de clientelas ávidas a serviço de interesses muitas vezes em conflito com as verdadeiras necessidades do povo e da administração (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1960: 350-351).

Os ataques a Sudene foram uma constante ao longo de seus primeiros anos de existência, sobretudo, ao seu presidente, Celso Furtado, tido como alguém que dificultava a liberação de recursos, um “marxista” que não se preocupava com a questão da fome (FURTADO, 2007). Tais críticas tinham como alvo os critérios estabelecidos pela Sudene que iam em oposição as velhas práticas de clientela do coronelismo político. Críticas que se aprofundaram com o fortalecimento das Ligas Camponesas e da questão da reforma agrária no início dos anos 1960, após o governo Kubitschek.

Apesar destas críticas a Sudene se constituiu em uma iniciativa que concretizava o discurso desenvolvimentista de Kubitschek sobre a integração nacional. A iniciativa deu credibilidade e reforçou a ideia de que o governo estava acelerando o desenvolvimento do país e enfrentando as mazelas sociais a partir de práticas concretas. A Operação Nordeste, no plano interno, bem como, a Operação Pan-Americana, no plano internacional, como se poderá ver no próximo capítulo, davam consistência a essa ideia e eram ações discursivamente atrativas. Dessa forma, o discurso desenvolvimentista do presidente brasileiro conseguia atingir uma linguagem mais direta em seus objetivos políticos, o que o diferenciava do discurso de Frondizi, com uma linguagem mais teórica a partir de questões mais amplas que não tinham uma representação direta na concretude cotidiana da população.

Mesmo assim, uma semelhança marcou a relação entre os discursos e os resultados do processo histórico dos governos desenvolvimentistas. As heranças dos governos Frondizi e Kubitschek, no que tange a integração nacional, foram o reforço das concentrações urbanas. Na Argentina, esse processo ocorreu de forma mais dispersa com o crescimento de assentamentos urbanos intermediários como Rosário, Córdoba, Mendoza e La Plata, uma tendência que seguiu ao longo de toda a década de 1960 (RAPOPORT, 2007: 477). No Brasil, o governo Kubitschek acabou canalizando grande parte dos investimentos públicos em infraestrutura e empréstimos através do BNDE, bem como, a criação de novos complexos industriais originados de capitais estrangeiros e nacionais no Estado de São Paulo, o que aprofundou a concentração econômica (BRUM, 2010: 249-250). Esse fator, juntamente com a construção de Brasília e a fuga das secas no Nordeste, proporcionou um aumento significativo do êxodo rural e da migração de pessoas para os centros dinâmicos da economia nacional.

Sendo assim, apesar dos discursos e das iniciativas desenvolvimentistas a realidade da integração nacional e do combate as disparidades regionais esteve longe de ser concretizada

nos governos Kubitschek e Frondizi. Os próprios limites do desenvolvimentismo não permitiram essa concretização.

3. CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTISMO: ESTABILIDADE POLÍTICA, ESTABILIDADE ECONÔMICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

A partir do entendimento do desenvolvimentismo como uma formação discursiva, ou seja, como um conjunto de objetos discursivos semelhantes que remetem ao que se pode ou deve ser dito em uma determinada formação ideológica, é importante reafirmar que tais objetos discursivos emergem da conjuntura nacional em que a formação discursiva desenvolvimentista participa e das necessidades próprias aos discursos políticos. Nesse sentido, é que os objetos discursivos aqui elencados como aqueles que remetem ao que se pode caracterizar como as condições para o desenvolvimento adquirem relevância como uma resposta que vai além daqueles que remetem propriamente ao conjunto de objetos semelhantes que compõe a formação discursiva desenvolvimentista entendida como uma formação discursiva latino-americana.

Tais objetos remetem aos dilemas comuns, mas com características específicas, aos contextos históricos de Brasil e Argentina. Se referem diretamente as caracterizações propostas para o período dos governos em questão: o cenário internacional em transformação, a polarização interna e a crise econômica. Remetendo, ao mesmo tempo, as diferentes respostas discursivas dadas por Kubitschek e Frondizi em relação aos dilemas derivados deste contexto histórico. Aqui emergem também as semelhanças e diferenças dos desenvolvimentismos adotados pelos presidentes.

No cenário interno, tais semelhanças e diferenças são determinadas pelo grau de intensidade da polarização política e da crise econômica. Com relação a primeira questão, é relevante afirmar que a polarização política não se inicia com esses governos. É uma herança anterior, aprofundada na conjuntura que marcou a ascensão e a posse dos presidentes desenvolvimentistas. No Brasil, esteve marcada desde pelo menos o imediato pós-Guerra pelos conflitos entre o getulismo e o antigetulismo. Conflitos estes que se aprofundaram no segundo governo Vargas (1951-1954) com a tentativa de golpe que resultou no suicídio do presidente e a forte reação das massas populares contra setores da oposição. Tal conflito também esteve presente na campanha presidencial, na tentativa de golpe e no contragolpe que garantiu a posse de Kubitschek. Ao longo de seu governo, o presidente brasileiro procurou

amenizar essa polarização criando no jogo político uma hegemonia que garantiu uma “estabilidade instável”, para usar o conceito de Benevides (1976;1991), para o governo.

Na Argentina, a principal característica do período que se inicia na década de 1930 e se prologou pelas quatro décadas posteriores foi a da “anormalidad permanente” que, segundo Halperin Donghi (2006: 75), foi “el único clima histórico conocido por varias generaciones argentinas”. Essa característica se aprofundou com a emergência do peronismo e, conseqüentemente, do antiperonismo, produzindo a intensa polarização política que marcou a sociedade argentina desde a segunda metade da década de 1940. Tal polarização se radicalizou no período que precedeu o golpe de 1955 que depôs Perón. A instituição da Revolução Libertadora aguçou ainda mais a radicalização com a proscrição do peronismo, o fuzilamento de militares ligados ao general deposto e a violência contra os militantes e os simpatizantes daquele movimento. O conflito peronismo x antiperonismo esteve presente tanto na campanha presidencial, quanto ao longo do governo Frondizi, ora afirmando antigas pautas, ora se inserindo nas novas dinâmicas conjunturais. Tal fato determinou a instabilidade constante que marcou a dinâmica política do processo de implantação do desenvolvimentismo frondicista na Argentina.

Ao mesmo tempo, a crise econômica impunha necessidades de urgência aos governos brasileiro e argentino. No Brasil, o processo de relativo crescimento econômico que vinha acontecendo desde o imediato pós-Segunda Grande Guerra começou a apresentar, em 1955, uma tendência de reversão. Conforme Miriam Cardoso (1978: 395), o ritmo do aumento da produção real, que entre 1953 e 1954 foi de 8,2%, diminuiu entre 1954 e 1955 para 5%, ficando abaixo da média de 5,9% apresentada entre 1948 e 1954. Já o aumento relativo da renda real atingiu 1,1% e o nível da renda real por habitante foi de 1,3%, muito abaixo do que vinha acontecendo até então. Estes eram indícios de que “a situação favorável que a economia brasileira vinha desfrutando começa a sofrer uma inversão”.

Conforme a autora,

O crescimento econômico brasileiro depois da guerra até 1954 indica uma elevação da renda real que ultrapassa a da produção real e uma oferta total que aumenta mais rapidamente do que a renda real. Estes fatos demonstram que a expansão verificada na economia não se deveu propriamente a um esforço de poupança, a acumulação necessária sendo possibilitada por circunstâncias de origem principalmente externa, sobre as quais o controle que as forças nacionais podem exercer é mínimo. (Idem: 397).

Os diagnósticos da situação eram extremamente pessimistas, porém haviam iniciativas no sentido de produzir uma saída, como já foi apontado, através dos estudos da Comissão Mista Brasil-EUA e da Comissão Mista BNDE-CEPAL. Dessa forma, o clima intelectual para superação da crise era propício e as ideias desenvolvimentistas tinham terreno dentro deste clima. Nem mesmo a orientação liberal dada por Eugênio Gudin a política econômica do governo Café Filho abalou a continuidade de muitas ações industrializantes iniciadas no segundo governo Vargas. Essas foram algumas vantagens que Kubitschek teve na implantação do seu programa de governo e na recepção de seu discurso desenvolvimentista.

Na Argentina a crise econômica já se demonstrava nos sinais de esgotamento da política econômica adotada pelo governo peronista, atingido o auge desse processo em 1952, quando o próprio governo peronista acabou alterando as bases do que vinha fazendo até então, sobretudo, mediante uma política de atração de capitais estrangeiros (WALDMANN, 2008). A situação se agravou na segunda metade da década de 1950 com a política ortodoxa adotada pela Revolução Libertadora, que em que pese a defesa da austeridade resultou no consumo de 700 milhões de dólares que haviam sido deixados nos cofres públicos quando da derrocada de Perón e no crescente endividamento público.

Assim, em 1958 a situação apontava o seguinte quadro:

- 1) El crédito estaba totalmente agotado. El mercado de inversiones había trazado una cruz sobre la República Argentina en virtud de que los problemas del Ansec, Cade, Dinie y Bernberg carecían de solución de acuerdo a las leyes y a los convenios internacionales quebrantados. Nuestra deuda externa, que al 1º de mayo iba a alcanzar la suma de mil millones de dólares (unos cuatro mil millones de hoy), rebasaba el volumen del crédito aceptable, de aquellos tiempos, claro está;
- 2) El mantenimiento de la actividad de las empresas y los servicios requería un volumen de combustibles – especialmente petróleo – por un valor del orden de los 270 millones de dólares anuales, y la balanza de pagos acusaba un déficit progresivo, también por dos razones fundamentales:
 - a) Porque los saldos exportables eran cada día menores, en virtud del aumento del consumo interno por la mayor población, etc.;
 - b) Porque los precios de nuestros productos en el mercado mundial habían ido decayendo, año tras año a partir de 1951, mientras los precios de nuestras importaciones aumentaban también, año tras año. (GÓMEZ, 2004: 52).

Além disso, a inflação destruía o poder de compra da classe trabalhadora que presenciava a constante perda do valor aquisitivo de seus salários. O aumento das indústrias

de consumo requeria cada vez mais matérias primas e combustíveis e havia um verdadeiro muro separando a Argentina dos principais centros de investimento. Resumindo, “el país carecía de toda perspectiva de superar las dificultades naturales que le creaban una estructura económica renga y una situación financiera catastrófica” (Idem: 53). Por fim, a radicalização adquirida pela polarização política e as desconfianças dos setores militares hegemônicos em relação ao presidente criavam um clima onde a construção de consensos mínimos se tornava quase impossível, o que dificultava e muito a recepção do discurso desenvolvimentista de Frondizi.

No cenário internacional, tais semelhanças e diferenças estiveram marcadas pelos diferentes momentos entre os governos. Apesar da diferença de dois anos entre o começo do governo Kubitschek (1956) e o começo do governo Frondizi (1958) se situar dentro do espaço temporal de curta duração, a dinâmica de uma conjuntura em rápida transformação condicionou diferentemente tais governos. Os efeitos do Tratado de Roma (1957), que constituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), as restrições de acesso a capitais estrangeiros, o processo de descolonização da África e da Ásia, as mudanças na Guerra Fria e a dinâmica da Revolução Cubana, afetaram de forma muito mais profundas a conjuntura do governo argentino do que a do governo brasileiro. Dessa forma, tanto na aplicação do programa desenvolvimentista, quanto nas estratégias discursivas, os limites do contexto internacional foram maiores para Frondizi do que para Kubitschek (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Relacionado a estas questões que caracterizavam o período dos governos Kubitschek e Frondizi, é que foram produzidos os objetos discursivos aqui selecionados como as condições para o desenvolvimento. Por se relacionarem concretamente com fatores conjunturais possuíam uma relação mais direta com a função de interpelação dos sujeitos que o discurso político promove. Ao mesmo tempo, a partir deles emergiam temáticas e novos objetos que se produziam discursivamente como concepções que propunham diretamente um determinado comportamento as classes e aos atores sociais diante das medidas tomadas pelos governos em uma conjuntura complexa e dinâmica.

3.1. Estabilidade Política

O clima de instabilidade política reinava no Brasil e na Argentina no momento da posse dos presidentes desenvolvimentistas. Ambos processos eleitorais haviam sido marcados por polarizações onde as candidaturas de Kubitschek e Frondizi eram vistas como opositoras de governos que assumiram o poder derivados de golpes ou tentativas de golpes. Ao mesmo tempo, eram vistas como próximas as forças políticas que haviam sido depostas direta ou indiretamente em episódios traumáticos para as sociedades argentina e brasileira.

Juscelino Kubitschek, como representante da aliança PSD-PTB, era um identificado como um herdeiro do getulismo. Por isso, inúmeras manobras foram tentadas para, primeiramente, a não concretização de sua candidatura, posteriormente, a sua não eleição e, por fim, a sua não posse como presidente. Tais manobras envolveram os setores “antinacionalistas” do exército, os golpistas da UDN, liderados mais uma vez por Carlos Lacerda, e o próprio governo do presidente Café Filho. Conforme já destacado, a posse do presidente somente foi garantida pelo contragolpe deferido pelo Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, em 11 de novembro de 1955.

Arturo Frondizi, por sua vez, apesar de ter uma trajetória marcada pela oposição ao peronismo, tanto como advogado de presos políticos, como quando parlamentar líder do bloco de oposição, era visto com desconfianças, principalmente, pelos militares líderes da Revolução Libertadora. Suas posições críticas a política econômica do governo Aramburu, sua defesa da estratégia de diálogo visando a construção de um “peronismo sem Perón”, contrastando com a proscricção do movimento, o passado marxista de alguns de seus assessores mais próximos, como Rogelio Frigelio, faziam com que o então candidato fosse considerado um oportunista “maquiavélico”, “protocomunista”, alguém que abriria o caminho para o retorno de Perón ao poder.

Nesse sentido, inúmeras foram as tentativas de enfraquecimento de sua candidatura. A ruptura de seu partido, a UCR, as manobras do governo em prol de seu adversário, Ricardo Balbín e as tentativas de forçar o peronismo a uma posição de neutralidade, foram medidas visando a sua não eleição. Manobras políticas que não se restringiram ao processo eleitoral, pois, uma vez Frondizi eleito, alguns movimentos golpistas e continuístas foram tentados com vista a não dar posse ao novo presidente. A posse somente foi garantida depois que alguns

setores antiperonistas conseguiram criar condicionantes ao novo governo e o setor majoritário das Forças Armadas exigiu o cumprimento da palavra empenhada de entregar o governo independente de quem fosse eleito.

Dentro deste contexto, a necessidade de diluir as resistências, a busca de pacificação em meio as polarizações, bem como, a própria permanência do governo, passavam pelo uso dos recursos políticos para a consolidação de uma coalizão política sólida. Nesse sentido, a defesa da estabilidade política como condição para o desenvolvimento transformou-se em um importante objeto discurso. Tal objeto ligava-se a outros objetos discursivos e temáticas que eram parte dos debates políticos daquele período histórico, tais como a democracia, o papel das forças armadas, o papel dos trabalhadores e dos sindicatos, o papel da burguesia, o comunismo e, especificamente no caso argentino, o peronismo.

É importante ressaltar também que quando da posse dos presidentes desenvolvimentistas, Brasil e Argentina estavam sobre Estado de Sítio. No Brasil, o Estado de exceção havia sido decretado após a tentativa de golpe e o contragolpe que garantiu a posse de Kubitschek. Na Argentina, a Revolução Libertadora era por si só um Estado de Exceção que impunha uma semidemocracia, onde a participação política do principal movimento de massas do país, o peronismo, era proibida. Nesse sentido, a ideia do restabelecimento do Estado de Direito foi afirmada como uma sinalização de pacificação e construção de uma unidade nacional nos primeiros discursos presidenciais.

Na cerimônia de recebimento do diploma de presidente, realizada no Tribunal Superior Eleitoral em 27 de janeiro de 1956, Kubitschek (1958a: 10) definiu aquele momento como um ato que fortalecia “o princípio de que não vingam mais entre nós o arbítrio e de que a lei é forte”. O presidente eleito, e agora diplomado, afirmava ainda que:

[...] Só se podem incluir, no número dos países civilizados, aqueles em que as regras do jogo político são invioláveis, depois de aceitas. Só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgoverno.

Não é apenas a nós, Senhor Presidente e Senhores membros desta alta corte, a quem consagram Vossas Excelências supremos magistrados da República Brasileira; o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de toda a autoridade nas democracias. O que proclama este Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei.

Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir toda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos. Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Toda nossa segurança virá sempre da lei.

A defesa da lei como guia de ação para o governo remetia ao reconhecimento da legitimidade do processo eleitoral e a defesa do Estado democrático de Direito. Ao mesmo tempo, era uma sinalização de que a estabilidade política era um dos seus principais objetivos. Conforme Cardoso (1978: 246) o governo perseguia tenazmente a paz política e procurava obtê-la “utilizando a tolerância política como principal instrumento”, procurando identificar-se com “a Nação, acima dos grupos ou facções, acima de antagonismos e controvérsias”. Apresentando, assim, uma visão de que “o debate como troca de ideias é enriquecedor e através dele se exerce a democracia”.

O primeiro grande teste para a proposta de tolerância política e de pacificação do governo Kubitschek foi a Revolta de Jacareacanga, ocorrida entre 11 e 29 de fevereiro de 1956, quando um grupo de oficiais da Força Aérea, liderados pelo Major Haroldo Veloso, promoveu uma tentativa frustrada de golpe contra o presidente. Em resposta a essa tentativa de golpe, o governo articulou junto ao Congresso Nacional a aprovação do Decreto Legislativo Nº 22/1956 que concedeu “anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956”¹⁰².

Em termos discursivos, a Revolta de Jacareacanga somente esteve presente no pronunciamento feito no Encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste em 26 de maio de 1956. Naquele momento, Kubitschek (1958a: 120) considerou a revolta como um episódio de “um espírito generalizado de desordem e subversão” que havia desde muito tempo “em todos os setores da vida pública do país”. Comentando a sua reação diante daquele episódio, o presidente brasileiro destacou:

[...] Atento que sou a certos valores eternos como a Justiça e a Liberdade, a mim sempre me pareceu que nenhum deles subsistiria sem a Ordem, e que a Ordem se impunha, assim, como problema fundamental para um chefe de Estado. Decidi-me então a restaurar neste país a ordem militar, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a ordem dos espíritos. Deste modo, o meu governo imediatamente afirmou-se pela presteza com que restabeleceu o princípio da autoridade, a tranquilidade pública e a confiança na legalidade. E na vitória apresentei-me generoso e compreensivo, prefiro dizer, cavalheirescamente, que até mais compreensivo que generoso, imune como sempre de qualquer pequeno sentimento de vingança ou de qualquer mesquinho desejo de

¹⁰² Disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-22-23-maio-1956-350621-publicacaooriginal-1-pl.html>

represália; e dessa fidelidade do presidente da República à sua própria natureza humana surgiu espontaneamente o projeto da anistia, que foi ideia minha e apresentado por iniciativa também minha junto ao Senhor Vieira de Melo, líder da maioria na Câmara dos Deputados. A concessão da anistia, nos termos do projeto Vieira de Melo, como é obvio, representava ao mesmo tempo o pensamento de todo o governo e das forças parlamentares que o apoiam. [...]. (Idem: 120-121).

Este discurso foi pronunciado três dias após a publicação do Decreto de Anistia e quase três meses após o desfecho da revolta, o que demonstra a forma prudente como o tema fora tratado publicamente. Nele o presidente brasileiro não somente reafirma a defesa da lei e da justiça como fizera anteriormente, como produz um discurso de defesa da Ordem. Cardoso (1979: 157) chama atenção para o fato de que “as facções que se opunham ao governo não pareciam esquecer as pretensões golpistas e mantinham acesa a fogueira, mobilizando considerável da opinião pública”. Assim, dada “esta ameaça permanente e o tipo de acusação que faziam, o grande escudo era a ordem, escudo que, claro, só se ajusta as facções dominantes”.

Era a Ordem a grande garantidora da estabilidade política, da democracia e o que tornaria possível a diminuição dos ódios políticos. Uma diminuição que começou a ser saudada no discurso de final de ano, pronunciado pela “Voz do Brasil” em 31 de dezembro de 1956. Na ocasião o presidente celebrou que “o mais belo fruto de 1956 foi a diminuição dos ódios políticos que ameaçavam transformar o Brasil numa grande fogueira”. Da mesma forma, o ano que se findava era considerado como o “ano da consolidação definitiva da democracia em nosso país”. De agora em diante ninguém mais ousaria discutir a maturidade “do nosso povo para o exercício do voto”, ninguém mais discutiria “os direitos dos partidos de apresentarem os nomes que lhes parecem mais convenientes, entre os seus filiados, para disputarem os postos do governo e da administração”. Para o presidente brasileiro, a democracia não era “fruto da improvisação: ela deve forçosamente ser construída com paciência, tem que apurar-se e depurar-se, necessita passar por um longo processo para conquistar a perfeição”. Por isso, não hesitou em anunciar “a vitória da democracia e a consolidação do regime” e que com isso o povo conquistara “a estabilidade do regime, a garantia de sua segurança e de sua liberdade” (KUBITSCHKE, 1958a: 398-401). Um anúncio um tanto quanto precipitado, porém, recorrente nos discursos de Kubitschek.

Em meio aos preparativos das eleições gerais de 1958¹⁰³, Kubitschek mudaria o tom otimista utilizado no último discurso do ano 1956. Diante de uma intensa campanha acusatória contra o governo, sobretudo, por parte da imprensa ligada a oposição, o presidente acusava a oposição de ameaçar a democracia:

Seria inútil – além de impossível – esconder que, periodicamente, a nossa democracia é ameaçada, nos seus fundamentos, de maneira particularmente violenta. Essa ameaça intensifica-se com a aproximação dos pleitos eleitorais. Seis meses antes de se ferirem esses pleitos, em obediência aos preceitos legais – desencadeia-se uma campanha extremamente atentatória à estabilidade do regime em que vivemos e do qual não devemos nos afastar. Certos elementos oposicionistas, na previsão da impossibilidade de conquistar o poder político, ou mesmo de melhorar a posição quantitativa no Congresso – por via legal – atiram-se a campanhas cujo objetivo é, de fato, destruir o sistema político que lhes veda a vitória, porque fundado na livre decisão do voto majoritário. Na presciência de que as eleições não lhes corram a contento, atiram-se contra tudo e contra todos, procuram aumentar as dificuldades existentes, armando escândalos, avançando afirmações, que só servem para provocar crise de confiança no regime. Não desejo estender-me em comentários que possam, mesmo de leve, desvirtuar o sentido deste pronunciamento, mas é meu dever advertir a nação contra essas campanhas depredatórias, que antecedem as lutas eleitorais, a fim de que o espírito público conserve a sua serenidade e não se deixe impressionar por ataques injustos que, muito mais do que ao Governo, atentam, repito, contra a própria existência da legalidade democrática em nossa Pátria. (KUBITSCHEK, 1959: 218)¹⁰⁴.

Na busca de identificar o governo com a democracia, Kubitschek propõe que os ataques a este eram ataques ao próprio regime democrático. Nesse sentido, a tradição golpista de segmentos da oposição era identificada com as ameaças periódicas a democracia. Da mesma forma, tais segmentos eram classificados como grupos políticos que, quando estavam em situação desfavorável eleitoralmente, demonstravam pouco apreço pelo respeito as regras do jogo democrático. Assim, eram contrários a “ordem” que o presidente, desde o princípio se comprometia a respeitar.

Uma vez passada as eleições o tom do discurso presidencial mudaria. Novamente, a ideia de que o seu governo estava consolidando a democracia substituía a denúncia das ameaças ao regime democrático. Em pronunciamento de rádio e televisão, realizado em 28 de outubro de 1958, Kubitschek (1959: 360-361) proclamou mais uma vez que o regime

¹⁰³ Nas eleições gerais de 3 de outubro de 1958 seriam escolhidos 11 governos estaduais, um terço do Senado Federal, a totalidade da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas.

¹⁰⁴ Discurso pronunciado em 19 de maio de 1958 através da “Voz do Brasil”.

democrático estava consolidado no Brasil. Comparando as eleições de 1958 com o pleito anterior afirmou que quando fora eleito “o conceito de democracia demonstrava ter perdido muito o seu conteúdo”, o “próprio direito de ser candidato era negado a quem o poderia legitimamente ser”. Além do mais os seus opositores valiam-se de “extrema violência de linguagem e, mais do que isso, de teses eivadas de paixão partidária, com verdadeiras distorções de raciocínio”. Dessa forma, em um contexto em que o “quadro não era nada animador”, a “liberdade estava ameaçada nos seus fundamentos”.

Diferente daquele contexto, conforme o presidente brasileiro, nas eleições recentemente realizadas “aos adversários de ontem e a todos os que militam na oposição ao meu governo no presente – não faltou nenhuma forma de garantia e de segurança”, tampouco, o presidente usou “dos recursos administrativos de qualquer espécie” para “intervir ou pretender alterar a definição das posições determinadas pelo voto”. Tal fato demonstrava que estávamos “saindo aos poucos do mau hábito de transformar cada eleição numa hora tempestuosa da nacionalidade” (Idem: 362).

Para Kubitschek (1959: 362-363), o ato de votar não deveria e não poderia “ser senão um ato perfeitamente normal”, uma vez que é pelo voto “que não somente funciona o sistema, mas também se espelha, em toda realidade, a saúde do regime”. Portanto, fazer de cada eleição “uma espécie de juízo final”, onde “um candidato se desonra” ou “um partido se destrói por não ter conseguido os votos necessários à conquista de posição”, seria “renegar o espírito da democracia”. Sendo assim, o resultado de uma eleição seria um “insubstituível manancial de ensinamento para os partidos”, pois, “não há grande vitória que não seja precedida de derrotas” e o próprio “equilíbrio da República” repousaria “na alteração período das correntes partidárias”. Por isso, nenhuma vitória foi mais “auspiciosa para o regime” do que a forma como se realizaram aquelas eleições, afinal, segundo o presidente, não houve ameaças, “nem se exasperaram as facções em luta” e “o eleitorado pode, de maneira nítida, exprimir a sua vontade”.

Os resultados das eleições de 1958 refletiram as mudanças que vinha ocorrendo no nível socioeconômico, uma vez que, no nível regional, significaram a queda da oligarquia agrária, e no nível nacional, “a derrota da tradicional aliança PSD/PTB, em detrimento dos ‘coronéis’ e em favor da expansão do PTB” (BENEVIDES, 1976: 124). Com relação ao partido do presidente, esse sofreu uma série de derrotas importantes. Mesmo tendo conseguido assegurar a maioria na Câmara, com a eleição de 115 vagas em um total de 326 deputados, seu

crescimento foi de apenas 1 deputado em relação as eleições de 1954. No Senado, o PSD conquistou apenas 6 vagas das 21 em disputa. Nos estados a derrota foi gritante, em um total de 11 mandatos em disputa elegeu apenas dois governadores: no Espírito Santo, onde Carlos Fernando Lindenberg foi eleito, e em Goiás, onde elegeu José Feliciano Ferreira. As derrotas mais significativas foram em Pernambuco e no Rio de Janeiro, onde era governo desde 1947; no Rio Grande do Sul, onde Leonel Brizola do PTB foi eleito; e em Minas Gerais, estado do presidente, onde a aliança PSD/PR havia elegeu o governador em 1950 e em 1955. O partido perdeu ainda no Pará, no Mato Grosso, no Paraná, no Distrito Federal e em Santa Catarina.

Quem também saiu derrotado das eleições de 1958 foi a UDN que apesar de ter conquistado 4 governadores estaduais (Piauí, Pernambuco¹⁰⁵, Sergipe e Bahia) e estar na coligação de mais dois governadores eleitos (São Paulo e Rio de Janeiro), reduziu sua bancada na Câmara em 4 deputados, passando de 74 para 70 deputados, e nas Assembleia Legislativas, onde diminuiu de 185 para 175 deputados. O grande vencedor, proporcionalmente, foi o PTB que conquistou três governadores (Amazonas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), além de estar em outras três coligações vencedoras (Ceará, Pernambuco e Sergipe), aumentou sua bancada na Câmara de 56 para 66 deputados e aumentou sua presença nas Assembleias Legislativas, passando de 139 para 169 deputados.¹⁰⁶

A derrota do PSD levou o presidente a uma mudar também o discurso em relação a oposição. No mesmo discurso de 28 de outubro de 1958, o tom de denúncia deu lugar a um pedido de colaboração:

Não desconhecendo quão inestimável é o contingente de críticas que a oposição faz chegar à administração – acho de toda a procedência lembrar – o que deveria estar sempre presente na conduta oposicionista – que os governos são expressões efêmeras e que, em certas ocasiões e em face de determinados problemas capitais para o país – o interesse público deve sobrepair a qualquer espécie de interesse partidário. Não temos dois países – um do Governo e outro da oposição; nem são países diferentes o país dos problemas de natureza estritamente política e o país que é preciso preservar, defender, amparar no seu processo delicado para o amadurecimento (KUBITSCHK, 1959: 365).

¹⁰⁵ Em Pernambuco, apesar do governador eleito, o usineiro Cid Sampaio, ser ligado a UDN, a vitória foi construída dentro de um campo político com forte presença da esquerda, contando inclusive com o apoio do PCB. A coligação vencedora, Oposições Unidas, era composta por UDN-PTB-PCB (semiclandestino)-PTN-PSP-PSB e dissidentes do PSD. Ver: MONTENEGRO; SANTOS (2007).

¹⁰⁶ Dados retirados da publicação “Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores. v.4” do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ver: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1961.

A partir destas considerações o presidente solicitava “um movimento de atenta reflexão, uma pausa para que encontremos todos, mesmo os de divergências partidárias mais acentuada, um ponto de convergência que conduza ao legítimo interesse público” (Idem: 366). Mais uma vez, Kubitschek apelava para a tolerância política, agora por parte da oposição, e para a pacificação em torno de um objetivo maior: o interesse nacional. Era necessário ordem para que o país seguisse o seu delicado “processo para o amadurecimento”, ou seja, era necessária a estabilidade política para que o desenvolvimentismo conseguisse ser implementado. Dessa forma, o projeto do governo indiretamente era reafirmado como um projeto de Nação que estaria acima das disputas partidárias, era uma forma de discursivamente promover o “equilíbrio instável”.

A busca de pacificação e de unidade nacional também fez parte dos discursos de Arturo Frondizi. A posse do presidente argentino pelas tensões entre os compromissos por ele assumidos nos períodos pré-eleitoral e pós-eleitoral com os dois principais grupos em conflito. No pacto estabelecido com Perón, que lhe garantiu os votos necessários para a vitória, estava escrito que o presidente em um prazo de 90 dias após a sua posse se comprometia em reconhecer o Partido Peronista, devolver seus bens e levantar a proscricção política (COOKE, 2007: 657). Porém, logo após a vitória eleitoral de Frondizi, cresceu entre a extrema-direita militar um movimento “continuísta” que propunha o não reconhecimento dos resultados e a anulação das eleições estendendo a Revolução Libertadora até a concretização dos “postulados setembrianos”, uma referência aos valores propagados quando da deposição do governo peronista. O general Pedro Eugênio Aramburu estava ciente de que a instauração de uma “ditadura democrática” abalaria profundamente os prestígios das Forças Armadas e sua própria integridade pessoal, afinal, tanto os militares, como o próprio presidente, haviam feito a promessa de entrega da presidência independente de quem fosse o eleito. Dessa forma, acabou entregando o governo para Frondizi, porém, impondo uma série de condicionantes que iam desde a autonomia militar e a não reincorporação dos militares peronistas, até o compromisso de que as Forças Armadas seriam consultadas diante de temas considerados de segurança nacional (POTASH, 1984). Iniciava-se naquele momento a chamada tutela militar, um dos principais condicionantes para a estabilidade política e a construção de um Estado Democrático de Direito propostas por Frondizi.

Mesmo diante deste condicionantes, em seu primeiro discurso presidencial¹⁰⁷, Frondizi (2012a: 16-18) afirmava que o novo poder executivo considerava que deveria ser revogada “toda legislación represiva de las ideas y suprimidos los organismos creados a tal fin” para que qualquer cidadão possa “elegir y ser elegido, y todos los partidos políticos podrán constituirse y desarrollar libremente su actividad”. Tal tarefa corresponderia ao estabelecimento do Estado de Direito, algo que significava “la terminación del régimen revolucionario y de toda forma de poder *de facto*” e, sobretudo, “que el discrecionalismo dejará su sitio a la aplicación íntegra de la Constitución y de las leyes”, ou seja, “la fuerza puesta a servicio del derecho en lugar de la fuerza que intenta crear el derecho”. Dessa forma, no novo governo haverá “liberidad dentro de la Constitución y orden dentro de la libertad”.

Para o discurso frondicista era chegada a hora de deixar para trás o passado de autoritarismo e colocar a lei acima das rivalidades políticas. Era necessário garantir a ordem para que o desenvolvimento econômico, o objetivo maior do governo, garantisse a justiça social e a democracia. Para isso era necessário desarmar a polarização política e a melhor forma era garantir o respeito à lei, ou seja, a institucionalização de medidas que promovessem um equilíbrio entre os desejos das diferentes posições políticas.

A primeira medida do governo Frondizi nesse sentido foi o encaminhamento junto ao Congresso de uma lei que concedia ampla anistia a todos os atos de transgressão política, inclusive aqueles relacionados a delitos comuns e militares, pondo fim a qualquer investigação ou processo judicial contra qualquer pessoa acusada destas violações. Juntamente com essa lei foram encaminhados também dois outros projetos de leis com o objetivo de agradar os possíveis descontentamentos da extrema-direita militar. O primeiro rendia homenagem as Forças Armadas e o segundo ascendia o general Aramburu e o almirante Rojas aos postos mais altos daquelas instituições como forma de reconhecimento por suas atuações no cumprimento da promessa de restauração do governo Constitucional (POTASH, 1984: 380). As três medidas foram aprovadas com votos tanto da UCRI, como da opositorista UCRP.

Apesar de sua amplitude, a Lei da Anistia não abria explicitamente o caminho para o retorno de Perón, tampouco, a legislação promulgada poucos dias depois revogando as proscricções sobre as atividades políticas peronistas, garantia a legalização do Partido

¹⁰⁷ Mensagem inaugural lida na Assembleia Legislativa em 1º de maio de 1958.

Peronista. Tais limites demonstravam que o presidente argentino estava ciente de que a construção da estabilidade política naquele momento passava por sinalizar medidas que agradassem, se não de todo, pelo menos parcialmente, os dois lados da polarização. Ao mesmo tempo, era necessário afirmar a democracia como única forma de pacificação do país e de manutenção da ordem.

Tal afirmação esteve presente na “Mensagem as Forças Armadas da Nação”, pronunciada pelo presidente argentino em 08 de julho de 1958. Inicialmente afirmando a democracia como respeito à lei e a Constituição, Frondizi (2012a: 89-90) proferiu uma forte crítica as concepções que defendiam o estabelecimento de um regime ditatorial na Argentina:

La democracia implica, en primer lugar, acatamiento a la ley. Es el espíritu permanente de la nacionalidad, que ha hecho del respeto a la ley y a las instituciones un principio sagrado. Esto nos hace afirmar con honda de convicción, a los argentinos de 1958, que el pueblo no quiere ni viejos ni nuevos dictadores. Hombres e instituciones están sujetos al cumplimiento de la ley y, dentro de las instituciones, se debe obediencia a las normas que rigen su funcionamiento. Gobernantes y gobernados están, por igual, sometidos a las normas legales. Esto es lo que llama “Estado de derecho” y ningún pretexto es válido para apartarse de esos principios. Quienes pretenden justificar una dictadura en nombre de la democracia o invocando cualquier otro tipo de interés por superior que este parezca, ignoran que donde hay gobierno de fuerza, no existe democracia, no existe justicia, ni existe libertad. La democracia implica también pleno funcionamiento del sistema constitucional. [...]. [...]. La democracia no consiste, pues, en imponer a los demás nuestras propias concepciones políticas, sino en acatar las instituciones y en utilizar los medios previstos por la Constitución.

Na sequência, o presidente afirmou que democracia implicava, sobretudo, “libertad”, porém, democracia implicava também “orden”. Dessa forma, o discurso de democracia era inserido no discurso da Ordem. Um discurso que servia como forma de afirmação de um governo com recursos políticos limitados e amarrado por uma polarização política. Por não fazer parte de nenhum dos principais grupos que polarizavam a política argentina, Frondizi procurou se situar ao centro e chamar para si a tarefa quase impossível de equilibrar as forças. A defesa da democracia e do Estado de direito tinha esse objetivo, pelo menos nos momentos iniciais de seu governo. Posteriormente, a inserção da defesa da democracia e do Estado de direito também serviu para que o presidente argentino justificasse as medidas de exceção tomadas no âmbito do Plano de Conmoción Interna del Estado (Conintes), adotado secretamente a partir de novembro de 1958 e reafirmado de forma pública no início de 1960,

como uma reação aos movimentos grevistas e a manifestações violentas promovidas, principalmente, pelo setores “duros” do peronismo.

A princípio a decretação do Estado de Sítio e do Plano Conintes promovia uma contradição aparente com as primeiras declarações do presidente e sua promessa de que a partir de então haveria uma mudança onde “la fuerza puesta a servicio del derecho” tomaria o lugar “de la fuerza que intenta crear el derecho”. Porém, tais medidas correspondiam a uma reorientação da política do governo diante da falência da tática de “equilíbrio” adotada inicialmente. Uma falência que se demonstrou fundamentalmente a partir de dois fatores: o aumento constante da tutela militar, aprofundada em agosto de 1959 com a imposição por parte das Forças Armadas da nomeação de Toranzo Montero como Comandante em Chefe do Exército, reconhecidamente uma das principais figuras da extrema-direita antiperonista; e o esgotamento das tentativas de buscar a colaboração de Perón e de buscar cooptar os dirigentes peronistas através da devolução do controle do movimento sindical.

Foi em meio a esta “nova realidade” que Frondizi (2012b: 44-49), em Mensagem enviada ao Congresso Nacional, lida em 1º de maio de 1960, pronunciou que:

El Estado de derecho no es un elemento estático. Constituye una realidad dinámica confortable con los hechos y es, al mismo tiempo, una aspiración que exige su constante perfeccionamiento. Para alcanzar su plena vigencia, el Poder Ejecutivo pone su mejor voluntad, pero considera indispensable la comprensión de todos los sectores de la vida nacional, para que el terrorismo, la insurrección y la injuria sean reemplazados por el diálogo que ennoblece a la ciudadanía y engrandece a la Nación.

[...].

No hay Estado de derecho si no se mantiene el orden público; no hay legalidad posible si la anarquía corroe las instituciones y si la razón de la fuerza sustituye a la razón del derecho. Es así primera obligación del Gobierno mantener el orden público y preservar al país de la anarquía.

[...].

[...]. el camino hacia ese objetivo básico del Gobierno, el de la legalidad como bien común y sin excepciones, es duro y difícil en este período de nuestra historia y en él hemos sufrido graves dificultades. La exaltación teórica del golpe de Estado por distintos sectores y la preparación de los medios que a él conduces determinaron que hubiera de mantenerse hasta ahora la vigencia del estado de sitio.

[...].

La actividad insurreccional y los actos de terrorismo que la expresaron de nosotros graves medidas. Al estado de sitio hubo de agregarse la aplicación del Plan Conintes, destinado a vencer la acción del terrorismo desatada para abrir la puerta a la anarquía y al golpe de Estado. El método terrorista y los objetivos que se persiguen niegan por igual la legalidad, la democracia y aun la mera convivencia humana. Por ello, se justifica que, en preservación de estos bienes de la nacionalidad, se hayan aplicado los recursos extremos que la ley pone en manos del Gobierno.

Apesar de uma contradição aparente com aquele primeiro discurso presidencial, havia um elo de ligação entre aquilo que fora pronunciado na posse e na mensagem as Forças Armadas, dois anos antes, e o que fora pronunciado naquele momento. Mais uma vez, a democracia era condicionada a lei e isso justificava a flexibilização dos princípios do Estado de direito. Afinal, não “hay Estado de derecho si no se mantiene el orden público”. Nesse sentido, a democracia somente comporta aqueles grupos políticos que se submetem a lei e a Ordem.

Fronzizi (2012b: 45), deixou tal ideia evidente quando, nesse mesmo discurso, saldou que, apesar da “necessária” vigência do estado de sitio e do Plano Conintes, “el período preelectoral y los comícios mismos transcurrieron dentro la completa normalidade”. Uma “normalidade” que fez com que as “agrupaciones políticas que concurrieron a elecciones gozaron de amplia libertad para su propaganda”. Finalizando, assinalou ainda que “os partidarios llegaron hasta las urnas custodiados por las Fuerzas Armadas de la Nación, como ya es tradicional entre nosotros”.

Apesar desse discurso de “normalidade” e de democracia para quem estava dentro da lei e da ordem, os resultados das eleições legislativas de 1960 demonstraram mais uma vez que a população não aceitava a exclusão da principal força política do país. O voto em branco, orientado por Perón, conseguiu um total de 2.115.532 votos (25,2%), ficando há frente da UCRP que obteve 2.091.703 votos (24%), e da governista UCRI que obteve 1.792.497 votos (20,4%) (KOENIG, 2013: 184). Por isso, a “ordem” que o presidente argentino reafirmava era na verdade a reafirmação daquela realidade que Halperín Donghi (2006) chamou de “anormalidad permanente”. Uma realidade que possuía o seu tutor, aquele que, segundo Fronzizi “como ya es tradicional entre nosotros”, custodiou os partidários até as urnas: as Forças Armadas.

A presença das Forças Armadas na política não era algo específico a Argentina e ao Brasil, mas sim, uma construção ligada a história da própria América Latina. Alain Rouquié (1984: 44-45), chama atenção para fato de que a “concentração do poder econômico e social, a rigidez das clivagens sociais e a perenidade das estruturas de dominação” produziram sociedades marcadas pela “verticalidade das relações sociais e pela generalidade de um modelo de dominação autoritária”. Tais características possuem afinidades com “as

mentalidades e as práticas de uma instituição que exaltou os valores desiguais e hierárquicos: o Exército” (Idem: 48).

Na Argentina, a presença dos militares na política foi uma constante. Os militares promoveram golpes de Estado em 1930, quando o general José Félix Uriburu depôs Hipólito Yrigoyen da União Cívica Radical; em 1943, quando depuseram Ramón Castillo para dar fim a sequência de governos marcados pela fraude eleitoral e pela corrupção da chamada “década infame”; em 1955, quando depuseram Perón; em 1962, quando depuseram Frondizi; em 1966, quando depuseram Arturo Illia da União Cívica Radical do Povo; e em 1976, quando depuseram a María Estela Martínez de Perón, impondo uma ditadura mais brutal do que as anteriores autodenominada “Processo de Reorganização Nacional”. Esses golpes de Estado faziam parte de uma “anormalidade permanente”, onde entre 1930 e 1973 dos quinze presidentes argentinos, onze foram militares. Entre os presidentes eleitos apenas dois, Augustin Pedro Justo (1932-1938) e Perón, em seu primeiro mandato (1946-1952), conservaram o poder até o término de seus mandatos legais, ambos eram generais, que chegaram ao poder após golpes de Estado e concederam os meios políticos necessários para a vitória eleitoral. O que demonstra que a intervenção no jogo político era parte da própria cultura militar argentina.

Tal cultura política militar fora reforçada após a Revolução Libertadora de 1955. Essa representou a vitória de um setor militar ultraliberal, decidido a “desperonizar” o país e disposto a todo momento a intervir diante a ameaça da entrada no poder da “população” justicialista. Ciente desta questão, Frondizi sabia que a estabilidade política argentina passava pelo papel que as Forças Armadas desempenhariam ao longo do seu governo. Portanto, em muitos discursos políticos sobre a estabilidade política era fundamental destacar o papel das Forças Armadas.

Em sua primeira Mensagem presidencial, lida perante a Assembleia Legislativa em 1º de maio de 1958, Frondizi (2012a: 42), no item “Fuerzas Armadas y desarrollo nacional”, declarou que o período revolucionário havia terminado, que de agora em diante as Forças Armadas não decidiram mais. Agora decidiriam os representantes do povo, “del cual forman parte los ciudadanos que componen a aquellas”. Assim, o destino das Forças Armadas seria o de “acatar la Constitución, los mandatos de V.H. y de las Legislaturas provinciales, las decisiones de la justicia y las ordenes del presidente como Jefe supremo de las fuerzas de aire, mar y tierra, de acuerdo con la Constitución”, ou seja, estariam sobre o comando de homens

materialmente desarmados, porém, com a “fuerza moral que proviene de nuestra investidura”. Naquele momento, segundo o presidente argentino, o “Ejército retorna a sus cuarteles, la Marina a sus busques y la Aeronáutica a sus bases, para cumplir las decisiones constitucionales e incorporarse al gran esfuerzo nacional que hoy se inicia.”

Falando sobre a função das Forças Armadas relacionando com sua própria função Frondizi (2012: 43) indicaria ainda que como chefe supremo da nação não faria “política”, decretando que não haveria “partidismo en la función pública, ni el las Fuerzas Armadas”. Isso não significava que as Forças Armadas “se desentiendan de los problemas nacionales y populares”, elas deveriam sim estar “al servicio de la Nación y no como guardia pretoriana del presidente”. Para isso, nas “Fuerzas Armadas no puede haber grupos, logias ni fracciones”, há apenas “un Ejército, una Marina y una Aeronáutica”. Nessas instituições, a “política partidista está totalmente excluida”, afinal, para os militares “el único partido es la Nación”.

Por fim, como guardiãs da soberania nacional e “baluartes de la defensa nacional”, como braço armado e também “brazo impulsor del desarrollo nacional”,

Las Fuerzas Armadas argentinas son parte de la nacionalidad, de sus ideales y de sus intereses. Así las concibieran los grandes patriotas que forjaran sus cuadros. Así las quiere el pueblo en cuya entraña se nutren. Las quiere así, presente en todas las horas en que se decide la suerte del país. En las horas cruentas de las batallas por la defensa del honor y del suelo argentino y en las horas incruentas pero fecundas como estas que vivimos, en las que la patria se juega entera en la conquista de su grandioso destino nacional. (Idem: 43).

Tal discurso era o anúncio da tentativa de “normalização” do poder das Forças Armadas, de inseri-las no plano de integração nacional em seu sentido político, ou seja, de pacificação e estabilização política. Uma forma de demonstrar, pelo menos discursivamente, que havia uma autoridade presidencial disposta a reduzir a tutela militar. Mas também era uma forma de sinalizar ao alto oficialato a disposição em contar com o apoio das instituições castrenses na implantação do projeto desenvolvimentista. Uma tarefa que passava por mudar a cultura política interventora predominante.

Nesse sentido, é que o presidente argentino, no já referido discurso Mensagem as Forças Armadas da Nação de 08 de julho de 1958, destacava que as Forças Armadas haviam nascido

“para que los argentinos pudieron decidir por sí mismos su destino”, para “liberar y no para sojuzgar”, para “defender lo nuestro y para defender nuestros ideales de libertad y hermandad”. Por isso, o “máximo héroe militar” era chamado de “Libertador y no Conquistador”, uma referência ao líder da independência argentina, general San Martín (FRONDIZI, 2012a: 87-88).

O exemplo dos próceres foi usado inúmeras vezes por Frondizi, sobretudo, quando defendia que o projeto desenvolvimentista era uma continuidade da luta histórica do país por sua independência. Conforme a concepção histórica desenvolvimentista, promovida por Rogélio Frigério (1979) na sua “Síntese de la Historia Critica de la Economia Argentina”, o projeto frondicista era parte do movimento nacional que buscava a concretização da independência argentina através da independência econômica. Ao mesmo tempo, era uma forma simbólica de interpelação política, visando sensibilizar os militares para a necessidade de defender o Estado de direito.

Uma sensibilização que Frondizi (2012a: 120-121) procurou promover no discurso que pronunciou no Regimento 3 de Infanteria General Belgrano, em 28 de julho de 1958. Na ocasião afirmou que o exército havia lutado primeiro “por la independencia y unidad nacional” e que agora era “parte activa en la lucha por la realización de la Argentina como país pujante y vigoroso”. Porém, “para que en la Argentina haya libertad, estabilidad y seguridad es indispensable que haya respecto por el orden, la disciplina y las jerarquías dentro de las Fuerzas Armadas”, uma referência que visava fortalecer o comando do governo sobre os militares. Por fim, terminou mais uma vez fazendo um chamamento a adesão dos militares a luta contra o subdesenvolvimento, pois,

En esta lucha, como en las gestas emancipadoras, vuelven a coincidir la causa de la Nación con las causas del pueblo. En ella vuelven a confundirse civiles y militares. Si ayer los hombres de derecho, como Manuel Belgrano, empuñaron la espada para afirmar la libertad y la independencia, en nuestro tiempo hombres de espada sirvieron en profundidad los factores de civilidad que están en la entraña de la democracia y afirmaron el imperio de la ley. [...]. (Idem: 122).

Aqui o uso da simbologia dos próceres, foi feita para estabelecer a ligação das Forças Armadas com a “causa da Nação” que era a mesma “causa do povo”, qual seja, “la realización de la Argentina como país pujante y vigoroso”. Para isso os militares eram representados

como parte do todo nacional, como parte da construção da democracia e do Estado de direito, a quem cabia a responsabilidade de afirmarem “el imperio de la ley”, tanto na sociedade, como internamente, por isso o chamado ao respeito a ordem, a disciplina e a hierarquia dentro das próprias Forças Armadas. O futuro do governo Frondizi dependia da aceitação dessa representação. Assim, como todos os governos do período de anormalidade permanente.

Analisando esse período, Rouquié (1984: 323) afirma que “os presidentes minoritários chegam ao poder sob a estreita vigilância de um Exército também dividido em tendências que tinham afinidades civis inegáveis”. Por isso a “não coincidência entre a orientação dominante do Exército e a do governo civil leva a instabilidade permanente”. Nesse sentido, o “governo civil pode tentar jogar com a tutela militar, mas está destinado ao fracasso desde seu nascimento e, enquanto espera, à impotência”. Tal era o caso do governo Frondizi.

O presidente argentino, assim como fazia com os peronistas, jogava tentando uma saída para conquistar a normalização do fator militar. Os chamados discursivos a democracia eram parte desta estratégia. Porém, tal estratégia exigia a tranquilidade nas Forças Armadas e também em outros setores sociais, pois, somente assim, poderia manter a vigilância reduzida. Essa tranquilidade nunca foi possível. A crise na Aeronáutica, em setembro de 1958, demonstrou isso. A não aceitação por parte do alto oficialato da reincorporação a ativa do Comodoro Julio César Krause, um nacionalista expurgado por Aramburu, resultou na renúncia do então secretário daquela força, Roberto Huerta, homem leal ao presidente (GÓMEZ, 2004: 63).

A tutela militar seguia forte. As greves do setor petrolífero, entre junho e agosto, e as greves bancárias, metalúrgicas e ferroviárias, entre novembro e dezembro de 1958, levaram o próprio governo a aumentar essa tutela. A deflagração do Estado de Sítio e do Plano Conintes deram as Forças Armadas o poder de coordenar a repressão e a contenção dos movimentos sociais, ampliando de forma legal o Estado de Exceção que a vigilância militar já impunha ao governo e a sociedade. Uma das primeiras demonstrações desse aumento foi a exigência da demissão de Rogélio Frigerio de Secretaria de Assuntos Econômicos e Sociais, em setembro de 1958. No que tange a repressão social, esse aumento ficou evidente na ação contra a ocupação do Frigorífico Lizandro de La Torre, em janeiro de 1959. Na ocasião foram utilizados mais de 1500 efetivos policiais e militares e 4 tanques de guerra para impor o fim da tomada do frigorífico e ao levante no Bairro de Mataderos.

Esse aumento da tutela militar fez Frondizi (2012a: 298) mudar o tom do discurso. Na mensagem de um ano de governo, lida no Congresso Nacional em 1º de maio de 1959, o presidente destacava que “las Fuerzas Armadas contribuyen y seguirán contribuyendo al progreso y desarrollo del país”. Em uma referência a repressão executada contra os movimentos sociais afirmou que os militares, em “cumplimiento de lo que es también su tarea específica, actuaron para servir a la ley y al orden, cuando estos se vieron amenazados”.

Aqui as Forças Armadas não eram mais inseridas no discurso de chamamento à democracia, mas sim, no discurso da Ordem. Porém, quem determinava o entendimento do que era Ordem não era o presidente, mas sim, as próprias Forças Armadas. O ano de 1959 foi uma grande demonstração disso. A divulgação por parte de Perón, em 11 de junho de 1959, do texto do pacto secreto realizado com vistas ao apoio peronista nas eleições presidenciais de 1958, visando desestabilizar profundamente governo, provocou uma de suas piores crises político-militares. A iminência de um golpe somente foi contida porque Frondizi abriu mão de duas peças chaves do governo, a economia e a segurança, com nomeação de Alvaro Alsogaray para Ministério da Economia e do Trabalho, e do general Carlos Toranzo Montero como Comandante em Chefe do Exército.

O “novo” papel das Forças Armadas foi reconhecido por Frondizi (2012b: 68) na Mensagem presidencial de segundo ano do governo, lida na Assembleia Nacional em 1º de maio de 1960:

A pesar de todas las circunstancias e incitaciones, a pesar de los hechos que requirieron su presencia en el primer plano de la vida nacional, las Fuerzas Armadas han comprendido que el país solo puede vivir y desarrollarse dentro de la legalidad. Superando episodios internos, las Fuerzas Armadas no salieron de la legalidad. Por el contrario, demostraron compartir el unánime convencimiento de que era esencial mantener la vigencia de la ley y respetar la decisión popular.

[...].

En países como el nuestro, que están empeñados en promover su desarrollo y viven una dramática época amenazada por elementos de disociación, las Fuerzas Armadas son algo más que custodios de las fronteras. Se constituyen en la columna vertebral que sustenta el orden, la paz interior y la cohesión social. [...].

Aqui mais uma vez Frondizi destacou a força da defesa da legalidade entre os militares que, mesmo pressionados, mantiveram o respeito a legalidade. Obviamente, os custos dessa manutenção foram ocultados. Em compensação, o presidente assumia definitivamente em seu discurso a tutela militar, quando destacou que o papel das Forças Armadas ia além da defesa

das fronteiras e as definiu como a coluna vertebral que sustenta a ordem, a paz interior e a coesão social. Uma posição que, conforme destacou Rouquié (1984), já fazia parte da cultura política militar argentina, mas que ganhou uma nova roupagem após a Revolução Cubana e a elaboração no início dos anos 1960 pelo Departamento de Estado norte-americano da Doutrina de Segurança Nacional, que definia que as Forças Armadas dos países latino-americanos tinham um papel fundamental no combate ao um novo inimigo interno: o comunismo.

Conforme Ernesto Bohoslavsky (2010: 81), o impacto do anticomunismo na direita argentina durante o imediato pós-Guerra foi menor do que em outros países como o Brasil e o Chile, por exemplo. O empresariado argentino não temia o comunismo, pois, tinha como inimigo o peronismo. O Partido Comunista Argentino era visto como “um aliado tático y un partido democrático más, e incluso entusiasta promotor de un camino nacional de desarrollo industrial”. Os comunistas haviam participado da União Democrática contra Perón nas eleições de 1946¹⁰⁸ e isso lhe dava crédito junto a muitos setores da direita argentina. Porém, a partir da Revolução Cubana as condições haviam mudado e os comunistas passaram a compor juntamente com os peronistas o grupo dos inimigos internos.

Esta nova realidade se refletiu no discurso que Frondizi (2012b: 324) pronunciou por rádio e televisão em 23 de novembro de 1960. Na ocasião, o presidente afirmou que as “Fuerzas Armadas resumen valores esenciales de la nacionalidad y constituyen por sí mismas, un muro de contención contra el avance comunista”, pois, proporcionan al espíritu argentino la seguridad de que, en última instancia, si hubiera que ir a la lucha la fuerza estará al servicio de los ideales nacionales”. Um discurso adequado para a realidade onde o governo estava novamente mergulhado em uma crise, com novas tentativas de golpe, agora por parte do próprio comandante em chefe Toranzo Montero. O motivo eram as divergências com a política externa frondicista em relação a Revolução Cubana.

Nesta nova queda de braço entre os gorilas da extrema-direita militar e o governo, o presidente, pela primeira vez, saíra vencedor sem ceder nenhum ponto estratégico. Toranzo Montero foi destituído e mandado para a reserva. Esse desfecho foi saldado por Frondizi (2012b: 394) no balanço de seu terceiro ano de governo em 1º de maio de 1961:

¹⁰⁸ Naquele contexto os comunistas seguindo a linha da Internacional Comunista consideravam o peronismo como uma forma de fascismo e a neutralidade mantida pelo governo peronista em relação ao Eixo quase até o final de Segunda Grande Guerra reforçou essa concepção, levando-os a comporem a União Democrática, pois essa seria a forma que a Frente Antifascista assumia na Argentina.

Los móviles políticos y la apetencia de poder llevaron a sectores adversos entre sí hasta proponerse apartar a las Fuerzas Armadas de la Nación de su misión de guardianes de la ley y de la integridad republicana. Pero esos intentos se estrellaron con el patriotismo, la devoción democrática y el sentido de responsabilidad histórica de sus cuadros en todas las jerarquías.

Este discurso refletia um contexto em que o presidente se sentia seguro e com a margem de autonomia aumentada a tal ponto que, em março de 1961, pode inclusive retirar o incomodo Alvaro Alsogaray de seu posto. Por isso o reforço na referência a “devoção democrática” das Forças Armadas que apareceu junto a termos tão caros aquelas instituições como “patriotismo” e “responsabilidade histórica”. Um reforço que, apesar de demonstrar o otimismo diante da conjuntura, não retirou do discurso presidencial a missão dos militares como guardiões da lei e da integridade republicana, uma abstração que, por fazer parte de um discurso de Ordem, pôde ser usada tanto no elogio as repressões, como nas, até então, negativas aos golpes de Estado. Negativas estas que não durariam muito tempo.

Diferentemente do que ocorrera no governo Frondizi, no governo Kubitschek as Forças Armadas foram um dos pilares da sustentação política. Juntamente com a burguesia industrial, os militares constituíram o bloco no poder que garantiu o “equilíbrio instável” ao longo de todo o período. Ao mesmo tempo, participaram ativamente da administração ocupando inúmeros cargos civis, o que garantia o apoio as políticas desenvolvimentistas. Porém, o fator fundamental para a manutenção da ordem entre os militares foi a permanência do General Henrique Teixeira Lott no Ministério da Guerra. O ministro, que fora responsável direito pela derrota dos movimentos golpistas e pela posse do presidente, encarnava a união do Exército, principal corporação armada, em torno da disciplina e da unidade militar. Seu próprio perfil de “soldado absoluto”, sua intolerância com qualquer indisciplina, quebra de hierarquia ou outro tipo de atitude que afrontasse o Código Militar lhe garantia a imagem de um profissional das armas, apolítico, um nacionalista acima dos conflitos internos (WILLIAM, 2006; CARLONI, 2010).

Assim, Kubitschek pode debelar qualquer forma de tutela militar ao governo. Não que houvesse consenso nas Forças Armadas brasileiras, não havia. Os militares brasileiros, sobretudo, no Exército estavam profundamente divididos em dois grupos políticos que representavam dentro das instituições a polarização política existente no conjunto da

sociedade: os militares nacionalistas/legalistas, que ao longo do governo Kubitschek mantiveram o controle do Clube Militar e formaram a chamada Frente de Novembro; e os militares antinacionalistas, que controlavam a Escola Superior de Guerra e formavam a Cruzada Anticomunista Brasileira (KUNHAVALIK, 2010). Dentre os primeiros havia um grupo que Carloni (2010) conceituou como a “esquerda militar”, formada por militares comunistas e não comunistas identificados com aquele campo político e que se tornaram uma das principais bases de sustentação do General Lott e também a fonte do principal alvo de críticas que a direita fazia a política do Ministério da Guerra, a tolerância com “os comunistas”.

Esta divisão esteve muito presente nos primeiros momentos do governo Kubitschek, quando ainda eram evidentes os resquícios do conflito de novembro de 1955. Tal fato exigia do presidente eleito um discurso que respaldasse a política disciplinar de controle da hierarquia adotada pelo ministro Lott. Principalmente porque a poucas semanas de sua posse a Revolta de Jacareacanga havia demonstrado que o clima nas Forças Armadas estava longe de ser tranquilo. Por isso, é que presidente em um de seus primeiros discursos tendo um público especificamente originado do meio militar, em 1º de março de 1956, na Associação dos Ex-Combatentes, afirmou que as “forças armadas destinam-se a combater o inimigo externo e a manutenção da ordem pública e estão cada vez mais firmes no cumprimento dos seus deveres e nobres obrigações” (KUBISTCHEK DE OLIVEIRA, 1958a: 39).

Embora o discurso das Forças Armadas como garantidoras da ordem já esteja presente, nesse primeiro momento a principal preocupação discursiva do presidente brasileiro estava relacionada com a garantia da unidade sob o comando único do Ministro Lott. Essa seria a única possibilidade de controlar o dispositivo militar e, principalmente, manter a estabilidade política. Uma vez estabelecido o comando único os setores golpistas da UDN não teriam brechas para promoverem investidas junto aos quartéis.

Essa preocupação se evidencia no discurso pronunciado na Base Aérea de Santa Cruz, em 21 de abril de 1956. Na Comemoração dos feitos do primeiro grupo de caça da Força Aérea Brasileira na Itália, Kubitschek (1958a: 80) declarou que:

A Nação necessita consolidar definitivamente o seu poder militar, embora seja e deseje continuar sempre na ação pacífica, num continente pacífico; o poder militar de um país é o lastro de sua estabilidade, uma garantia de liberdade do seu povo, um elemento fundamental de sua civilização. O poder militar no Brasil e em toda parte

será uma resultante da unidade, do espírito de cooperação, da harmonia das três armas; não há poder militar efetivo, sem que haja poder marítimo, terrestre e aéreo. Os três poderes são independentes e distintos, mas identificados, pois se completam e se irmanam pelo objetivo a que se destinam, que é o de servir e proteger a pátria contra o possível inimigo externo.

O Brasil precisa, para garantia da continuidade da paz que hoje desfruta, para a consolidação das instituições democráticas, que reine nas suas Forças Armadas um só espírito, uma só compreensão, uma só alma, um único e inquebrantável sentimento de família.

Foi graças principalmente à unidade e à identidade fraterna da classe militar brasileira que devemos o desempenho correto da nossa Força Expedicionária na Itália. [...].

A defesa da unidade, do espírito de cooperação e da harmonia das três Forças Armadas em um discurso para as Forças Aéreas Brasileiras era uma necessidade para os objetivos do governo. Aquela era uma força composta por inúmeros oficiais que foram hostis a candidatura de Kubitschek e muitos pertenciam a grupos de oposição ao Ministro da Guerra. No episódio da Revolta de Jacareacanga alguns pilotos da Aeronáutica se negaram a decolar suas aeronaves para interceptarem os revoltosos. A própria revolta fora comandada por um dos oficiais de maior prestígio na instituição, o Tenente-Coronel aviador Haroldo Veloso. Por isso a importância de referendar os esforços de manutenção da disciplina e da hierarquia que vinham sendo feitos pelo General Lott.

A medida em que a unidade, baseada na hierarquia, na disciplina e no respeito ao Código Militar, conforme a concepção do ministro da guerra, se impunha, Kubitschek passou a enfatizar a garantia da ordem como tarefa das Forças Armadas. Uma oportunidade para pronunciar um discurso com esse sentido foi o aniversário de 10 anos da Constituição Federal em 18 de setembro de 1956. Em um breve trecho daquele discurso o presidente afirmou que as Forças Armadas não eram nem “guarda pretoriana de ninguém, nem instrumentos de desordem, demagogia e cesarismo” e se caracterizavam de acordo com a Constituição “pela obediência aos princípios de hierarquia e disciplina, destinados a sustentar o regime legal e a defender a integridade da Pátria”. Por isso, pertenciam à nação e os seus compromissos eram “acima de tudo com os seus deveres constitucionais”. Finalizando, declarou como “comandante em chefe” sabia que as Forças Armadas se mantinham “num estado de coesão e unidade, fiéis ao regime e à Constituição” e que, portanto, o povo brasileiro podia ter confiança “na Marinha, no Exército e na Aeronáutica como uma garantia contra qualquer espécie de desordem ou contra qualquer forma de atentado a legalidade e aos representantes

dos três poderes do Estado, venha isso de cima ou de baixo, da direita ou da esquerda” (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA: 1958a: 259).

Desta forma, Kubitschek reforçava a visão de “neutralidade” das Forças Armadas, de corpos “desideologizado”, profissional, cujo a finalidade era a defesa da Nação contra os chamados extremismos. Na prática isso significava reafirmar a própria ideologia hegemônica entre os militares de que cumpriam a função de “poder moderador” da sociedade brasileira. Um poder que tinha fundamentalmente como tarefas “evitar crises, reestabelecer o equilíbrio político e ‘corrigir’ a autoridade de direito e representação nacional, quando estas entram em colisão com as relações de forças reais, ou com autoridades de fato”. Dessa forma, mantinham a “ordem” e garantiam o “progresso” de acordo com “a divisa nacional” (ROUQUIÉ, 1984: 327).

Um dos episódios que permeavam a construção desta ideologia era a chamada “Intentona Comunista de 1935”. A honra dos soldados mortos na contenção daquela revolta foi saudada pelo presidente brasileiro através da “Voz do Brasil” em 04 de novembro de 1956:

Morreram gloriosamente esses homens, esses soldados, esses brasileiros, para que não vingasse neste país o fanatismo revolucionário, o ateísmo deformador da alma humana, o imperialismo político e econômico mais opressor de que a história moderna dá notícias, e que procura roubar-nos, além de tudo mais, também o que possuímos de essencialmente precioso, de bem mais valioso ainda que as nossas riquezas naturais, que é a nossa própria personalidade de povo, nascido e plasmado sob o signo do cristianismo e na aspiração da liberdade.

Morreram esses soldados, em 1935, para que não morresse o Brasil como nação. (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1958a: 348).

Nesse discurso de homenagem, Kubitschek insere um elemento que fazia parte do imaginário de amplos setores políticos, sobretudo, nas Forças Armadas brasileiras: o anticomunismo (SÁ MOTTA, 2002a). Muitos grupos ultra-reacionários, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Cruzada Brasileira Anticomunista, fundada por um grupo de oficiais da Marinha e liderada pelo Almirante Carlos Penna Botto, e setores liberais da UDN, fundamentavam sua atuação na luta contra o comunismo ou contra aquilo que interpretavam como comunismo (SÁ MOTTA, 2002b). Ao mesmo tempo, o governo Kubitschek era acusado tanto internamente, como externamente, de ser conivente com comunismo (RODEGHERO, 2007). Uma acusação que dentro das Forças

Armadas era feita de forma intensa contra o General Lott, que era assumidamente um anticomunista e deixava isso evidente nas Notas Especiais que eram emitidas pelo Gabinete do Ministro da Guerra (CARLONI, 2010). Dessa forma, a referência feita ao comunismo como “fanatismo revolucionário”, “ateísmo deformador da alma humana” e “o imperialismo político e econômico mais opressor de que a história moderna dá notícias”, era uma tentativa de se afastar dessas acusações e tentar se desligar, pelo menos publicamente, do apoio que o PCB havia lhe dado no período eleitoral.

Na sequência do discurso, procurando estabelecer uma relação entre o referido momento histórico e a realidade que vivenciava, o presidente declarou que era o primeiro a admitir “que muitas reformas devem ser praticadas e que estamos longe da perfeição; mas reformas, aprimoramentos, melhorias e o próprio amadurecimento da nossa mentalidade política só podem ser conseguidos dentro da lei e da estabilidade”. Com relação as Forças Armadas, afirmou que ninguém e nenhuma intriga as desviariam “de seu papel glorioso, que é o de garantir a lei e zelar pela integridade e pelo respeito que o país deve merecer não só do estrangeiro, mas também de seus próprios filhos” (Idem: 351-352).

No esforço de enfatizar a garantia da ordem como tarefa das Forças Armadas, do qual fazia parte a afirmação de que seu “papel glorioso” era o de “garantir a lei e zelar pela integridade e pelo respeito que o país deve merecer”, Kubitschek chegou até mesmo a relativizar as intervenções militares. No discurso pronunciado perante oficiais, em 07 de setembro de 1959, no almoço do Dia da Pátria, o presidente afirmou que “toda vez que se fez necessária a interferência militar se caracterizou pela elevação de propósitos e pela preocupação de reorientar o país para a rota democrática”. Por isso, os militares deveriam “ser apontados como exemplos de correção nas pugnas democráticas” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1960: 267). Como uma espécie de “vingança da história”, naquele mesmo ano o governo Kubitschek iria enfrentar uma segunda tentativa de levante armado visando a sua deposição.

A Revolta de Aragarças que estourou em 02 de dezembro de 1959, liderada mais uma vez pelo Tenente-Coronel Haroldo Veloso, rompeu a aparente tranquilidade do “equilíbrio instável” do governo Kubitschek junto aos militares. Nas justificativas do grupo de militares que tentou o levante constavam as “de conveniência com o comunismo e de envolvimento com a corrupção” que “grassava solta, especialmente nas atividades ligadas à construção de Brasília” (SÁ MOTTA, 2002: 55). Essas acusações que eram as mesmas feitas pelos grupos

ultra-reacionários e que eram lidas em muitos órgãos da imprensa opositora, como o jornal carioca *Tribuna de Imprensa* do líder golpista da UDN, Carlos Lacerda.

Desta vez, diferentemente do que fizera na Revolta de Jacareacanga, ocorrida no início do governo, Kubitschek (1960: 332-333) preferiu fazer um discurso após a derrota dos revoltosos no dia 03 de dezembro de 1959, onde pronunciou que:

Devemos recolher dos acontecimentos destes últimos dias, do episódio dos aviões desviados de seus serviços regulares para atividades subversivas, um ensinamento altamente animador: está definitivamente superada em nosso país, a época dos pronunciamentos, dos motins, das tropelias revolucionárias. Não fosse a necessidade de lamentarmos, ainda mais do que condenarmos, a atitude de um reduzido número de oficiais que transgrediram o dever militar, dando provas flagrantes de inaptidão para a carreira que escolheram – e seríamos obrigados a confessar que, apesar de tudo, os acontecimentos de Aragarças apresentaram grande salto positivo para o Brasil. A imediata repulsa de todos os setores responsáveis da nação veio demonstrar à sociedade que o amadurecimento político do país já não permite que elementos esparsos possam sonhar com o triunfo em movimentos insurrecionais. Não existe clima para levantes, para façanhas aleatórias da disciplina e da estabilidade do regime. A Nação encontra-se, de forma definitiva, integrada a legalidade. Essa é a clara lição resultante da inqualificável rebeldia que tentou ferir a reputação internacional de nosso país e sua ordem interna e que estava de início, voltada a fim melancólico. As opiniões mais divergentes, inclusive as encarniçadamente opostas ao governo, passaram a coincidir na reprovação daquele ato de violenta indisciplina, praticado apenas por umas poucas vítimas da demagogia derrotista, que procura, com sacrifício da verdade, apresentar o Brasil como um país em fase de agonia, na proximidade do abismo. Na realidade, o que agoniza é a mentalidade retrógrada, a era do conformismo e da resignação com o atraso, a estagnação e o subdesenvolvimento.

Como se pode ver, o desfecho da Revolta de Aragarças reforçou o caráter do discurso do presidente brasileiro sobre as Forças Armadas. De um lado, promoveu afirmação da condição democrática dos militares ao repudiarem a tentativa de golpe deram prova de que não havia mais “clima para levantes, para façanhas aleatórias da disciplina e da estabilidade do regime”. De outro lado, reafirmou o discurso que classificava as Forças Armadas como garantidoras da lei e da ordem. Ao mesmo tempo, permitiu ao presidente um contra-ataque discursivo contra os grupos mais sectários da oposição adjetivados por Kubitschek como demagogos derrotistas, promotores de uma agonizante mentalidade retrograda.

A partir desse clima, quando já se encaminhava para o final do governo, às vésperas do processo eleitoral que definiu seu sucessor, Kubitschek (1961: 354-355) declarou que as “forças armadas exemplarmente silenciosas, afastadas e imunizadas de febre partidária,

cumprem e cumpriram o dever de assegurar a liberdade dentro da ordem”¹⁰⁹. Essa era uma realidade muito diferente daquela vivenciada no pleito de 1955, quando fora eleito presidente. Novamente havia um militar concorrendo a presidência, o ex-ministro da Guerra, General Lott, e em sua equipe de campanha haviam inúmeros militares, porém, a disciplina prevalecia na caserna. Por conta disso o presidente concluiu que a “era dos golpes, dos arbítrios, das violências, da desobediência à lei encerrou-se em definitivo”. Mal sabia ele o que viria pela frente no futuro.

Naquele mesmo discurso, o presidente brasileiro ainda afirmaria que a “campanha pela nossa libertação econômica total depende da política, porque ela é, em essência, uma política” (Idem: 355). Por depender da política, ou melhor, da estabilidade política, era necessário ir além de um discurso para pacificar as Forças Armadas. Era necessário também um discurso que se direcionasse para outros atores políticos e sociais, entre esses os trabalhadores.

Na década de 1950, os trabalhadores vivenciavam uma experiência de “reinvenção de classe”. Conforme Murilo Leal (2011: 458), a partir do segundo governo Vargas os sindicatos robusteceram seus papéis como “referência coletiva para a formulação de uma linguagem e uma consciência de classe, para a articulação de laços de solidariedade e para o enfrentamento com os patrões e o Estado”. Ao mesmo tempo, ocorreu o fortalecimento, a ampliação ou o surgimento de várias outras formas de organização operária e popular que passaram a estabelecer vínculos entre si, como a comissões de fábrica, os delegados sindicais, os piquetes de greve, as comissões de solidariedade, as Sociedades Amigos de Bairros, as federações de associações de bairro, as associações de mulheres, os clubes esportivos de bairros, os jornais de imprensa popular e as candidaturas e mandatos operários e populares. Exemplos desse processo são a Greve dos 300 mil em 1953 e a Greve dos 400 mil em 1957.

Neste processo, o PCB havia retornado ao cenário sindical, participando ativamente das mobilizações no segundo governo Vargas. Negro e Silva (2007: 69), destacam que, nas “campanhas presidenciais de 1955, em dobradinha com Jango, Juscelino Kubitschek reconheceu o fato e sinalizou que seria tolerante, desde que houvesse ‘paz social’”. Dessa posição surgiu um contexto onde “enquanto o governo representava possuir ‘vista grossa’ diante da efervescência do associativismo operário, os sindicatos do eixo centro-esquerda desempenhavam o papel de ‘apoio’ ao governo”. Ainda conforme os autores, ambos

¹⁰⁹ Discurso pronunciado no dia 30 de setembro de 1960 através da Rede Radiodifusora e Televisora da Voz do Brasil, às vésperas do pleito eleitoral sobre o processo democrático brasileiro.

“contracenavam”, porém, nenhum “abria mão de suas falas”. O presidente era “o fiador da estabilidade que os investidores estrangeiros exigiam”, enquanto que os sindicatos “admitiam apoiá-lo se os trabalhadores não fossem penalizados com a carestia e a repressão à greve”.

Obviamente, estas não eram posições rígidas e as relações entre o governo e os trabalhadores esteve longe de ser uma navegação em águas tranquilas. Isso explica o fato de que, como lembra Cardoso (1978: 418), “é no Governo Kubitschek que se organiza o Serviço Federal de Informações de Contra-informações, a Junta Coordenadora de Informações, as Seções de Segurança dos Ministérios Civis”. Tudo isso, porque apesar de o desenvolvimentismo ser “uma ideologia que se caracteriza pela tolerância política”, pois “para ele a segurança é buscada através da luta contra a pobreza”, o “clima de tolerância política não lhe é em nada essencial”, mas sim, a Ordem. Por isso que no desenvolvimentismo são justificadas “medidas de caráter autoritário quando o desenvolvimento ou a segurança o exigirem”. A lógica predominante, portanto, era “mudar dentro da ordem, para garantir a ordem” (Idem: 227).

Apesar de a tolerância política não ser “nada essencial”, discursivamente ela servia como um importante fator de negação das ideologias que o desenvolvimento combatia, principalmente, o comunismo e o conceito de luta de classes. Isso ficou evidenciado em um dos primeiros discursos do presidente Kubitschek (1958a: 51), quando, em 26 de março de 1956, abordando os problemas relacionados com a inflação e o salário mínimo, afirmou que sua política não visava “à desarmonia e ao incitamento da luta de classes”, mas se dirigia e aspirava “uma crescente solidariedade entre os chefes de empresas e os trabalhadores, ambos empenhados na segurança e no desenvolvimento do Brasil”.

Em oposição a luta de classes o discurso do presidente brasileiro propunha um pacto social e uma responsabilização coletiva. Cada ator social deveria ser promotor da paz e responsável pela estabilidade política. A Mensagem de Natal ao povo brasileiro, pronunciada do Retiro dos Artistas, em 26 de dezembro de 1957, evidenciava essa posição:

Que cada um de nós, no Brasil, em cada momento de sua vida, faça pela Paz algo que prepare a Paz. O homem político, esforçando-se para que as divergências e controvérsias, que são da essência mesmo da democracia, não resvalam do plano democrático, não criem antagonismos que desintegram as instituições, não separem, pelo ódio, a nação em dois campos.

O chefe da empresa, ao satisfazer aos legítimos impulsos que levam o homem a criar, a agir, a afirmar-se, que não se esqueça dos direitos e das necessidades daqueles que lhes dão o esforço anônimo.

O trabalhador, ao defender as suas prerrogativas, as suas justas aspirações, que não olvide que o caminho da luta de classes só pode levar à ruína comum de todos e, sobretudo, à ruína desse bem sem preço que é a liberdade.

O funcionário, o intelectual, o artista, o homem de campo, todos quantos, enfim, compõem as forças da inteligência e do trabalho, da cultura e da produção, cada qual se esmere em cumprir a sua tarefa com fervor, para que esta nação, que tanto espera do nosso amor e do nosso esforço, possa vencer galhardamente as dificuldades que estorvam a sua marcha para um grande e nobre destino.

Dessa forma, se cada um dos atores sociais cumprisse com “a função que lhe cabia na sociedade”, os benefícios do desenvolvimento seriam sentidos por todos. Mais uma vez era reforçada a visão de que o programa desenvolvimentista servia a todos e de que a nação e o governo eram um único ente que caminhava para a superação dos atrasos históricos. Uma caminhada que não negava aos trabalhadores o direito de defender “suas prerrogativas” e “suas justas aspirações”, desde que essa defesa não fosse buscada no “caminho da luta de classes”, afinal, esse só levava a “ruína de todos” e da liberdade. A “ordem”, mais uma vez, estabelecia limites a tolerância política.

A ideia do pacto social também esteve presente nos discursos de Frondizi, porém, diferentemente do Brasil, o setor hegemônico na classe trabalhadora argentina, o peronismo, estava excluído da vida sindical. Dessa exclusão e da repressão surgiu a Resistência Peronista, “una nueva dinámica política descentralizada, atomizada en gremios, sindicatos, comandos, agrupaciones, que asumían una acción directa frente a lo que entendían como ‘fuerza de ocupación’” (CARULLI; CARBALLO; CHARLIER; CAFIERO, 2000: 27). Com a resistência o peronismo e a própria classe trabalhadora argentina foi se ressignificando.

Marcelo Koenig (2013: 55) chama atenção para o fato de que o peronismo como força política, jamais foi um composto “puro”, pois “las distintas fracciones que lo fueron componiendo tienen orígenes ideológicos, de clase, de proyectos, de matriz política, muy disímiles”. Uma questão também lembrada por Peter Waldmann (2008: 123), quando afirma que “el sistema peronista de gobierno no tenía una estructura tan coherente y uniforme como pretendían hacer creer Perón y sus seguidores, sino que evidenciaba pluralismo de fuerzas y considerables tensiones internas”. Esta característica não homogênea do peronismo foi aprofundada no período de proscrição com a emergência da Resistência Peronista composta uma gama de grupos operários, estudantis, militares, de diferentes matrizes ideológicas que iam desde simpatizantes do fascismo até os trotskistas do Partido Obrero Revolucionário, que praticavam o “entrismo”, somando-se ao movimento peronista para supostamente dar-lhe o

conteúdo revolucionário que lhe faltava. Em comum a estes grupos estava à causa da Revolução Social Peronista, já a divergência fundamental se fundamentava na tática a ser adotada. De um lado, estavam os chamados Neoperonistas que optavam pela negociação visando à concessão do direito de participação nos sindicatos e nas eleições, procurando estabelecer aliança com os setores considerados menos duros da Ditadura que propunha a inclusão no sistema político de um “peronismo sem Perón”. De outro lado, os grupos do peronismo revolucionário, liderados pelo delegado pessoal de Perón, John William Cooke, propunham a intransigência absoluta em relação à Revolução Libertadora e a qualquer proposta que não contemplasse o fim da proscricção e o retorno imediato de Perón do exílio. Em meio a essa divergência e a nova dinâmica política emergida das ações diretas da Resistência Peronista estavam os compromissos que Frondizi havia assumido no Pacto que lhe garantiu a vitória eleitoral.

Nos debates que procederam a deposição de Perón sobre as origens e a natureza do fenômeno peronista com forma de definir “propostas de caminhos alternativos para obter a adesão do *povo disponível*” (NEIBURG, 1997: 19), Frondizi se situava entre os que defendiam o diálogo com vistas a produção de um “peronismo sem Perón”. Assim como o advogado e Ministro das Relações Exteriores durante o breve governo Lonardi, Mario Amadeo, defendia que era perigoso colocar o peronismo à margem da tarefa de reconstrução nacional¹¹⁰. Era necessário integrar a classe trabalhadora que diante da ausência do líder encontrava-se livre para novas adesões. Os resultados eleitorais de 1957 e as ações da Resistência demonstrariam que tais adesões não seriam tão simples assim.

Foi no sentido de demonstração de abertura de diálogo com os sindicalistas, sobretudo, os dirigentes Neoperonistas que Frondizi (2012a: 37) em seu primeiro discurso¹¹¹ afirmou que:

El debate entre los trabajadores se desarrollará sin injerencia alguna del Estado. Quedará descartada la intromisión policial en la vida sindical y quedará igualmente asegurada la custodia de la voluntad gremial libremente expresada. El Poder Ejecutivo no reconocerá ningún derecho a la dirección de un sindicato que no nazca

¹¹⁰ Para Amadeo, a massa peronista estava “exasperada e ressentida, contempla com hostil e desdenhosa indiferença o movimento que jogou por terra seu ídolo, e refugia-se em uma fé irracional e cega em que logo voltará a ser o que era antes. Seu lema e seu grito de guerra é: ‘Perón voltará’”. (AMADEO apud NEIBURG, 1997: 26-27).

¹¹¹ Mensagem inaugural lida na Assembleia Legislativa reunida em 1º de maio de 1958.

de la voluntad de los afiliados. Ningún hecho de fuerza dará títulos para ejercer el Gobierno o la representación de un gremio. La ocupación de los sindicatos por la violencia quedará definitivamente proscrita. Esta será la forma de asegurar la más auténtica democracia sindical.

Com este discurso o presidente argentino sinalizava a possibilidade de atendimento dos pontos acordados no pacto pré-eleitoral. Essa sinalização se evidenciava mais ainda diante da afirmação de que o governo via com satisfação os progressos realizados pelos sindicatos buscando “reorganizar la Confederación General del Trabajo”, pois, “considera la existencia de una sola y única central obrera es um factor eficiente de estabilidad y de progreso social y económico en todo país adelantado” (Idem: 38). A devolução da CGT, sob intervenção desde o golpe de 1955, e a defesa de uma central unitária eram pautas do sindicalismo peronista.

Não foi apenas no discurso que Frondizi sinalizou abertura visando a integração do sindicalismo peronista, cujo os dirigentes majoritariamente pertenciam ao grupo Neoperonista. Em 13 de maio de 1958, o governo anunciou o aumento geral dos salários em 60%. Em 21 de maio o Congresso sancionou a Lei da Anistia e em 27 de maio revogou os Decretos que proibiam a propaganda peronista. Em julho foi aprovada a Ley de Asociaciones Profesionales, que garantiu o reconhecimento de um único sindicato por categoria e acabava com a representação da minoria na direção sindical, assegurando que a chapa vencedora nas eleições teria o controle de todo o sindicato. Essa lei garantia o salvamento das finanças sindicais, uma vez que autorizava a retenção da contribuição sindical diretamente dos salários dos empregados.

Os aumentos salariais foram feitos de forma unilateral pelo governo, sem negociação com os setores patronais. O que Frondizi (2012a: 59) justificou afirmando que:

El Poder Ejecutivo desea dejar bien establecido que esta medida reviste, en todo lo sentido, carácter excepcional. En circunstancias normales, la fijación de salarios debe ser hecha con la participación decisiva de las partes interesadas, a través de entidades gremiales representativas de los trabajadores y empresarios. Esa aspiración social no puede satisfacerse plenamente en los actuales momentos, pues, como es público y notorio, los trabajadores no están representados en muchos casos en forma auténtica y legítima, y los empresarios carecen también de un organismo de representación legal.

A ideia da negociação entre as classes sociais organizadas era parte da concepção de unidade nacional que os desenvolvimentistas utilizavam em contraposição a luta de classes proposta pelo marxismo. Para os desenvolvimentistas a luta de classes não é uma concepção viável, uma vez que impede o reconhecimento do interesse comum entre os trabalhadores e os empresários. Rogelio Frigelio não via a oposição entre a classe operária e o empresariado nacional como o grande mal do capitalismo argentino, pois, o “que para los trabajadores es salario, para los empresarios nacionales es mercado interno” (DIAZ, 1977: 56). Essa era a base da aliança de classes proposta como Movimento Nacional e Popular e que o governo Frondizi propagava com a denominação de Integração Nacional.

Nesta aliança de classes ou neste pacto social, cada classe tinha um papel a cumprir para que o objetivo comum, a superação do subdesenvolvimento, pudesse ser alcançado. Tais papéis foram declarados por Frondizi (2012c: 95) em 08 de setembro de 1961, na posse dos membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento:

El empresario debe, por su parte, identificar la prosperidad de su empresa con la prosperidad nacional. No hay más endeble ni más antisocial que la actividad económica privada que depende la especulación o de las prácticas restrictivas y monopolísticas. Mayor calidad, mayor producción y menores costes para un mercado nacional y mundial cada vez más competitivo, deben ser los objetivos de la empresa para el desarrollo.

El trabajador debe comprender que serán vanos todos los esfuerzos y todas las luchas para mejorar su posición en una estructura económica, en la que, a la vez que persisten las condiciones del subdesarrollo, se trabaja sin tener en cuenta el objetivo de incrementar la productividad.

Mais uma vez, o presidente argentino ressaltava que o “desarrollo nacional no es una empresa del Gobierno, sino una empresa de toda la Nación”. Ao mesmo tempo, ressaltava que a unidade dos trabalhadores e dos empresários no programa desenvolvimentista se dava a partir do objetivo comum de aumentar a produção. Dessa forma, por trás da concepção do pacto social estava a visão não-redistributiva que caracterizava a sua política econômica. Uma visão que se chocava com uma realidade marcada pelo aumento do custo de vida e pela perda do posto de trabalho, vivenciada por inúmeros segmentos da classe trabalhadora. Contra essa realidade é que os trabalhadores se mobilizavam promovendo piquetes, greves e as ações diretas de resistência.

A primeira grande greve que o governo desenvolvimentista se deparou foi justamente contra uma das suas medidas mais controvertidas: a Batalha do Petróleo. Em documento apresentado no plenário das 62 Organizações Peronistas, em 3 de outubro de 1958, os sindicalistas afirmavam que o projeto desenvolvimentista “tiende a impedir para siempre toda posibilidad de Independencia Económica y de Soberanía Política”, pois, as medidas entreguistas da ditadura de Aramburu “han sido ratificadas y complementadas con acuerdos que, de ejecutarse, pondrán el destino nacional en manos de los grandes capitales extranjeros”, afinal, “los convenios de entrega no tendrán como resultado un incremento de nuestro progreso sino de nuestra dependencia”. Por isso, as 62 Organizações “no pueden permanecer silenciosas ante semejante cuadro de entrega” (BASCHETTI, 2012: 143-144).

Sobre a greve dos petroleiros, Frondizi (2012a: 159) pronunciou, em 09 de novembro de 1958, um forte discurso por rádio e televisão afirmando que a greve respondia interesses que iam além da mera anulação dos contratos petroleiros, sendo parte de um plano insurrecional:

Están por detrás de esta huelga y de otras perturbaciones gremiales, sectores de origen diversos. En primer lugar los comunistas quienes, por razones que hace a conveniencias estratégicas mundiales, no desean nuestro autoabastecimiento de petróleo y sí mantener un clima de zozobra en los sectores obreros, para llevar adelante sus vastos planos de dominación.

En segundo lugar, hay grupos políticos que creen posible la restauración del Gobierno depuesto y que, conforme a instrucciones recibidas del exterior, tratan de crear el caos en YPF y en otras actividades gremiales.

Existen, además, grupos minoritarios sin fuerza política, que incitan y procuran aprovechar a esos otros movimientos, a los que ayer combatieron y execraron, para tomar un poder que no confían conquistar por las urnas. Naturalmente, este concepto no incluye a aquellos políticos argentinos que, aunque critican duramente al Gobierno en defensa de sus ideas, no favorecen los planes de quienes buscan el fracaso de la democracia y la anarquía en el país.

La coincidencia de fuerzas distintas, revela el sentido real de un enfrentamiento que confunde las divisas partidarias y define a los hombres frente al proceso nacional. No hay alternativa posible cuando un pueblo juega su destino al mundo. O se está con el pueblo y su realización como entidad soberana y creadora o se escoge el camino de la regresión y se está contra la realidad y contra la historia.

Nesta reação discursiva a greve, Frondizi nomina os contrários as medidas desenvolvimentistas como sendo contrários ao destino da nação. Mais uma vez, governo e nação são afirmados como uma unidade. Por isso, os comunistas, os peronistas¹¹² e os

¹¹² Apesar de Frondizi não citar o termo os peronistas podem ser identificados como aqueles “que creen posible la restauración del Gobierno depuesto y que, conforme a instrucciones recibidas del exterior, tratan de crear el caos en YPF y en otras actividades gremiales”.

opositores da UCRP que estariam, nessa coincidência de forças distintas, promovendo um complô para a derrubada do governo e o fim da democracia, eram na verdade contrários ao próprio povo argentino em seu caminho para o desenvolvimento.

Como resposta o país deveria “tener más confianza en sí mismo” e o respeito a lei deveria ser “una convicción tan sagrada como el amor a la patria y a la fe religiosa, que nos hace sentirnos parte de una comunidad de destino” (Idem: 161). Mais uma vez, a defesa do respeito à lei era utilizada como forma de garantia da estabilidade política. Uma garantia que não deveria ser apenas conjuntural, mas parte da própria nacionalidade argentina. Dessa forma, Frondizi, cujo discurso se afirmava como o oposto da polarização política peronismo-antiperonismo, promovia uma outra polarização entre os que eram a favor do desenvolvimento nacional e os que escolhiam “el camino de la regresión” e estavam “contra la realidad y contra la historia”.

Uma outra estratégia discursiva usada por Frondizi para atrair os trabalhadores era colocar-se como alguém que estava disposto a garantir a autonomia e a representação dos trabalhadores, como fizera com a aprovação da Lei das Associações Profissionais. Porém, tal autonomia e representação era distorcida por grupos que se aproveitavam dos sindicatos para “finalidades políticas” contra o governo. Esse foi o centro do balanço que fez das manifestações originadas da tomada do Frigorífico Lizandro de La Torre no discurso que pronunciou em 19 de fevereiro de 1959. Conforme o presidente argentino naquela ocasião “dirigentes peronistas y comunistas llevaron a los trabajadores a una huelga general de finalidades políticas, declarada por tiempo indeterminado, que revistió caracter insurreccional”. Esse processo, classificado como uma “insensata expresión de fuerza”, teria atrasado consideravelmente o “proceso de normalización sindical y de pacificación del sector obrero” e produziu perdas econômicas que podem conduzir “a una brusca contracción, con el inevitable cierre de las fábricas y su secuela de desocupación y pobreza”. Mesmo assim, o governo estava disposto a garantir “los derechos obreros, pero no permitir la insurrección directa ni indirecta”. Por fim, afirmou que o país necessitava de “un movimiento obrero organizado e independiente de toda influencia partidista, empresarial o estatal, que defienda los intereses de los trabajadores por los medios que considere adecuado, inclusive el derecho de huelga”, um direito que como todos os outros deveria ser exercido “dentro del orden y la ley para fines que encuadren dentro de la Constitución” (FRONDIZI, 2012a: 266-268).

Ao considerar o movimento contra a privatização do Frigorífico Lizandro de La Torre, como uma manipulação dos dirigentes peronistas e comunistas que levaram os trabalhadores a uma insurreição, Frondizi tentava minimizar as reações espontâneas às perdas de emprego e ao sentimento de perda de um grande símbolo dos trabalhadores e dos moradores do Bairro de Mataderos. Ao mesmo tempo, o discurso do presidente adiantava alguns dos efeitos previstos no ortodoxo Plano de Estabilização formulado em acordo com o FMI, indicando uma futura culpa aos manifestantes pelo desemprego, a pobreza e o fechamento das fábricas. Porém, o mais contraditório do discurso era a “defesa do direito de greve” em um contexto de Estado de Sítio e onde alguns meses antes havia decretado secretamente o Plano Conintes.

Falando justamente sobre o Plano Conintes, na mensagem de seu segundo ano de governo lida na Assembleia Legislativa em 1º de maio de 1960, Frondizi (2012b: 48-49) afirmou que não havia Estado de Direito se não se mantivesse a ordem pública e que não havia legalidade possível “si la anarquía corroe las instituciones y si la razón de la fuerza sustituye la razón del derecho”. A primeira obrigação do governo era “mantener el orden público y preservar el país de la anarquía”. Por isso, a “actividad insurreccional y los actos de terrorismo que la expresaron exigieron de nosotros graves medidas”, ao Estado de Sítio teve que ser agregada “la aplicación del Plan Conintes, destinado a vencer la acción del terrorismo desatada para abrir la puerta a la anarquía y al golpe de Estado”. Nesse sentido, os dirigentes comunistas e os setores peronistas que impulsionaram essas ações deveriam “tomar conciencia de la pesada responsabilidad que gravita sobre ellos por los quebrantos que, por su culpa, sufre la legalidad como bien común a la democracia como medio práctico de expresarla”.

Desta forma, as medidas de exceção tomadas pelo governo em uma estrutura semidemocrática que impedia a participação eleitoral direta de setores que já haviam demonstrado nas urnas que ainda eram majoritários na sociedade argentina, eram culpa das ações de resistência desses mesmos setores que manipulavam os trabalhadores contra o “desenvolvimento nacional”. Ou seja, a ampliação da exceção era culpa daqueles que estavam na exceção desde 1955 e que lutavam contra um governo que havia sido eleito com seus votos prometendo acabar com a exceção. Esses ainda ouviam o presidente afirmar que seus atos faziam com que fossem excluídos “por voluntad propia de la convivencia democrática argentina” (Idem: 49). Para Frondizi, portanto, era a intolerância política desses setores que frustrava a tolerância política do governo, pois, afetava a principal garantia da estabilidade política: a Ordem.

No Brasil, as relações entre o governo Kubitschek e os trabalhadores foram marcadas pela lógica do “equilíbrio estável”. O presidente brasileiro havia recebido ao longo do período eleitoral o apoio dos dois setores mais presentes no movimento sindical, os trabalhistas, majoritários, e os comunistas, minoritários. Possuía em seu governo uma figura chave na negociação com os sindicatos, o vice-presidente João Goulart, ex-Ministro do Trabalho no segundo governo Vargas, considerado por muitos o seu herdeiro político e, portanto, um representante dos trabalhistas no governo. Os comunistas, por sua vez, vivenciavam na segunda metade da década de 1950 um processo de redefinição de estratégias desencadeado, no cenário internacional, pela morte de Stálin e as denúncias do XX Congresso do PCUS, e, no cenário nacional, pelas reações dos trabalhadores diante do suicídio de Getúlio Vargas, quando, devido a sua posição de oposição ao líder trabalhistas, também foram alvos da manifestações populares. Fruto destas redefinições foram o apoio a candidatura de Kubitschek em 1955, abandonando a posição de voto nulo adotada em 1950 nas eleições que marcaram o retorno de Vargas, a defesa da necessidade de uma Revolução Democrática Burguesa, liderada pela burguesia nacional, e a aliança com os trabalhistas no movimento sindical. Com relação ao governo Kubitschek, os comunistas consideravam que era constituído por dois grupos políticos que disputavam os seus rumos: os nacionalistas e os entreguistas. A tática política constituía em fortalecer o primeiro grupo em detrimento do segundo.¹¹³

Assim, diferentemente, de Frondizi, o presidente brasileiro possuía condições mais favoráveis de diálogo com os trabalhadores. Por isso, em muitos de seus discursos predominava um chamamento para que aderissem ao projeto desenvolvimentista, pois do sucesso deste resultaria a melhoria de suas condições de vida. Tal foi o tom do discurso de 1º de maio de 1956, transmitido pela Voz do Brasil, quando afirmou que:

[..] Nenhuma outra classe tem o destino tão ligado ao desenvolvimento nacional como a vossa. Não serei feliz, nem vós, nem ninguém, se o Brasil for infeliz. [...]. Podem os falsos representantes das nossas elites achar primário e desprezível o esforço de enriquecer o nosso país; podem os formalistas considerar deselegante a política de desenvolvimento; mas a vós, trabalhadores, assalariados, operários, a vós, homens úteis, que produzis, essa política é a única que convém e, na verdade, a única política que vos toca de perto, porque os vossos interesses estão ligados indestrutivelmente aos maiores e mais altos interesses do Brasil. Não sois apenas eternos reivindicantes; reclamais, quando fazeis, tão somente o que é justo e vos é devido. Mas sois, isto sim, uma parcela criadora e útil da nação. Não

¹¹³ Há uma ampla literatura já consagrada sobre o processo de redefinição das estratégias do PCB na segunda metade da década de 1950, dos quais destaco: SANTOS, 1988; BRANDÃO, 1997; FALCÃO, 2002; SEGATTO, 1995, 2003. Sobre a aliança entre trabalhistas e comunistas no movimento sindical destaco o artigo “Bravos Companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro” de Marco Aurélio Santana (2007).

constituís somente um grande número de homens que pesam nas eleições e que portanto necessitam ser atendidos nos seus reclamos; sois mais, bem mais que isso, sois uma classe composta de brasileiros conscientes que honram a sua pátria. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1958a: 94-95).

Com esse discurso, Kubitschek produz a ligação entre as reivindicações dos trabalhadores e o projeto desenvolvimentista. Primeiramente, afirmado o desenvolvimentismo como a única política que convêm e que toca de perto os trabalhadores, pois, representa os “mais altos interesses do Brasil”. Num segundo momento, considerando justas as reivindicações dos trabalhadores e que deveriam ser atendidas não apenas pelo peso dos votos dos assalariados, mas também porque eram parte do próprio projeto nacional. Dessa forma, a cidadania operária estaria ligada ao desenvolvimentismo e assim deveria ser entendida pelos trabalhadores.

Kubitschek pretendia estabelecer um diálogo direto com os trabalhadores sem intermediários e um dos primeiros testes nesse sentido foram os protestos contra o aumento das passagens dos bondes no Rio de Janeiro. Entre março e maio de 1956, estudantes e sindicatos promoveram intensos piquetes paralisando linhas em um movimento que se espalhou a outras cidades do país, como Belo Horizonte e Porto Alegre. A intensidade da crise levou o presidente a intervir nomeando o general Odilo Denis, comandante do I Exército, como governador da cidade e coordenador da repressão aos piquetes. Em 31 de maio, a polícia militar acabou invadido a sede UNE (LEAL, 2011). Um dia depois falando através da “Voz do Brasil”, Kubitschek (1958a: 145) afirmou que somente se decidiu a intervir “quando verificou que um movimento pacífico de estudantes fora desfigurado por agentes provocadores até um paroxismo de agitação destinada a atingir a ordem pública”. Conforme o presidente aquele era “um movimento por sua natureza generoso de jovens estudantes, muitos deles ainda crianças de ginásios e colégios” que foi “explorado, insuflado, descaracterizado e agravado até a violência não só por elementos comunistas, mas também por elementos políticos comprometidos em recentes campanhas contra o regime”. Apesar de não citar os nomes, o presidente se referia aos deputados da UDN, Adauto Lucio Cardoso e Mario Martins, que estavam junto com os estudantes quando da invasão da sede da UNE. No dia 02 de junho, Kubitschek se reuniria com os líderes estudantis no Palácio Catete e anunciaria que iria interceder junto ao prefeito do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, para que o preço da passagem fosse baixado.

Ainda em meio a este processo, em 06 de junho de 1956, em discurso para as representações de trabalhadores de diversas categorias, Kubitschek (1958a: 161-164) declarou que era “um presidente das classes trabalhadoras”. Por conta disso, juntos poderiam “examinar ou debater, de perto e de frente, com franqueza e sinceridade, sem os biombos de movimentos só aparentemente populares” que são “insuflados e preparados por agentes políticos estranhos às próprias classes que pleiteiam tais medidas de interesse popular assim desvirtuadas em campanhas de agitação e subversão”. Na sequência elogiou os trabalhadores ali presentes que confiando na sua “isenção de chefe de Estado” apelaram para o seu “espírito de justiça” e para o “espírito de justiça” de seu governo, por isso havia determinado que o prefeito do Distrito Federal resolvesse o problema das passagens dos bondes. Conforme o presidente, um “governo não se enfraquece quando reforma ou altera uma providência, para atender, democraticamente, aos pedidos do povo”, mas sim, quando capitula “ante a desordem” e transige “ante imposições e ameaças”. Por isso, se estava “defendendo intransigentemente o princípio de autoridade e a ordem nas ruas” era no “interesse do povo”, pois, na desordem “não poderá surgir senão mais carência, mais pobreza e mais miséria”, afinal um “dia perdido nas desordens de rua é um dia perdido para o trabalho e a produtividade”.

Desta forma, o discurso de Kubitschek não refutava as reivindicações dos trabalhadores, eram parte da cidadania operária e seriam atendidas com a superação do subdesenvolvimento. Porém, era preciso manter a ordem e, sobretudo, não se deixar manipular pelos agentes da desordem, os inimigos do desenvolvimento. Entre esses inimigos estavam os “falsos representantes das nossas elites”, os comunistas e os “elementos políticos comprometidos em recentes campanhas contra o regime”. A partir dessa caracterização, que apontava inimigos a direita e a esquerda do governo, Kubitschek procurava afastar-se da polarização política e colocar-se na condição “isenta” de chefe de Estado, de garantidor da ordem, cujo as medidas de repressão somente eram tomadas tendo em vista a estabilidade política.

Essa busca de demonstrar “isenção” que nem sempre se fizera por meio de discursos, mas também, por meio do silêncio como ficaria demonstrado diante da Greve dos 400 mil em outubro de 1957. Diante do maior movimento paredista que seu governo enfrentou, o presidente não pronunciou um discurso sequer. Não criticou publicamente nem a postura inicial do governador de São Paulo, Jânio Quadros, que no início do movimento não tomou nenhuma iniciativa, demonstrando uma conveniência oportunista que buscava desgastar o

governo Kubitschek. Tampouco criticou publicamente as mobilizações dos trabalhadores, mesmo trabalhando nos bastidores pelo término das greves (LEAL, 2011).

Kubitschek (1959: 206-211), voltaria a criticar o comunismo no discurso de 1º de maio de 1958, afirmando que as “doutrinas exóticas”, citando nominalmente o comunismo, “aproveitaram-se, em favor de uma economia partidária, da longa luta dos cristãos que sempre atacaram a dureza a que os privilégios reduziram o coração e a inteligência dos homens”. Em contraposição afirmava um nacionalismo, cujo o dever “é tornar a nação poderosa e não enfraquece-lá com fantasias e falsificações”, pois, “nenhuma classe se poderá salvar sozinha, mas sempre solidária com todas as outras que constituem o país, que só é real quando o consideramos na sua totalidade”. Dessa forma, a nação era colocada acima da classe e mesmo tendo suas reivindicações específicas os trabalhadores devem entender que são “parte integrante do povo brasileiro e nada que aconteça de mal ou bem à nossa terra vos pode ser indiferente”. Essa substituição da classe pela nação era uma contraposição ao marxismo e aos comunistas que, paradoxalmente, partir de 1958 passaram a poder atuar legalmente, porém, sem poder organizar o Partido Comunista, pois sua existência era vetada pela Lei Eleitoral. Com essa decisão Luiz Carlos Prestes pode sair da clandestinidade (PRESTES, 2012: 26).

Por trás desta afirmação do pertencimento dos trabalhadores a nação estava a ideia de que se contribuíssem com o desenvolvimento nacional, a nação os retribuiria gerando melhores condições de vida. Uma ideia que fora diretamente exposta no 1º de maio de 1959:

Esta Nação jovem, que está realizando agora um imenso esforço, esta Nação que agora está convocando, de fato, a energia e o sacrifício de seus filhos para uma caminhada mais rápida, esta Nação não faltará aos seus trabalhadores. E a esses valorosos brasileiros não faltará também o Presidente da República, que na campanha política já anunciava, proclamava e afirmava que o problema social, iniciado na lendária figura de Getúlio Vargas, jamais seria esquecido. Não cairia das minhas mãos a bandeira do trabalhador brasileiro. Suas reivindicações seriam sempre atendidas. E vos afirmo neste instante que esta bandeira continuará, com o maior carinho, empunhada pelo atual Presidente da República, que quer ver o trabalhador cercado do respeito, do conforto e da tranquilidade a que tem direito pelo seu trabalho (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA: 1960: 149).

Esse foi um discurso cheio de simbolismos. Primeiramente, o simbolismo da retomada da figura de Getúlio Vargas como o primeiro presidente a dar voz a questão social, uma

questão fortemente construída no imaginário dos trabalhadores ao longo do Estado Novo¹¹⁴. Este simbolismo foi utilizado, como bem lembrou o presidente, na campanha eleitoral de 1955, onde entre os trabalhadores Kubitschek se apresentava como um continuador da obra de Vargas, ou seja, como alguém que também reconhecia o problema social. Como presidente, esta fora a primeira vez que Kubitschek se afirmava desta forma. O segundo simbolismo foi justamente reafirmar a ligação da nação com os trabalhadores e, principalmente, afirmar que “a Nação” e o presidente tinham um mesmo sentimento pelos trabalhadores. Dessa forma, “A Nação” e o presidente se apresentavam como inseparáveis, o que no fundo queria dizer que o projeto desenvolvimentista e a construção nacional eram um mesmo caminho.

Fazendo uma síntese dos discursos do presidente que dialogavam com a questão da estabilidade política, tendo em vista os trabalhadores, é importante verificar que Kubitschek apesar do discurso da Ordem, reconhecia as reivindicações dos trabalhadores como sendo justas. Ao mesmo tempo, como forma de se contrapor aos comunistas afirmava a categoria Nação acima das classes sociais, como uma forma de atrair os trabalhadores para o pacto social desenvolvimentista. Pelo discurso do presidente brasileiro, uma vez atraídos e se engajando no projeto desenvolvimentista, ou seja, garantindo a estabilidade política necessária para a sua execução, os trabalhadores receberiam como retorno uma melhor qualidade de vida. Assim, no que tange aos trabalhadores, o chamado a Ordem tinha um papel secundário em relação ao chamado em favor do desenvolvimento. Essa era uma diferença do discurso de Kubitschek em relação ao discurso de Frondizi em relação aos trabalhadores e a estabilidade política.

Neste mesmo discurso de 1º de maio de 1959, o presidente brasileiro também iniciaria a afirmação de uma tese que pronunciou inúmeras vezes nos últimos dois anos de seu governo, a de que a democracia brasileira estava consolidada. Conforme Kubitschek (1960: 149), a “tolerância, a prudência e a energia” foram a base de suas ações. Isso permitiu com que naquele momento se pudesse “contemplar uma Nação politicamente organizada, uma democracia consolidada, às portas e às vésperas de uma campanha em que novamente se vão decidir os destinos do Brasil”. E foi justamente o processo eleitoral que o presidente brasileiro passou a utilizar como espelho para a tese da consolidação da democracia brasileira.

¹¹⁴ A construção deste imaginário foi desenvolvida brilhantemente por Jorge Ferreira no livro “Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)”. Ver: FERREIRA, 2011.

Em 12 de setembro de 1960, faltando 20 dias para as eleições, na inauguração da plataforma rodoviária de Brasília, Kubitschek (1961: 221) declarava que:

[...] A Nação está em calma. Aquilo que nós estávamos habituados a contemplar neste país, fruto da fermentação dos ódios e das paixões políticas que procuravam desaguar à véspera da eleição para intranquilizar e perturbar o sossego do brasileiro, desapareceu de uma vez para sempre. Consolidamos a democracia respeitando a lei e a Constituição, a vontade popular, não permitindo, sob pretexto algum, modificações na Constituição para eleições tranquilas e de rotina e que não se invocasse e não se pedisse uso de armas ou de golpes para conjurar as crises.

Agrupando em torno da defesa de uma mesma tese os discursos de 1º de maio de 1959 e esse discurso de 12 de setembro de 1960, percebe-se que para Kubitschek a democracia não fora consolidada por acaso. Conforme esses discursos, a ação do governo que, coerente com a sua primeira afirmação “Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto”, respeitou a lei e a Constituição, foi fundamental para que isso acontecesse. Dessa forma, o presidente brasileiro afirmava a imagem de democrata, consagrada no imaginário popular e em boa parte da literatura sobre sua figura e sobre o seu governo¹¹⁵.

Cinco dias depois em Recife, recebendo o título de cidadão de Pernambuco essa imagem era reforçada e a tese da consolidação da democracia era ampliada com a defesa de que a própria estabilidade política fora garantida. A base para essa afirmação era a comparação entre o início e clima que se vivia nos momentos finais do governo:

Recebi um País convulsionado, apreensivo, com ameaças de subversão a repontarem de diferentes áreas da opinião pública e social. Entrego ao meu sucessor um País com as suas instituições consolidadas, e que, tranquilo, organiza a sua prosperidade. Um País capaz, enfim, de se submeter ao teste de eleições gerais, sem por em risco a estabilidade do regime. Eis aí um fato irrefutável, que desafia qualquer contestação, pois todos vós podeis testemunhá-lo! (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1961: 328).

Era inegável que, do ponto de vista institucional, não havia no ar a possibilidade de uma crise visando a não entrega do governo ao presidente eleito, mesmo este sendo originário da

¹¹⁵ Uma excelente análise desta imagem de Juscelino Kubitschek foi feita por Rosilene Dias Montenegro em sua tese de doutorado intitulada “Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil Moderno”. Ver: MONTENEGRO (2001).

oposição. Tampouco havia entre as Forças Armadas qualquer desconforto visível em relação ao presidente eleito, Jânio Quadros. Nem mesmo as manobras de Kubitschek para garantir uma candidatura única que, contraditoriamente, representava a mesma manobra que foi tentada contra a sua candidatura em 1955, abalou o processo eleitoral. Nem mesmo o apoio aberto dos comunistas ao General Lott causou graves transtornos, a não ser para os próprios comunistas e ao candidato assumidamente anticomunista.

Foi com base nessa realidade que o presidente fechou seu último ano de governo afirmando, em 31 de dezembro de 1960, que já “não somos uma aparência democrática, mas uma democracia em pleno desenvolvimento” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1961: 469). Mal sabia o presidente brasileiro que as mobilizações sociais que se intensificavam nos últimos anos de seu governo iriam se aprofundar nos primeiros anos da década de 1960, que o seu sucessor renunciaria alguns meses depois da posse, que o país viveria uma profunda crise política para garantir a posse do vice-presidente e que o desfecho do governo João Goulart seria o golpe civil-militar que interromperia o seu sonho de JK-65.

Diferente dos últimos momentos do governo Kubitschek, os últimos momentos do governo Frondizi não permitiram ao presidente qualquer tipo de ilusão em relação a estabilidade política na Argentina. Apesar de ter conseguido retomar uma pequena margem de autonomia em relação a tutela militar quando a fracassada tentativa de golpe que lhe abriu caminho para a destituição de Toranzo Montero e de Alvaro Alsogaray, o tempo parecia se encurtar novamente diante de novos focos de tensão: a posição adotada pelo governo em relação a Questão Cubana e as discussões sobre a participação dos peronistas nas eleições para governadores de 1962. Com relação ao primeiro foco, a posição do governo de defesa da autodeterminação do povo cubano, contrária a qualquer forma de intervenção, aguçava os ânimos da extrema-direita, cujo sentimento anticomunista foi aguçado com o simbolismo que a Revolução Cubana estava adquirindo entre os movimentos populares. Com isso a sina golpista que em nenhum momento deu tréguas ao presidente argentino se via mais uma vez fortalecida.

Em reação a essas movimentações no discurso pronunciado no ato de inauguração das obras de construção do Túnel Subfluvial Paraná-Santa Fé, em 03 de fevereiro de 1962, destinado a explicar as linhas gerais da política externa argentina, Frondizi (2012c: 293) denunciou os políticos que se lançavam desesperadamente “a provocar la quebra de una legalidad democrática en la que están definitivamente derrotados”. Políticos “que se presentan

como apóstoles de la democracia en el ámbito mundial, pero que están empeñados en acabar con la democracia en su propia patria” que agitan “el fantasma de la supuesta claudicación del Gobierno ante al comunismo, con el único y oculto propósito de implantar una dictadura en el país”. Segundo o presidente, diante da impossibilidade de venceram no jogo democrático, tais grupos optavam pela conspiração contra “los más altos e dignos intereses y ideales de su patria”.

Esse tom de denúncia direcionado contra a extrema-direita golpista, tanto militar, como civil, impulsionada por segmentos da UCRP, marcava um momento em que o presidente argentino resolveu apostar em uma manobra bastante arriscada para permanecer no poder. Tal manobra respondia ao segundo foco de tensão, a participação dos peronistas nas eleições para governadores de 1962, e constitua na busca de se afirmar através das urnas como via alternativa a polarização. Inicialmente, a manobra parecia ter dado certo com as vitórias do governo em 17 de dezembro de 1961 nas eleições provinciais em Santa Fé, San Luis, Catamarca, Formosa e La Rioja. Porém, a realidade das urnas em 18 de fevereiro demonstrou que o cenário era muito mais desfavorável do que se imaginava. A vitória do peronismo em 10 das 18 províncias em disputa, principalmente a vitória na Província de Buenos Aires, aliada a vitória da UCRP em apenas uma província, Córdoba, propiciaram um clima favorável aos defensores da deposição do presidente argentino.

Diante da manobra derrotada, o presidente percebeu que o tempo de seu governo estava cada vez mais escasso. Em 08 de março de 1962, em discurso pronunciado por rádio e televisão, atacou a polarização peronismo–antiperonismo, se colocando mais uma vez como uma alternativa e denunciando o golpismo de ambos os lados. O presidente argentino iniciou um dos discursos mais significativos sobre a instabilidade e a defesa da estabilidade política indicando as raízes históricas do contexto em que se situava:

De la revolución del '43 surgió un movimiento de raigambre popular que, por obra de su jefe, quiso lograr, sin conseguirlo, la alianza con el radicalismo, para ejecutar una política de justicia social.

El pueblo que había perdido la confianza en los partidos políticos y en la democracia, como consecuencia de trece años de burla sistemática a la voluntad popular, apoyó al peronismo en las elecciones de 1946.

Desde entonces, la política argentina se congeló en los términos antagónicos de peronismo y antiperonismo.

Y de allí nació la oposición tenaz y sin cuartel al peronismo.

Esta actitud, negativa en la práctica, facilitó la permanencia de su jefe como único caudillo de masas y anquilosó la acción crítica y dinámica de la oposición.

[...].

Paradójicamente, el peronismo se convirtió, desde el poder, en una fuerza extremista.

[...].

La revolución del '55 tuvo como propósito declarado restablecer un régimen de libertad y evitar el enfrentamiento entre los argentinos.

[...].

Al margen de ese sentimiento general del pueblo, que el jefe de la revolución interpretó en la frase: “Ni vencedores, ni vencidos”, quedaron definidas dos posiciones, cruelmente antagónicas y que pronto tuvieron nombre propio: el extremismo antiperonista, que se llamó a si mismo “gorila”, y el extremismo peronista que se autodenomino “duro”.

El primero aspira a borrar todo rastro de peronismo, como si no hubiera existido.

El otro aspira a borrar todo rastro de Revolución Libertadora, como si o hubiera ocurrido.

Los dos son retornistas. Ambos se nutren en el pasado y aspiran volver a él. Como si fuera históricamente posible. (FRONDIZI, 2012c: 372-373)

Em nenhum momento, Frondizi situou o lado em que esteve ao longo desse processo, ou seja, não indicou a sua condição de antiperonistas e líder da oposição ao governo eleito em 1946, nem, tampouco, o seu apoio ao golpe de 1955. A única referência foi a declaração de Lonardi que abriu a perspectiva de defesa da incorporação ao novo regime de “um peronismo, sem Perón”. Uma estratégia discursiva que garantia lógica para a sequência da fala, onde citou os efeitos dos dois extremismos políticos sobre o seu governo:

Los extremistas antiperonistas no se han dado tregua en estos últimos cuatro años. Antes de que nos fuera entregado el poder, conspiran para que así no ocurriera. Después de entregado, organizaron golpe tras golpe.

[...].

Los “gorilas” peronistas se han empeñado también en estos cuatro años en hacer imposible la conciliación de los argentinos.

Tienen algunos conatos de golpes en su hacer y hasta alguna acción de guerrillas, tan quimérica como ajena a la índole de nuestro pueblo y al proceso nacional que vivimos.

Pero su campo de acción se ha dado preferentemente en el medio gremial, tratando de perturbar la vida de los sindicatos y su normalización.

El sabotaje, el terrorismo y aun el golpe han sido sus armas habituales, que constaron muertos y heridos al país.

Por paradoja, muy explicable, han concluido por darse la mano con el otro extremismo y concertar algunas acciones en conjunto.

Es que ambos, independiente de la voluntad de sus actores, son instrumentados por el “comando unificado”.

Este, ligado a un interés extranacional, alienta a todo extremismo que perturbe una acción de gobierno que tienda al pleno desarrollo nacional, es decir, a la plena independencia. (Idem: 374-375).

Ao aliar os dois grupos, o peronismo e o antiperonismo, aos mesmos interesses, denunciando, como fizera nos discursos sobre as manifestações contrárias a Batalha do

Petróleo, Frondizi os colocava como contrários ao interesse nacional, ou seja, ao desenvolvimentismo. Mais uma vez o programa do governo era colocado como a única saída para nação. Uma ideia que se reforçava com a denuncia de um “comando unificado” que os instrumentalizava. Dessa forma, a instabilidade política provocada pela polarização era acusada como uma necessidade de um “interesse extranacional” e, indiretamente, a estabilidade política era uma necessidade para o pleno desenvolvimento e a plena independência, objetivos que contrariavam esse interesse, cujo o interessado não era citado.

Embora Frondizi tenha situado o extremismo peronista e o extremismo antiperonista como parte de um interesse único e como fomentadores das 34 tentativas de golpe que o governo sofreu ao longo dos quatro anos, suas respostas a crise pós-eleições foram tentativas frustradas para agradar apenas um dos grupos, os antiperonistas. Porém, nem a anulação dos resultados eleitorais e a intervenção na Província de Buenos Aires, nem a contraditória ruptura de relações com Cuba, serviram para aclamar os seus ânimos golpistas.

Em carta fechada destinada ao presidente do Comitê Nacional da UCRI, senador Alfredo Garcia, em 27 de março de 1962, data em que os militares haviam exigido a sua renúncia, Frondizi (2012d: 32) afirmaria que esse episódio era “la culminación de un largo proceso a través de cuyo desarrollo se libró un incesante combate entre la legalidade y el despotismo, entre la paz y el caos, entre el desarrollo y el colonialismo”. Era o reconhecimento de que a estabilidade política esteve longe de ser conquistada, apesar dos discursos apelando pelo respeito à lei e a ordem. Dois dias depois seria deposto e a Argentina viveria por mais algumas décadas a “anormalidade permanente”.

3.2. Estabilidade Econômica

A estabilidade política dos governos desenvolvimentistas não dependia apenas dos fatores específicos da autonomia relativa da esfera política. O sucesso da implantação do programa desenvolvimentista tinha um peso significativo para a neutralização da polarização política. Como proposta de pacto social, tal programa deveria absorver de alguma forma as demandas das diferentes classes sociais, ou pelo menos representar que está disposto a absorver. Portanto, a estabilidade econômica não respondia apenas aos interesses meramente

da acumulação capitalista e da necessidade do aumento ou da manutenção das taxas de lucros, mas sim, era parte do próprio processo político e como tal respondia também a necessidade de aceleração da implantação do projeto desenvolvimentista como forma de neutralizar os conflitos. Uma tarefa complicada diante da crise econômica que afetava Brasil e Argentina.

Ao mesmo tempo, a estabilidade econômica como objeto discursivo, composto por outros objetos discursivos, que remetia as condições internas do desenvolvimentismo, se inseria também nos debates sobre os seus significados. Tal inserção trazia para o discurso político dos presidentes desenvolvimentistas os debates do pensamento econômico daquele período, marcado pelos diferentes posicionamentos acerca da inflação, dos salários e do custo de vida, do papel dos organismos financeiros e da necessidade de uma nova mentalidade burguesa. Tais debates, assim como a defesa da industrialização, o grau de participação do capital estrangeiro e do Estado na economia, polarizavam o contexto das décadas de 1950 e 1960 em dois grupos: os estruturalistas e os monetaristas. O principal ponto dessa divergência era a inflação e os programas anti-inflacionários defendidos pelo Fundo Monetário Internacional, FMI.

Conforme David Felix (1967: 93), os monetaristas consideravam os programas anti-inflacionário essenciais para o reavivar o crescimento econômico. Para esses,

[...] Detendo a inflação e abolindo controles diretos e subsídios eliminar-se-iam, acreditam, grande parte dos desequilíbrios e da rigidez da oferta, a que os “estruturalistas” atribuem tanta importância. Por outras palavras, os “monetaristas” acreditam que existe um dinamismo latente no setor privado bem como possibilidades inaproveitadas para atrair investimentos estrangeiros em montantes muito maiores. Porém, para que esse potencial se concretize, as economias devem passar por uma terapia anti-inflacionária, dolorosa, mas necessária, que os livre das distorções e obstáculos ao crescimento causados pela inflação. [...].

Com relação a posição dos estruturalistas, o autor enfatiza que há duas questões fundamentais:

[...] Primeiro, os “estruturalistas” não consideram a inflação como uma solução viável a longo prazo para os problemas de crescimento latino-americano. Em vez disso, ela é considerada como uma manifestação de uma economia deformada. Em segundo lugar, admitem que um programa de estabilização tipo FMI pode reduzir

algumas das deformações da economia – as disfunções secundárias. Mas os programas não solucionam os desequilíbrios básicos que atrasam o crescimento econômico. Portanto, eles introduzem um grau elevado de eficiência, ao custo duma redução do emprego e duma estagnação do produto, uma solução socialmente insustentável. (Idem: 102).

Desta forma, para os monetaristas a inflação era consequência direta do aumento dos gastos do estado e dos “salários supervalorizados”. Já a estabilidade econômica deveria ser buscada através de medidas monetárias baseadas nas forças espontâneas do mercado, que levem ao controle o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro (SANDRONI, 1994: 232). Já para os estruturalistas, a inflação decorria das estruturas econômicas arcaicas e da própria conjuntura de transformação que vinha ocorrendo nos países latino-americanos a partir das políticas de industrialização. Para eles, o programa anti-inflacionário do FMI atacava apenas o segundo ponto, mas não atacava as estruturas econômicas arcaicas. Somente mudanças nessas próprias estruturas e que garantiriam a estabilidade econômica. No sentido dessas mudanças propunham distribuição de renda, reforma nas estruturas tributárias, investimentos estatais, controle de capitais estrangeiros, reforma agrária, entre outras medidas.

O principal órgão de difusão das ideias estruturalistas na América Latina foi a CEPAL. Com relação as medidas monetaristas, “o apoio interno aos programas de estabilização partiu principalmente dos partidos de direita, os quais tem uma antipatia ideológica pelos programas de desenvolvimento planejados em larga escala” (FELIX: 1967: 94). No Brasil, às ideias estruturalistas eram difundidas pelos desenvolvimentistas, sobretudo, os do setor privado e os “nacionalistas” do setor público. Por sua vez, às ideias monetaristas encontravam respaldo entre os desenvolvimentistas do setor público “não-nacionalistas” e, fundamentalmente, entre os neoliberais. Na Argentina, os estruturalistas eram identificados na equipe que compôs a Junta de Planificación Económica de la Provincia de Buenos Aires no governo Oscar Alende (1958-1962), liderada pelo economista cepalino Aldo Ferrer. Apesar de procurar se distanciar em relação a CEPAL, por conta das posições assumidas por Raúl Prebisch nos governos da chamada Década Infame e na Revolução Libertadora, devido aos conceitos e as premissas utilizadas, o desenvolvimentismo frondicista-frigerista também pode ser colocado como parte das elaborações estruturalistas latino-americanas. Já as ideias monetaristas tinham grande aceitação na extrema-direita militar, em setores consideráveis do empresariado e das oligarquias rurais, tendo como um de seus principais defensores Alvaro Alsogaray.

No que tange aos governos desenvolvimentistas aqui tratados é importante ressaltar que a elaboração da estabilidade econômica como objeto discursivo, respondia a correlação de forças internas e externas aos governos. No governo Kubitschek foi determinada pela forma como o presidente foi assumindo posições em meio a uma equipe de governo que reunia diferentes posições dentro da perspectiva desenvolvimentista, algumas inclusive próximas ao neoliberalismo. No governo Frondizi foi condicionada pela dinâmica da polarização e a busca da estabilização política, bem como, pela tutela militar. Portanto, os discursos sobre a estabilidade econômica não podem ser analisados como uma linha reta, com uma constante, mas sim, como uma trajetória cheia de curvas e diferentes caminhos que foram sendo tomados conforme a conjuntura.

A questão da estabilidade econômica esteve presente em um dos primeiros discursos do presidente brasileiro, sendo tratada em termos específicos como efeito da inflação. Em 17 de fevereiro de 1956, Kubitschek (1958a: 25-26), através da “Voz do Brasil” declarou que:

[...] Conhecia a situação do Brasil, conhecia principalmente as dificuldades de vida do povo brasileiro, empobrecido cada vez mais na desvalorização de uma moeda que perde cada dia, na desordem da inflação, um pouco de seu valor aquisitivo. Todas as dificuldades do povo, com efeito, se resumem nesta palavra terrível e nesta realidade devoradora: a inflação. A inflação determina a alta dos preços e a penúria do povo, o que significa a desordem em toda situação econômica do país e sacrifícios já insuportáveis para a classe média e a classe operária. E é neste terreno, é pelo combate incessante e intransigente contra as causas e os efeitos da inflação, que temos de começar. E é neste terreno que já comecei a agir com as minhas primeiras decisões e as minhas primeiras providências, tendo em vista que o problema fundamental do governo é enfrentar a gravidade da crise inflacionária.

Para atingir esse objetivo, vamos lutar em duas frentes: uma política de rigorosa economia e poupança nos gastos, com a supressão de despesas supérfluas ou adiáveis, com o corte de todos os investimentos oficiais em obras suntuárias, isto por um lado; um política de desenvolvimento em largas proporções, com os recursos oficiais e os estímulos à iniciativa privada concentrados nos esforços do aumento da produtividade, com um programa de enriquecimento pela reestruturação econômica do país, isto por outro lado.

Bem sei, e esta é a lição da experiência, e esta é a lição dos economistas e financistas: não se pode combater a inflação só por compressão, mas por compressão e expansão. Levando em conta esse princípio é que tenho dois programas que se harmonizam e entrosam em um único objetivo: um programa de longo alcance e caráter estrutural, amplo e profundo, com base no trinômio energia, transporte e alimentação, mas cujos resultados só serão apreciados e aproveitados por inteiro dentro de quatro ou cinco anos; e um programa de emergência, com providências imediatas e realizações rápidas, que venha dentro de alguns meses melhorar a situação do povo em seu primeiro e angustiante problema do custo de vida a subir por efeito da onda inflacionária conjugada com a escassez e a insuficiente circulação dos gêneros alimentícios no território nacional.

Tal discurso refletia o clima inicial do governo, onde o presidente brasileiro, conforme suas próprias palavras, estava vivendo “um período de preocupações, com a simultaneidade de problemas políticos e financeiros agindo de forma violenta” (KUBITSCHKEK, 1978: 38). A questão inflacionária era um desses grandes problemas. A variação percentual anual da inflação conforme o índice Geral de Preços, IGP, fora em 1953 de 15%, em 1954 crescera para 27%, tendo uma redução para 17% em 1955, porém, havia inúmeros sinais de que esta redução não seria mantida em 1956, como de fato ocorreu, a queda não somente não se manteve, como a inflação cresceu para 20% naquele ano (LEOPOLDI, 1991: 83). Esses sinais já estavam presentes no início do governo Kubitschek, por isso a inflação foi indicada como o principal problema a ser enfrentado.

Porém, este primeiro discurso, que teve como temática o programa do governo, apesar de apontar a existência de um programa de longo prazo e de um programa emergencial de curto prazo, apresentou apenas como medida a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Isso refletia a própria divisão interna ao governo e a postura de mediação entre os grupos adotada pelo presidente e retratada sutilmente no discurso com a ideia comum a estruturalistas e monetaristas de que “não se pode combater a inflação só por compressão, mas por compressão e expansão”. Sem tocar na divergência sobre como fazer, os prazos e o significado da compressão e da expansão.

O principal debate que marcou aquele momento teve como ponto central a Reforma Cambial, uma medida que havia sido proposta anteriormente pelo ministro do governo Café Filho, José Maria Whitaker, como forma de remediar a forte desvalorização do preço do café. A proposta consistia na adoção de uma política de câmbio livre, de taxa flutuante, em substituição a política de taxas múltiplas de câmbio instituída pela Instrução 70 da Sumoc, idealizada pelo então ministro da Fazenda Oswaldo Aranha e pelo presidente do Banco do Brasil, Marcos de Sousa Dantas, que vinha sendo adotada deste 1953. A medida acabou não sendo adotada pelo governo Café Filho por ser considerada uma reforma ortodoxa que iria elevar muito o custo de vida. O então presidente chegou inclusive a discutir a questão com os candidatos durante o processo eleitoral, porém, conforme Kubitschek (1978: 39) “uma medida dessa natureza é complexa em excesso para ser discutida por candidatos em campanha”.

Dessa forma, a medida voltou a ser discutida naquele primeiro mês de governo. Aquela discussão marcou o primeiro embate entre os monetaristas e os estruturalistas, ou desenvolvimentistas como o presidente iria se referir, que faziam parte da equipe de

Kubitschek. Os principais monetaristas dentro do governo e defensores da Reforma Cambial, eram o presidente do BNDE, Lucas Lopes, e o Secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Roberto Campos. O ministro da Fazenda e companheiro de longa data do presidente, José Maria Alkmin, era o principal opositor. Conforme relata Lucas Lopes (1991: 231), “Alkmin gostaria muito de não mexer com isso, de não ter que tomar uma decisão, mas não teve outra saída, porque todo o mercado de câmbio para exportação e importação estava paralisado”. Diante dessa situação, o presidente convocou uma reunião, no dia 17 de março de 1956, do ministério e do Conselho da Sumoc para debater a questão que vinha se prolongando desde a sua posse.

Assim,

[...] depois de uma longa discussão, Juscelino chegou a conclusão de que ali estavam os ‘sábios da República’ em matéria de política econômica, e que diante do empate existente, pois a metade era a favor e a metade era contra a reforma, seria ele, um médico do interior sem experiência na área, que teria que decidir o que fazer. E ele não via outra alternativa senão entregar a decisão do ministro da Fazenda, que seria o responsável pela execução da política econômica. Alkmin, com apoio do Sebastião Pais de Almeida, decidiu não fazer a reforma, e nós, que éramos favoráveis, pusemos a viola no saco, pois não havia mais o que dizer. (Idem: 232).

Nesta entrevista concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, Lucas Lopes (1991: 222) afirmou que Alkmin “era totalmente displicente em termos de inflação e de controle dos gastos públicos”. Para o monetarista que ocupou inicialmente a presidência do BNDE e que futuramente seria ministro da fazenda, o ministro que o havia antecedido “era um político puro, não pensava em gastos”, ele “é que tinha a preocupação de que não se fizessem coisas demais, porque aquilo que fosse feito a partir de certo limite iria prejudicar o Programa de Metas”. Uma acusação que os monetaristas, sobretudo, os liberais e neoliberais, constantemente fazem aos estruturalistas e desenvolvimentistas. Uma acusação que Kubitschek sofreu ao longo e depois de seu governo.

A vitória dos estruturalistas-desenvolvimentistas nas controvérsias iniciais do governo repercutiu diretamente nos discursos do presidente. Desde então, Kubitschek passou a defender uma concepção onde a onda inflacionária e a alta dos preços eram consequências da baixa produção. Em 14 de julho de 1956, ao decretar os novos índices de salário mínimo, afirmou que o que importava era “alcançar a estabilidade dos preços por meio da abundância,

ainda que seja forçada pela intervenção direta do governo” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA: 1958a: 193). Mais uma vez, assim como na defesa da industrialização, o argumento central era o necessário aumento da produtividade, a forma mais adequada de responder ao aumento da população e de conduzir o país a superação do subdesenvolvimento.

Era necessário “produzir e produzir em boas condições econômicas para o Brasil”, era necessário “produzir e produzir bem, para que os preços baixem”, como o presidente afirmou quando foi homenageado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em 25 de outubro de 1956. Não havia “melhor combate a carestia do que produzir”. A “Revolução necessária” era a do “progresso e da expansão”. O “resto é loqüela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados” (Idem: 321).

Neste momento, a compressão era deixada de lado em favor da expansão e o discurso do presidente brasileiro demonstrou um aparente abandono da postura de mediação entre os grupos internos ao governo. A crise econômica passava a ser proclamada como uma “crise de transformação”, uma ideia que já estava presente nas “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” apresentadas na campanha eleitoral. Segundo aquele documento, a crise brasileira advinda de uma estrutura econômica caracterizada pela transitoriedade. O país era retratado como não sendo mais “puramente subdesenvolvido e semicolonial”, tampouco “uma economia plenamente desenvolvida e emancipada”, mas como uma realidade que “desde o final dos anos 20” experimentava “um acentuado incremento da renda nacional e nítidas transformações estruturais”. A crise era parte deste processo, sendo, portanto, decorrente do progresso do país, revelado em “sua vertiginosa taxa de expansão”. Ao mesmo tempo, a crise era também a condição mesma para que se pudesse “conduzir o País a etapa superior do pleno desenvolvimento”. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1955: 17-21).

Como presidente, Kubitschek (1958a: 87-88) pronunciou pela primeira vez esta tese em 25 de abril de 1956, na instalação da Faculdade de Economia em Curitiba, quando afirmou que:

De uma hora para outra, deixamos de ser uma país despreocupado, em que se podia viver razoavelmente sem muitas lutas, e enfrentamos um fenômeno de aceleração que causa espanto aos observadores estrangeiros acostumados a ver e examinar exemplos mías extraordinários. Em um quarto de século, tudo se agigantou, o consumo começou a aumentar de volume em escala geométrica, a produção foi obrigada a expandir-se, também, em todos os seus aspectos e domínios. A industrialização do Brasil perdeu o seu caráter primitivo de simples artesanato e deu um salto para frente, espetacular. Tudo isso criou angústias, dificuldades, lutas e

principalmente um desequilíbrio que seria assustador, se não fosse, o que está passando, um fenômeno de expansão incoercível.

Dessa forma, a crise brasileira passou a ser tratada nos discursos presidenciais como consequência do processo de industrialização e suas contradições com os desequilíbrios estruturais do país. Estes desequilíbrios eram uma permanência do passado que seriam superados quando a etapa de transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento pleno se completasse. Caberia ao Estado promover o encurtamento dessa etapa através da aceleração do desenvolvimento. Uma tese que ia ao encontro da concepção estruturalistas de que a inflação é o acompanhamento natural do crescimento, portanto, somente o desenvolvimento proporcionaria a estabilidade econômica. A questão era: até quando a inflação poderia ser tolerada?

A questão inflacionária também perturbava Frondizi. A política econômica liberal da Revolução Libertadora, adotada com o objetivo de reduzir a inflação e o problema de balanço de pagamentos herdados do “caótico” peronismo, havia agravado significativamente a situação econômica. A inflação que em 1955 foi de 12,3%, em 1956 foi de 13,4% e em 1957 cresceu para 24,7%. A variação do salário real que em 1955 foi de -8,5%, em 1956 cresceu 20,9%, voltando a cair 17,8% em 1957. Para Rapoport (2007: 455), esta era uma situação que não surpreendia, uma vez que as medidas tomadas apontavam para “morigerar las manifestaciones de la crisis y no a remover las deficiencias estructurales que bloqueaban el desarrollo económico”.

Esta realidade esteve presente no primeiro discurso do presidente argentino. Na Mensagem Inaugural de 1º de maio de 1958, Frondizi (2012a: 24-25) diagnosticava que o “proceso inflacionario que se desarrolla desde las postrimerías de la última guerra, no solo ha podido ser contenido, sino que se encuentra notablemente agravado en la actualidad”. Por trás da aparente calma que a Revolução Libertadora procurava demonstrar “el encarecimiento de la vida se ha acentuado”. Assim, para deter a alta do custo de vida era “indispensable desarrollar una política económica y social tendiente a crear más riqueza y a distribuirla con arreglo a normas de equidad”. Por isso, não era “reduciendo el consumo sino aumentando la producción” que se poderia “lograr el equilibrio y obtener una moneda de valor relativamente estable”. A meta do governo, portanto, seria “lograr una economía de abundancia” e o caminho para isso era “promover una rápida y poderosa capitalización nacional, sobre bases

de justicia social, e imprimir un energético impulso de desarrollo, que el país está totalmente capacitado para emprender”.

Fruto desta política econômica de impulso ao desenvolvimento foram a Batalha do Petróleo e a Batalha do Aço, baseadas na forte atração do capital estrangeiro. Como resultado dessa política houve uma expansão da demanda mediante os aumentos do gasto público, da moeda circulante e dos salários. Tais fatores geram tensões na política de preços, apesar do pequeno recuo na inflação que foi de 22,5%, e na balança de pagamentos que fechou o ano de 1958 com déficit na ordem de -238,7%, sobretudo, devido a importação de bens de capital. Somava-se a isso os desequilíbrios reprimidos, porém, não solucionados que se arrastavam nos anos anteriores. (RAPOPORT, 2007: 462).

Tal situação levou Frondizi a anunciar, em dezembro de 1958, o Plano de Estabilização e Desenvolvimento, abarcando uma série de medidas condicionadas por um acordo *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional. Conforme o presidente argentino, em mensagem pronunciada por rádio e televisão em 29 de dezembro de 1958,

Este programa de estabilización, que ha sido estudiado desde que asumimos el Gobierno, es la respuesta lógica por una acendrada e incommovible fe en el país y en el pueblo, a una situación que la Argentina arrastra desde hace años y que en estos momentos hace crisis. Este programa es una ineludible e impostergable necesidad y si no lo hemos aplicado apenas nos hicimos cargo del Gobierno, ha sido, en primer lugar, porque una estabilización económica-financiera sin un enérgico impulso de desarrollo hubiera conducido a una economía de miseria y desocupación. Por eso fue previo poner en marcha el programa de expansión nacional, basado en intensificación de nuestra producción de petróleo, carbón, siderurgia y energía. Lo contrario hubiera sido estabilizar un país postrado y estancado. Vamos a dar, en cambio, fundamentos estables a una economía en pleno impulso realizador, para que ese esfuerzo no fracase y para que la nación argentina se lance desde allí a la conquista de su grandioso futuro.

En segundo lugar, debían existir condiciones mínimas de estabilidad político-social. Un país dividido y con vastos sectores impedidos de ejercer sus derechos no permitía encarar un programa de estabilización. Hemos eliminado toda legislación represiva, y puesto en marcha el progreso de reorganización sindical, sobre bases de absoluta igualdad. Por último, era imprescindible restablecer el crédito argentino en el exterior e inspirar nuevamente confianza a los hombres del mundo para que tuvieron fe en el país y quisieron aportar sus capitales, su esfuerzo y su iniciativa a nuestro propio esfuerzo nacional. (FRONDIZI, 2012a: 174-175).

Neste discurso, o Programa de Estabilización y Desarrollo era justificado como uma necessidade inadiável, como uma garantia para a continuidade do projeto desenvolvimentista, mesmo sendo pautado por medidas de cunho monetarista. Era apresentado como algo que já

era pensado desde o começo do governo, mas que somente pode ser colocado em prática após três questões: a expansão inicial, considerada por Frondizi e por alguns autores como Rapoport (2007) e Ferrer (2006) como a primeira fase do desenvolvimentismo; o estabelecimento de condições mínimas de estabilidade política e social, que conforme o presidente foi possível graças a eliminação de toda legislação repressiva e a reorganização sindical, o que não correspondia totalmente com a verdade, uma vez que, paralelamente, a elaboração do programa de estabilização, em novembro de 1958, havia sido decretado de forma secreta o Plano Conintes e o país vivia um Estado de Sítio; e, por fim, o restabelecimento do crédito e da confiança internacional, o que estava sendo feito através da política de atração de capitais estrangeiros, sobretudo, com aprovação das Leis de Permanência de Capitais Estrangeiros e de Promoção Industrial.

Mas não era apenas a adoção do Plano de Estabilização que deveria ser justificada, mas também as suas medidas. Estas se demonstravam contraditórias com aquilo que o presidente havia dito na campanha eleitoral e com a sua própria trajetória dentro da militância radical. Frondizi foi um dos principais responsáveis pela redação da Declaração de Avellaneda, em 04 de abril de 1945, documento que buscava estabelecer uma base doutrinária para a União Cívica Radical. Com uma inclinação de esquerda o documento propunha, entre outras medidas, a nacionalização das fontes de energia e dos serviços públicos, e a nacionalização dos monopólios estrangeiros e nacionais que representassem obstáculos ao progresso econômico (BOSSIO, 2014: 262).

Na prática, seguindo a lógica dos programas de estabilização propostos pelo FMI de remover as interferências governamentais substituindo-as pelos mecanismos de mercado, as medidas ortodoxas adotadas tiveram efeitos nefastos na vida dos trabalhadores. A desvalorização e o congelamentos dos salários, bem como, a eliminação de controles e regulamentações estatais provocaram uma forte diminuição da renda dos trabalhadores e um desemprego generalizado. A profunda modificação da estrutura dos preços relativos afetou diretamente os salários reais e o consumo, provocando recessão. A participação dos assalariados no ingresso nacional caiu abruptamente entre 1958 e 1959, passando de 46% para 38,7%. As inversões caíram de 19% para 16% do PIB. As importações caíram mais de 11%, porém as exportações mantiveram seu nível. A inflação, por sua vez, disparou, atingido pela primeira os três dígitos, fechando o ano de 1959 em 129,5% segundo o IPC (RAPOPORT, 2007: 463).

Diante deste cenário, indicado já nos primeiros meses de adoção do plano, Frondizi (2012a: 259), em discurso por rádio e televisão pronunciado em 19 de fevereiro de 1959, declarou:

[...] Sabemos perfectamente que el pueblo está soportando penurias y privaciones, pero con la franqueza con que hemos tratado siempre este problema debemos anticipar que las duras condiciones de vida actuales se mantendrán por un breve tiempo aún. [...].

Es pues inevitable que antes de alcanzar mejores condiciones de vida debamos atravesar un período de encarecimiento. Ello es doloroso, pero es también la verificación de que estamos llegando al punto crítico, a partir del cual los sacrificios realizados comenzarán a surtir efectos. Es la hora de prueba en la que el organismo entero reúne todas sus fuerzas para vencer el mal que amenaza destruirlo. En el plazo prefijado en 24 meses las condiciones de vida evolucionarán desde la escasez e inseguridad actuales hasta la abundancia y seguridad que nos hemos propuesto como meta. El pueblo podrá recoger entonces los frutos de su sacrificio y demostrará, una vez más, que la grandeza de las naciones solo se forja sobre el trabajo viril de todos sus hijos.

Frondizi reconhecia que as medidas ortodoxas do programa de estabilização eram impopulares e levavam ao aumento do custo de vida e das condições de penúria para a classe trabalhadora. Porém, justificava que este seria um problema temporário, estabelecendo um período de 24 meses para que a estabilidade econômica fosse atingida. Tal visão o aproximava da perspectiva monetarista defendida por economistas que no Brasil pertenciam a corrente desenvolvimentista “não-nacionalista”, sobretudo, com Roberto Campos.

Em artigo publicado em 1967, no livro organizado por Albert Hirschman que procurou sistematizar as controvérsias entre o monetarismo e o estruturalismo, Roberto Campos (1967: 92) argumentou que “não era possível supor, como fazem alguns ‘estruturalistas’, que uma redução do nível geral de investimentos no decorrer do programa de estabilização prejudique o crescimento”. A justificativa para isso era que “tal redução pode ser simplesmente temporária, invertida em pouco tempo por um surto de investimento”. Essa era a ideia que o presidente argentino procurou expôr ao afirmar que “las condiciones de vida evolucionarán desde la escasez e inseguridad actuales hasta la abundancia y seguridad que nos hemos propuesto como meta”. Foi a partir dessa ideia que a avaliação de que se estava “llegando al punto crítico, a partir del cual los sacrificios realizados comenzarán a surtir efectos” foi construída.

Tal ideia foi reafirmada, em junho de 1959, pelo novo Ministro da Economia, Alvaro Alsogaray, que assumiu com a intensão de aprofundar o programa de estabilização. Em discurso pronunciado por rádio e televisão, em 28 de junho, Alsogaray afirmou que muitos anos “de desatino y errores nos han conducido a una situación muy crítica” e que por isso “seguiremos por algún tiempo la pendiente descendiente que recorremos desde hace ya más de diez años.” Porém, as “medidas en curso permiten que podamos hoy lanzar una nueva fórmula: ‘Hay que pasar el invierno’”¹¹⁶. Porém, nem tudo no Plano de Estabilização era temporário ou parte de uma etapa.

Em 1º de maio de 1960, na Mensagem de dois anos do governo lida no Congresso Nacional, Frondizi (2012b: 1960) declarou que:

[...]. La estabilidad monetaria de que gozamos es, fundamentalmente, consecuencia de la restricción impuesta a las importaciones y de la limitación del consumo interno. Ambos factores son y deben ser de excepción y transitorios, dadas la magnitud y diversidad de los recursos naturales que el país dispone. Por ello, la acción del Gobierno debe intensificarse en la reducción drástica de los gastos del Estado, cuyo déficit provoca anemia a la Nación, cercana su desarrollo y esteriliza el esfuerzo que la estabilización impone al pueblo.

Si bien el ritmo inflacionario ha disminuido, subsiste el déficit presupuestario que se origina en el exceso de burocracia y en la incapacidad de algunas empresas estatales o sectores de ellas para autofinanciarse. Nuestro deber consiste en corregir estos dos graves defectos mediante la racionalización de los servicios administrativos y la privatización, dentro de los lineamientos trazados, de los sectores de empresas del Estado que resultan antieconómicas en sus manos.

A ideia de que a inflação, considerado o principal veículo de descapitalização, desperdício e empobrecimento, estava relacionada com o déficit público não era uma novidade e já havia sido apresentada no discurso de anúncio do Plano de Estabilização. Na ocasião, o presidente afirmou que “para alcanzar la estabilidad financiera y sanear la moneda”, a inflação seria combatida em seu fator fundamental: “el déficit fiscal, ocasionado por los excesivos gastos públicos y las cuantiosas pérdidas de las empresas del Estado” (FRONDIZI, 2012a: 179). Em que pese esta declaração, tampouco essa era uma novidade instituída pelo Plano de Estabilização. A “racionalização do Estado” já havia sido exposta no discurso inaugural do governo, quando Frondizi (2012a: 27) afirmou que a solução mais efetiva para “os males da burocracia” era “dar fuerte impulso a la actividad privada de carácter productivo,

¹¹⁶ Trecho transcrito pelo autor a partir do áudio do discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=883S7l6qhbK>. Acesso em 12/11/2018.

para crear fuentes de trabajo más provechosas y atractivas que el empleo público”. Na prática, o governo Frondizi adotou a “racionalização do Estado” antes, durante e depois da adoção do Plano de Estabilização, como atestam a política petroleira adotada em 1958, a privatização do Frigorífico Lizandro de La Torre e a “racionalização” do setor ferroviário em 1961.

Neste ponto, o discurso (e o programa desenvolvimentista) de Frondizi, demonstrava uma das principais diferenças com o discurso (e o programa desenvolvimentista) de Kubitschek: a questão do Estado. Apesar de o presidente brasileiro também ter sido um entusiasta da “capacidade de empreender” da iniciativa privada e ser avesso a burocracia, nunca expôs publicamente o desejo de adotar, e nem adotou, um programa de “racionalização do Estado”. Kubitschek preferiu adotar a chamada administração paralela, uma série de órgão de apoio ao Plano de Metas, visando dar maior agilidade a programas direcionados a setores específicos e fugir dos entraves políticos e burocráticos. Frondizi, como se poder ver, adotou a “racionalização do Estado” ao longo de todo o seu governo.

Para Frondizi (2012c: 272), o Estado “debe ajustar su estructura a las necesidades del país en cada momento de su historia” e a “administración pública es solo el instrumento de esa actividad del Estado a favor de la comunidad”. Se esse instrumento “es caro no puede cumplir cabalmente su función”. Tal discurso, pronunciado em 17 de janeiro de 1962, visava justificar a imagem negativa do Plan de Racionalización adotado no setor ferroviário que resultou numa série de conflitos e paralizações entre maio e dezembro de 1961¹¹⁷. Entre as medidas do plano estavam a flexibilização do regime de trabalho, a terceirização de funções de oficina e copa, a venda de terras e instalações e a diminuição de postos de trabalho. Medidas que o presidente argentino procurou justificar, para além da questão inflacionária, afirmando que:

¹¹⁷ Este plano gerou a resistência da Unión Ferroviaria y Fraternidad, uma das maiores organizações sindicais argentinas, levando a paralização das atividades em 15 de maio. Em junho, os ferroviários receberam o apoio das 62 Organizações Peronistas e do MUCS. Ao longo do período entre junho e novembro houveram inúmeras paralizações improvisadas e greves gerais na tentativa de levar o governo a um recuo. Em 2 de novembro, estes dois agrupamentos sindicais iniciaram uma greve geral por tempo indeterminado. Em resposta, o governo decretou, nos marcos do Plan Conintes, a ilegalidade do movimento ferroviário. Em 1º de dezembro, diante do não avanço nas negociações e do não recuo dos grevistas diante da intimidação do governo, se estabeleceu, a pedido de Frondizi, a mediação do conflito por parte do Cardeal Caggiano, o que resultou, em 10 de dezembro, a construção de uma base sólida de acordo entre o governo, os patrões, o sindicato ferroviário e a CGT. Após 40 dias de conflito a greve ferroviária resultou um conjunto de concessões em relação à “racionalização” propostas pelo governo, entre essas: um aumento salarial de 20%, a manutenção do regime de indenização aos despedidos, o fim das sanções disciplinares e o pagamento dos salários dos dias de greve. (LAMAS, 1984: 155-156).

El Gobierno no desea crear desocupación ni desentenderse de la situación de sus servidores. Reiteramos enfáticamente que no tomaremos ninguna medida económica o financiera que signifique imponer nuevos sacrificios a la población. Al contrario, la serie de medidas de racionalización que estamos poniendo en práctica tiende a liberar mano de obra y capacidad técnica, a incorporar a la actividad dinámica de la empresa privada a grandes contingentes de funcionarios que vegetan en el presupuesto y a suprimir la fuente más aguda de inflación que es el déficit fiscal. (Idem: 274).

Com este discurso, Frondizi se aproximava das concepções neoliberais sobre emprego e desemprego, segundo o qual o desemprego em determinados momentos significa um ajuste de fatores produtivos. Para um dos precursores da Escola Austríaca, Ludwig Von Mises (2010: 104-105), os “trabalhadores que não mais possam empregar-se num determinado setor de produção, em breve encontram espaço em outros setores que estejam em expansão ou estejam entrando em atividade”. Uma aproximação discursiva que também ocorria com o uso da terminologia racionalização do Estado para justificar as privatizações, algo que também era comum nos escritos de Eugenio Gudín e de Alvaro Alsogaray. Tal ideia era um ponto de tensão com a própria formação discursiva desenvolvimentista, pois, representava uma controvérsia com aquilo que muitos grupos identificados com o desenvolvimentismo consideravam como o que se podia ou não podia ser dito.

Apesar de a inflação ter tido uma queda brusca em 1960, fechando o ano em 27,1%, e os investimentos estrangeiros terem aumentado significativamente, os problemas decorrentes do setor externo, com a balança de comercial voltando a ser deficitária (-177,1 milhões de dólares) e apontando para um aumento do déficit ainda maior ao longo do ano¹¹⁸, bem como, o aumento das tensões sociais devido ao desemprego e o aumento da pobreza, levaram Frondizi a abandonar o Plano de Estabilização em abril de 1961. Tal abandono, diferentemente do que os monetaristas defendiam, não significou uma alta imediata da inflação, cuja taxa fechou o ano de 1961 em 13,7%. A inflação voltaria a crescer em 1962 a uma taxa de 26,1%, porém, desde 29 de março daquele ano, Frondizi já não era mais presidente.

Do ponto de vista político, o preço pago pela adoção do Plano de Estabilização foi o afastamento definitivo e o fechamento dos canais de diálogo com o peronismo. Em Carta Confidencial direcionada para John W. Cooke, em 20 de dezembro de 1958, Perón afirmava que era “llegado la hora de cantar, pero ha de ser con toda la voz que se tenga, enfrentando al

¹¹⁸ A balança de pagamentos argentina fecharia 1961 em -496,3 milhões de dólares, o pior saldo desde 1955.

Gobierno con una enérgica oposición tenaz que será apoyada por todo el Pueblo y aun por los propios enemigos” (COOKE, 2007: 430). Em janeiro de 1959, o peronismo tomaria a dianteira na resistência no levante contra a privatização do Frigorífico Lizandro de La Torre. Em 11 de junho de 1959, Perón divulgaria o texto do pacto secreto realizado com vistas ao apoio peronista nas eleições presidenciais de 1958, rompendo o acordo estabelecido com Frondizi e Frigerio. Nem mesmo as tentativas de cooptação dos Neoperonistas feitas pelo presidente argentino, ao longo do ano de 1961, foram capazes de reatar o diálogo. O programa de estabilização baseado no acordo com o FMI foi a pá de cal na estratégia frondicista de integração de um “peronismo, sem Perón” no sistema político argentino.

Kubitschek também viveria momentos conturbados por conta de um programa de estabilização. Em 1958, o modelo de financiamento adotado para a aceleração do desenvolvimento dava sinais de esgotamento. A renda advinda das exportações de café, que havia sido superior a um bilhão de dólares em 1956, caiu para menos de 700 milhões. A inflação, que havia sido caído de 24,55% em 1955 para 6,96% em 1957, voltou a crescer, atingindo a taxa de 24,39% naquele ano. Ao mesmo tempo, a crescente demanda por investimentos para a execução das obras do Programa de Metas e para o início das obras de Brasília aumentavam a necessidade de capitais estrangeiros para contrabalançar os enormes gastos públicos (KOSINSKI, 2015).

Diante deste cenário econômico, em seu pronunciamento de final de ano feito através da “Voz do Brasil”, em 31 de dezembro de 1958, Kubitschek (1959: 512-513) anunciou que:

[...] Nenhuma política econômica será bastante convincente para mim, ou conveniente para meu país, se não considerar a realidade positiva de que é necessário alimentar, vestir e amparar novos contingentes humanos que vêm ampliar nossa superfície demográfica. Aos que, de boa fé, nos aconselham medidas de contenção indiscriminadas, peço que recordem as condições em que se operou o desenvolvimento de grandes nações e julguem se lhes foi possível vencer obstáculos com que se defrontam sem criar riqueza. Aos que pensam que o Brasil deve parar a fim de pôr a casa em ordem, respondo que nosso país deve arrumar a casa produzindo, trabalhando, exigindo de seus filhos um esforço mais racional e um maior rendimento de produção. Constituiu sempre uma das preocupações centrais de meu Governo coordenar as medidas tendentes ao mesmo tempo a salvar a nossa moeda, estabilizar a vida econômica, encorajar o aumento da produção, jugular o surto inflacionário. Com esse propósito, o Ministro da Fazenda elaborou o Plano de Estabilização Monetária que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional e cuja execução dará ao país os meios adequados para conter a inflação e estimular as nossas exportações, garantindo o prosseguimento do programa de desenvolvimento econômico, que abrirá ao Brasil novas perspectivas de progresso.

Tal discurso refletia novamente a divisão interna do governo entre os estruturalistas – desenvolvimentistas e os monetaristas. Ao afirmar que aqueles “que aconselham medidas de contenção indiscriminadas” deveriam recordar “as condições em que se operou o desenvolvimento de grandes nações”, Kubitschek estava justamente fazendo uma das principais críticas que o pensamento econômico desenvolvimentista fazia aos programas de estabilização propostos pelo FMI e pelo Eximbank norte-americano. Para os desenvolvimentistas as medidas ortodoxas que eram propostas por essas instituições para os países subdesenvolvidos não condiziam com a experiência histórica, pautada no protecionismo e na presença do Estado como alavanca econômica, que levou os países de capitalismo central aos níveis de desenvolvimento que possuíam. Da mesma forma, o presidente brasileiro demonstrava preocupação com a desvalorização da moeda, a estabilização da vida econômica, a necessidade de aumentar a produção e com a contenção do “surto inflacionário”, anunciando um Plano de Estabilização Monetária aderindo a uma proposta defendida pelos monetaristas desde o início de seu governo.

Conforme Lucas Lopes (1991: 234-235) nos primeiros dias do governo uma equipe coordenada pelo Conselho do Desenvolvimento e pelo BNDE¹¹⁹ havia elaborado uma proposta de programa de estabilização, propondo uma série de políticas monetárias entre essas o controle do crédito. Tal proposta nunca foi levada a sério e caiu no esquecimento. Porém, entre abril e maio de 1958, o então ministro da fazenda José Maria Alkmin, situado por Kubitschek como parte do grupo desenvolvimentista, iniciou o processo de negociação com o FMI. Alkmin apresentou duas cartas de intenções onde apresentava algumas medidas que o governo se comprometia a executar, mas que não atendiam ao interesse daquela instituição. Para não comprometer as negociações, o presidente optou pela troca do ministro e Lucas Lopes assumiu com a tarefa de conduzir as negociações e implementar o plano de estabilização.

Com um membro situado no grupo dos monetaristas a frente do Ministério da Fazenda e com o Plano de Estabilização Monetária sendo executado, em 31 de janeiro de 1959, no seu discurso de três anos de governo, Kubitschek (1960: 48-49-50) afirmou que:

¹¹⁹ Faziam parte desta equipe entre outros economistas monetaristas ou próximos do monetarismo: Lucas Lopes, Paulo Pooch Correia, Casimiro Ribeiro, Dênio Nogueira, Garrido Torres, Roberto Campos e Noé Winkler.

[...]. No segundo semestre de 1958, o Governo adotou várias medidas de reajustamento de economia, consubstanciadas no Plano de Estabilização Monetária. Tais medidas dizem respeito ao setor cambial, à política de crédito e à execução orçamentária.

[...].

Todas as medidas de restrição e austeridade que acabam de ser tomadas para enfrentar a conjuntura, e outras muitas que ainda hão de vir, serão completadas com um auxílio mais eficaz à produção legítima. Reafirmo aqui o que disse em São Paulo e Belo Horizonte – não creio que se possa corrigir coisa alguma consentindo em que as atividades produtoras sejam cortadas. A luta deve naturalmente ser dirigida contra o supérfluo, contra os gastos incompatíveis com a nossa situação difícil – mais jamais contra o que significa segurança de estabilidade social, ou seja, o direito ao trabalho e custos compatíveis com as possibilidades do povo.

Insisto que não há incompatibilidade entre uma linha de austeridade, de rigor e, mesmo, de compressão, e o desenvolvimento nacional, que, no caso específico do Brasil, não é simples, embora justa, pretensão de engrandecimento, mas condição de sobrevivência. Para sobrevivermos, somos obrigados a expandir a nossa produção. Não perco de vista jamais que temos de alimentar, vestir e abrigar todos os anos quase dois milhões de novos brasileiros, consumidores forçados. Uma vez que se integram na classe de consumidores passam a comprar o indispensável, são seres felizmente egressos do país da miséria. Esta recuperação é devida em parte ao surto industrial.

Sei que não existe nenhuma espécie de desacordo entre austeridade e produção, mas, muito ao contrário, positivo entrosamento para a causa do engrandecimento nacional.

Não recuarei em restringir tudo que for dispensável; não consentirei, porém, que o Brasil pare, se imobilize, o que seria grave contradição com toda a política que preconizei e com a própria campanha de desenvolvimento nacional que empreendi desde a primeira hora.

A estabilidade econômica voltava a ser tratada a partir da dinâmica expansão e compressão. Era mais uma tentativa de discursivamente equilibrar os setores internos do governo e tentar amenizar muitas das críticas que o Plano de Estabilização Monetária vinha sofrendo. Por isso, a afirmação da não contrariedade entre austeridade e a produção e da compatibilidade entre as medidas de estabilização fiscal que vinham sendo adotadas e o desenvolvimento nacional proposto pelo governo. No exercício da dupla função do discurso político, de promover os valores que o emissor do discurso pretende atribuir a sua prática e de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao seu projeto político, Kubitschek caminhava se equilibrando.

Lucas Lopes (1991: 235) afirmava que o presidente “não tinha nenhuma simpatia por esse plano”, porém diante da situação econômica do país e da necessidade de financiamento acabou aceitando a sua implantação. Mas sempre esteve ciente do custo político que as medidas que seriam adotadas teriam. A proposta de congelamento dos salários, sobretudo, o salário mínimo, era criticada pelos sindicatos. As propostas de alteração nas políticas de crédito descontentava os setores empresariais, principalmente, a FIESP. A defesa que o

Ministro da Fazenda fazia da necessidade mudanças cambiais descontentava os cafeicultores. Nesse sentido, o discurso presidencial era uma tentativa de minimizar estas críticas que colocavam lado a lado contra o Plano de Estabilização os comunistas e os latifundiários. Era também uma tentativa de fugir das acusações de irresponsável, impulsor da inflação, que setores da imprensa e da UDN lhe faziam desde que tomara posse.

Seguindo essa busca discursiva do “equilíbrio instável”, em 12 de março de 1959, em pronunciamento através da “Voz do Brasil”, Kubitschek (1960: 100) destacava que “quando a expansão econômica se processa sob a influência de prolongada inflação, as distorções que seriam normalmente corrigidas pelo próprio jogo das forças econômicas tendem a agravar-se, conduzindo ao amortecimento do ritmo de desenvolvimento”. Essa era a razão da preocupação do governo em “conter a inflação e frear a ascensão do custo de vida”. Porém, essa contenção e esse ferio seriam feitos “sem prejuízo para a efetivação das grandes iniciativas de infraestrutura que representam a única solução definitiva dos velhos problemas”.

Paralelamente a esta tentativa de conciliação, tanto dentro do governo, como na sociedade, as negociações com o FMI foram ficando cada vez mais difíceis. O aval que deveria ser dado por aquela instituição para os empréstimos que o governo havia solicitado junto aos bancos norte-americanos, 100 milhões de dólares do Eximbank e 58 milhões junto a outros bancos privados, bem como, a autorização para sacar do próprio fundo o valor de 74,9 milhões de dólares, era dificultado a cada nova conversa. Em março de 1959, uma equipe do FMI esteve no Brasil para realizar um diagnóstico da situação econômica do país, chegando a seguinte conclusão:

1. o serviço da dívida brasileira estava muito elevado. Não adiantaria, pois, emprestar mais ao país, já que a dívida só aumentaria;
2. a extensão do crédito do governo brasileiro ao setor privado era excessiva e inflacionária;
3. o sistema cambial encontrava-se sob pressão, devido à grande demanda de divisas. A taxa de câmbio era considerada “irrealista”, o sistema cambial não cumpria a função anti-inflacionária e o balanço de pagamentos encontrava-se em crônico desequilíbrio. (LEOPOLDI, 1991: 83).

A partir deste diagnóstico o FMI exigiu novas mudanças sob o argumento e que o governo brasileiro deveria rever totalmente as políticas passadas. Entre as novas exigências

estavam: 1) a quebra do monopólio estatal do petróleo; 2) a liberação das tarifas de serviços públicos que eram fixadas pelo governo, principalmente, da tarifa de energia elétrica; 3) uma política de liberação cambial total, ou seja, a adoção do câmbio livre; 4) o fim dos subsídios à importação de petróleo e derivados, trigo, papel e fertilizantes. Segundo os técnicos da instituição essas medidas levariam a uma abertura do mercado de capitais nacional ao investimento estrangeiro, reequilibrando as contas nacionais, o que faria com que o governo brasileiro não necessitasse de mais empréstimos externos (KOSINSKI, 2015: 219-220).

Tais exigências afetariam profundamente a principal base de desenvolvimentismo a política industrial. A liberação total do câmbio afetaria diretamente o esforço que o governo fazia para fixar a produção das empresas multinacionais no país e exporia a uma forte competitividade setores nascentes da indústria nacional. Ao mesmo tempo, o fim dos subsídios e a liberação das tarifas de serviços públicos elevariam os preços de muitos produtos básicos, tanto para a indústria, como para os trabalhadores. A quebra do monopólio do petróleo, por sua vez, levaria a ruptura definitiva com os setores nacionalistas que muitas vezes com críticas davam sustentação ao governo. Por fim, tais medidas afetariam a própria construção de Brasília, que se tornara a grande bandeira do governo.

Desta forma, as novas recomendações do FMI eram consideradas inviáveis e passaram a ser tratadas não mais como uma “questão técnica” pelo presidente, mas sim, como uma “questão política”. Em 27 de maio de 1959, no aniversário de um ano do lançamento da Operação Pan-Americana, o presidente brasileiro mandaria um recado ao FMI:

Não ignoramos que, na luta pelo desenvolvimento, a parte do esforço de cada Nação, dentro de suas fronteiras, é intransferível e que temos que pôr, sempre e cada vez mais, nossas casas em ordem. Cumpre-nos, sem dúvida, aumentar a eficiência da administração, reduzir as despesas orçamentárias não essenciais, aumentar a receita graças a uma boa arrecadação dos tributos, tomar as medidas praticáveis para o combate à inflação e a redução do custo de vida. Mas compreendemos a ideia de pôr a casa em ordem somente em função de um esforço continuado para aumentarmos a produção e criarmos riqueza. Já que nossas disponibilidades são manifestadamente insuficientes para atender à constante expansão de nossos mercados consumidores internos. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA: 1960: 181).

Em um momento de impasse nas negociações com o FMI, essas palavras representavam o indicativo de que o presidente não via as medidas exigidas como o único caminho para a estabilidade econômica. Ao lado de medidas aceitas por aquela instituição como o aumento da

eficiência administrativa e a redução de despesas orçamentárias, destacando a ressalva não essenciais, inseria o aumento da “receita graças a uma boa arrecadação de tributos”, uma ideia considerada secundária pelos monetaristas em geral e que soa muito mal entre os monetaristas de visão neoliberal, que têm aversão a questão da tributação por parte do Estado.

Ao mesmo tempo, ao inserir as necessidades do mercado interno tocava em uma das principais críticas que muitos desenvolvimentistas faziam ao FMI. Para esses a instituição se preocupava apenas com as necessidades do mercado internacional, dando pouca importância para as políticas de desenvolvimento que apostavam nas indústrias nacionais e no mercado interno. Constantemente, os desenvolvimentistas acusavam a perspectiva monetarista que ali prevalecia de ser desligada dos reais problemas que afetavam os países latino-americanos. Estas se apegavam naquilo que era residual ou secundário nas economias subdesenvolvidas, deixando de lado as questões estruturais cujo as transformações de fato levariam a superação do atraso.

Apesar de ter apontado algumas sinalizações, Kubitschek ainda tentava uma última cartada nas negociações. Nas primeiras semanas de junho de 1959, Paulo Pook e Casimiro Ribeiro, membros da equipe do Ministério da Fazenda, estavam nos Estados Unidos discutindo com os técnicos do FMI as bases do acordo que seria proposto. Naquele mesmo contexto, em 30 de maio, o ministro Lucas Lopes teve um infarto e foi substituído por Sebastião Pais de Almeida, que pertencia ao grupo que o presidente classificou como desenvolvimentista. Uma mudança que foi significativa para a decisão de romper definitivamente as negociações com o FMI, anunciada em 17 de junho.

Segundo Lucas Lopes (1991: 250-251), naquele momento ainda não “estavam sendo negociadas as condições finais”, os representantes de ambos os lados “estavam discutindo vários temas de forma compreensiva” e “não havia nenhum conflito irreversível”. Segundo Kubitschek (1978: 255), a cada dia, “crescia a intransigência dos técnicos daquele órgão” e não havia nenhuma “contraproposta que os satisfizesse”. Em que pese essas duas versões, Felix (1967: 103) afirma que naqueles países que tentaram a prescrição do FMI, “não houve, apesar do auxílio de empréstimos estrangeiros, nem um ressurgimento notável do crescimento

econômico, nem a pacificação social”. A Argentina de Frondizi, naquele mesmo momento, estava demonstrando isso¹²⁰.

No Brasil a ruptura com o FMI serviu para o presidente reforçar a sua base política e diminuir as desconfianças dos setores nacionalistas em relação ao governo. No mesmo dia em Kubitschek anunciou a suspensão das negociações com o FMI, um número significativo de manifestantes populares, sindicalistas, membros do PCB, entre eles o próprio Luiz Carlos Prestes, parlamentares da Frente Nacionalista, foram até o Palácio do Catete prestar solidariedade ao presidente pela atitude tomada. Para alguns grupos de esquerda tal atitude representou uma vitória do setor nacionalista do governo contra os entreguistas Roberto Campos e Lucas Lopes¹²¹.

Em sua saudação aos manifestantes, o presidente fez uma longa exposição não apenas dos motivos que levaram o governo a romper com o FMI, mas também, da própria visão de desenvolvimento e de estabilidade econômica que predominou até o final de seu governo:

[...] O fato de apresentarmos dificuldades transitórias, que nos levam a propor operações de crédito, não significa que devamos ceder, em matéria doutrinária, mas de imediatos conseqüências práticas, ao que possa contrariar a prudência ou o conhecimento mais aprofundado das nossas próprias condições. Não vemos como seguir orientações ditadas por motivos de ordem puramente técnica e que muitas vezes não levam em conta números aspectos de outra natureza. [...]. Convém que se compreenda, de uma vez para sempre, que o desenvolvimento do Brasil não é uma pretensão ambiciosa, um desvario, um delírio expansionista, mas uma necessidade vital. Desenvolver, para nós, é sobreviver. [...].

[...] Não se trata, no caso do Brasil de um simples problema de conjuntura, mas do próprio destino de um país que se recusa a continuar indefinidamente qualificado na categoria de território de plantação, de exportador de produtos primários, exposto às variações e aos caprichos dos mercados importadores. Já escolhemos o caminho que fará de nós uma Nação verdadeiramente grande e independente. Já alcançamos um grau de maturidade que nos traz a consciência, nítida e exata, de nossas possibilidades. Necessitamos de amigos e damos à colaboração estrangeira todo o seu valor. Não somos obstinados ou ressentidos, a ponto de desconhecermos que, da ajuda mútua internacional, muito depende a plenitude do desenvolvimento dos povos. Temos, nesse continente, o próprio exemplo dos Estados Unidos, beneficiários de investimentos técnicos e financeiros da Europa. Mas essa mesma consciência de que nos é útil a colaboração alienígena nos leva a desejar que ela não seja prestada apenas sob forma de crítica, mas que seja dinâmica e criadora. Não precisamos apenas que nos mostrem inconvenientes de natureza imediata; entenda-se, porém, que para o Brasil a viagem do desenvolvimento é a própria rota de nossa

¹²⁰ Além da Argentina, Bolívia e Chile também se submeteram as exigências do FMI em troca de empréstimos internacionais, da mesma forma estiveram à beira da bancarrota devido a queda do preço de suas exportações de produtos primários, submetidos aos preços de mercado e livre de subsídios.

¹²¹ O PCB considerava que o governo Kubitschek era composto por dois grupos que disputavam os seus rumos. De um lado, o grupo nacionalista, cujo a principal liderança era o Ministro da Guerra General Lott. DE outro lado, o grupo entreguista, cujo os principais expoentes eram Roberto Campos e Lucas Lopes.

salvação e que, para tanto, devem acreditar que somos capazes de governar-nos e de levar adiante uma grande tarefa. [...].

[...]. Nenhuma teoria é mais forte do que a convicção íntima que tenho – e que tendes vós – de que nossa segurança está em crescer, em expandir-nos, em elevar o nível de vida de nossos patrícios, tanto deles torturados pelas tenazes da miséria. Nenhuma prudência me fará praticar a imprudência de desamparar a nossa indústria, de consentir que ela caia em mãos forasteiras, pelos efeitos da falta de financiamento justo e racional. Temos já, entre nós, atuando, produzindo, um parque industrial que carece de amparo e estímulo, pois o fim de nossa indústria seria uma capitulação nacional de efeitos incalculáveis. Não vamos voltar para as tabas, não vamos retornar ao tempo em que consumíamos tudo de fora. Temos mercado interno, matéria-prima e condições favoráveis. Temos elementos humanos, cabeças e braços, para nos industrializarmos em condições de produtividade. Seria um crime que o governo abandonasse essas cabeças e esses braços e essas condições. Digo-vos, no dia de hoje, que a defesa da indústria legítima e de todas as atividades correlatas – excluídas, naturalmente, as parasitárias e especulativas – há de constituir sempre preocupação dominante de um governo que põe no desenvolvimento a tônica de sua atuação. Onde houver déficit de trabalho, precisão de energia humana, não haverá desemprego, muito embora economistas e especialistas cheguem a sustentar a teoria desumana de que o desemprego corresponde a uma necessidade de equilíbrio. Há de defender a indústria. Somos um país de crescimento demográfico ativo. Milhão e meio de trabalhadores todos os anos se incorporam ao organismo nacional, e devem alimentar-se, vestir-se, estudar, participar, enfim, das possibilidades de uma vida profícua e fecunda. A paralização de nosso surto industrial, ou a não sustentação das indústrias já existentes, nos levaria a nivelar todo o país numa pobreza uniforme, onde germinariam as seduções do desespero e da revolta. A isso não nos submetemos. Há uma hora para conversar, para negociar, para procurar acomodações; mas há também uma hora em que a cautela manda não ceder e dizer não. [...]. (KUBITSCHKE DE OLIVERIA, 1960: 183-190).

Tal discurso, situado pelo presidente como uma “oportunidade de reafirmar algumas ideias fundamentais sobre a verdadeira revolução que se opera no Brasil, nos dias que correm” (Idem: 184), não representou apenas uma justificativa para o encerramento das negociações com o FMI, mas sim, uma síntese do próprio discurso desenvolvimentista adotado pelo governo. Obviamente as justificativas estavam presentes e se expunham através de frases que afirmavam que o governo não abriria mão da aceleração do desenvolvimento por qualquer motivo que fosse, pois, conforme o presidente a “marcha do Brasil para o seu desenvolvimento é irreversível” (Idem: 186). Porém, o discurso não se resumia a estabilidade econômica, uma vez que agregava outros objetos discursivos que compunham as bases do desenvolvimentismo.

Na exposição e na defesa da posição assumida pelo governo estavam a industrialização como caminho para a superação do subdesenvolvimento e à defesa do capital estrangeiro que atuasse de forma “dinâmica e criadora”. Dois pilares do nacionalismo hegemônico do bloco no poder, formado pelos militares e pela burguesia nacional, que sustentava o governo. Mas havia também a crítica as teorias liberais e neoliberais que defendiam “que o desemprego

corresponde a uma necessidade de equilíbrio”. Para Kubitschek aquela era uma “teoria desumana”, uma aproximação de seu discurso com as concepções que as esquerdas constantemente expunham sobre as ideias do liberalismo e do neoliberalismo.

Com esse discurso, Kubitschek demonstrava o abandono do equilíbrio entre o monetarismo e o estruturalismo-desenvolvimentista que vinha buscando desde o início das negociações com o FMI e o anúncio do Plano de Estabilização Monetária. Em suas memórias o presidente irá escrever que as alternativas que se apresentavam para enfrentar a questão de estabilidade econômica do país eram: a) realizar as obras fundamentais, de que o país tinha necessidade, aceitando o ônus de uma inflação suportável; b) aumentar a arrecadação, de forma a reduzir a margem dos compromissos a curto prazo; c) comprimir as despesas e equilibrar o orçamento; d) obter grandes financiamentos não inflacionários a longo prazo. Acabou optando pela primeira alternativa, “consciente de que escolherá o caminho certo”. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1978: 241-242).

Obviamente esta escolha teve um preço. A inflação, que em 1958 havia fechado em 10%, menor índice da década de 1950, em 1959 cresceu para 38%, baixando em 1960 para 29% (LEOPOLDI, 1991: 83). A questão cambial foi empurrada para o governo que viria a seguir. Com isso as acusações, sobretudo, por parte da imprensa ligada a oposição udenista, de que modelo de desenvolvimento que o presidente adotava era inflacionário e que os gastos públicos demasiados estavam preparando uma bomba que iria explodir nos anos posteriores, se intensificaram.

Em seu discurso de final de ano, em 31 de dezembro de 1959, Kubitschek (1960: 373-374) responderia estas acusações da seguinte forma:

[...]. Aos que, para fins de exploração política ou de pura desordem, acusam o atual governo de inflacionário, cumpre responder que a alta do custo de vida se tem verificado, com virulência incomparavelmente superior à que sofremos, num grande número de países subdesenvolvidos e em processo de desenvolvimento; e que diversos países de economia madura, mais flexível e rica, tem enfrentado surtos inflacionários bastante fortes. Nossa história econômica evidência que a inflação acompanhou, passo a passo, o nosso processo de crescimento, foi uma constante da vida brasileira. Importa, contudo, assinalar que, em outros períodos, houve inflação sem o seu corretivo mais eficaz, para não dizer o único – o surto de desenvolvimento econômico – ao passo que, no momento atual, se registra o maior desenvolvimento verificado em nossa evolução econômica.

Definitivamente, Kubitschek demonstrava que não haviam mais vacilações em seu discurso desenvolvimentista. A tese de que a inflação era um acompanhamento natural do crescimento e que somente a superação da condição de país subdesenvolvido geraria a estabilidade econômica eram assumidas como parte de seu discurso. Diante do flerte que muitos julgaram necessário com o monetarismo e a formação discursiva liberal, o presidente brasileiro, diferentemente de Frondizi, preferiu reforçar o discurso desenvolvimentista.

Era uma resposta a sua própria base social e a garantia, pelo menos em termos de discurso, do “equilíbrio instável” que o permitiu chegar ao final do mandato com altos índices de popularidade e podendo afirmar no último discurso presidencial de seu último ano de governo, onde fez uma síntese das posições que o Brasil adotou no campo nacional, continental e internacional, que:

[...]. Exigir que o Brasil respeite os métodos de uma ortodoxia econômica superada pela realidade de nosso desenvolvimento, esperar que o nosso país se submeta às receitas de um conservadorismo arcaico, será negar a evidência de um povo em marcha, que se recusa a marcar passo e que não aceita conter-se nas fórmulas de um academicismo estéril. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1960: 476).

Era a expressão de um “nacionalismo triunfante” que por convicção ou pragmatismo manteve, apesar das necessidades conjunturais, um discurso político que conseguiu de forma positiva, dentro de um cenário de crescentes mobilizações, promover os valores que o emissor do discurso pretendia atribuir a sua prática e interpelar os sujeitos visando a sua adesão ao projeto político. Algo que, por razões que não se explicam apenas em termos discursivos, Frondizi não conseguiu na Argentina.

3.3. Colaboração Internacional

Em um cenário internacional em transformação, marcado pelas incertezas da Guerra Fria, a retomada econômica dos países europeus, a descolonização da África e da Ásia e a ascensão do Bloco dos Países Não-Alinhados, as questões relacionadas a política externa eram consideradas fundamentais para o desenvolvimentismo adotado por Frondizi e

Kubitschek. A atração de capitais estrangeiros e a abertura de mercados para as exportações eram fatores que impulsionariam a política econômica industrializante. Por isso é que as políticas externas de seus governos podem ser entendidas como sendo determinada pelas possibilidades abertas pelo cenário internacional e as formas de melhor atingir os objetivos traçados pela política econômica desenvolvimentista.

Neste sentido, a política externa do governo Juscelino Kubitschek pode ser definida a partir de dois momentos: 1) Entre 1956 e 1958, marcada pelo desenvolvimento associado e a aliança plena com os parâmetros do Bloco Ocidental. Nesse contexto, o Brasil distanciou-se dos movimentos de libertação nacional, acentuou seu afastamento em relação aos países socialistas e estreitou suas relações com Portugal, chegando inclusive a representar os interesses portugueses junto a Índia. 2) Entre 1958 e 1961, marcada pela “barganha nacionalista” e por um ensaio de relações internacionais multilaterais. Essa nova orientação respondia ao mesmo tempo a um cenário internacional marcado pela nova configuração do bloco socialista, o incremento da descolonização, a criação da Comunidade Econômica Europeia, o crescimento dos antagonismos políticos latino-americanos, sobretudo, a emergência do nacionalismo de esquerda, e a um cenário interno, onde os debates sobre a inserção internacional do Brasil se radicalizava. Símbolo dessa nova orientação foi a Operação Pan-americana, lançada em 1958 (VIZENTINI, 2004).

Na Argentina, apesar da tutela militar e da pouca margem de manobra política para a tomada de decisões, foi na política externa que Frondizi se negou a delegar as responsabilidades e o manejo pessoal. Manteve fiel aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, definindo uma estratégia de inserção multilateral com margens de autonomia em relação aos Estados Unidos, contraditadas, porém, pela abertura dada aos organismos “multilaterais”, com o FMI, que se converteram em credores da política econômica argentina. Dessa forma, conforme Míguez (2011: 76), havia uma “tensión entre una política económica que requiere el beneplácito de la potencia hegemónica occidental para financiarse y una tradición nacionalista de origen yrigoyenista de alto perfil en el ámbito de la política exterior”.

Cabe ressaltar também que, comparando com a política externa adotada pelo governo Kubitschek, a política externa do governo Frondizi teve que se deparar com condições internacionais mais adversas e complexas, apesar da pouca diferença temporal. Kubitschek iniciou o seu governo em um momento onde os capitais estrangeiros estavam mais

disponíveis, uma vez que a recuperação das economias dos países europeus permitiu a retomada da competição entre os capitais europeus e norte-americanos em relação aos investimentos na América Latina. Ao mesmo tempo, o clima da Guerra Fria estava marcado pela adoção da política de Coexistência Pacífica pela URSS e pelo fim do Macartismo nos Estados Unidos, dando sinais de que o conflito político-ideológico daria lugar a competição econômica entre as duas potências.

Quando Frondizi assumiu o governo em 1958, a queda nas importações latino-americanas decorrentes da competição estabelecida com os produtos primários africanos e asiáticos e as medidas protecionistas adotadas pela Comunidade Econômica Europeia dificultavam as fontes de financiamento para as políticas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria se revigorava com a retomada dos conflitos por aliados estratégicos e a principalmente com a Revolução Cubana. Kubitschek governou apenas durante o período inicial da revolução, quando, apesar das nacionalizações, o governo cubano ainda não havia decidido os seus rumos na política internacional. Frondizi, por sua vez, governou durante um período de forte intensidade no conflito entre Cuba e os Estados Unidos, quando os revolucionários definiram sua adesão ao modelo socialista e os norte-americanos tentavam de inúmeras maneiras desestabilizar o governo cubano, pressionando os países latino-americanos a auxiliarem nessa tarefa. Um momento onde o anticomunismo adquiria uma intensidade até então inigualável na América Latina, contando com a adesão significativa de muitos atores sociais, principalmente, nas Forças Armadas.

Do ponto de vista discursivo, a política externa sempre teve um papel fundamental nas elaborações que originaram e maturaram a formação discursiva desenvolvimentista. Termos como deterioração dos termos de troca, substituição de exportações, centro, periferia, constituíram o vocabulário desenvolvimentista, tanto em sua crítica a divisão internacional do trabalho, como em sua proposta de industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento. As relações internacionais eram interpretadas, sobretudo, a partir de uma conceituação que analisava rigorosamente as relações entre o centro e a periferia do capitalismo, diferenciando os olhares sobre o desenvolvimento dessas duas regiões a partir do conceito de subdesenvolvimento.

Porém, diferentemente das proposições socialistas, os desenvolvimentistas, mesmo utilizando muitas vezes o termo imperialismo, não propunham uma ruptura com a ordem capitalista internacional. Propunham sim, uma nova ordem mundial onde predominasse a

colaboração dos países de capitalismo central com os países periféricos, e entre esses últimos, como forma de superação do atraso econômico e social. A partir desta colaboração internacional que o discurso dos presidentes desenvolvimentistas, Kubitschek e Frondizi, era estruturado, tanto em relação ao papel dos países desenvolvidos, como em relação aos países subdesenvolvidos, especificamente, os países latino-americanos. Era a busca pela colaboração internacional, entendida como auxílio através de capitais estrangeiros e abertura de novos mercados, que se fez presente nos discursos presidenciais.

Em um de seus primeiros discursos sobre política externa, pronunciado em 02 de fevereiro de 1956, na homenagem das missões especiais a sua posse, o presidente brasileiro indicava os caminhos do Brasil em suas relações internacionais:

Somos ao mesmo tempo americanistas e universalistas. Isto faz parte da tradição da nossa política externa. Pois deveres e compromissos que ligam os povos do continente nunca os entendemos como atitude exclusivista nem isolacionista. A solidariedade, os sentimentos e os interesses que entrelaçam, num sistema particular, as Nações da América não impedem, antes estimulam, os laços de afinidades espirituais e os intercâmbios econômicos que desejamos manter com os povos de todos os hemisférios e continentes.

O governo de um grande país, a esta altura do tempo, há de ser tanto mais aproximado de outras grandes Nações quanto mais complexos são os problemas que lhe cumpre resolver no âmbito interno, sem quebra ou diminuição de autonomia nacional. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1958a: 19).

Este discurso refletia a principal questão que marcava os debates sobre a postura que o Brasil deveria ter no âmbito internacional: a posição do país diante da Guerra Fria e que tipo de relação deveria ser estabelecida com os Estados Unidos. Um debate que estava intimamente ligado ao debate entre as diferentes concepções do processo de desenvolvimento, sobretudo, entre os nacionalistas e os cosmopolitas. Enquanto que o grupo nacionalista criticava a aliança incondicional com os Estados Unidos, propondo uma posição mais independente ou até mesmo neutralista na política externa, o grupo cosmopolita defendia as vantagens que poderiam advir de uma aliança preferencial com os norte-americanos.

Neste debate estiveram representados, conforme Thiago de Carvalho (2010), três correntes de pensamento: o nacionalismo isebiano e a proposta neutralista; a visão americanista dos liberais; e o pensamento da Escola Superior de Guerra e o americanismo anticomunista. Kubitschek em sua tradicional postura de busca de um equilíbrio pragmático que respondesse ao bloco no poder (militares e burguesia nacional), nesse discurso demonstra

querer mediar as relações entre os diferentes grupos. A afirmação “Somos ao mesmo tempo americanistas e universalistas” demonstra essa tentativa. Uma tentativa que era limitada pelas condições e as respostas que seriam dadas pelos países centrais do capitalismo para a proposta de colaboração internacional.

A colaboração internacional tinha um papel decisivo na política de atração de capitais estrangeiros como forma de aceleração do desenvolvimento econômico. Por isso, constituiu-se no objeto discursivo prioritário nos pronunciamentos sobre as relações com os países centrais do capitalismo. Kubitschek destacaria isso na visita do vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, ao Brasil em fevereiro de 1956. Em Volta Redonda, o presidente brasileiro destacaria a Companhia Siderúrgica Nacional como uma “obra nascida da colaboração dos nossos dois países”.

Conforme Kubitschek (1958a: 20),

Volta Redonda não existiria se o Governo de Franklin D. Roosevelt não tivesse colaborado com o nosso presidente Getúlio Vargas, no desejo de fundar no Brasil, uma grande e moderna siderurgia. Aqui estão reunidas, pois, a determinação e a boa vontade de nossos dois países, Senhor Vice-Presidente Nixon. Pode-se dizer que Volta Redonda é um monumento da amizade norte-americano-brasileira, uma prova do que deve e pode ser a colaboração entre duas nações do norte e do sul do continente.

Ao mesmo tempo, Volta Redonda era citada também como “uma demonstração de que é possível fundar-se, também neste país um império industrial” e uma “prova que é falsa, errada e mesmo pérfida a teoria de que devemos limitar à produção de matérias-primas”. Assim, a partir do exemplo de Volta Redonda, Kubitschek produz um exemplo de colaboração que deu certo e uma nova crítica a teoria liberal das vantagens comparativas, bastante influente nos meios norte-americanos. Em outra ocasião¹²², o presidente brasileiro citaria a Comissão Mista Brasil-EUA como “experiência de dois povos que merece ser lembrada como exemplo feliz de frutuoso resultado” (Idem: 248).

Tais exemplos eram inseridos na lógica da primeira fase da política externa brasileira, onde o governo Kubitschek se alinhava plenamente aos parâmetros do Bloco Ocidental e,

¹²² Discurso pronunciado em 18 de setembro de 1956 na inauguração do Curso de Treinamento sobre problemas de desenvolvimento econômico, patrocinado pelo governo brasileiro e pela CEPAL.

diferentemente da postura do governo Vargas, dava continuidade a busca de aliança preferencial com os Estados Unidos. Uma aliança que esperava apoio da potência ocidental aos planos industriais do Brasil, mas que não deixava de buscar alternativas quando da negativa dos norte-americanos em relação aos planos desenvolvimentistas brasileiros. Assim foi feito diante da negativa inicial das empresas norte-americanas em relação a política automobilística. A meta do governo brasileiro era a produção de automóveis no próprio país. Antes de sua posse, Kubitschek visitou os Estados Unidos e, assim como fizera Vargas, tentou convencer a Ford e a General Motors a iniciarem a produção de seus automóveis no Brasil. Ambas empresas recusaram alegando que não havia mercado no país para absorver a produção de uma indústria automobilística. Diante dessa negativa o governo aprofundou negociações com a República Federativa da Alemanha que resultaram no início da fabricação de automóveis no Brasil pela Volkswagen em agosto de 1957. Posteriormente, em outubro daquele ano, tanto a Ford, como a GM passariam também a fábricas caminhões no país (MONIZ BANDEIRA, 2011: 166-167). Era uma demonstração de que mesmo nessa sua primeira fase, a diplomacia do governo Kubitschek não estava totalmente presa a incondicionalidade em relação aos Estados Unidos.

Isso, por que a colaboração internacional por parte dos países centrais era destacada como um chamado a participar da obra de desenvolvimento, superação do atraso e da pobreza e saída da crise que os governos brasileiro e argentino se propunham a fazer. Uma tarefa cujo prazo de realização, conforme destacou Frondizi (2012a: 213) em 23 de janeiro de 1959, no pronunciamento que fez no Clube Nacional da Imprensa em Washington-EUA, “depende, en cierto sentido, de la comprensión con que ese esfuerzo sea recibido en países, como los Estados Unidos, que están en condiciones de prestar esa colaboración”.

Para despertar está “compreensão” os presidentes desenvolvimentistas tratavam a colaboração não somente como uma ação em benefício aos seus países, mas também como uma causa do Bloco Ocidental diante das ameaças da Guerra Fria. Para isso duas caracterizações eram fundamentais. Primeiramente, as transformações do cenário internacional eram tratadas como uma “crise do ocidente”. Em segundo lugar, as condições de atraso e de misérias dos países subdesenvolvidos eram vistas como fatores que determinavam o crescimento e a disseminação das ideias comunistas.

A crise do ocidente, conforme Kubitschek (1961: 282-284), consistia na descrença nos valores cristãos, no humanismo e na liberdade, valores próprios da civilização ocidental. Uma

descrença que deveria ser combatida com a negação de “muitos hábitos reprováveis e contradições perigosas” por parte dos países desenvolvidos, uma vez que “Não podemos prosseguir no pecado do egoísmo faltando à solidariedade até mesmo para com nossos próximos”. Dessa forma, a “função do ocidente” seria a “criação de riquezas onde haja riquezas por criar, a fim de que venha a importar entre os homens a justiça social”.

A partir deste diagnóstico o presidente brasileiro, em discurso pronunciado em Lisboa no dia 07 de agosto de 1960, fazia um “apelo aos países mais adiantados da Europa no sentido de que participem, dentro de um espírito dinamizador mais compreensivo, da luta em prol do desenvolvimento da América Latina”. Esse mesmo apelo foi utilizado pelo presidente Frondizi (2012c: 106) em sua fala na XVI Assembleia Geral da ONU em 27 de setembro de 1961. Na ocasião, destacou que “No hay otro medio para ayudar a los pueblos a que practiquen integralmente la democracia y la libertad, que colaborar con ellos en su desarrollo económico y bien estar social”.

Este apelo a colaboração por parte dos países desenvolvidos, especialmente por parte dos EUA, adquiriu a sua forma mais elaborada através da Operação Pan Americana, uma ação da diplomacia brasileira lançada em julho de 1958 como uma reação as hostilidades sofridas pelo vice-presidente norte-americano Richard Nixon em sua passagem pela América do Sul¹²³. O cerne a proposta da Operação Pan-Americana consistia em “chamar todos os países do continente para que colaborassem efetivamente na execução, na concretização, dos ideais e dos princípios pan-americanos” (SOUZA E SILVA, 1960: 46), partindo da “tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”. (CERVO, 2002: 290). Essa foi a principal elaboração que tomou por base a ideia de que somente o desenvolvimento poderia livrar os países latino-americanos da instabilidade política e que para que isso ocorresse a colaboração dos países desenvolvidos

¹²³ Em maio de 1958, o vice-presidente do Estados Unidos, Richard Nixon, fez uma visita alguns países da América Latina, a começar pela Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, sendo “mal recebido em toda parte, inclusive Buenos Aires e Montevideú”. Nixon se defrontou “ao chegar a Lima, com forte e ampla reação popular de hostilidade.” Porém, as “manifestações anti-norte-americanas, desencadeadas com a sua passagem pela região, tiveram o clímax na Venezuela”, onde assumiram “o caráter de motim”, levando o governo norte-americano a “despachar para Caracas, além de vasos de guerra estacionados na base naval de Guantánamo, tropas aerotransportadas (quatro companhias), a fim de protegê-lo e resgatá-lo”. Em resposta a esses incidentes, Kubitschek manifestou, através de Carta ao presidente Eisenhower, preocupação com os sérios prejuízos que o episódio deixou a ideia de unidade pan-americana. Ao mesmo tempo, sugeriu uma revisão fundamental da política interamericana. Em reação a Carta do presidente brasileiro, Eisenhower mostrou-se disposto ao diálogo e a construção de um programa que viesse ao encontro das ideias expostas pelo presidente do Brasil (MONIZ BANDEIRA, 1998: 141).

era fundamental. Essa também foi a elaboração mais significativa de um outro argumento discursivo utilizado pelos presidentes desenvolvimentistas, a de que ao auxiliarem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, sobretudo, latino-americanos, os países desenvolvidos estariam travando a forma mais eficaz de luta contra o comunismo.

A proposta da Operação Pan-Americana foi inicialmente exposta por Kubitschek (1959: 242-248) em 20 de junho, no discurso aos Chefes de Missão Diplomática no Rio de Janeiro. O presidente iniciou afirmando a maturidade política brasileira e a sua obrigação de se fazer ouvir nas questões importantes da política internacional. Em seguida, fez referência à prioridade que os Estados Unidos deram no imediato pós-Segunda Guerra as regiões mais críticas da Guerra-Fria, o que fez com que a América Latina fosse deixada de lado, ficando em “situação econômica mais precária e aflitiva” e tornando-se o “ponto mais vulnerável da grande coligação internacional”. Esta postura enfraqueceu o ideal pan-americano e o “maior serviço” para o seu fortalecimento seria “o de tentar eliminar a sua grande chaga – o subdesenvolvimento”.

Desta forma, a Operação Pan-Americana sistematizava uma nova concepção de anticomunismo difundida pelo discurso dos presidentes desenvolvimentistas. Para esses o comunismo derivava diretamente das condições de atraso e miséria que se alastravam pela América Latina, gerando a insegurança dos mais pobres em relação a sua sobrevivência. Essa insegurança, por sua vez, abria espaço para que “agitadores comunistas” se oportunizassem promovendo a desordem e os caos que uma vez aprofundados levavam a desestabilização da democracia e a emergência de revoluções.

Este foi o centro do discurso que Kubitschek (1959: 303) pronunciou na visita do secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, em 06 de agosto de 1958:

Nós nos opomos a uma concepção puramente materialista da vida; e não ignoramos que a coexistência da miséria excessiva também faz surgir um problema ético. Ninguém, melhor que os Estados Unidos, reconhece que a terra propícia para a germinação de ideias, cuja vitória importaria no fim de tudo quanto reclamamos para a nossa vida, é o pauperismo que devora os seres, que os priva de qualquer esperança, que os degrada da própria condição insigne a que pertencem. É para servir à causa do homem, é para honrar a nossa espécie, é para fortificar o sistema de defesa da democracia, que propusemos, inspirados nas continuadas campanhas apostolares dos grandes vultos do pan-americanismo, que a luta pelo desenvolvimento, onde que ela se travasse, fosse a nossa bandeira, o ponto exato de nossa atividade.

Como resposta, Foster Dulles (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958: 132) preferiu a discreta declaração de que estava feliz “por ter vindo a este país do futuro colher novas inspirações nos vossos sonhos e na vossa decisão de trabalhar e enfrentar sacrifícios para que esses se tornem realidade”. Porém, a Declaração de Brasília, resultado da visita, destacou que o objetivo comum das Repúblicas Americanas era fazer “um esforço coordenado e harmônico para desenvolver as economias dos países hemisféricos” (Idem: 136).

Esta mesma associação entre o combate ao comunismo e o desenvolvimento latino-americano também era destacada pelo presidente argentino. Em 9 de outubro de 1961, Frondizi (2012c: 116), fazendo um balanço da viagem que realizou aos EUA, proferiu uma síntese desta associação afirmando que:

El error de las democracias ha consistido, hasta ahora, en combatir al comunismo solamente en su forma explosiva de la rebelión armada. La lucha entre la democracia y el comunismo no va a decidirse en el campo de batalla, sino en el espíritu y la mente del hombre y en la voluntad de los pueblos.

[...].

La agresión comunista, la verdaderamente peligrosa, consiste en que ofrece una esperanza de salida a la miseria. Si el Occidente no ofrece esa salida a la miseria con hechos y no con palabras ni buenas intenciones, el enemigo será siempre y cada vez más fuerte. Queda poco tiempo para demostrar a los pueblos que la libertad no es incompatible con la redención material y la elevación del nivel de vida. [...].

O presidente argentino terminaria ainda afirmando que a demonstração de que a democracia, o desenvolvimento e a paz social “son el mejor camino para la solución de los problemas que son comunes” seria a resposta a ser dada a questão cubana, que a partir de abril de 1961 ganhou um outro patamar com a derrota dos mercenários na Invasão da Baía dos Porcos e a declaração do caráter socialista da revolução por Fidel Castro.

Este mesmo raciocínio foi utilizado anteriormente pelo presidente brasileiro em pronunciamento realizado na PUC-Rio em 29 outubro de 1958. Ainda nos impulsos propagandistas iniciais da Operação Pan Americana, Kubitschek (1959: 379) afirmou que a História ensinava que não há “consciência das liberdades cívicas e da luta pela preservação, quando a própria subsistência se encontra ameaçada pelos rigores do pauperismo”. Assim, o “caminho mais seguro para entregar a América Latina à ação do materialismo desagregador”

seria o do “desconhecimento de suas desalentadoras condições materiais” e ao mesmo tempo relegar “a segundo plano a consideração de problemas econômicos irrecusáveis”.

Em 24 de março 1960, em pronunciamento realizado na Câmara de Comércio Brasil-EUA, Kubistchek colocaria ainda uma outra questão na defesa da colaboração dos países desenvolvidos como forma de combate ao comunismo: essa atitude seria uma negação do argumento de que a riqueza destes países provinha da exploração dos países subdesenvolvidos. Afirmava o presidente brasileiro:

Se pretendemos deter a marcha de antidemocracia, se quisermos permanecer livres, devemos compreender que a nossa bandeira é lutar, com as nossas armas, pelo enriquecimento e pela prosperidade, onde essa luta for justa, e não deixarmos que forças negadoras de tudo que somos provem que os países desenvolvidos só o são porque se apoiam na miséria de uma grande maioria de países e de regiões miseráveis. Se desejamos sinceramente a vitória de nossa Causa, a mesma da democracia, é forçoso demonstrarmos que somos um princípio ativo, dinâmico, criador de riquezas – e que as nações desenvolvidas não necessitam do sacrifício alheio para se afirmarem e progredirem. (...). (KUBISTCHEK DE OLIVEIRA, 1961: 113).

Esse discurso, pronunciado no último ano do governo Kubitschek, carregava uma forma de crítica ao pouco empenho e a forma ambígua como os países desenvolvidos, sobretudo, os EUA, tratavam a Operação Pan Americana e as propostas de superação do atraso dos países latino-americanos. Passado dois anos da iniciativa, apesar de alguns avanços consideráveis como a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a assinatura do Tratado de Montevideu que criou a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC, era evidente que os Estados Unidos pareciam não querer mudar a sua política externa para a América Latina.

Assim, a colaboração internacional como objeto discursivo assumia também um tom de cobrança. Uma cobrança que também foi feita por Frondizi diante das autoridades da Comunidade Europeia reunidas em Bruxelas na Bélgica em 25 de junho de 1960. Na ocasião, o presidente argentino chamou atenção para o fato de que o “Occidente no termina en este viejo continente, ni en el norte de América” e que os “hijos de la Europa actual no pueden abandonar las tareas que iniciaran sus padres y que dieran sentido a Europa en el mundo” (FRONDIZI, 2012b: 171).

Apesar destes chamamentos, os presidentes desenvolvimentistas não se limitaram a considerar a colaboração como papel dos países desenvolvidos apenas como imperativo ético, como uma necessidade diante da luta contra o comunismo e em defesa dos valores ocidentais. A colaboração destes países também era considerada como parte da própria dinâmica que o capitalismo mundial estava assumindo naquele contexto, qual seja, a interdependência.

Para Frondizi (2012b: 159), a economia contemporânea “se sustenta en una trama compleja, que interrelaciona las economías nacionales en un grado nunca alcanzado hasta el presente”, o que faz com que não existam “economía que puedan marchar a la vera de la situación general del mundo”¹²⁴. Tal fato criava um situação onde “las soberanías nacionales se consolidan y definen en una vasta estructura de interdependencia universal” (Idem: 95)¹²⁵. Uma situação que somente contribuiria para a tarefa da paz através do “esfuerzo resuelto de todas las naciones para que la interdependencia sea sinónimo de colaboración y fecundo entendimiento” (Idem: 214)¹²⁶. Esta ideia também seria destacada por Kubitschek no seu pronunciamento realizado na PUC-Rio em 1958, quando o presidente brasileiro afirmou que “dada a interdependência de estruturas econômicas” é na “ação multilateral, harmônica e conjugada” que “reside o estímulo para a obtenção de níveis cada vez mais altos de bem-estar social” (KUBITSCHEK, 1959: 378).

Assim, a interdependência era não somente um conceito para definir uma realidade internacional¹²⁷, mas também parte dos usos da colaboração internacional. O que faz com que a defesa da interdependência nos discursos de Frondizi e Kubitschek se insira no objetivo maior da política externa desenvolvimentista em relação aos países centrais do capitalismo, qual seja, chamá-los para a tarefa de auxiliar no desenvolvimento dos países periféricos mediante investimento de capitais estrangeiros em seus processos de industrialização.

Desta forma, seja como forma de estabelecer uma luta contra o “perigo comunista” em um cenário internacional em transformação, cheio de tensões e contradições, ou devido ao caráter interdependente que o capitalismo assumia no período pós-Segunda Grande Guerra, a

¹²⁴ Discurso pronunciado ante o Corpo diplomáticos de países latino-americanos em Paris, em 23 de julho de 1960.

¹²⁵ Discurso lido em 12 de junho de 1960, transmitido em cadeia de rádio e televisão, e que refletiu a viagem realizada a Europa.

¹²⁶ Discurso pronunciado na Câmara dos Lordes e dos Comuns no parlamento britânico em 04 de julho de 1960.

¹²⁷ Como conceito a interdependência foi uma das bases da elaboração da teoria do desenvolvimento latino-americano como subordinado ao capital internacional proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto na obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, publicada no Brasil em 1970. Ver: CARDOSO; FALETTO (1981). Para uma crítica a essa concepção ver: TRANSPADINI (2014).

colaboração internacional nos discursos dos presidentes Frondizi e Kubitschek, era um chamamento a participação dos países centrais do capitalismo no programa de desenvolvimento que vinha sendo adotado. Um chamamento que vinha ao encontro da política de atração de capitais estrangeiros como forma de aceleração do desenvolvimento. Assim, além de propor novos conceitos para as diplomacias nacionais, a colaboração internacional era uma forma de discursivamente demonstrar que a política externa estava a serviço das tarefas desenvolvimentistas.

Tal visão foi exposta pelo ex-chanceler do governo Frondizi, Carlos Alberto Florit¹²⁸, em entrevista realizada por Mario Rapoport e Graciela Sánchez Cimetti em 1987:

- Una pregunta operacional, ¿cuál fue el rol asignado a la política exterior dentro de la política del gobierno de Frondizi?
 - Instrumental. Lo definí así desde el principio, en la primera conferencia de prensa: nosotros acá tenemos carácter instrumental, vamos a tratar de definir qué es lo que somos y qué es lo que queremos, haremos una política exterior que esté al servicio del desarrollo económico nacional. Nuestro objetivo es extraer el petróleo para transportarlo al exterior, aportar inversiones de riesgo, innovar en industria pesada, integrarnos nacionalmente, como paso previo y necesario para una integración de otro tipo, multinacional; por eso la política exterior va a tener un carácter instrumental. [...]. (RAPOPORT, 2015: 499).

A definição do caráter instrumental da política externa desenvolvimentista por parte do ex-chanceler argentino reforça justamente a colaboração internacional como principal objeto discursivo utilizado pelos presidentes Kubitschek e Frondizi. Um objeto que remetia diretamente as condições para a implantação do programa desenvolvimentista. Um objeto que era utilizado dentro dos marcos de uma ordem internacional que se submetia a divisão internacional do trabalho e, por isso, era constituída entre o centro e a periferia do sistema capitalista, conforme o esquema Cepalino.

Por conta dessa situação a colaboração internacional tinha um direcionamento para o centro, ou seja, para os países centrais do capitalismo ou desenvolvidos, conforme a conceituação desenvolvimentista, e outro para a periferia, para os países periféricos do capitalismo ou subdesenvolvidos, conforme a conceituação desenvolvimentista. Para o centro do capitalismo, conforme exposto, a colaboração internacional remetia a um chamamento a

¹²⁸ Carlos Alberto Florit era advogado, filósofo e sociólogo. Foi Ministro de Relaciones Exteriores y Culto no governo Frondizi entre 1º de maio de 1958 e 10 de maio de 1959. (RAPOPORT, 2015: 473-474).

participação dos países centrais do capitalismo no programa de desenvolvimento e a política de atração de capitais estrangeiros como forma de aceleração do desenvolvimento. Para a periferia do capitalismo, especificamente, para a América Latina, os discursos da colaboração internacional remetiam as necessidades de superação da pobreza e de novos mercados através da integração regional.

A ideia da integração latino-americana, como um projeto amplo para além dos acordos nacionais, foi sendo maturada dentro da formação discursiva desenvolvimentista através das novas elaborações que vinham se realizando no âmbito da CEPAL. Essas elaborações apontavam para um cenário econômico onde, nas condições da América Latina na segunda metade da década de 1950, os crescentes desequilíbrios do balanço de pagamentos restringiam cada vez mais a importação de bens de capital. Dessa forma, a criação de um mercado regional era uma condição básica para a produção de bens de capital e de bens intermediários. (BAUMANN, 2000: 116).

Em termos de discurso político, Kubitschek e Frondizi entendiam a necessidade de uma ação conjunta dos países latino-americanos visando o apoio dos países centrais do capitalismo a superação da miséria e da pobreza na região. Um discurso que muitas vezes era mais uma forma de barganha do que uma convicção ideológica. Assim, a necessidade de ação conjunta e a unidade latino-americana não significavam desde o princípio a defesa de uma forma de integração regional, essa defesa foi muito mais uma consequência da evolução do processo histórico do que uma ideia previamente definida. Mesmo assim, tais questões estiveram presentes nos discursos dos presidentes desenvolvimentistas ao longo de todo o período de seus governos.

Em 31 de julho de 1956, no balanço de seis meses de governo, Kubitschek (1958a: 219) destacou que foi o primeiro presidente que “atravessou a cordilheira dos Andes para levar aos países do Pacífico a mensagem do Brasil”. Era uma forma de “manter um contato mais íntimo com as demais nações americanas”, de criar um clima que possibilitasse “uma efetiva colaboração” entre países que estavam “vivendo os mesmos problemas”. Por isso, era necessária “uma ação conjunta dos países latino-americanos, tanto no terreno político, na defesa de nosso patrimônio comum e de nossas tradições, como no terreno econômico”. Tais países deveriam “atuar numa só direção”, de forma organizada e obedecendo um plano, pois possuem “destinos semelhantes”. Esse era o “sentido” que, conforme suas próprias palavras, o

presidente emprestava à aproximação que vinha fazendo com os outros países da América Latina.

Neste discurso o presidente brasileiro refletia a Conferência dos Chefes de Estado da OEA, realizada no Panamá entre 20 e 22 de julho de 1956, em comemoração aos 130 anos do Congreso Anfictiónico do Panamá de 1826. Dominada pela presença de um conjunto de ditadores pró-Estados Unidos¹²⁹, a Conferência foi marcada por uma Declaração final composta de cinco pontos, onde em seu segundo ponto constava a afirmação de que:

La plena realización del destino de América es inseparable del desenvolvimiento económico y social de sus pueblos y por lo tanto hace necesaria la intensificación de los esfuerzos nacionales y de cooperación interamericana para procurar la solución de los problemas económicos y elevar las condiciones de vida en el continente. (DECLARACIÓN DE LOS PRESIDENTES DE LAS REPUBLICAS AMERICANAS EN PANAMA, 1956).

Apesar desta consideração, a Declaração final foi considerada vaga e sem nenhuma ação efetiva visando a elaboração de um projeto hemisférico de combate a pobreza e a miséria. Mesmo assim, Kubitschek (1956: 197) em seu discurso chamou atenção para o fato de que a “unidade do continente” estava “associada e diretamente relacionada com o processo de eliminação da pobreza e de algumas desigualdades que separam de maneira tão profunda os povos desse hemisfério”¹³⁰. Um discurso que não foi além da retórica, uma vez que tanto à Conferência do Panamá, como a própria OEA, serviram apenas para referendar os interesses norte-americanos e os golpes de Estado que levavam ao poder violentas ditaduras com o argumento de combate ao comunismo. Dessa forma, a aproximação dos países latino-americanos passava por outras formas de articulação e outros fóruns de atuação diplomática.

Quem cumpria uma função importante nesta aproximação, conforme o presidente brasileiro, era a CEPAL. Foi esse órgão o responsável por formular “uma interpretação viva dos fatos econômicos e humanos da América espanhola e portuguesa”. Com isso, reformulou “as doutrinas econômicas tradicionais em face de uma realidade nova, que circunstâncias

¹²⁹ Estiveram presentes os ditadores: Fulgencio Batista, de Cuba; Anastasio Somoza, da Nicarágua; Alfredo Stroessner, do Paraguai; Marcos Pérez Jiménez, da Venezuela; José María Velasco Ibarra, do Equador; Pedro E. Aramburu, da Argentina; e Carlos Castillo Armas, da Guatemala. Além do irmão do ditador Rafael Leonidas Trujillo, Héctor Trujillo, da República Dominicana.

¹³⁰ Discurso pronunciado no Salão Bolívar, do Colégio de Santo Agostinho, na cidade do Panamá, em 23 de julho de 1956, quando da assinatura de Declaração de Princípios da América.

históricas, geográficas e políticas marcaram de originalidade e dinamismo surpreendentes”. Ao mesmo tempo, para além do “seu magnífico esforço em prol do nosso desenvolvimento econômico ordenado e rápido”, a CEPAL prestava aos países latino-americanos uma outra contribuição “de alto valor político”, estava criando “a consciência de um destino econômico comum” (KUBITSCHKE: 1958a: 243).

Esta referência a CEPAL, para além da ocasião em que o discurso fora pronunciado¹³¹, refletia a própria influência que aquele órgão tinha sobre o governo brasileiro. Cabe lembrar mais uma vez que os estudos da Comissão Mista BNDE-CEPAL foram, juntamente com os estudos da Comissão Mista Brasil-EUA, os pontos de partida para a elaboração do Plano de Metas. Ao mesmo tempo, economistas cepalinos, como Celso Furtado, cumpriram funções de destaque no governo Kubitschek.

Em que pese essa aproximação com a Cepal, nos primeiros dois anos de governo Kubitschek o discurso da colaboração internacional mediante a aproximação e a integração dos países latino-americanos não possuía uma forma concreta. Era apenas uma demonstração de intenções dentro de uma política externa que ainda se pautava pelo desenvolvimento associado e pela aliança plena com os parâmetros do Bloco Ocidental, ou seja, a aliança quase incondicional com os Estados Unidos.

Uma demonstração de intenções que era afirmada frequentemente nas atividades onde o presidente brasileiro se reunia com representantes de outros países da América Latina, como quando recebeu das mãos do chanceler paraguaio, Raul Sapena Pastor, o colar Marechal Francisco Solano Lopes, em 12 de fevereiro de 1957. Na ocasião Kubitschek (1958b: 54-55) afirmou que não havia nenhuma razão para que os países latino-americanos deixem de se unir “a fim de constituir respeitável força pacífica, disposta a encontrar soluções prontas e certas para os problemas de que dependa a liquidação definitiva do pauperismo neste hemisfério”. Afirmou também que o “desenvolvimento material e cultural de todo este continente” deveria ser o “fundamento do ideal pan-americano”.

Aos poucos o discurso de Kubitschek ia assumindo a forma ativa da Operação Pan-americana. Porém, para que essa forma se estabelecesse eram necessárias duas condições fundamentais. Primeiramente, uma aliança estratégica com outros países latino-americanos.

¹³¹ Discurso pronunciado na inauguração do Curso de Treinamento sobre problemas de desenvolvimento econômico, patrocinado pelo governo federal e pela Comissão Econômica para a América Latina, no Ministério da Fazenda, em 18 de setembro de 1956.

Em segundo lugar, uma ocasião que promovesse uma abertura capaz de permitir a sinalização de uma mudança nas relações com os Estados Unidos. A ocasião que propiciou a emergência da segunda condição, como já destacado, foi a série de incidentes que marcaram a visita de Richard Nixon a América do Sul. Já a primeira condição foi propiciada pela posse de Arturo Frondizi como presidente da Argentina.

As relações entre Brasil e Argentina, desde a Segunda Grande Guerra, se caracterizavam pela predominância de disputas estratégicas em virtude de suas posições de alinhamento ou antagonismo com os Estados Unidos. No início da década de 1950, tais disputas diminuíram diante da negativa do governo Vargas em ceder às pressões norte-americanos para que hostilizasse o governo Perón, visando a sua desestabilização. Do lado argentino, Perón sinalizou, em 1953, uma aproximação pragmática como a proposta de um novo Pacto ABC. Porém, o suicídio de Vargas e a derrubada do governo peronistas, bem como, as políticas adotadas pelo governo Café Filho e pela Revolução Libertadora levaram a um novo distanciamento entre os países. Tal realidade mudou novamente a partir da atuação conjunta dos presidentes desenvolvimentistas (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Conforme Rapoport e Madrid (2011: 57):

Las concepciones desarrollistas arraigaron en las dirigencias de ambos países, y ante las dificultades para obtener financiamiento externo y tecnología, diferentes fracciones de sus sectores dominantes fueron gestando proyectos para expandir los mercados internos y ampliar la capacidad de negociación de los respectivos gobiernos. Surgieron, de ese modo, varias alternativas que abogaban por la implantación de uniones aduaneras o mecanismos de mayor cooperación entre la Argentina y Brasil, que se hicieron extensivos a otras naciones del Cono Sur. [...].

Este novo panorama transpareceu publicamente pela primeira vez quando da visita do então presidente eleito, Arturo Frondizi, ao Brasil em abril de 1958. A passagem pelo país vizinho fez parte de uma sequência de visitas a países sul-americanos realizadas antes da posse¹³². Assim, entre os dias 8 e 11 de abril, a convite do presidente Juscelino Kubitschek, futuro presidente argentino esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo, recebendo inúmeras homenagens, entre essas uma feita pelo Senado Federal e outra pela Câmara dos Deputados. Porém, o que mais chamou atenção na visita foram os discursos pronunciados pelos

¹³² Além do Brasil, o futuro presidente argentino esteve ainda no Uruguai, no Chile e no Peru.

presidentes no almoço realizado no Palácio do Itamarati, em 09 de abril, onde, conforme Nota do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, pronunciaram “uma fase mais dinâmica e mais fecunda nas relações políticas e econômicas entre os dois países”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958: 225).

Em seu discurso, Kubitschek (1959: 171-173) pronunciava a existência de “um sentimento novo” que anunciava “uma hora inaugural do convívio dos dois povos, um sentimento mais vivo, um desejo de compreensão mais profundo, que torna extremamente tocante o momento que vivemos”. Aquele era um momento em que havia entre Brasil e Argentina “um elo a mais, um entendimento mais profundo, um fervor bem maior do que houve em qualquer outro tempo”. Nascia naquele momento, “um desejo mais profundo, uma aspiração mais generosa ainda do que a antiga que presidiu às nossas boas e tradicionais relações”. Mas aquele não era apenas um momento de “palavras belas”, essas precisavam ser acompanhadas de uma ação correspondente.

Nesse sentido, o presidente brasileiro alertava que:

[...] Nos tempos atuais, estão-se formando e se agrupando famílias de países com afinidades geográficas visando a exploração de zonas de comércio amplificadas graças a entendimentos lógicos. Já chegou a hora – Sr. Presidente eleito da República Argentina – de prestarmos detida atenção a essas lições que povos experientes e antigos nos estão proporcionando, a fim de agirmos em consequência. (Idem: 174)

Aquele era o momento de seguir esse exemplo, pois,

[...] nunca foi tão grande e tão insopitável o desejo de darmos as mãos, de caminharmos juntos, de fazermos uma só política no interesse de nós todos, países sul-americanos, que necessitamos e temos o direito de maior segurança e de melhor vida para nossos povos. (Idem: 174-175).

Como resposta, Frondizi (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958: 230-237) afirmou que:

[...] Os países da América Latina defrontam-se com difíceis circunstâncias econômicas. Padecem de uma estrutura baseada na exportação de matérias-primas, que encontra o mercado mundial restritivo, ao mesmo tempo, que as importações de produtos manufaturados são cada vez mais custosas. [...] o esquema econômico sobre a qual foram traçadas as estruturas básicas de nossos respectivos países carece de vigência. [...] A era atual é de profunda transformação econômica e se quisermos subsistir e crescer como grandes nações teremos que nos colocar dentro da História que marcha decisiva e claramente no sentido do triunfo de ciência, da técnica e do progresso social.

Os países da América Latina podem enfrentar esta prova. Estamos em condições de imprimir um enérgico impulso ao nosso desenvolvimento econômico que reclama uma integração da agricultura, da mineração e da indústria. Estes países têm enormes reservas energéticas, em forma de carvão, petróleo e quedas de água; têm matérias-primas; têm técnicos e trabalhadores capazes, homens de negócios progressistas. Pode chegar a haver uma siderurgia sul-americana, se conjugarmos nossos esforços e nos propusermos a essa meta comum. Se foram erigidos grandes centros industriais do mundo em países que devem importar matérias-primas como não havemos nós de poder construir nossos centros industriais, quando contamos com todos os recursos e não necessitamos depender de provisões do exterior. [...] Que esperamos portanto nós, sul-americanos, para produzir as manufaturas, os tecidos, os produtos alimentícios que agora somos obrigados a importar a troco de uma produção eivada de inevitáveis crises?

Esta perspectiva concita-nos a uma tarefa conjunta. Não se trata somente de fomentar o intercâmbio entre as Nações latino-americanas. Trata-se de projetar uma política econômica comum que permita defender nosso futuro.

[...] A prosperidade de cada uma de nossas Nações estará ligada à prosperidade das demais.

Desta forma, os discursos dos presidentes Kubitschek e Frondizi, antes mesmo da posse do presidente argentino, se aproximaram em torno de um projeto comum. Algo que ia além das projeções defensivas contra as ameaças de uma potência externa, como fizeram Perón e Vargas, ou da aproximação contra um inimigo comum como na formação da aliança contra o Paraguai no século XIX. Naquele momento era a ideia de uma política econômica comum que possibilitasse a superação das condições de subdesenvolvimento, mediante a industrialização e a ampliação dos mercados nacionais, que definia a colaboração internacional entre Brasil e Argentina. Além da perspectiva de produção e um eixo político que aumentasse o poder de barganha e de influência dos dois países em um cenário internacional incerto, onde as conjunturas mudavam rapidamente.

Conforme Oscar Camilión (RAPOPORT, 2015: 523), essa nova relação acontecia em um momento onde a Argentina passava a adotar uma visão global nova que “suponía la voluntad de incorporar dosis suficientes de capital para emprender un proceso de industrialización integrado”, o que implicava em “una abertura a la inversión de capital, inversión en tecnología externa”. A ideia de redefinição das relações com o Brasil era parte

desta visão e era entendida como uma proposta que levava não a competição entre os dois países, mas sim, a cooperação.

Falando sobre o contexto da nova relação entre os países vizinhos, o ministro conselheiro na Embaixada do Brasil (1958-59) e depois subsecretário de Relações Exteriores (1961-62) no governo Frondizi, afirmou ainda que:

[...] el ciclo final del gobierno Kubitschek representó una aproximación muy grande entre Argentina y Brasil, se creó un clima de confianza entre los dos presidentes que, en primer lugar, se estimaban mucho mutuamente. Kubitschek tenía una gran simpatía por la Argentina que profundizó en el curso de su gestión, y comprendió que era importante desde el punto de vista brasileño una orientación argentina hacia la industrialización y hacia una relación positiva respecto de Brasil; del lado del presidente no hubo ningún tipo de dificultad, más aún cuando su principal asesor, Schmidt¹³³, tomó la idea con particular entusiasmo. (Idem: 538-539).

Do lado argentino, “Frondizi quería replantear la relación con Brasil a fondo; estaba convencido de que la relación argentino-brasileña tenía que ser actualizada a las condiciones de fines de la década del 50” (Idem: 520). Ao mesmo tempo, o presidente argentino não escondia publicamente a influência que o programa de desenvolvimento adotado pelo governo Kubitschek tinha sobre o programa de desenvolvimento de seu próprio governo. O programa desenvolvimentista brasileiro era, sobretudo, um exemplo de política nacionalista que não renegava o capital estrangeiro, conforme o presidente afirmou no já citado discurso feito em Sierra Grande, em 28 de janeiro de 1961.¹³⁴ (FRONDIZI, 2012b: 363-364).

Mas não era apenas como exemplo de programa desenvolvimentista que o Brasil era citado como exemplo pelo presidente Argentino. Frondizi (2012a: 358) também considerava o país vizinho como “un ejemplo elocuente de integración y unidad logradas por encima de profundas diferencias”. Um país onde a “inmensidad del territorio, la variedad de los aportes raciales y culturales, la liberalidad de las instituciones políticas parecieran ser fuerzas disgregantes”, porém, era um país que “extrae su unidad sumando tales diversidades y crea los frutos de su trabajo, en una hazaña constante de esfuerzo y de equilibrio”. Um país que transformava sua “vocación nacional” em “una política internacional ajustada a los más

¹³³ Augusto Frederico Schmidt, poeta e assessor do presidente Kubitschek, responsável por escrever inúmeros discursos do presidente brasileiro. Coube a ele a coordenação da Operação Pan-Americana.

¹³⁴ Ver no Capítulo 2 o subtítulo “Capital Estrangeiro”.

profundos intereses de la nación y del pueblo brasileño”, fazendo com que a projeção internacional de sua consciência histórica fosse “una magnífica lección para todos los americanos”¹³⁵.

O exemplo brasileiro também fora destacado por Frondizi (2012b: 37-38), na mensagem que transmitiu pela Rádio Bandeirantes de São Paulo saudando a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960. A nova capital brasileira representava a incorporação definitiva da plenitude da natureza e da geografia do Brasil e sua vida “en términos de permanente progreso”. A integração de uma grande cidade e de uma paisagem generosa significava “integrar todos los recursos que Dios volcara em la tierra brasileña”. Um esforço que a própria Argentina estava fazendo “en la empresa de su desarrollo”. Por isso, que o presidente argentino valorizava “en su cabal dimensión la obra que hoy culminan y que hoy inician el pueblo y el Gobierno del Brasil”.

Tais discursos demonstram que, para além da aproximação, o Brasil foi um ponto de referência para o desenvolvimentismo argentino. Conforme Sikkink (2005: 78), a influência brasileira não se fez sentir “en la formulación de programas concretos, salvo el de la industria automotriz”, o programa desenvolvimentista brasileiro foi muito mais “un punto de referencia que estimuló a los argentinos pero que éstos no percibían como directamente ‘aplicable’ a su contexto”. Dessa forma, o discurso de Frondizi sobre o Brasil não era apenas uma saudação ao país vizinho e ao amigo Kubitschek, mas sim, uma tentativa de demonstrar o valor das ideias desenvolvimentistas em um país onde essas não eram hegemônicas. O discurso de admiração pelo Brasil, portanto, se direcionava internamente no cumprimento da função de interpelar os sujeitos visando a adesão desses ao projeto político desenvolvimentista. Nesse sentido, a admiração pelos exemplos brasileiros era também uma demonstração de que o mesmo “progreso” que a nação vizinha vinha obtendo também era possível na Argentina.

Kubitschek também demonstrava publicamente admiração pela posição e pela postura do governo argentino. Em 25 de maio de 1960, na saudação ao 150º Aniversário da Independência da República Argentina feita na embaixada do país vizinho, o presidente brasileiro declarou:

¹³⁵ Discurso pronunciado em 24 de novembro de 1959, em Buenos Aires, ao receber do Ministro de Relações Exteriores do Brasil o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Atualmente estamos empenhados, no âmbito continental, em um movimento de afirmação das nossas comuns reivindicações econômicas e sociais de maneira a proporcionar a todos os povos americanos um nível de vida compatível não somente com o amadurecimento político a que já atingiram mas também com a própria dignidade humana. Esse movimento, que tem raízes profundas na consciência americana, foi pressentido pelo Presidente Frondizi em memorável discurso pronunciado no Palácio do Itamarati quando em visita ao Brasil, ainda na qualidade de Presidente eleito da Nação Argentina. E quando propusemos a formulação de aspirações, tão necessário quanto inadiáveis, que veio a se denominar de Operação Pan-Americana, a voz do primeiro magistrado argentino trouxe o seu indispensável apoio a autoridade de estadista e da americanista que todos nós reconhecemos. [...].

Na pessoa do Presidente Arturo Frondizi, a quem desejo saudar em nome do meu País, nesta mensagem à Nação argentina, identifico um dos herdeiros da tradição deixada pelos Próceres da Revolução de Maio. Os altos ideais de inspiração democrática têm nele um de seus mais credenciados interpretes desta hora da vida americana. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1961: 184-185).

Tal discurso refletia a mudança de postura na política externa brasileira, sobretudo, refletia a necessidade de através de alianças estratégicas avançar na “barganha nacionalista”. Brasil e Argentina representavam duas das principais economias latino-americanas, além de terem historicamente uma postura internacional de influência sobre os demais países da região. Para Kubitschek, e também para Frondizi, a formação de uma aliança estratégica entre os países vizinhos aumentaria o poder de negociação com os Estados Unidos e os países europeus.

Conforme Bojunga (2001: 505), a “prioridade brasileira era assegurar suporte dos Estados Unidos para as metas do desenvolvimento latino-americano”, principalmente, para um acordo de preços de produtos primários e para empréstimos públicos de longo prazo. Essa não era apenas uma pauta brasileira, mas também, de outros governos democráticos e desenvolvimentistas como o próprio governo Frondizi na Argentina, o governo de Romulo Betancourt na Venezuela e de Jorge Alessandri no Chile. Assim, a colaboração não era vista como algo que deveria ser restrito apenas aos dois países, mas sim, como uma necessidade do conjunto dos países da América Latina.

Tal visão que esteve presente no primeiro discurso presidencial de Frondizi (2012a: 35-36), quando o presidente argentino chamou atenção para o fato de que era necessário que os países latino-americanos atuassem coordenadamente frente aos organismos internacionais e as potências investidoras, “a fin de defender concretamente las posibilidades de nuestros respectivos desarrollos”. Uma política de conjunto que deveria conduzir a acordo bilaterais e regionais, visando a “constituición de un mercado común latinoamericano, como culminación

de los procesos previos de integración y desarrollo nacionales”. Para que “Latinoamérica sea una poderosa comunidad de naciones es indispensable que cada una de ellas alcance a mayor prosperidad posible, pues el desarrollo de cada nación latinoamericana permitirá acelerar el desarrollo de las demás” (Idem: 45).

Assim, a colaboração e a integração latino-americana eram vistas como um complemento dos desenvolvimentos nacionais, uma visão que ia de encontro a proposta de Cepal. Apesar das críticas que Frondizi tinha aquela organização, ambas ideias não ventavam a criação de uma instituição supranacional para reger o processo de integração nos moldes da Comunidade Econômica Europeia, por exemplo. A preocupação predominante era a de buscar acesso a novos mercados para os produtos nacionais e de constituir um grupo político latino-americano que tivesse força na reivindicação de apoio dos países centrais do capitalismo para seus projetos de desenvolvimento. Dessa forma, os discursos da colaboração internacional para o centro e para a periferia se entrelaçavam em um objetivo comum: a criação de condições para o desenvolvimentismo. Esse entrelaçamento foi o centro dos discursos que tematizavam a Operação Pan-Americana.

Aqui é importante retomar o pronunciamento feito pelo presidente brasileiro aos representantes diplomáticos dos Estados americanos em 20 de junho de 1958. Além das questões já referidas, a crítica ao esquecimento da América Latina pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra e a defesa da superação do subdesenvolvimento como forma de combate ao comunismo, também foi a defesa de uma nova postura por parte dos próprios países latino-americanos. Conforme Kubitschek (1959: 242-248), já não era possível a esses países continuarem “em atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que participantes do desenrolar de um drama em cujas consequências estaremos envolvidos, como se nele tivéssemos atuado de forma ativa”. A Operação Pan-Americana era uma tentativa de reformular o pan-americanismo “em termos que permitam à América apresentar-se forte em face da crise que ameaça a cultura ocidental” (Idem: 269)¹³⁶.

Nesse sentido,

A Operação Pan-Americana é mais que uma palavra oportuna e certa, é um caminho. A tese de que a luta contra o subdesenvolvimento é uma medida estratégica indispensável, de capital importância, tornou-se clara, evidente, inegável.

¹³⁶ Discurso pronunciado aos Cardeais e Bispos no Hotel de Turismo em Brasília, no dia 07 de julho de 1958.

Não há outro caminho a seguir senão a união continental para fortificação desta parte do mundo livre. Não podem as forças da democracia se apresentarem ao mundo para propor uma fórmula seja lá, qual for, quando no reduto mais importante da resistência democrática se apresentam índices tão impressionantes de subdesenvolvimento. Nossa tese tornou-se indiscutível, mais atual do que nunca, e será temerário não a transformar numa política segura e certa. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1959: 290)¹³⁷.

A ideia de caminho era própria ao discurso dos presidentes desenvolvimentistas. Esteve presente na defesa da industrialização, do capital estrangeiro, da integração nacional, da estabilidade política, da estabilidade econômica e agora na defesa da colaboração internacional. Nesse sentido, pode se considerar a Operação Pan-americana como a expansão do discurso desenvolvimentista (e a tentativa de expandir o projeto) para o conjunto da América Latina. De um lado, incorporava um dos principais argumentos do novo perfil de anticomunismo que era proposto por aquela formação discursiva: a miséria e a pobreza eram um caminho para a penetração das ideais comunistas na região. De outro lado, defendia uma unidade continental que se constituísse “na prosperidade conjunta, no progresso simultâneo de todos os países, e que não se traduza apenas numa identidade de privações e numa solidariedade de penúria” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1959: 380)¹³⁸.

Fronzizi (2012a: 202-203), pronunciando apoio a Operação Pan-Americana no Conselho da OEA, em 22 de janeiro de 1959, acrescentaria um diagnóstico a esse discurso:

Esa situación de atraso en la que se debate casi toda América latina, tiene como causa principal el imperfecto desarrollo de las economías nacionales. Nuestros países se han visto reducidos, durante toda la historia, a ser meros proveedores de materias primas, en un mundo que tendía vertiginosamente a la industrialización y a la diversificación. Como consecuencia de ella América latina se ha visto precisada cambiar materias primas que se pagaban cada vez menos por productos manufacturados en constante encarecimiento.

De allí el déficit crónico de nuestra balanza de pagos, la escasez de recursos financieros y la precariedad del desarrollo económico, con su inevitable secuela de empobrecimiento y crisis político-sociales que amenazan permanentemente la estabilidad democrática de nuestras repúblicas.

Visando mudar essa realidade a Operação Pan-Americana era uma grande oportunidade de “contribuir a elevar el nivel de crecimiento y la formación de capital en América Latina”

¹³⁷ Exposição as Forças Armadas no Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1958.

¹³⁸ Discurso pronunciado na PUC-RJ em 29 de outubro de 1958.

(Idem: 203). Mais uma vez, elaborações do pensamento econômico desenvolvimentista de Myrdal, Nurske, entre outros, eram trazidas para o discurso político desenvolvimentistas. Nesse sentido, a colaboração entre os países latino-americanos ia muito além das necessárias trocas comerciais, possuindo um sentido discursivo mais amplo de superação conjunta das condições de subdesenvolvimento no âmbito das próprias bases do desenvolvimentismo.

O presidente argentino deixaria este sentido mais evidente em 25 de maio de 1961, quando condecorou o presidente da Bolívia com o Gran Collar de la Orden del Libertador general San Martín:

Para nosotros el concepto de cooperación económica es mucho más amplio y profundo que la idea restringida y rutinaria del intercambio comercial. Ello deriva de la convicción de que nuestros destinos están indisolublemente vinculados no solo por lazos históricos y geográficos, sino también por nuestro común esfuerzo de desarrollo. Ninguno de nuestros países podrá lograr un auténtico desarrollo si los restantes países hermanos están detenidos en su progreso por obstáculos que no puedan superarse. Por eso, para nosotros, cooperación económica es equivalente a integración de nuestros procesos de desarrollo. (FRONDIZI, 2012c: 29).

Dessa forma, o discurso da colaboração internacional sistematizado nas formulações da Operação Pan-Americana era um discurso de afirmação do desenvolvimentismo como única forma viável de integração latino-americana. Um discurso crítico a desigualdade da ordem internacional, sobretudo, aquela existente no Bloco Capitalista. Porém, não propunha uma ruptura com ele, mas sim, que a sua consolidação somente seria possível com a eliminação da pobreza e da miséria dos países periféricos. Uma eliminação que somente seria possível com uma integração produtiva, ou seja, como uma integração baseada nos processos de desenvolvimento nacionais que em última instância significava a industrialização dos países latino-americanos.

Inicialmente os discursos sobre a Operação Pan-Americana tiveram uma boa recepção, tanto internamente, como externamente, e como consequência prática de suas ações tivemos a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC. Porém, gradativamente tanto a Operação Pan-Americana, como os discursos de colaboração internacional entre os países das Américas foram sendo deixados em segundo plano. Em 1º de maio de 1959, um grupo de jovens

revolucionários depôs o ditador cubano Fulgêncio Batista e ao final de seus governos Kubitschek e Frondizi tiveram que inserir a Revolução Cubana em seus discursos.

A Revolução Cubana embaralhou o cenário latino-americano e se fez sentir de forma diferente no Brasil de Kubitschek e na Argentina de Frondizi, uma vez que tais governos presenciaram etapas diferentes do processo vivido naquele país. O presidente brasileiro, em seus últimos anos, presenciou a escalada nacionalizante da revolução, enquanto o presidente argentino, além de presenciar essa etapa, também vivenciou a transformação daquele processo inicial em uma experiência assumidamente socialista. Por isso, a radicalização da oposição, tanto interna, quanto por parte dos Estados Unidos, aquele processo não foi sentida de forma intensa pelo governo Kubitschek. Frondizi, por sua vez, viu o comunismo emergir como um novo elemento na já radicalizada polarização peronismo – antiperonismo.

Em termos de discurso, para cada uma das etapas da Revolução Cubana foi necessário um tipo diferente de discurso que, a medida em que uma etapa se sobrepôs a outra, passava a ter um tom mais justificativo e defensivo. Muito diferente, portanto, do tom propositivo e crítico que era assumido pelo discurso da colaboração internacional no que tange a afirmação da Operação Pan-Americana. Um processo que Kubitschek não vivenciou, afinal, o fato de não ser mais presidente quando da afirmação do caráter socialista da Revolução Cubana permitiu ao presidente brasileiro a manutenção daquele tom de discurso.

O presidente de Cuba, Oswaldo Dorticós, esteve no Brasil em fins de maio de 1960. Antes dele, em fins de abril de 1959, Fidel Castro havia estado no país, tendo se reunido tanto com Carlos Lacerda, principal líder da oposição golpista, quanto com Kubitschek que o levou para visitar as obras de Brasília, o que demonstrava o prestígio que os revolucionários cubanos possuíam em amplos setores da sociedade brasileira. Um fato que se refletia na América Latina em geral, como se pode perceber no entusiasmo como fora recebido em Buenos Aires na reunião do Comitê dos 21, em 1º e 02 de maio de 1959. Tal fato começou a mudar quando, naquele mesmo mês, o governo cubano resolveu aprofundar a Reforma Agrária e as nacionalizações das terras, uma medida que afetou diretamente os interesses norte-americanos¹³⁹. Apesar destes atritos, Kubitschek (1978: 402) “acreditava que Fidel Castro, refletindo o descontentamento que era geral na América Latina, ainda seria

¹³⁹ A reforma agrária cubana era menos radical que a do governo Paz Entessoro na Bolívia, porém atingia de forma mais direta os investimentos norte-americanos, pois 13 engenhos norte-americanos eram donos de 1.210.305 hectares de terras cultiváveis, ou seja, 47 por cento do total de terras dedicadas ao cultivo de cana de açúcar na ilha. (BOTEGA, 2013: 81).

recuperável para a democracia”. Nesse sentido, a política adotada pelo governo brasileiro era a da conciliação, uma tentativa de “impedir que Cuba se afastasse da comunidade americana – muito embora mantivesse sua atitude anti-americanista, o que era um direito que lhe assistia – de forma a que pudesse ser preservada a unidade do bloco latino-americano”.

Esta posição foi demonstrada na saudação ao presidente Dorticós feita em 31 de maio de 1959, em banquete realizado no Palácio da Alvorada, em Brasília. Na ocasião, o presidente brasileiro afirmou que:

Verificam-se algumas distensões na família americana que devem merecer cuidado e maior boa vontade de todos nós para que, dentro da dignidade e do respeito recíproco, possam encontrar solução viável e justa, capaz de fazer voltar ao seio da comunidade o entendimento e a pacificação, apanágios insubstituíveis deste Continente. No entanto, a despeito dessas distensões que esperamos serem breves e passageiras, ressaltou entre nós outros, sem sombra de dúvida, a importância do papel que a América Latina, no seu conjunto, está destinada a desempenhar no mundo contemporâneo. Nesta época conturbada, em que se formam e se solidificam os grandes blocos políticos e econômicos de extensão continental, arraigou-se na América Latina a convicção de que somente através da sua crescente unificação, respeitadas as peculiaridades de cada um, poderão ser defendidos os seus mais caros interesses e os seus mais estremecidos ideais.

[...].

Senhor presidente, evocando Martí quero expressar minha convicção de que o governo cubano fará de Cuba uma nação econômica e socialmente desenvolvida, guardiã dos ideais históricos da amizade e fraternidade continentais. A história, a geografia, a cultura, o sentimento, a raça, a língua e a religião são fatores indestrutíveis e insubstituíveis que asseguram ao nobre povo cubano o seu lugar na comunidade americana de nações. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1960: 187-189).

A defesa da colaboração seguia presente, refletindo um contexto onde, apesar do pouco interesse e apoio demonstrado pelo governo Eisenhower, havia ainda uma esperança que os objetivos da Operação Pan-Americana seriam cumpridos. A criação da ALALC, em fevereiro daquele ano, era um sinal de que a integração latino-americana era possível. Com relação a Cuba, a “defesa” das políticas adotadas pelos revolucionários através da afirmação de que esse “fará de Cuba uma nação econômica e socialmente desenvolvida”, não significava propriamente um apoio as reformas nacionalizantes e estruturais que vinham sendo feitas naquele país, uma vez que o desenvolvimentismo que o governo brasileiro vinha adotando não considerava reformas daquele tipo algo fundamental para a superação do subdesenvolvimento. Significava sim, a reafirmação indireta de uma ideia que ganhara forte significado no contexto da década de 1950 com a ascensão do nacionalismo e do anti-

imperialismo na região e que havia sido afirmada antes das declarações sobre Cuba: o respeito as peculiaridades de cada um dos países.

Tal discurso não encontrava ressonância no governo dos Estados Unidos. O governo Eisenhower tinha o entendimento de que “Cuba já derivada para a órbita soviética” e que havia, conforme o presidente brasileiro, se transformado “num regime totalitário de modelo estranho às ditaduras militares prestigiadas pelo governo de Washington” (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1978: 403). Por isso, o governo norte-americano tinha como objetivo a desestabilização do governo cubano, seja através de sanções coletivas via OEA, seja através de operações que buscassem derrubá-lo. Um objetivo que não tinha o apoio nem do governo brasileiro, nem do governo argentino, conforme ficou demonstrado na postura que ambos tiveram na VI Reunião e na VII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizadas, respectivamente, entre 16 e 21 de agosto e entre 22 e 29 de agosto de 1960, em San José na Costa Rica.

Naquelas reuniões, Brasil e Argentina se posicionaram contrários a qualquer forma de sanção, mantendo uma postura de mediação entre os norte-americanos e os cubanos. Uma postura que foi fundamental nas negociações da declaração final da VII Reunião de Consulta, aprovada por 19 votos favoráveis e nenhum contrário. A delegação de Cuba se retirou antes da votação e o México se absteve. A Declaração de San José representou um meio-termo entre a posição dos Estados Unidos e a posição cubana, condenava a interferência externa em assuntos continentais, uma demonstração de repúdio a aproximação entre Cuba e URSS, ao mesmo tempo em que reafirmava a autodeterminação dos povos e condenava qualquer forma de imposição política, ideológica, econômica e social de um país americano em relação a outro. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1960: 142).

O presidente brasileiro manteria essa posição até o final de seu governo. Uma posição coerente com o discurso da colaboração internacional que vinha fazendo, em graus diferenciados conforme os diferentes momentos, desde o início do governo e que encontrou sua sistematização na Operação Pan-Americana. Tal sistematização, acrescida de uma firme defesa da autodeterminação dos povos, foi exposta em um de seus últimos discursos presidenciais, quando recebeu, em 18 de dezembro de 1960, o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Goiás. Na ocasião, declarou que um “Governo de fato, saído muitas vezes de uma revolução popular enraizada nas justas e indiscutíveis reivindicações dos povos, não é antidemocrático, mas pode tornar-se, caso o seu prolongamento indefinido

denuncie o propósito de perpetuar-se” (Kubitschek (1961: 453). Essa era uma referência a situação cubana, onde o governo revolucionário não dava nenhum sinal de que estabeleceria uma democracia representativa nos moldes daquela defendida pelos presidentes desenvolvimentistas. Porém, uma vez feita essa referência, o presidente seguiria o discurso afirmando que:

[...] o Governo brasileiro tem sustentado e continuará a sustentar inabalavelmente que o regime democrático só poderá prosperar e conquistar estabilidade, em nosso hemisfério, se as profundas desigualdades econômicas entre os Estados forem progressivamente abolidas, eliminados os últimos resíduos do colonialismo e a independência política dos povos do hemisfério e conquistar o conteúdo econômico que lhe corresponde. (Idem: 453).

E finalizava reafirmando que “a tese brasileira da democracia com desenvolvimento” não representava “uma convenção escrita”, nem poderia “servir de base para que um Estado ou grupo de Estados venham a se imiscuir nos negócios internos de um deles para julgar o seu regime político e aplicar sanções de qualquer natureza”. Tal tese era sim “um instrumento da opinião pública que servirá para aprimorar o sentimento democrático que desejamos exaltar na vida americana” (Idem: 454).

Mais uma vez, Kubitschek deixava evidente que em seu discurso desenvolvimentista a afirmação da democracia não poderia ser entendida fora da superação da condição de desenvolvimento e que qualquer outra medida que não fosse por esse caminho não contribuía para a união entre os países americanos. A colaboração internacional e não a intervenção era a melhor forma de combater o comunismo na América Latina. Porém, essa não era a mesma interpretação que o governo do Estados Unidos possuía. Esse seguia na aposta das sanções contra os governos não-alinhados e nos golpes preventivos. Soluções que, segundo o presidente brasileiro, eram inócuas, afinal, “enquanto Washington estimulava o militarismo na América Latina, como uma arma contra o comunismo, as populações de muitas regiões do continente passavam fome” (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 1978: 403).

A não-intervenção, a autodeterminação dos povos e a defesa do direito internacional se constituíram nos pilares do discurso de Frondizi sobre a questão cubana. Não que tais pontos não estivessem presentes anteriormente, eles estavam. No agradecimento feito ao receber o Grande Colar da Ordem do Nilo das mãos do embaixador da República Árabe Unida, em 07

de maio de 1958, o presidente afirmou que a Argentina estava disposta “a afirmar su personalidad en la comunidad internacional, basada en el respecto por la libertad humana y por la autodeterminación de los pueblos” (FRONDIZI, 2012a: 51). Kubitschek também havia falado no mesmo sentido antes da questão cubana, de forma mais tímida para não prejudicar a postura conservadora que o Brasil vinha adotando em relação ao processo de descolonização da África, sobretudo, das colônias portuguesas, uma vez que Portugal era considerado um aliado estratégico pelo seu governo¹⁴⁰. Porém, coube a Frondizi, por ter vivenciado o período de radicalização da polarização latino-americanas em relação a revolução em Cuba, inserir de forma mais precisa e recorrente esse tripé junto aos discursos de colaboração internacional.

Entre os dias 5 e 17 de agosto realizou-se, em Punta del Este no Uruguai, a reunião extraordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social da OEA. A pauta principal da reunião era a Aliança para o Progresso, um programa de auxílio ao desenvolvimento da América Latina lançado pelos Estados Unidos como parte da nova estratégia de contenção do comunismo e da influência cubana elaborada pelo governo Kennedy. Essa nova estratégia consistia em apoiar líderes políticos favoráveis a reformas sociais dentro da ordem estabelecida como Rômulo Betancourt na Venezuela, José Figueres na Costa Rica, Jânio Quadros no Brasil e Arturo Frondizi na Argentina. A iniciativa norte-americana partia da elaboração feita pela Operação Pan-Americana de que a miséria causava a subversão.

A Aliança para o Progrsseo fora de imediato saudada pelo presidente argentino como um

[...] testimonio de una nación poderosa, que no quiere volcar su fuerza para explotar o sojuzgar a otros pueblos, sino comprende que la mejor contribución a su propio bienestar y a sus ideales consiste en cooperar para el progreso económico y el bienestar social de los países subdesarrollados. (FRONDIZI, 2012c: 84).

Neste mesmo discurso, feito por rádio e televisão em 21 de agosto de 1961, repercutindo as posições assumidas pela delegação argentina naquela reunião, bem como, o

¹⁴⁰ O governo Kubitschek, apesar de o presidente defender nos seus discursos valores universais como a liberdade, a democracia, a soberania, a autonomia e o desenvolvimento, nos fóruns internacionais votava favoravelmente com Portugal pela continuidade de seu império ultramarino e se pronunciava em prol das pretensões coloniais franco-belgas no continente africano. O Brasil chegou até mesmo a representar os interesses portugueses junto a Índia. Ver: RAMPINELLI (2004).

encontro secreto que tivera com o então Ministro da Indústria de Cuba Ernesto Che Guevara¹⁴¹, o presidente argentino declarou que:

La defensa de la soberanía propia, elemento básico del derecho internacional, presupone el respecto de las soberanías extrañas. No podemos reprimir a quienes intentan alterar nuestro modo de vida, si a nuestra vez intentamos alterar el modo de vida de otros pueblos. En nuestra América tenemos una triste experiencia de la injerencia extraña en los asuntos internos de otros Estados. Por eso en el fundamento del sistema interamericano. Si violáramos ese principio para imponer nuestras ideas a nuestros vecinos, no podríamos protestar mañana cuando otra nación quisiera imponer los suyos a los argentinos. Cuando respetamos a autodeterminación de otros pueblos estamos exigiendo, a la vez, el respecto a nuestra propia autodeterminación, estamos defendiendo nuestra propia soberanía.

[...].

Con relación a la lucha contra la acción disolvente del comunismo el aporte de nuestra propia fuerza y gravitación en el cuadro internacional es el mejor camino para preservar los principios y tradiciones inherentes a nuestra esencia nacional. Si a cambio de actuar como país independiente y en ejercicio de su plena soberanía, lo hiciéramos como satélite, no solo abdicaríamos de nuestra dignidad nacional, sino que seríamos responsables de dejar al país desguarnecido ante la reacción y el extremismo. Los satélites nada suman a los principios que se trata de reservar. Las naciones independientes, comprometidas y aliadas en la defensa de las grandes causas de la humanidad, aportan la fuerza política y moral de su propia gravitación.

[...]. América latina discutió de igual a igual con los Estados Unidos e impuso sus puntos de vistas sobre la urgencia de proveer los recursos, en magnitud y oportunidad adecuadas, para el desarrollo de base del hemisferio. Se dejó de lado la vieja retórica del panamericanismo y se adoptaran resoluciones concretas y expeditivas.

[...]. En Punta Del Este culminó una política que iniciamos antes de asumir el gobierno y cuyo fruto más reciente es el acuerdo de Uruguayana. La República Argentina está indisolublemente comprometida a participar en todos os esfuerzos de integración espiritual y material del continente y cifra en su política americana su mayor y más firme esperanza. (Idem: 84-87).

Tal discurso era uma reação a emergência do anticomunismo como nova forma de pressão exercida pela tutela militar. Boa parte do oficialato argentino exigia que a política externa do país adotasse uma posição de alinhamento com os Estados Unidos no combate ao comunismo. Por isso não aceitavam a posição de intermediação do conflito assumida por Frondizi, tampouco, aceitavam a posição contrária as sanções assumidas nos fóruns internacionais. Até mesmo a continuidade e o aprofundamento da aproximação com o Brasil

¹⁴¹ Frondizi reuniu-se com Che Guevara “secretamente” em 18 de agosto de 1961, durante a passagem do revolucionário pelo Cone Sul por ocasião da reunião de Punta Del Este. Encontro, ocorrido na residência presidencial de Olivos, durou cerca de uma hora e meia. O tema central da discussão foi a relação de Cuba com a América Latina, com os Estados Unidos e com a URSS. O sigilo da conversa não durou 24 horas e acabou vazando ao longo daquele dia mesmo, fazendo estourar uma grave crise militar que quase levou a um golpe de Estado. Ver: BOTEGA (2013: 179-180).

através da Declaração de Uruguaiana¹⁴² era vista com desconfiança¹⁴³. Assim, o discurso de defesa da autodeterminação dos povos, do respeito ao direito internacional e da não-intervenção dentro da colaboração internacional se direcionava mais para o público interno do que para o público externo, demonstrando que, conforme Pierre Milza (2003: 370) afirma, não há “separação estanque entre o interior e o exterior”, mas sim, “interações entre um e outro” com “uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo”.

Falando sobre o posicionamento do governo a respeito de Cuba e o encontro com Che Guevara, Frondizi (2012: 88) afirmou que:

El Gobierno de esta nación hermana emplea procedimientos que los argentinos rechazamos categóricamente. Nosotros queremos desarrollo económico, pero estamos dispuestos a conseguirlo afirmando la libertad, respetando las tradiciones espirituales y asegurando la paz social. Somos y seremos siempre miembros de la comunidad occidental y de la familia americana. Repudiamos la injerencia de potencias extrañas en los asuntos americanos. Esta posición del Gobierno es perfectamente conocida por los dirigentes cubanos. Y así se lo ratifiqué al doctor Guevara. Pero este representante oficial de una nación americana solicitó una entrevista al Presidente de la República Argentina, para exponerle la opinión de su gobierno en materia de la responsabilidad que la propia familia americana le asigna a la Argentina, negarse a recibir al representante de un gobierno americano por más opuestos que sean los criterios sustentados por uno y otro Estado.

[...].

[...] Ninguno de los estadistas de las grandes naciones occidentales rehúsan hablar con los dirigentes de los países comunistas. Nosotros no queríamos ser jamás gobernantes de un pueblo que tiene miedo de confortar sus ideas con otras ideas.

El pueblo argentino nunca tuvo miedo en el pasado ni lo tiene ahora. Por el contrario, está absolutamente convencido de que la causa americana, occidental y cristiana es invencible y, que Cuba, tarde o temprano, se reintegrará plenamente al seno de la familia americana.

Aqui, Frondizi reafirmava seu pertencimento ao Bloco Ocidental e as divergências com Cuba. Com relação ao encontro com Che Guevara, o presidente recorreu a tradição da política externa argentina de abertura de diálogo com todos os países. Ao mesmo tempo, explicou a

¹⁴² A Declaração de Uruguaiana resultou do encontro realizado entre os dias 20, 21 e 22 de abril de 1961 na cidade de Uruguaiana no Rio Grande do Sul, cidade que fica na fronteira com Paso de Los Libres, cidade natal do presidente argentino. Na ocasião, os presidentes Jânio Quadros e Frondizi, acompanhados de uma número comitiva chefiada pelos seus respectivos chanceleres, Afonso Arinos de Mello Franco e Diógenes Taboada, estabeleceram uma forma de atuação conjunta diante das grandes potências nos organismos internacionais e instituições multilaterais de financiamento, além da colaboração de ambos os países na ONU, o conflito entre Equador e Peru, o intercâmbio científico e comercial e a posição dos dois países diante da questão cubana. A Declaração de Uruguaiana representou o ponto culminante da aproximação iniciada em 1958. Ver: BOTEGA (2013).

¹⁴³ Muitos militares de extrema-direita consideravam que o presidente Frondizi abria mão de uma posição própria em termos de política externa para se submeter a “liderança brasileira” Ver: POTASH (1984).

polêmico encontro com a visão que os desenvolvimentistas possuíam de que a Guerra Fria, após o fim do Macartismo e a morte de Stálin, vivia uma nova etapa, a da coexistência pacífica, onde as tensões militares davam lugar as disputas econômicas e com isso se abriam espaços para que os países periféricos pudessem reivindicar apoio as suas políticas de desenvolvimento e atuarem com mais autonomia. A Revolução Cubana e a Crise de Berlim de 1961¹⁴⁴ demonstrariam o contrário. Mesmo assim, o argumento de que até mesmo as potências ocidentais dialogavam com o bloco comunista era uma forma de demonstrar, pelo menos aos grupos nacionalistas, que a Argentina estava no mesmo patamar.

Por fim, Frondizi reafirmava também a convicção de que, cedo ou tarde, Cuba iria ser reintegrada aos círculos dos países americanos. Tal retorno aconteceria no momento em que o povo cubano verificasse o “progreso de las restantes naciones, dentro de la democracia y la legalidad, sin sangre, sin fuzilamientos y persecuciones (Idem: 121)¹⁴⁵. Para que isso ocorresse era fundamental a colaboração internacional, por isso o apoio e o incentivo dado pelo presidente argentino, sobretudo, discursivamente a Aliança para o Progresso, mesmo sendo crítico de ênfase assistencialista que o governo norte-americano dava ao seu conteúdo¹⁴⁶. Incentivo esse que contrastava com as desconfianças que outros governos, entre esses o governo João Goulart no Brasil, tinha em relação a iniciativa do presidente Kennedy¹⁴⁷. Apesar dos argumentos apresentados como resultado do encontro com um dos principais líderes da Revolução Cubana e a pressão dos militares, o chanceler Adolfo Mujica, um conservador, acabou renunciando como forma de conseguir uma trégua por parte da extrema-direita militar e conter mais uma tentativa de golpe contra Frondizi.

A trégua durou poucos meses. No início do ano de 1962, além da questão da participação ou não dos peronistas no processo eleitoral, a questão cubana retornaria mais uma vez como pauta na polarização política argentina. Entre 23 e 30 de janeiro, novamente em Punta del Este, no Uruguai, foi realizada a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de

¹⁴⁴ Em 1961, o primeiro-ministro da URSS, Nikita Krushev, deu um ultimato para que as potências ocidentais retirassem suas tropas de Berlim Ocidental até o dia 31 de dezembro, trazendo novamente à tona a questão da divisão do território alemão após a Segunda Grande Guerra. Uma das consequências dessa crise foi a construção do Muro de Berlim.

¹⁴⁵ Discurso transmitido por rádio e televisão em 09 de outubro de 1961.

¹⁴⁶ Segundo Morgenfeld (2016: 165), para “Frondizi, la ALPRO debía tener un contenido menos asistencialista (orientada a resolver las carencias de vivienda, trabajo, tierras, salud y educación) y más vinculado al desarrollo básico (infraestructura, transportes, energía, siderurgia). Desde su perspectiva, los problemas latinoamericanos eran más bien la falta de desarrollo tecnológico y de industrialización y no tanto la injusticia social como estipulaban los diagnósticos del gobierno de Kennedy”.

¹⁴⁷ Os recursos da Aliança para o Progresso no Brasil, desde 1963, eram utilizados como ajuda financeira aos governos estaduais e municipais opositores ao governo João Goulart como forma de aliciamento e desestabilização do governo. Ver: Vicente Gil da Silva (2008).

Relações Exteriores da OEA, convocada a pedido da Colômbia. A reunião tinha inicialmente como objetivo discutir sanções ou até mesmo a intervenção em Cuba, a partir do argumento de que o governo revolucionário vinha treinando guerrilheiros e promovendo ações que visavam desestabilizar outros governos da região. Porém, diante da oposição de um grupo importante de países o ponto central das discussões acabou sendo a resolução que propunha a exclusão de Cuba do sistema interamericano.

A proposta acabou sendo aprovada com 14 votos favoráveis, o voto contrário de Cuba e 6 abstenções. No âmbito do direito internacional interamericano a abstenção significa discordância parcial em relação ao que se é proposto. Votaram nesse sentido: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. A exclusão de Cuba não representava o rompimento de relações, mas sim, o seu impedimento de participar dos debates e dos programas propostos no âmbito dos fóruns hemisféricos. Na prática, resultou em uma maior aproximação dos cubanos com a URSS e o aumento do apoio à luta armada na América Latina. Na Argentina, o resultado foi a retomada das pressões e das agitações golpistas, sobretudo, no meio militar.

A negativa do governo argentino em votar juntamente com os Estados Unidos pela exclusão de Cuba era inaceitável para as Forças Armadas. No dia 31 de janeiro de 1962, o Secretário da aeronáutica emitiu uma ordem geral repudiando a posição da delegação argentina em Punta del Este e saudando “*todos aquellos países que han asumido la defensa del mundo libre*”. A noite os três secretários das armas emitiram notas individuais direcionadas ao presidente exigindo a adoção de três medidas: 1) a redefinição da política externa do governo; 2) a ruptura das relações com Cuba; 3) mudanças no Ministério de Relações Exteriores, a iniciar com a renúncia do chanceler Miguel Angel Cárcano e de alguns de seus assessores. (POTASH, 1984: 461-462).

Discursivamente a reação do presidente foi feita no ato de inauguração das obras do túnel subfluvial Paraná-Santa Fé, em Paraná, no dia 03 de fevereiro de 1962. Frondizi (2012c: 287-294) iniciou aquele emblemático discurso afirmando que o “*derecho revolucionario de independencia y soberanía*” era o fundamento “*da la vida autónoma de la comunidad americana*” consagrado nos processos de independência, tanto pelos estados da federação norte-americana, como pelas novas repúblicas da América Espanhola. Por isso, o direito internacional americano não poderia ser deixado de lado “*por razones de contingencia o de urgencia*”. Na sequência denunciou aqueles políticos que “*se presentan como apóstoles de la*

democracia en el ámbito mundial, pero están empeñados en acabar con la democracia en su propia patria”, que agitan “el fantasma del comunismo, con el único y oculto principio de implantar una dictadura en el país”. Seguindo esse tom de denuncia o presidente afirmaría ainda que “estos agentes del caos” não se moviam apenas na defesa de suas posições políticas ameaçadas ou de ambições pessoais, mas sim, eram parte da “conspiración mundial de los elementos reaccionarios, que se oponen a la liberación y el desarrollo de nuestros pueblos porque prefieren mantenerlos en su condición colonial”.

Segundo o presidente argentino, esta conspiração mundial respondia a um comando unificado e a prova disso era que os argumentos utilizados eram repetidos em diferentes países. Na Argentina, certos órgãos de imprensa acusavam o governo de “ser instrumento da diplomacia brasileira”. No Brasil, acusavam o governo de “marchar a la zaga de la diplomacia argentina”. Até mesmo nos Estados Unidos, o governo Kennedy era acusado de covardia e de “contemplan demasiado la posición de la Argentina, el Brasil y México”. Assim, eram utilizadas em todas as partes “la misma dialéctica confucionista, la misma ofuscación, las mismas calumnias” (Idem: 294).

Tal afirmação se inseria em um contexto onde a Doutrina de Segurança Nacional ou Doutrina das Fronteiras Ideológicas ganhava força entre os militares latino-americanos. Boa parte desses militares haviam frequentado cursos na Escola das Américas no Panamá¹⁴⁸, onde essa doutrina era propaganda juntamente com a estratégia dos golpes preventivos contra a ameaça comunista. Na Argentina, muitos militares haviam aderido a essa concepção e eram assíduos nas conferências proferidas pelo padre Julio Meinvielle, um dos principais intelectuais da extrema-direita antisemita e anticomunista no país¹⁴⁹. Por isso, por mais que Frondizi buscasse um argumento legal e baseado em valores do nacionalismo como a não-intervenção, a soberania e a autodeterminação, não havia discurso que fizesse os militares aceitarem o não voto pela exclusão de Cuba do sistema interamericano.

O discurso sobre a questão cubana acabou perdendo a legitimidade quando, em 08 de fevereiro de 1962, ou seja, cinco dias depois do discurso de Paraná, Frondizi anunciou a

¹⁴⁸ Centro de formação militar, fundado em 1946, ligado ao Departamento de Estado norte-americano destinado ao treinamento de militares latino-americanos com vista a colaboração dos exércitos desses países com o exército dos Estados Unidos.

¹⁴⁹ Em seu texto “Conferencia sobre la Guerra Revolucionaria y la Revolución Nacional en la Argentina”, Meinvielle (1962: 2) classificou a “etapa do frigerismo”, forma como se referia ao período do governo Frondizi, como um momento destinado a “ablandar las estructuras sociales del país y aumentar la presión comunista” através da “agudización del juego dialéctico de imperialismo y anti-imperialismo, oligarquía y pueblo por medios económicos, políticos y policiales”.

ruptura de relações com Cuba. Dessa forma, o discurso da colaboração internacional que defendia que somente o apoio dos Estados Unidos aos projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos, se opondo a sanções e intervenções militares consideradas inócuas, caía por terra. Na oposição tal medida repercutiu como mais uma manobra oportunista e maquiavélica de Frondizi e as intensões golpistas seguiram firmes. Ao mesmo tempo, muitos de seus aliados e apoiadores, como Camilión, Musich e Florit, se sentiram traídos (GÓMEZ, 2004: 166). Da parte do governo norte-americano o seu principal objetivo com relação ao governo argentino, a ruptura com Cuba, havia sido realizado e um golpe contra um governo visto como um “mal menor” por alguns e como um aliado por Kennedy não era incentivado (MORGENFELD, 2016). Porém, o ímpeto golpista da extrema-direita militar não pode ser contido após as vitórias do peronismo nas eleições de 18 de março de 1962.

Para esses militares, Castro, em menor grau, e Perón, em uma dimensão enorme, eram os grandes inimigos e com esses não se poderia vacilar. O golpe de 29 de março de 1962 representou, na visão deles, uma resposta as “vacilações” de Frondizi, tanto práticas, como discursivas. Com isso, diferentemente do Brasil, onde o discurso de colaboração internacional de Kubitschek lançou as bases para os discursos de “independência” de Jânio Quadros e João Goulart, o discurso de colaboração internacional de Frondizi não sobreviveu a polarização política do país.

CONCLUSÃO

Em 21 de junho de 2008, o jornal *La Nación* chamava atenção para um certo revival da figura de Arturo Frondizi. A matéria intitulada “Todos quieren ser Frondizi” destacava que passados cinquenta anos, “aquella breve pero intensa gestión es reivindicada por casi todos los actores políticos del presente” (*LA NACIÓN*, 2008). Os peronistas de esquerda Néstor e Cristina Kirchner, o neoliberal Mauricio Macri¹⁵⁰, o ex-ministro da Economia de Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, Roberto Lavagna¹⁵¹, o liberal Ricardo López Murphy, a deputada de direita, Elisa Carrió e o peronista Eduardo Duhalde, todos de alguma forma buscavam referenciar-se em Arturo Frondizi. O mesmo fato também foi verificado no Brasil nas eleições de 2002, quando os candidatos presidenciais Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, Ciro Gomes do Partido Popular Socialista, Anthony Garotinho do Partido Socialista Brasileira e José Serra do Partido Social-Democrata Brasileiro, procuram, nos seus programas de televisão que fizeram referências ao centenário de nascimento de Kubitschek, de alguma forma se associar a imagem do ex-presidente. Até mesmo o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez essa tentativa de ligação de seu governo com o governo Kubitschek, uma tentativa que foi considerado um “desaforo” por Maria Victoria Benevides em entrevista a *Revista Isto É* de 18 de agosto 2002, cuja chamada era “Todos querem ser JK” (*ISTO É*, 2002).

Este desejo de identificação com os ex-presidentes cujos governos tiveram destinos diferentes representa a força que as palavras pronunciadas em seus discursos possui até o presente no imaginário político brasileiro e argentino. A presidência de Kubitschek sempre esteve presente na memória popular como um período de sucesso e prosperidade, um lugar de memória que sequer foi abalado pelas constantes críticas de que também foi um período de corrupção e cujo resultado também foi o crescimento da inflação ou as perseguições que lhe fizeram durante a Ditadura Civil-Militar (*MONTENEGRO*, 2001). A imagem de Frondizi, por sua vez, sempre foi cheia de dubiedades. De maquiavélico, pragmático até mesmo visionário, as percepções sobre a sua presidência nunca estiveram próximas de ter a positivação que as mitologias políticas concederam ao presidente brasileiro. Mesmo assim, desde a redemocratização argentina iniciada nos anos 1980, sobretudo, desde o menemismo

¹⁵⁰ Mauricio Macri presidente da Argentina desde 2015.

¹⁵¹ Roberto Lavagna, ex-ministro da economia durante os governos de Eduardo Duhalde (2002-2003) e Nestor Kirchner (2003-2005).

diferentes forças políticas reivindicam uma proximidade com o pensamento do ex-presidente argentino. Na referida matéria do jornal *La Nación* (2008), o historiador Pablo Gerchunoff destaca que isso é fruto do fato de que Frondizi tinha uma ideia e a colocou em prática e de que “a idea del desarrollo seduce y hoy es aceptada por todos”. O mesmo se pode dizer em relação ao Brasil.

Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi foram os primeiros presidentes de seus países a reivindicarem o pertencimento a uma formação discursiva desenvolvimentista. Seus objetos discursivos, a industrialização, o capital estrangeiro, a integração nacional, a estabilidade política, a estabilidade econômica e a colaboração internacional, eram parte do conjunto comum que constituíam o desenvolvimentismo e eram interpretados adquirindo sentido a partir dessa forma de ver o mundo. Portanto, era o desenvolvimentismo que condicionava o que se podia ou devia ser dito em seus discursos presidenciais. Ao mesmo tempo, tais discursos e seus objetos emergiam de uma realidade marcada por um contexto internacional em transformação e um cenário interno de polarização política e crise econômica.

Apesar destas características comuns aos contextos históricos dos governos desenvolvimentistas, a intensidade com que tais características impactaram as diferentes realidades de Brasil e Argentina também condicionou as especificidades de cada discurso. No cenário internacional, Kubitschek vivenciou um contexto mais favorável, tanto em termos de atração de capitais, como em termos de tensionamento político, pois, diferentemente de Frondizi, não vivenciou em seu governo a radicalização da questão cubana. No cenário interno, a polarização política brasileira não somente era menos intensa do que a polarização política argentina, onde a força política de maior representatividade, o peronismo, estava proibida de participar do “jogo democrático” institucional. Ao mesmo tempo, o discurso desenvolvimentista tinha maior penetração social no Brasil do que na Argentina. O bloco no poder brasileiro, constituído pela burguesia nacional e pelo exército, era mais propício a aceitação de um discurso político que na essência representava muitos de seus valores, principalmente, em relação a industrialização, a integração nacional e a ordem social. Da mesma forma, Kubitschek não ousava ultrapassar os limites do se podia ou devia ser dito em relação a perspectiva dos trabalhadores e dos setores nacionalistas como, por exemplo, na questão do monopólio da exploração do petróleo pela Petrobrás e do programa imposto pelo FMI em seus acordos.

Fronidzi, por sua vez, não tinha a mesma margem, tanto de governabilidade, como discursiva. O desenvolvimentismo não possuía a mesma penetração social e institucional que tinha no Brasil. O bloco no poder argentino, a burguesia nacional e, sobretudo, as Forças Armadas mantinham-se ideologicamente presas ao liberalismo em uma espécie de “ode à Belle Époque” anterior a crise de 1929. Para muitos setores desses grupos sociais o industrialismo propagado pelo desenvolvimentismo se confundia com o passado recente marcado pelo autoritarismo peronista. De outro lado, os trabalhadores, em sua maioria representados pelo peronismo, não aceitavam os avanços de sinais feitos pelo governo em relação a exploração do petróleo pelo capital estrangeiro e as “racionalizações administrativas” que passavam serviços públicos para a iniciativa privada. Ao mesmo tempo, Frondizi não reivindicava o pertencimento ao pensamento da CEPAL, principalmente, pela oposição que o nome de Raúl Prebisch despertava entre os setores nacionalistas e de esquerda na Argentina, devido ao seu passado ligado aos governos da Década Infame e sua recente participação na elaboração de um programa de estabilidade antipopular na Revolução Libertadora.

Neste sentido, o discurso de Frondizi emergia em uma situação onde a busca de um equilíbrio social, representado por um meio termo entre o peronismo e o antiperonismo, tinha poucas chances de avanço. Ainda mais diante da forte tutela militar que avançava a medida em que o governo também avançava. A radicalização da questão cubana a partir de 1961, obrigando todos os governos latino-americanos a terem uma posição em relação ao tema, completava o quadro de instabilidade que condicionava o discurso frondizista.

Desta forma, o discurso do presidente argentino teve que se adaptar ao principal desafio enfrentado ao longo de todo o governo: a tentativa de se manter no cargo e sobreviver as constantes tentativas de golpes, mais de três dezenas conforme Lamas (1984). Soma-se a isso a divergência programática que o desenvolvimentismo frondizista possuía com outros desenvolvimentistas, ligados ao pensamento da CEPAL, com relação a presença do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais, especialmente o petróleo, as medidas de estabilização econômica pautadas pelo monetarismo do FMI e a privatização de serviços estatais. Tais divergências, assumidas fortemente no discurso presidencial, justificadas a partir da proposição do nacionalismo de meios contra o nacionalismo de fins, levou tal discurso a se afastar da unidade que tinha com setores nacionalistas, com a esquerda e, principalmente, com o peronismo, principal fiador da eleição de 1958.

Ao mesmo tempo, no cenário internacional, diante da Revolução Cubana, o discurso da colaboração internacional promoveu um aprofundamento da defesa de autodeterminação e da não-intervenção, princípios que faziam parte da herança do radicalismo argentino e que foram incorporados também pelo peronismo. Porém, em um contexto onde a Guerra Fria voltava a ser aquecida, tal defesa representava um enfrentamento com o anticomunismo que deixava de ter o papel secundário que tivera até então para fazer parte da ideologia dominante no debate político argentino.

O discurso de colaboração internacional de Kubitschek também incorporou a defesa da autodeterminação e da não-intervenção, de uma forma até contraditória com a postura e o discurso que o presidente brasileiro tinha em relação a descolonização da África e da Ásia, sobretudo, das colônias portuguesas. Porém, conforme já referido, em um contexto onde Cuba não havia assumido o caráter socialista de sua revolução. Dessa forma, o discurso assumia uma forma de barganha nos marcos do que era apresentado na Operação Pan-Americana. Tal barganha foi possível no contexto do governo desenvolvimentista brasileiro, não sendo possível para os seus sucessores.

Por fim, é importante ressaltar uma última questão nos discursos de Frondizi e Kubitschek: a questão democrática. A democracia os discursos dos presidentes desenvolvimentistas se inseriam como metas de governo e faziam parte de um conjunto de outras questões que permeavam a estabilidade política como objeto discursivo, tais como a ordem, o respeito à lei, o Estado de Direito, a defesa do direito de greve com os limites da própria ordem e da lei. A democracia para os presidentes desenvolvimentistas não era uma democracia plena, assim como o progresso também não era distribuição de renda. A democracia era restrita as regras do jogo, sobretudo, eleitoral e institucional. Essa não era uma posição própria aos discursos daqueles presidentes, mas sim, própria a formação discursiva desenvolvimentista, sendo alguns de seus aspectos inclusive absorvidos pelo recentemente chamado neodesenvolvimentismo.

Em termos de imagem e dos usos do passado presentes no “somos todos Frondizi” e no “somos todos JK”, ambos os presidentes foram aclamados como democratas. Obviamente, tal imagem não leva em conta a conversão posterior de Frondizi a modernização autoritária presente no seu apoio aos golpes de 1966 e 1976 (ALTAMIRAMO, 1998; MENOTTI, 1998). Tampouco, o apoio pragmático de Kubitschek ao general Castelo Branco e ao início da Ditadura Civil-Militar em 1964, votando favorável em sua eleição indireta no Congresso

Nacional (BOJUNGA, 2001). Posições aparentemente contraditórias, porém, já presentes no discurso da ordem como condição para a estabilidade política. Um discurso que, apesar de renegado a segundo plano, também é assumido no presente pelos neoliberais e pelos neodesenvolvimentistas, ou seja, pelos mesmo que reivindicam a herança de Kubitschek e Frondizi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALMEIDA, Lúcio de Almeida. **Ideologia Nacional e Nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- ALSOGARAY, Álvaro C. **Bases para la acción política**. 3ª edición. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1972.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Arturo Frondizi o el hombre de ideas como político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- _____. **Sobre a reprodução**. 2ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO E SILVA, Angelissa. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BABINI, Nicolás. **Arturo Frondizi y la Argentina Moderna: La forja de una ilusión.** Buenos Aires: Gedisa, 2006.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2ª edição. Florianópolis-SC: Insular, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada.** Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUMANN, Renato. A integração regional vista pela Cepal. In: POLETTO, Dorivaldo Walmor (Org.). **50 anos do Manifesto da Cepal.** Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

_____. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: Volume 1.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do Desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BLOCH, Marc. Comparação. In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores.** Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

_____. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores.** Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las derechas en Argentina, Brasil y Chile (1945-1959): una propuesta comparada. **Revista de História Comparada.** Volume 4. nº 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

BOJUNGA, Claudio. **JK: o artista do impossível.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- BOSSIO, Horacio Garcia. **Qué nos hace más Nación?** Remedios de Escalada - ARG: EdUNLA Cooperativa, 2014.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. A experiência do *desarrollismo* de Arturo Frondizi na Argentina (1958-1962). In: DI MARCO, Luis Eugênio; ILHA, Adair da Silva (Org.). **Los Planes Esperanza del Humanismo Económico:** el Continente indoamericano, una expresión solidaria, un testimonio histórico. Volume 1. São Maria-RS-Brasil: Facos; Córdoba-Arg.: CIEC, 2010.
- _____. **Quando a independência faz a união:** Brasil, Argentina e a questão cubana (1959-1964). Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva:** as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 27ª edição. Petrópolis-RJ/Ijuí-RS: Vozes/Editora da Unijuí, 2010.
- CAMPI, Alejandro. **Nación.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Duas opiniões sobre a inflação na América Latina. In: HIRSCHMAN, Albert O. (Org.). **Monetarismo vs Estruturalismo:** um estudo sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1967.
- CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Santiago do Chile: Ilpes, 1981.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento.** Brasil: JK, JQ. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** As esquerdas no Brasil Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- _____. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. **Tese** (Doutorado). Niterói-RS: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- CARULLI, Liliana; CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemi; CAFIERO, Mercedes. **Nomeolvidos: Memoria de la Resistencia Peronista (1955-1972)**. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 1950: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. NUDOC-UFC, 2005.
- CAVALCANTI, Lauro. Brasília: a construção de um exemplo. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacional da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- COBISIER, Roland. **JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **O essencial de JK: Visão e grandeza, paixão e tristeza**. São Paulo: Planeta, 2013.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DABÈNE, Olivier. **América Latina no Século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

- DE PRADO, Roberto Vila. El pensamiento de los intelectuales sudamericanos de la corriente nacionalista popular (1940 - 1965). Un analisis critico. **Revista Sincronia**. México: Universidad de Guadalajara, Verano de 2007. Disponível em <http://sincronia.cucsh.udg.mx/vila07.htm> Acesso em 30/03/2015.
- DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DELMAS, Claude. **Armamentos nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. 2ª edição. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2004.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latino americano en el siglo XX**. Entre la modernización y la identidad. Tomo 1: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). Buenos Aires: Biblos / Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.
- DIAS, Sônia. Benedito Valadares. In: ABREU, Alsira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Volume 5. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação. **Anos 90**. V.16, nº 29. Porto Alegre: UFRGS, julho de 2009.
- DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986)**: A construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP / Boitempo, 1997.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. Celso Furtado. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ERHARD, Ludwig. **Bem-Estar para todos**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.

ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés (Dir.). **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas**. Tomo XIII: Las relaciones políticas, 1943-1966. Buenos Aires, 2000. Disponível via URL em: http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia_indice13.htm Acesso em 03/03/2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sudermann, 2012.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FELIX, David. Uma alternativa para a controvérsia entre “Monetarismo” e “Estruturalismo”. In: HIRSCHMAN, Albert O. (Org.). **Monetarismo vs Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1967.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil Republicano 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FERRER, Aldo. **A economía argentina: de suas origens ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). **Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

- _____. **Desenvolvimentismo:** a construção do conceito. Texto para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.
- _____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Texto para Discussão 2103.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.
- _____. Gênese e percursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, vol. 15, n. 2 (26). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FRIGERIO, Rogelio. **Estatuto del Subdesarrollo:** las corrientes del pensamiento económico argentino. Buenos Aires: Ediciones Librería del Jurista, 1983.
- _____. **Síntesis de la Historia de la economía argentina:** desde la colonización hasta nuestros días. Buenos Aires: Hachette, 1979.
- FRONDIZI, Arturo. **Carlos Pellegrini Industrialista:** su vigencia en el pensamiento económico nacional. Buenos Aires: Jockey Club, 1987.
- _____. **Industria Argentina y Desarrollo Nacional.** Buenos Aires: Ediciones Qué, 1957.
- _____. **Petróleo y política:** contribución al estudio de la Historia económica argentina y de las relaciones entre el imperialismo y la vida política nacional. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Raigal, 1955.
- GODOY, José Henrique Artigas de. D. Helder e Le Bret: economia humana e desenvolvimentismo católico no Brasil. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu-MG: Anpocs, 2015. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt39/9814-d-helder-e-lebret-economia-humana-e-desenvolvimentismo-catolico-no-brasil/file> Acesso em 08/03/2018.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.

GRIJÒ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAFFNER, Jaqueline A.H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Argentina en el callejón**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

_____. **História da América Latina**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HIPPÓLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. 2ª edição. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HIRSCHMAN, Albert O. (Org.). **Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

_____. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Educam, 2005.

- JAMES, Daniel. **Resistencia e Integração: el peronismo y la clase trabajadora argentina**. 2ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.
- JÁUREGHI, Anibal. ¿Industria sustitutiva o sustitución de industriales? Los empresarios argentinos y el peronismo (1945-1955). **Revista de Sociologia e Política**, n. 25. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.
- KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- KESSELMAN, Ricardo. **Las estrategias de desarrollo como ideologías**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**. Vol. 42, nº 1. Middletown, Connecticut – USA: Wesleyan University, feb. 2003.
- KOENIG, Marcelo. **Vencedores vencidos: peronismo – antiperonismo**. Buenos Aires – Arg.: Punto de Encuentro, 2013.
- KOSINSKI, Daniel. **O governo JK e as orientações getulistas do capitalismo no Brasil**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.
- KUNHAVALIK, José Pedro. Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. **Tese (Doutorado)**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2009.
- LAMAS, Daniel Rodríguez. **La presidencia de Frondizi**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.
- LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- LEMOS, Renato. Alberto Pasqualini. In: ABREU, Alsira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Volume 2. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.
- LEPENIES, Philipp H. Possibilismo: vida e obra de Albert O. Hirschman. **Novos Estudos**, edição 83. V. 28, n 1. São Paulo: Ceprap, março de 2009.
- LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe**: os tempos do ISEB. São Paulo: Xamã/Arte Escrita, 2010.
- LOWY, Michael (Org.). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 até os dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- LUNA, Félix. **Argentina**: de Perón a Lanusse (1943-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. **El 45**. Madrid: Hypamerica Ediciones, 1984.
- MACHADO DA SILVA, Heloisa Conceição. **Da substituição de importações à substituição de exportações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão Planaltino: cultura, religiosidade no cadinho da modernização (1950-1964). **Tese** (Doutorado). Goiânia-GO: Universidade Federal de Goiás/Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 2ª edição. São Paulo/Petrópolis-RJ: Polis/Vozes, 1984.
- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos e a guerrilha. **Crítica Marxista**, n 5. Campinas – SP: Centro de Estudos Marxistas, 1997.
- MEINVIELLE, Julio. **Conferencia sobre la Guerra Revolucionaria y la Revolución Nacional en la Argentina**. Buenos Aires, Ediciones del Plata, 1962.

MENDES DE ALMEIDA, Candido. ISEB: fundação e ruptura. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MENOTTI, Emilia. **Arturo Frondizi**. Buenos Aires: Planeta, 1998.

MERCHENSKY, Marcos. **Las corrientes ideológicas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Hachette, 1985.

MÍGUEZ, Maria Cecília. La relación entre la política económica interna y la política exterior en el proyecto desarrollista argentino (1958-1962). **Contemporánea: historia y problemas del siglo XX**. Vol. 2, año 2. Montevideo – Uruguay: Universidad de La República, 2011.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O “milagre alemão” e o desenvolvimento brasileiro (1949-2011)**. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 37, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco.... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil Moderno. **Tese (Doutorado)**. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas/Programa de Pós-Graduação em História, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** O Brasil Republicano 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

MORGENFELD, Leandro. Desarrollismo, Alianza para el Progreso y Revolución Cubana: Frondizi, Kennedy y el Che en Punta del Este (1961-1962). **Ciclos en la historia, la economía y la sociedad**, vol.20, n.40. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2012.

_____. Estados Unidos y el golpe contra Frondizi. **Cuadernos de Historia: Revista del Área de Historia del Centro de Investigaciones Maria Saleme de Burnichón.** n 16/17. Córdoba – Arg.: Universidad Nacional de Córdoba, 2016.

_____. **Vecinos en conflicto: Argentina frente a Estados Unidos en las conferencias panamericanas 1880-1955.** Buenos Aires: Continente, 2011.

_____; MÍGUEZ, Maria Cecília. Las relaciones entre Argentina y Cuba y su impacto en el sistema interamericano en los años '60. In: RAPOPORT, Mario (Director). **Historia Oral de la Política Exterior Argentina (1930-1966).** Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.

MÖRNER, Magnus. En torno al uso de la comparación en el análisis histórico de América Latina. **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas.** N° 31. Berlin – Ger, 1994.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na Teoria Marxista.** Rio de Janeiro: Gramma / FAPERJ, 2014.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política externa de JK. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.

MURNIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre as origens do peronismo.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

NEGRO, Antonio Luigi; TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves

(Orgs.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil Republicano 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

NEIBURG, Federico. **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo:** estudos de Antropologia Social e Cultural. São Paulo: EDUSP, 1997.

NOSIGLIA, Julio E. **Desarrollismo.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ORBE, Patricia. El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por un territorio en exploración. **PolHis**, Boletín bibliográfico electrónico del Programa Buenos Aires de Historia política. n 8. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2º semestre de 2011. Disponível em: http://archivo.polhis.com.ar/datos/polhis8_ORBE.pdf Acesso em 22/03/2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 12ª edição. Campinas – SP: Pontes Editores, 2015.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo:** a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARKER, Richard. **John Kenneth Galbraith:** his life, his politics, his economics. Chicago – EUA: Chicago University, 2006.

PÊCHEUX, Michel; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Linguasagem**, Revista eletrônica de popularização científica em Ciências da Linguagem. Edição 3. São Carlos – SP: UFSCAR, outubro/novembro de 2008. Disponível em http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php Acesso em 02/10/2017.

- POTASH, Robert A. **El ejército y la política en la Argentina 1945-1962: De Perón a Frondizi**. 9ª edición. Buenos Aires: Sudamerica, 1984.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: O combate por um partido revolucionário (1958-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2004.
- RANGEL, Ignacio. **Obras Reunidas**. Volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RAPOPORT, Mario. (Director). **Historia Oral de la Política Exterior Argentina (1930-1966)**. Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.
- _____. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- _____; MADRID, Eduardo. **Argentina-Brasil: de rivales a aliados**. Política, economía y relaciones bilaterales. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.
- RIEDINGER, Edward Anthony. **Como se faz um presidente: a campanha de JK**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- RODEGHERO, Carla. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2007.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. **El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo, de 1789 hasta nuestros días**. Buenos Aires: XXI ed. 2007.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

- RUBINSTEIN, Juan Carlos. **Desarrollo y discontinuidad política en Argentina**. 2ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 1985.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002a.
- _____. Uma outra face dos anos JK. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002b.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre um debate historiográfico. **Nova Economia**, vol. 27, n. 3. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 9ª edição. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SANTOS, Raimundo. **A Primeira Renovação Pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.
- SCENNA, Miguel Ángel. **FORJA, una aventura argentina: De Yrigoyen a Perón**. Buenos Aires: Belgrano, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil Republicano 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

- _____. **Reforma e Revolução:** as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SIKKINK, Kathryn. **El proyecto desarrollista en la Argentina y Brasil:** Frondizi y Kubitschek. Buenos Aires-Arg.: Siglo XXI/Editora Iberoamericana, 2009.
- SILVA, Vicente Gil da. A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). **Dissertação** (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA E SILVA, Celso A. Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**. n° 15. Porto Alegre: UFRGS, 2001/2002.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB:** fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil:** a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- TRANSPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso.** 2ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- UZAL, Francisco H. **Frondizi y Balbin:** Historia de un enfrentamiento. Buenos Aires: Theoria, 1989.
- VERDERY, Katherine. Para onde vão a nação e o nacionalismo? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional.** RJ: Contraponto, 2000.
- VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo:** conceito e história. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964):** o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

WALDMANN, Peter. **El Peronismo 1943-1955.** Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2008.

WASSERMAN, Claudia. **A Teoria da Dependência:** do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

_____. **Nações e Nacionalismo na América Latina:** desde quando? Porto Alegre: Linus, 2013.

_____. **Palavra de presidente.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto:** uma bibliografia do marechal Henrique Lott. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FONTES:**Discursos de Arturo Frondizi e Juscelino Kubitschek de Oliveira:**

FRONDIZI, Arturo. **Mensajes Presidenciales 1958-1962.** Volume 1. Buenos Aires: Fundición Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi, 2012a.

_____. **Mensajes Presidenciales 1958-1962.** Volume 2. Buenos Aires: Fundición Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi, 2012b.

_____. **Mensajes Presidenciales 1958-1962.** Volume 3. Buenos Aires: Fundición Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi, 2012c.

_____. **Mensajes Presidenciales 1958-1962.** Volume 4. Buenos Aires: Fundición Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi, 2012d.

KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, Juscelino. **Discursos 1956.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958a.

_____. **Discursos 1957.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958b.

_____. **Discursos 1958.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

_____. **Discursos 1959.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

_____. **Discursos 1960.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

_____. In: **Mensagens Presidenciais 1947-1964:** Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

Entrevistas e livros de memória:

COOKE, John William. **Correspondencia Perón-Cooke**. Buenos Aires: COLIHUE, 2007.

DIAZ, Fanor. **Conversaciones con Rogelio Frigerio**. Buenos Aires: Hachette, 1977.

FURTADO, Celso. **Obra Autobiográfica: A fantasia organizada – A fantasia desfeita – Os ares do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GÓMEZ, Albino. **Arturo Frondizi: el último estadista**. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

HIRST, Mónica; SEGRÉ, Magdalena. Oscar Camilión: Un hombre clave del desarrollismo en la cancillería. Kubitschek, Quadros y Uruguayana, 1958-1962. (Entrevista). In: RAPOPORT, Mario (Director). **Historia Oral de la Política Exterior Argentina (1930-1966)**. Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.

KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, Juscelino. **A Marcha do Amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

_____. **Meu caminho para Brasília**. Volume 3: 50 anos em 5. Rio de Janeiro: Bloch, 1978.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil/CPDOC-FGV, 1991.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento 1978)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

LUNA, Felix. **Dialogos con Frondizi**. Buenos Aires: Editorial Desarrollo, 1963.

RAPOPORT, Mario; CIMETTI, Graciela Sánchez. Carlos Alberto Florit: El canciller más joven. Frondizi, la cuestión cubana y los Estados Unidos, 1958-1962. (Entrevista). In: RAPOPORT, Mario (Director). **Historia Oral de la Política Exterior Argentina (1930-1966)**. Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.

Outros Documentos:

BASCHETTI, Roberto B. **Documentos de la Resistência Peronista 1955-1970**. Volume 1. La Plata: De la Campana, 2012.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO. **Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek**: estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Presidência da República, 1958.

CONSTRUÇÃO de Brasília inspirou músicas contra e a favor da nova capital. **Correio Braziliense**, edição online, 24/04/2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/canta-brasilia/2013/04/21/internacantabrasilia.361444/construcao-de-brasilia-inspirou-musicas-contras-e-a-favor-da-nova-capital.shtml>. Acesso em: 07/07/2015.

DECLARACIÓN DE LOS PRESIDENTES DE LAS REPUBLICAS AMERICANAS EN PANAMÁ – 1956. Disponível no site da Organização dos Estados Americanos: <http://www.summit-americas.org/declaracion%20presidentes-1956-span.htm>. Acesso em 14/11/2018.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/1956. Disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-22-23-maio-1956-350621-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 12/11/2018.

DISCURSO pronunciado por Alvaro Alsogaray em 28 de junho de 1959. Disponível no site YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=883S7l6qhbK> Acesso em 12/11/2018.

GRUPO MISTO BNDE-CEPAL. **Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (período 1955-62)**: Anexo II: Transportes. Rio de Janeiro: BNDE, 1955.

IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sétima Reunião de Consulta. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960.

_____ . Sexta Reunião de Consulta. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960.

_____ . Visita do presidente da nação argentina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1958.

_____ . Visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 1, n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1958.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. **Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955.

TODOS querem ser JK: entrevista com Maria Victoria Benevides. **Revista Isto É**, nº 1720, edição online, 18/09/2002. Disponível em: <https://istoe.com.br/25724-TODOS+QUEREM+SER+JK/> . Acesso em 30/11/2018.

TODOS quieren se Frondizi. **La Nación**, edição online, 21/06/2008. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/1022290-todos-quieren-ser-frondizi>. Acesso em 30/11/2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores**. Volume 4. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.